

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANA CRISTINA VALCÁRCEL VELLARDI

**UMA NARRATIVA HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE PAISAGEM DA PORÇÃO  
NOROESTE DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: UMA CONTRIBUIÇÃO À EDUCAÇÃO.**

SÃO PAULO

2017

ANA CRISTINA VALCÁRCEL VELLARDI

**UMA NARRATIVA HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE PAISAGEM DA PORÇÃO  
NOROESTE DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: UMA CONTRIBUIÇÃO À EDUCAÇÃO.**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo para obtenção do título de Mestre  
em Ciências.

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Euler Sandeville Junior

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL,  
SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.  
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.  
São Paulo, 01 de agosto de 2017.

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço Técnico de Biblioteca

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

V438n Vellardi, Ana Cristina Valcárcel  
Uma narrativa histórica e geográfica de paisagem da porção noroeste da metrópole de São Paulo: uma contribuição à educação. / Ana Cristina Valcárcel Vellardi; orientador Euler Sandeville Jr. - São Paulo, 2017.  
213 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente

1. Paisagem. 2. Memória Social. 3. Bairro Perus. 4. Região Noroeste de São Paulo. 5. Indústria da Cal. 6. São Paulo Railway. I. Sandeville Jr, Euler, orient. II. Título.

Dedico ao meu pai Wilson, in memoriam, à minha mãe Atilana e aos meus filhos Mateus e Viviana pelo incentivo, colaboração e cumplicidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os participantes da experiência da Universidade Livre e Colaborativa em Perus com os quais tive oportunidade de aprendizado muito significativo e convivência afetiva. Levo comigo essa experiência de aprender em pares, além de amigos para a vida.

Ao Prof. Euler Sandeville Jr. pela oportunidade de novos conhecimentos e compreensão sobre as minhas inquietações do retorno à academia. Agradeço ao orientador e ao professor empenhado na inclusão e seu constante voo livre e sensível sobre o conhecimento. Agradeço acima de tudo por compartilhar seu entendimento e prática de conhecer, analisar e agir em pares. Foi um privilégio participar dessa experiência em Perus!

Especial agradecimento à Profa. Sueli Angelo Furlan por sua leitura e registros cuidadosos e precisos e ao Prof. Raul Isidoro Pereira por sua interpretação integrada e sensível, juntos contribuíram a um aperfeiçoamento da apresentação da pesquisa a partir da banca examinadora.

Aos parceiros e moradores de Perus e região, Profa. Regina Bortoto, Mário Bortoto, Marcio Antonio Melhado Bezerra, Profa. Maria Helena Bertolini, José Soró, Jandira Ribeiro, Anamaria de Paula Silva, Dida, Cristina dos Santos Matos, Diane Dourado, Matilde de Souza, Jéssica Moreira, Thalita Duarte, Lucas Vitorino, Rodolfo Vetore, Cleiton Ferreira, Glauco Murta, Arlindo Paes, Sirlei, Paulinho, Paulo Mendes, Sr. Santo Camargo (in memoriam), Sra. Aurora, Fernando e Beth, Sr. Mário Gaspar, Sra. Nice, Sr. Nelson Camargo, Sra. Ada Giovani e muitos outros.

Aos parceiros do NEP que me proporcionaram respirar com a juventude as descobertas teóricas, técnicas e pessoais: Diego, Patrícia, Gabriel, Andreas, Isabel Ginters, Miguel, Gabriela, Priscila, Mitiko e Thais; à Ciça, que mesmo não estando mais no grupo estava presente por sua linda pesquisa, e Melissa, amiga e parceira de outras trilhas com um reencontro especial e amoroso no NEP.

Às professoras Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Simone Scifoni pelas importantes sugestões no exame de qualificação, e aos professores das disciplinas realizadas que ampliaram meu conhecimento e me deram ótimos exemplos: Nilce Aravecchia, Renato

Cymbalista, Flávia Brito do Nascimento, Paulo Garcez, Sueli Angelo Furlan e Simone Scifoni.

Aos amigos que muito colaboraram de diversas formas tanto para a qualificação como para a reunião de materiais do presente estudo. Especial agradecimento a Antonio Afonso com sua delicada produção de mapas e a Regina Célia Araujo e Heloisa Ferreira Filizola, amigas desde a graduação e sempre dispostas em repartir seus conhecimentos e afeto, Agnes, Siomara, Mayara da UMAPAZ, Diego, Patrícia, Miriam, Cristina Matos, Diane, Pacita, Fernanda Tosoni, e os amigos do Sítio Morrinhos, Francisco, Paula e Renato.

À minha mãe, que mesmo necessitando da minha presença e colaboração soube compreender a importância dada aos meus estudos, e de algum modo se sentia cuidada ao saber do afeto que se desenvolveu junto aos idosos de Perus. Aos meus irmãos Julio, Zeca, Tércio e Adriana pela cumplicidade e apoio.

Aos meus amores Mateus e Viviana, pela grande paciência por muitos momentos voltados aos estudos e restrição financeira que isso significou, também pela audição e partilha das minhas descobertas. Mateus, a sua rapidez de edição das fotos, formatação das tabelas etc. foi especial para essa mãe não tão ágil. Viviana, meu lindo e livre pássaro de entrega de correspondência em terras paulistas. Muito obrigada meus filhos!

“Não me mostraste, em vão, dentro do fogo, o teu semblante. Por reino deste-me a infinita natureza, e forças para senti-la, penetrá-la. Não me outorgaste só contato estranho e frio, deixaste-me sondar-lhe o fundo seio, como se fosse o peito de um amigo.”

Johann Wolfgang von Goethe

## RESUMO

### UMA NARRATIVA HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE PAISAGEM DA PORÇÃO NOROESTE DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: UMA CONTRIBUIÇÃO À EDUCAÇÃO.

O presente estudo realiza uma experiência de narrativa histórica de paisagem da porção noroeste da metrópole de São Paulo no período de 1867 a 1950, um tecido composto por particularidades passível de um exercício de interpretação integrada e regional. O bairro de Perus/SP, lugar com um volume importante de registros e de militância em torno dos trabalhadores Queixadas e da produção de cimento da Fábrica Portland Perus, a partir de 1925, é o marco inicial da trilha, que se debruça também sobre a memória ferroviária da Estrada de Ferro Perus Pirapora, com início de atividade em 1914, e sobre estudos da vizinha Caieiras por via da Cia Melhoramentos implantada em 1890. Impulsionada por memórias individuais e vínculos afetivos estabelecidos, o estudo avança na análise e publicações de memorialistas locais e alcança pesquisas históricas. Os materiais de elaboração local foram acessados com a participação da Universidade Livre e Colaborativa de Perus, uma experiência de construção de conhecimento aberta e realizada em parceria junto a educadores e ativistas culturais locais. Identificou-se, como experiência, uma paisagem com a contribuição dos aspectos geomorfológicos e geológicos integrados à exploração mineral, com destaque para a produção da cal participando da história da região. Incluiu-se a observação de agentes locais conjugados a estrangeiros na implantação de estações intermediárias da São Paulo Railway, demonstrando particularidades sobre a ideia do leito férreo atrair a indústria, comumente aplicado na compreensão da aurora industrial paulista. A partir desse conjunto, valorizando vivência em proximidade, memória, história, geografia e arquitetura, pretende-se apresentar material para refletir sobre o bairro de Perus, a região noroeste e a cidade de São Paulo.

**Palavras-Chave:** Paisagem, Memória Social, Bairro Perus, Região Noroeste de São Paulo, Indústria da Cal, São Paulo Railway.

## ABSTRACT

### A GEOGRAPHIC AND HISTORIC NARRATIVE ABOUT THE LANDSCAPE OF THE NORTHWEST PORTION OF SÃO PAULO METROPOLY: A CONTRIBUTION TO EDUCATION.

The present study performs a historical narrative experience of landscape of the northwestern portion of the metropolitan region of São Paulo during the period from 1867 to 1950, a tissue composed of particularities subject to an integrated and regional interpretation. Perus, a place with a significant volume of records and engagement of the Queixada's workers and the cement production of its local fabric Portland Perus, since 1925, is the starting point of the trail, drooping on the train memory of Perus Pirapora railroad, with early activity in 1914, and on studies of nearby Caieiras through the Caieiras por via da Melhoramentos Company, settled in 1890. Driven by individual memories and affective links established, the advances in the study and analysis of local writers and publications reaches historical research. The local preparation materials were accessed with the participation of the Universidade Livre e Colaborativa (Free and Collaborative University), an experience of open knowledge and capacity building in partnership with educators and local cultural activists. As an experiment, a landscape was identified with the contribution of geomorphological and geological aspects integrated into the mineral uses, with emphasis on the production of lime in the history of the region. It was included the observation of local agents conjugated to foreigners in the construction of intermediate stations of the São Paulo Railway, showing points of interest about the idea of the iron bed to attract industry, commonly applied in understanding of the dawn of industry in São Paulo. From that set, valuing experience in proximity, memory, history, geography and architecture, we intend to present material to reflect the neighborhood of Perus, the Northwest metropolitan region and the city of São Paulo.

**Keywords:** Landscape, Social Memory, Perus Neighborhood, Northwest Region of São Paulo, Lime Industry, São Paulo Railway.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Intervenção na Praça Luiz Neri, implantada em setembro de 2016.....	19
<b>Figura 2:</b> Universidade Livre e Colaborativa Perus.....	37
<b>Figura 3:</b> Publicação sobre ideias da “Justiça e Não Violência”.....	39
<b>Figura 4:</b> Patrimônio em Debate - DPH em 24/10/2015.....	51
<b>Figura 5:</b> Locomotiva da EFPP utilizada no transporte dos alunos da ULC no ponto de chegada no Parque Municipal Anhanguera, SP.....	53
<b>Figura 6:</b> Polos de Educação Ambiental - 2015 .....	56
<b>Figura 7:</b> Universidade Livre e Colaborativa e Escola de Governo de SP na Subprefeitura de Perus, em 15/03/2014.....	64
<b>Figura 8:</b> Acervo de livros do Sr. Santo de Camargo .....	65
<b>Figura 9:</b> Cine Perus inaugurado em 1948.....	66
<b>Figura 10:</b> Túnel sob a linha férrea da Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP) .....	69
<b>Figura 11:</b> Sra. Aurora Lopes de Camargo, Sr. Fernando Luiz de Camargo e Sr. Santo Camargo.....	70
<b>Figura 12:</b> Caramanchão, espaço de lazer nas dependências da Fábrica de Cimento.....	71
<b>Figura 13:</b> Clube Esportivo Portland fundado em 11/07/1932.....	73
<b>Figura 14:</b> Potencialidades Minerais da região de estudo .....	76
<b>Figura 15:</b> Carteira de trabalho e de sindicalização do Sr. Alexandre Garcia, avô do Sr. Nelson.....	77
<b>Figura 16:</b> I Caramanchão Cultural organizado pelo Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus.....	79
<b>Figura 17:</b> Alunas e alunos da ULC em entrevista com a Sra Ada Giovani e Vila Triângulo. ....	80
<b>Figura 18:</b> Sra Ada Giovani e fotografia de seus pais.....	82
<b>Figura 19:</b> Configurações administrativas da porção noroeste de São Paulo até a atualidade. ....	105
<b>Figura 20:</b> Localização da Serra do Ajuá e córrego Ajuá. ....	107
<b>Figura 21:</b> Chácara Estrada do Imirim - atual Av. Imirim, com cacimba - 21/04/2015. ....	114
<b>Figura 22:</b> Construção do túnel do Botujuru 1865. ....	117
<b>Figura 23:</b> Infraestruturas na nascente metrópole de São Paulo (1867-1901).....	128

<b>Figura 24:</b> Túnel da Cachoeira ou do Botujuru. ....	137
<b>Figura 25:</b> Estação Perus e entorno: 1898 - 1932 - 2015. ....	144
<b>Figura 26:</b> Fábrica de Cimento a partir da ETEC Gildo Marçal Bezerra Brandão na Vila Caiuba - Perus/SP. ....	149
<b>Figura 27:</b> Alteração do perfil da vertente esquerda do vale do Ribeirão Perus. ....	150
<b>Figura 28:</b> Aspectos geológicos e geomorfológicos utilizado em formação de professores. ....	151
<b>Figura 29:</b> Moradores de Perus em fila para compra de pão em 1938 e indícios de atividade extrativa. ....	152
<b>Figura 30:</b> Perfil morfoestrutural do Planalto Paulistano. ....	156
<b>Figura 31:</b> Números de Ocorrências Minerais identificadas de 1934-1949, porção noroeste da Metrópole de São Paulo. ....	168
<b>Figura 32:</b> Ocorrências minerais no município de São Paulo (1940-1950). ....	169
<b>Figura 33:</b> Ocorrências minerais no município de Franco da Rocha (1940-1950). ....	173
<b>Figura 34:</b> Ocorrências minerais no município de Santana de Parnaíba (1940-1950). ....	174
<b>Figura 35:</b> Nota fiscal de concessionário e vendedor de produtos da Fábrica de Cal da Cia Melhoramentos ao proprietário do Casarão do Belvedere, de 1928. Capital/SP. ....	182
<b>Figura 36:</b> Volume de cal transportado pela Estrada de Ferro Perus Pirapora de 1921-1935. ....	189
<b>Figura 37:</b> Na procura do ouro se encontrou o calcário. ....	193

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Distritos e municípios sob atenção inseridos na Região Metropolitana de São Paulo. ....	22
<b>Mapa 2:</b> Alterações administrativas envolvendo a área de estudo na 2ª metade do século XIX. ....	103
<b>Mapa 3:</b> Alterações administrativas envolvendo a área de estudo na 1ª metade do século XX. ....	104
<b>Mapa 4:</b> Representação Nossa Sra. do Ó, Taipas, Pico do Jaraguá, Perus, Ajuá e Cayeiras (1897)...	106
<b>Mapa 5:</b> Túnel do Botujuru, transposição serrana e prosseguimento da São Paulo Railway .....	136
<b>Mapa 6:</b> Regiões Hidrográficas e Subcomitês do Alto Tietê. ....	155
<b>Mapa 7:</b> Aspectos Geomorfológicos da região de estudo. ....	159
<b>Mapa 8:</b> Domínios Litogeológicos na região de estudo. ....	161
<b>Mapa 9:</b> Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo. ....	178

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Dados populacionais de povoações em observação no estudo: 1870 e 1875.....	112
<b>Tabela 2:</b> Resultados censitários 1940 - Estado de São Paulo, Capital de São Paulo e Santana de Parnaíba.....	122
<b>Tabela 3:</b> Estações intermediárias da São Paulo Railway na 1ª e 2ª fase a noroeste de São Paulo. ...	140
<b>Tabela 4:</b> Pedreiras de Calcário e Produção de Cal identificadas de 1934 - 1949: Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba e Cajamar.....	176
<b>Tabela 5:</b> Produção de Cal identificadas de 1934 - 1949: Cajamar e Caieiras. ....	179

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
Objeto e objetivos .....	21
Percurso da pesquisadora .....	23
Percurso no Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP).....	27
Contexto da pesquisa.....	28
Desenvolvimento da pesquisa em capítulos .....	30
<b>CAPÍTULO 1 - Paisagem, bases conceituais e metodológicas</b> .....	33
1.1. A paisagem no Núcleo de Estudos da Paisagem e a Universidade Livre e Colaborativa Perus (ULC) .....	34
1.2 Paisagens .....	40
1.3 Paisagem como processo cultural .....	42
1.4 Paisagem e a Educação.....	47
1.4.1 Comunidades de Aprendizagem.....	47
1.4.2 Educação Patrimonial .....	49
1.4.3 Educação Ambiental.....	54
1.5 Etapas do estudo.....	58
<b>CAPÍTULO 2 - A Experiência na paisagem</b> .....	61
2.1 Perus: o marco zero da experiência na paisagem .....	62
2.1.1 Narrativa 1 - Memórias e vivências do Sr. Santo Camargo e Sra. Aurora Lopes de Camargo. ....	63
2.1.2 Narrativa 2 - Memórias e vivências do Sr. Mário Gaspar e Sra. Nice.....	71
2.1.3 Narrativa 3 - Memórias e vivências do Sr. Nelson A. Bueno de Camargo.....	74
2.1.4 Narrativa 4 - Memórias e vivências da Sra. Ada Giovani.....	78
2.2 Expandindo a paisagem e a experiência .....	83

2.2.1 Organização cronológica das atividades de mineração sob registros locais .....	87
2.2.2 Interpretações da organização cronológica .....	97
<b>CAPÍTULO 3 - Inserção geográfica, histórica e dinâmizações na paisagem .....</b>	<b>102</b>
3.1 Inserção administrativa e o bairro Ajuá.....	102
3.2 <i>Hinterland</i> , Cinturão Caipira, Subúrbio e aspectos populacionais.....	109
3.2.1 Os estrangeiros e agentes locais .....	126
3.3. Implantação da São Paulo Railway e identidade regional .....	129
3.3.1 Estação Perus .....	129
3.3.2 A implantação da São Paulo Railway (SPR).....	133
3.3.3 A São Paulo Railway na região .....	136
3.3.4. Particularidades da São Paulo Railway na região.....	143
<b>CAPÍTULO 4. Inserção geológica e geomorfológica e dinâmizações na paisagem.....</b>	<b>148</b>
4.1. Caracterização geológica e geomorfológica .....	148
4.2. Atividades de mineração na paisagem.....	162
4.2.1 Atividades de mineração e significado na experiência .....	162
4.2.2 A publicação Ocorrências Minerais do Estado de São Paulo de 1950 .....	164
4.2.2.1 Ocorrências Minerais no município de São Paulo sob estudos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico em 1940-1950.....	168
4.2.2.2 Ocorrências Minerais no município de Franco da Rocha sob estudos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico em 1940-1950 .....	171
4.2.2.3 Ocorrências Minerais no município de Santana de Parnaíba sob estudos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico em 1940-1950 .....	173
4.2.2.4 A experiência na paisagem é impulsionada.....	180
4.2.3 Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP) – a cal e o cimento .....	183
4.2.4 Na busca do ouro o encontro do calcário .....	191
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>196</b>

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	204
<b>ANEXO 1.</b> Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo .....	213



## INTRODUÇÃO

Perus situado à noroeste no município de São Paulo completou 82 anos no dia 21 de setembro de 2016, aniversário considerado em função de seu desmembramento do Distrito de Freguesia do Ó em 1934. Ao observar postagens em rede social na internet, verifico a não aprovação de moradores do bairro quanto à realização de um marco comemorativo a cargo da Subprefeitura de Perus da Prefeitura Municipal de São Paulo. No final de setembro de 2016, a uma semana das eleições para prefeito da cidade de São Paulo, as redes sociais demonstram um grande descrédito aos políticos e ao sistema eleitoral: três postagens na comunidade “Amigos de Perus”, sob grande movimentação, tratavam de uma escultura implantada na Praça Luiz Neri situada em local central e de passagem quase obrigatória de todos os moradores do bairro de Perus<sup>1</sup>. A escultura apresenta-se composta de um trem do tipo Maria-Fumaça encravado a um bloco de rocha, compondo uma obra simbólica da história do bairro. (FIG.1)

O presente estudo, ao tratar da exploração mineral em associação à implantação férrea na história da região noroeste da metrópole paulista, onde se insere Perus, encontra identidade com o significado da escultura, porém não aprova os meios como foi implantada sem o envolvimento e consulta aos moradores do bairro, além de compreender que não expressa apenas a história do bairro de Perus.

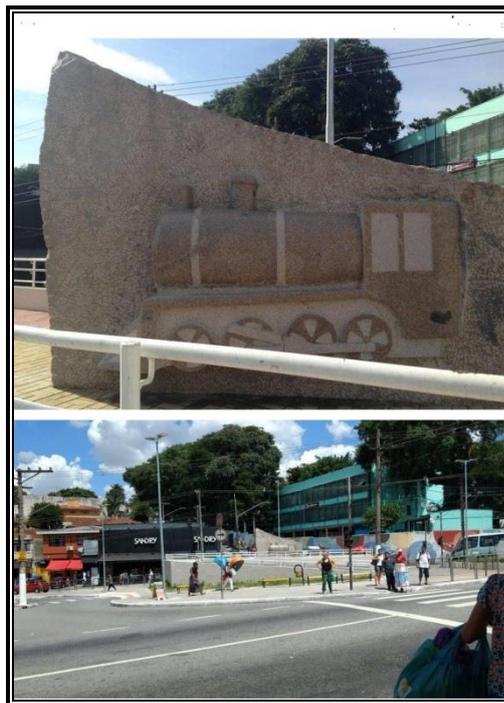
Com cerca de trezentas e cinquenta (350) curtidas e cento e oitenta e oito (188) comentários, ainda que alguns possam ser dos mesmos internautas nas três postagens mencionadas, predominam os questionamentos sobre o valor financeiro da obra, apontamentos de outras prioridades dos moradores, seguido de críticas quanto ao prejuízo dos usos anteriores da praça, como shows, feiras, ginástica para idosos e mesmo colocação dos enfeites de Natal que são comumente implantados nesse ponto.

Apenas cinco comentários associam a obra à história do bairro, contudo, reprovando a intervenção. Sugerem homenagem à Fábrica de Cimento Portland Perus, no lugar de

---

<sup>1</sup> Segundo entrevista em 17/03/2017 realizada com o Sr. Paulo Rodrigues dos Santos, ex-presidente do Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural (IFPPC) e atual responsável pelo Jornal Cultural Perus Anhanguera, a intervenção resulta de um processo iniciado por volta dos anos 2000, atravessando inúmeras alterações de gestões e que possuía o objetivo de utilização de parte do recurso advindo dos Créditos de Carbono decorrentes do Aterro Bandeirantes em ações voltadas à preservação da história do bairro, indicando a estátua como um símbolo estabelecendo associação entre a Estrada de Ferro Perus Pirapora, os minérios e a produção da 1ª Fábrica de Cimento Portland do país como expressões da história do bairro. Informação semelhante foi obtida em 04/01/2017 junto ao engenheiro Aguinaldo Prieto, funcionário da Prefeitura Municipal de São Paulo, sem que pudesse repassar mais detalhes sobre responsáveis pelo projeto e materiais utilizados, nem de estudos preliminares ao projeto atual, visto estar prestando serviços em outra subprefeitura.

associarem o bairro ao trem Maria-Fumaça, e referência ao transporte ferroviário atual, a linha rubi da CPTM, para a qual atribuem inúmeros problemas na prestação de serviços públicos. É igualmente destacado em uma postagem a necessária homenagem à Fábrica em associação aos trabalhadores Queixadas, alvo de grande luta e demandas por recuperação e usos culturais das edificações, capitaneadas por ativistas locais. Também indicam que deveria ser representado um casal da ave peru, em referência à história de uma senhora que, no passado, criava essa espécie de pássaro em uma fazendinha da localidade, motivo pelo qual se atribuiu o nome “Perus” ao bairro, como contam alguns moradores. Se, por um lado, avalio que os procedimentos aplicados pela Subprefeitura de Perus na implantação de tal obra não tenha optado pela oportunidade educativa e de partilha de decisão sobre a representação da história do bairro, pode-se aventar, por outro, que o estudo contribua na utilização do símbolo da escultura em processos educacionais futuros.



**Figura 1:** Intervenção na Praça Luiz Neri, implantada em setembro de 2016.

Fonte: Fotografias: 1. Diane Dourado; 2. Cristina Santos de Mattos (alunas da ULC, em 23/02/2017).

A contribuição a processos educacionais apresenta potência na medida em que o estudo é conduzido, inicialmente, a partir de uma experiência que reúne – e onde interagem – narrativas históricas de um conjunto de moradores de Perus com importante pertencimento local, e que militam no bairro há pelo menos 30 anos. Moradores que abordam a história do bairro vinculada à luta dos trabalhadores da Fábrica de Cimento Portland Perus (1926-1986),

os Queixadas, e à valorização da memória ferroviária, em especial a da Estrada de Ferro Perus Pirapora - EFPP (1914), atravessando outros temas emblemáticos de importante demonstração de cidadania local, indicando com isso que existe grande elaboração local sobre a história do bairro e organização comunitária ativa.

Neste estudo pretende-se demonstrar que as duas primeiras representações, a da Fábrica Portland Perus/Queixadas e da Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP), podem integrar uma paisagem ampliada – semelhante ao procedimento que se experimentou com a definição do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá - Perus (TICP/JP), introduzido no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014, proposto a partir de estudos levados a cabo por um conjunto de professores, pesquisadores e moradores, concentradamente de 2013 a 2015, na experiência da Universidade Livre e Colaborativa (ULC)<sup>2</sup>. A definição do TICP/JP partiu da importância da Fábrica de Cimento em Perus e da luta de seus trabalhadores e alcançou análise de inserção em território na porção noroeste da cidade de São Paulo, incluindo dinâmicas ambientais e culturais dos distritos de Perus, Anhanguera e Jaraguá, experiência da qual este estudo participa e que amplia aos municípios vizinhos.

Apresenta-se as bases a partir das quais foi criado o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá - Perus através de Sandeville e Manfre (2014):

Os TICPs em tese criam, na filosofia que lhes deu origem, a concepção da cidade no âmbito do Plano Diretor como um espaço educativo, cultural e colaborativo, reconhecendo seu potencial afetivo, cultural e de produção de conhecimentos e experiências, articulando equipamentos, patrimônio cultural e natural e lugares de memória, estimulando formas de participação e diálogo e a produção cultural local.<sup>3</sup>

Do ponto de vista legal, o TICP/JP foi criado no Plano Diretor de São Paulo, Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014. Segundo § 3 do Art. 314, Seção II:

Os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem são áreas que concentram grande número de tipologias de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural, educacional e turística de interesse para a cidadania cultural e o

---

<sup>2</sup> A Universidade Livre e Colaborativa de Perus tratou de uma vivência de construção de conhecimento em partilha com moradores e alunos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo e que será alvo de maiores esclarecimentos no item que trata sobre a metodologia do estudo.

<sup>3</sup> Sandeville Jr. e Manfré, E. (2014). “Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano”. Observa SP. Pelo direito à cidade na política urbana de São Paulo. <<https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/>>. Acesso em 18.01.2017.

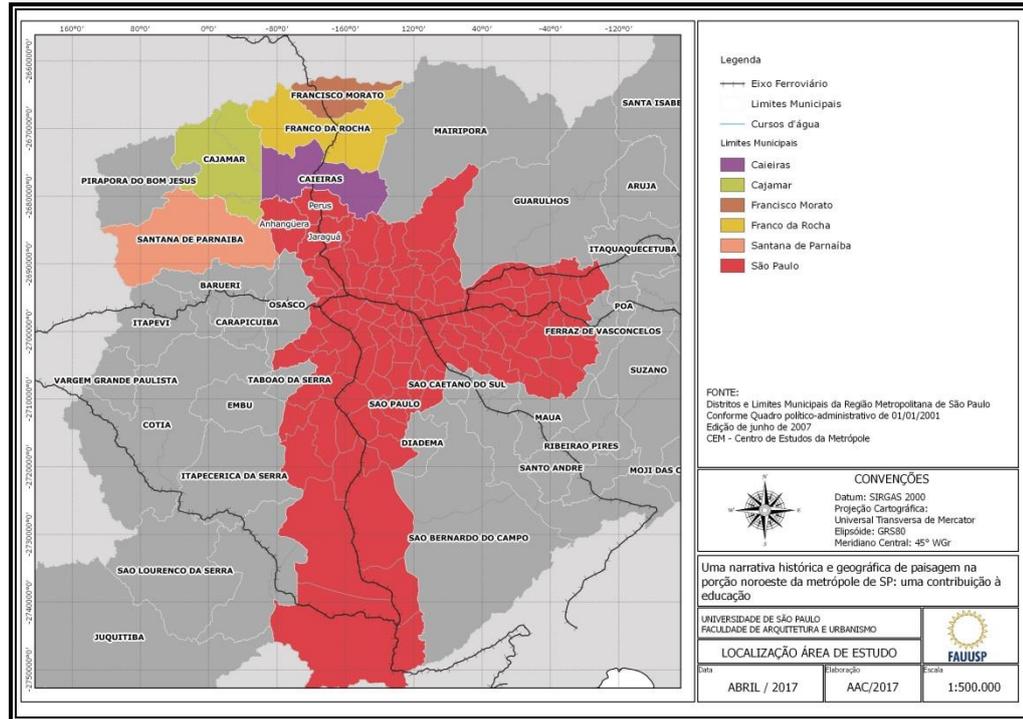
desenvolvimento sustentável, bem como para o entendimento dos processos de construção da cidade, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público.

O TICP/JP, na dimensão do município de São Paulo, já apontou a necessidade de introdução da componente geológica-geomorfológica e usos mineralógicos diversificados no tempo, além de conhecimentos arqueológicos, supondo imbricações à história local/regional e às diferentes fases de ocupação territorial dos arredores de São Paulo. Também foram identificados lugares de memória preenchidos de maior significado, como o Cine Perus de 1945, edificações de trabalhadores que se ocupavam na conservação dos trilhos da EFPP, além de outros especialmente observados por essa pesquisa.

A definição do período do estudo resulta de uma opção interpretativa diante das memórias expressas em entrevistas e dos levantamentos de documentos realizados em associação às indagações suscitadas pelas primeiras. Tem-se por finalidade contribuir às práticas educativas quanto a história local inserida em dimensão regional e visão integrada, podendo potencializar ações de Educação Ambiental e Patrimonial por via da Paisagem, sem com isso deixar de apresentar diferenças de representações a depender de vivências, afetos, identidade social e econômica dos protagonistas, muitas multiplicadas em publicações locais.

### **Objeto e objetivos.**

O objeto de estudo trata da realização de uma experiência de aproximação sobre as transformações da paisagem, de 1867 a 1950, em territórios situados na porção noroeste da metrópole paulista, onde incluem-se os atuais distritos de Perus, Anhanguera e Jaraguá e os municípios de Santana de Parnaíba, Cajamar, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato. (Mapa 1)



**Mapa 1:** Distritos e municípios sob atenção, inseridos na Região Metropolitana de São Paulo.  
 Fonte: Modificado CEM (2001) por Antonio A. Cordeiro, aluno da ULC.

Pretende-se regionalmente sistematizar e iluminar informações e representações históricas e geográficas entre um período e outro já aprofundado, após a exploração do ouro e antes da produção do cimento, embora com sobreposição do período de condução estrangeira da fábrica de cimento de 1926-1950. Também o estudo apresenta informações sobre lavras antigas de ouro observadas em publicação de 1950, contudo, apenas tratando descritivamente e incorporando à sugestão de elaborações de caminhos voltados à prática de educação.

O estudo objetiva apresentar um percurso metodológico de abordagem da paisagem como construção do conhecimento local em partilha e por via da experiência. Compõe-se uma narrativa da pesquisadora que teve início em um núcleo de informações obtidas na experiência e que a ela deve retornar, com a reunião de aspectos descritivos e reflexivos, buscando assim contribuir para uma abordagem de inserção da região noroeste à metrópole de São Paulo do ponto de vista histórico e geográfico.

Algumas questões se apresentam como norteadoras do estudo:

1. Por que e como as narrativas dos moradores de Perus suscitam uma abordagem articulada com bases históricas e geográficas?
2. As características históricas e geográficas da região contribuem à identificação de uma paisagem com o componente mineral entrelaçado, ao longo de período extenso, a saber, 1867 - 1950?

3. As características históricas e geográficas da região possibilitam compreender motivações complementares à implantação das estações ferroviárias de Perus e de Belém (atual Francisco Morato)? E mesmo apontar aspectos complementares quanto à origem do bairro de Perus e municípios vizinhos?

4. A Paisagem como experiência colaborativa, onde se incluem diferentes configurações territoriais, dinamizações produtivas particulares em tempo remoto, pode lançar mão da exploração de Lugares de Memória, Caminhos Temáticos, até mesmo iluminar aspectos da história da região?

5. A construção de uma narrativa da paisagem na região permite fornecer elementos que contribuam às práticas de Educação Patrimonial e de Educação Ambiental nesta mesma região?

#### **Percurso da pesquisadora.**

“Aprender em comunidade requer a adoção de princípios transformadores. É a cultura pessoal e profissional do educador que está em causa. Ter-se-á de entender que a teoria não antecede a prática e que é a dificuldade sentida na prática que justifica a busca de teoria, com vista a uma práxis coerente. É um erro pensar que a teoria precede a prática, assim como agir na prática desprezando a teoria.” (PACHECO, 2014, p.42)

Como uma conjuntura, experiências de construção de conhecimentos territoriais realizados de modo integrado: saber técnico-científico e saber do viver se desenvolveram em diferentes esferas, desde as voltadas à construção de estudos acadêmicos, como também em associação na implantação de políticas públicas, especialmente em períodos de redemocratização de acordo com as primeiras administrações democráticas e populares nos finais de 1980. Como exemplares destaca-se um conjunto de políticas públicas urbanas que prescindem de amplos diagnósticos elaborados de modo participativo, envolvendo gestores e moradores de diferentes municipalidades. Também em ambientes escolares, a prática de Estudos do Meio permitiram professores, alunos e comunidade reunir seus diferentes e complementares olhares e vivências a fim de compreenderem a inserção de suas escolas no meio circundante e a reconhecer dinâmicas urbanas mais amplas. É correto afirmar que

mesmo que realizados em esferas distintas, a da academia, do espaço de gestão pública e do espaço escolar, muitos estudos se retroalimentam.

Assume-se que a experiência em pauta expressa meu estágio de reflexão sobre práticas de construção do conhecimento sobre diferentes paisagens, envolvendo escopos técnicos e sociais integrados. Com menor ênfase numa avaliação crítica, porém realizando uma reflexão de vivências em diferentes paisagens marcadas pela relação espacial e social em permanente diálogo, ora com foco em processos naturais específicos, ora verificando a necessária análise sobre as interferências de intervenções humanas. Incorpora-se complexidades conforme são disponibilizados espaços abertos para preenchimento de maior significado e experiências com um conjunto de sujeitos.

Apresento sucintamente alguns estudos realizados profissionalmente, buscando iluminar um percurso de investigação de dinâmicas de paisagem local por mim vivenciado. Espera-se demonstrar que o estudo em questão também carrega a formação básica e decorrente da minha vivência profissional, e sobre a qual são incorporados conteúdos de outros campos disciplinares, além de diferentes sujeitos, configurando uma rica oportunidade de aprofundamento a uma prontidão permanente a novos aprendizados e construção de conhecimento com pares, requisitos essenciais à experiência na paisagem. Nesse ponto, as ideias de Paulo Freire são oportunas no propósito desse estudo, como aquela relativa ao salto do conhecimento ao saber, experimentando a superação do conhecimento como posse individual e vivenciando o saber solidário.

Sucintamente, e apenas selecionando práticas que dialogam com o estudo, minha experiência inicia-se por um exercício experimental voltado ao entendimento da dinâmica hidrológica realizada em uma microbacia situada na Serra do Mar, em baixa encosta, com vistas a compreender a capacidade de retenção da cobertura vegetal aos eventos chuvosos sob cobertura vegetal secundária de Mata Atlântica<sup>4</sup>. Importante vivência a fim de compreender o comportamento das águas sob uma porção de floresta regenerada e em interface a material de solo heterogêneo, identificou-se uma cobertura de solo originada de movimentos de massa, porém com grandes interferências na sua composição, possivelmente associada à construção da estrada de serviço para a construção da primeira pista da Rodovia dos Imigrantes, inaugurada em 1976. A microbacia é contígua à estrada de serviço. Como uma primeira problematização, verificou-se que as intervenções ocorridas naquela porção não poderiam

---

<sup>4</sup> Revista Instituto Florestal V.4, N.3 - Mar.1992. Disponível em:  
<[http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/RevistaIF/RIF4-3/RIF4-3\\_828-833.pdf](http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/RevistaIF/RIF4-3/RIF4-3_828-833.pdf)>. Acesso em 20.01.2017.

deixar de compor o quadro de compreensão da dinâmica local e dos deslizamentos que lá ocorriam, muitos mobilizando movimentos de massa pretéritos.

Com o intuito de dar maior significado ao conhecimento técnico de ciência básica e também atendendo ao compromisso político na participação de gestões públicas no final de 1980, seguiu-se outra experiência: uma participação profissional em duas gestões democráticas e populares na cidade de Santos, sucessivas. A primeira com planejamento dando continuidade aos estudos ambientais, subsidiando a lei municipal que criou a Área de Proteção Ambiental Santos-Continente, Lei nº 52/91, seguida de implantação de uma política pública de maior convergência com essa experiência: durante quatro anos da gestão de David Capistrano em Santos, e sob a condução da geóloga Cassandra Maroni Nunes, tratando-se de uma oportunidade singular de aprendizado e compartilhamento do conhecimento com os moradores dos Morros de Santos.

Conforme previsto no Plano de Defesa Civil dessa localidade, formou-se uma equipe de moradores e técnicos, cada qual responsável por um território definido, a fim de observação constante e ações de prevenção diante de edificações mapeadas em situações de risco alto a serem atingidas por deslizamentos de solo ou queda de blocos. Tal grupo compunha os Núcleos de Defesa Civil (NUDECS) dos Morros de Santos, e com os quais foi possível uma ação preventiva e alteração das estatísticas de morte nessa região da cidade de Santos. Nunca sairá da minha memória um trabalho de campo com os Nudecs dos Morros de Santos a São Sebastião para conhecerem as ocupações em encosta e a gestão do risco geotécnico de outro município litorâneo e suas sugestões aos funcionários da prefeitura para que reunissem os moradores de cada bairro para uma efetiva prevenção.

Compreensão das dinâmicas ambientais somavam-se às urbanas e a prevenção a acidentes e proteção de vidas compunham uma razão de ser profissional a partir desse período. Com essa mesma chave se seguiu outra experiência de gestora, mas agora em outras encostas: nas vertentes da Serra da Cantareira e incorporando a temática urbana amplamente vivenciada nos Morros de Santos. Como gestora em habitação popular na porção norte/noroeste do município de São Paulo, em uma cidade com alta complexidade urbana, a escala de abordagem e a vivência em proximidade se coloca como uma dificuldade, porém, sendo mais uma vez apresentada como fundamental a gestão por via de conhecimento técnico, transparência, partilha e afeto.

Com a experiência desta pesquisa pode-se aproximar dessa região noroeste e reencontrar alguns desses protagonistas, com destaque ao Sr. Mario Bortoto que, na ocasião, era subprefeito de Perus/SP. Cargo esse ocupado por um curto período, como resultado de

alternâncias de gestão decorrente das práticas da política de coalizão, com loteamento de cargos a partidos aliados, que o Partido dos Trabalhadores assume com maior frequência a partir desse momento. Fato igualmente ocorrido na Subprefeitura de Freguesia do Ó, quando também pude realizar outra experiência que obteve com pares institucionais e moradores o “Prêmio Milton Santos” em 2004. Experiência que constituiu em explorar um plano urbanístico e habitacional do Distrito de Brasilândia/SP, estudo realizado pela consultoria Grupo Técnico de Apoio – GTA, a exploração buscou potencializar o estudo com outros pares de diversos setores da gestão municipal, como gestor dos setores do trabalho, cultura, educação, saúde, assistência etc., lado a lado, e atingir um maior número de participantes moradores para o planejamento territorial. Trata-se da experiência do Grupo de Trabalho Ampliado Bairro Legal Brasilândia, relatado sob o título “Brasilândia construindo um Bairro Legal”.<sup>5</sup>

Outras experiências igualmente com o traço da combinação de estudos técnicos e comunitários, denominados inclusive por leituras técnicas e leituras comunitárias em dispositivo de regramento de Planos Diretores, foram realizadas, como em Amparo, Itaquaquecetuba e Francisco Morato. Também de 2012 a 2015, experimentadas novamente na Região Metropolitana da Baixada Santista a partir do Projeto Litoral Sustentável levado a cabo pelo Instituto Pólis. E, recentemente, na realização de mapeamento de iniciativas ambientais e culturais junto aos moradores do bairro Santa Cruz dos Navegantes, em Guarujá/SP, com o intuito de construção de uma rede comunitária local. Iniciativa que caminha a uma integração com o Laboratório da Baixada Santista (LABxS) – Instituto Procomum, que objetiva “fomentar projetos que contribuam para melhorar a vida em comum e ajudem a pensar a Baixada desde seus cidadãos”<sup>6</sup>.

Tem-se assim, a partir dessa exposição, que as chaves do conhecimento técnico e do vivido, ao lado da abordagem socioespacial, estiveram mobilizadas ao longo do meu percurso de pesquisadora, atingindo essa experiência a noroeste da metrópole de São Paulo com a seguinte indagação: Qual o escopo teórico possível de dar conta do desenvolvimento dessas múltiplas dimensões: técnicas, comunitárias, ambientais, urbanas, históricas e sociais atravessadas por afetividade e comprometidas com a formação de sujeitos?

---

<sup>5</sup> “Brasilândia: Construindo um Bairro Legal”, experiência que recebeu o “Prêmio Milton Santos” em junho de 2004 – Premiação disponível em <<http://www1.camara.sp.gov.br/premios.asp>>. Acesso em: 04.07.2013. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/?s=premio+milton+Santos>>. Acesso 18.01.2017.

<sup>6</sup> Instituto Procomum, e sobre o Laboratório da Baixada Santista, disponível em: <<http://www.procomum.org/>>. Acesso em 18.01.2017.

### **Percurso no Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP).**

Como uma convergência, identifica-se o Professor Dr. Euler Sandeville Jr. desenvolvendo seus estudos, pesquisas e experimentações a partir do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP). Núcleo criado em 2003 e sediado até 2016 no Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LABCIDADE, FAU-USP) e que desenvolveu um conjunto de estudos como: ANGILELI 2007 e 2012, SILVEIRA 2008, SOARES 2010, MATSUNAGA 2015, RADOLL 2014, BERNARDI 2007, IKEMATSU 2014, NEBESNYJ 2012, entre outros, tratando de estruturas urbanas e ambientais e avançando na dimensão da intervenção colaborativa. Os trabalhos anteriores, pesquisas, fundamentos e experiências colaborativas podem ser observadas em Sandeville Jr. (2011).

Dentre os princípios do núcleo estão a “Espiral da Sensibilidade” e o “Conhecimento e proposição de estudos da paisagem como experiências partilhadas”<sup>7</sup>, nos quais o conhecimento e o aprendizado são entendidos como uma construção partilhada de saberes e práticas, coordenadas pelo prof. Euler Sandeville Jr.

Com uma fusão desses dois princípios, o NEP inicia desde 2011 uma aproximação entre educadores e ativistas culturais da região de Perus que realizavam atividades de formação no bairro. Desta aproximação, e através do comprometimento do professor Euler Sandeville Jr. com o modelo de universidade pública inclusiva, resulta a constituição da Universidade Livre e Colaborativa em Perus, cujas atividades iniciais se dão a partir do primeiro semestre de 2012.

Dado que a experiência da Universidade Livre e Colaborativa de Perus compõe os parâmetros metodológicos desta pesquisa, optou-se neste momento introdutório por apenas apresentá-la sob uma síntese formal, constando maior aprofundamento no capítulo correspondente à metodologia.

Trata-se de uma experiência onde alunos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), assim como os do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), junto a moradores, educadores e ativistas culturais de Perus, optam em realizar práticas conjuntas de construção do conhecimento, norteados a uma interferência no território.

---

<sup>7</sup> Espiral do Conhecimento: Disponível em: < <http://www.espiral.fau.usp.br/2-NEP-0.html>>. Acesso em 18 jan 2017.

Com a minha aproximação a essa iniciativa em início de 2013, começa assim a abertura para a realização de um período de grande reflexão e vivência acadêmica, sob uma expectativa de, em contato com sujeitos, aprofundar conhecimento de localidades e construir entendimentos teóricos com a finalidade de contribuição em ações que possam alterar o estado de exclusão urbana, social e cultural em que os moradores de Perus e região se encontram. Destaca-se que a aproximação junto aos sujeitos locais ocorreu a partir de dois grupos organizados e atuantes por longo período nas áreas da cultura e educação, o grupo Coruja e o Quilombaque.

A pesquisa inicia-se com a participação no planejamento das disciplinas Gestão da Paisagem e do Ambiente (AUP- 0669) e Potencialidade e Gestão da Paisagem (ICA - 5754), no 1º semestre de 2013, quando foi possível contribuir com a interlocução na região, especialmente mobilizando moradores militantes na área habitacional a fim de que fossem incorporados à experiência. Nessa oportunidade mostra-se um encantamento duplo em poder retornar ao território e ao convívio com os moradores, e nesse momento podendo experimentar a convergência entre o papel exercido de gestora e o de pesquisadora. Tal convergência não se mostrou em conflito, visto a experiência anterior ter ocorrido imersa em abertura para a compreensão da referência dos sujeitos locais, de uma intencionalidade e compromisso de gestão pública também em partilha, entretanto sem o objetivo do aprofundamento teórico.

A realização dessa disciplina e outras três que se seguem até dezembro de 2014 representaram a experiência da Universidade Livre e Colaborativa de Perus em maior significado, visto um maior número de alunos envolvidos em imersão solidária e na produção de um conhecimento que permitiu a interferência em marco legal incidente nesse território, com a criação da figura do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá - Perus (TICP/JP), incluído no Plano Diretor de São Paulo em 2014, como exposto anteriormente.

A realização da pesquisa possui, com isso, um campo de realização contando com as práticas e valores aplicados junto aos pesquisadores do NEP, convergência a temas e exercícios de um percurso profissional, e, principalmente, apontando na direção da interação com sujeitos, seus lugares, sua região e sua história.

### **Contexto da pesquisa.**

A imersão no território de Perus encontra um grupo mobilizado na reapropriação da fábrica de cimento, projetando usos de educação e cultura e emanados, principalmente, pelas memórias da luta dos trabalhadores Queixadas, contando com um significativo registro tanto por parte de protagonistas locais como de estudos acadêmicos, e interagindo, por outro lado, com sujeitos com importante militância na história ferroviária, igualmente através de uma coleção de registros e pertencimentos.

Os dois, a Estrada de Ferro Perus Pirapora e a Fábrica de Cimento, apresentam-se como empreendimentos associados: o primeiro identificado como responsável pelo transporte de matéria-prima para a produção do cimento pelo segundo. Mesmo os grupos expressando a relação, e ambos empreendimentos encontrarem-se em alto grau de deterioração, são diferenciados e desarticulados os procedimentos levados a cabo a fim da recuperação do conjunto. No final dos anos de 1980 os grupos estiveram reunidos com uma bandeira unificada, como veremos mais adiante. A compreensão sobre um cenário de convergências na história, tanto quanto a implantação de ambos, pode apontar saídas conjugadas para práticas em educação e conservação na região onde estão inseridos.

Uma segunda justificativa, e essa expandindo-se das memórias e organização local e suas particularidades, está na 1ª Fábrica de Cimento e, sobretudo, na luta dos Queixadas – uma referência histórica dessa localidade diante de conhecimentos externos. Aqui, se por um lado pode-se compreender o resultado de uma importante coesão de grupo de sujeitos locais e estudos acadêmicos, por outro é evidenciada uma oportunidade de preenchimento de informações geográficas atreladas a essa história que contribuem ao entendimento local e regional.

Uma terceira justificativa se encontra no fato dessa localidade de Perus ter identificada em sua origem um “Povoado Estação” por Langenbuch (1971), ou seja, que se desenvolve em determinado momento histórico em função da implantação da estação intermediária de Perus pertencente à São Paulo Railway, tronco férreo depois denominado Santos-Jundiaí. Uma importante interferência na paisagem por uma estrutura associada ao centro-sul cafeeiro e ao desenvolvimento industrial e urbano de São Paulo, igualmente prescindindo da reunião de aspectos geomorfológicos e geológicos desenvolvidos em outros estudos e que se encontram à parte da apropriação dos sujeitos locais e da região. Associada a esta, a visibilidade do município vizinho de Caieiras, a partir da Cia Melhoramentos, se apresenta compondo exemplaridade fabril na aurora industrial de São Paulo sob lente unificada em período anterior à fábrica de cimento de Perus de 1926.

Por fim, a construção do TICP/PJ, já expressando a incorporação dessa dimensão geográfica e histórica anterior à implantação da fábrica de cimento, necessita de registro e reflexão contínua e construções mais complexas quanto aos aspectos de dinamização produtiva territorial que possui, em seu núcleo, a luta dos Queixadas da Fábrica de Cimento e a EFPP. Neste sentido, no conjunto podem ser explorados de modo a valorizarem uma paisagem constituída de inúmeras memórias e frentes para atividades educativas.

### **Desenvolvimento da pesquisa em capítulos.**

O estudo realiza experiência inversa à elaboração de compêndios quantitativos envolvendo a Paisagem, comumente iniciados por uma multiplicidade de elementos sobrepostos e geralmente apresentando suas estruturas físicas no princípio, com as vivências sociais adicionadas posteriormente.

Impulsionado por narrativas dos sujeitos locais, e de modo interativo, agregam-se componentes que se interconectam em significado às experiências dos sujeitos, da pesquisadora, registros históricos sobre a localidade e os recursos naturais presentes.

Inicia-se o estudo pela vivência e diálogo com as narrativas dos moradores, alcança estruturas urbanas e o meio físico a partir de problematização vivenciada, e conflui à ampliação espacial da paisagem com identificação de novos elementos integrados à história regional.

Ao final, é apresentada uma proposta de extensão de caminho interpretativo do TICP/PJ, de modo reformulado, e outro propondo mobilidade pelos municípios que compõe a região de estudo.

Abaixo, segue-se o desenvolvimento da pesquisa especificamente, capítulo a capítulo.

O primeiro capítulo, **Paisagem, bases conceituais e metodológicas**, apresenta as bases teóricas que orientam a pesquisa, enfatizando o diálogo com os princípios dos estudos realizados no NEP, pautados na Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento, e no projeto da Universidade Livre e Colaborativa – onde o estudo se origina –, tratando um conjunto de ideias pautadas em Sandeville Jr. (2011). São trazidos também os valores do grupo interlocutor de Perus. Em seguida, recorre-se a um histórico da concepção de Paisagem na Geografia e outro interdisciplinar por Meneses (1995; 2002). Também um diálogo

convergente às Comunidades de Aprendizagem através de Pacheco (2014) é apresentado. São incluídos campos aplicados, como da Educação Ambiental e Patrimonial, com os quais a região se encontra como alvo de práticas, com a intenção de mobilização e sensibilização para elaborações sob o enfoque da Paisagem e construções articuladas.

No segundo capítulo, **A experiência na paisagem**, desenvolve-se o percurso da experiência a partir de narrativa iniciada na participação da Universidade Livre e Colaborativa, constituída por entrevistas com moradores, encontro com narrativas cruzadas sobre lugares de memória, bifurcações na paisagem e o despertar para outros usos pretéritos sob denominador mineral comum. Ao final do capítulo, atinge-se publicações locais e regionais em contribuição às lacunas que se apresentam e interpretação apontando indicativos de associações temporais entre implantações de infraestrutura férrea e produtividade mineral na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Segue-se o terceiro capítulo, **Inserção geográfica, histórica e dinamizações na paisagem**, com o intuito de contribuir ao conhecimento dessa porção e refletir sua inserção no processo de desenvolvimento urbano e industrial da cidade de São Paulo ao longo do período de 1867 a 1950, porém, agora, com outros estudos acadêmicos e técnicos. São identificados, então, conteúdos estratégicos ao entendimento das transformações pelas quais atravessa essa região, como a inserção da região em processos mais amplos, econômicos e políticos e a implantação da São Paulo Railway, problematizando a necessária caracterização geomorfológica e geológica regional, apresentada de modo sequencial.

Compondo o quarto capítulo, **Inserção geomorfológica e geológica e dinamizações na paisagem**, apresenta-se uma caracterização física, especialmente geomorfológica e geológica, em associação às potencialidades mineralógicas locais, além da distribuição de atividades minerárias até os anos de 1950, muitas anteriormente referenciadas a partir das entrevistas e narrativas locais, e nesse momento apresentadas sob a publicação do Instituto Geográfico e Geológico de 1950, potencializando a experiência na paisagem. Outros dois aspectos são tratados especialmente, um referente a aspectos históricos da EFPP que possibilita refletir o binômio ferrovia-indústria na região, e o segundo sobre a identidade mineral de longa expressão temporal na região, a indústria da Cal.

Concluindo, apresenta-se as **Considerações finais** seguidas de proposição de caminhos de interpretação histórica, com fins de apropriação educacional, diante das conexões identificadas desde o ouro até o cimento, em trajeto envolvendo as localidades de Perus, Anhanguera, Jaraguá e Cajamar, e outro envolvendo o conjunto dos municípios

considerados na experiência da paisagem, como São Paulo/Perus e Jaraguá, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato.



## **CAPÍTULO 1 - Paisagem, bases conceituais e metodológicas.**

O início da participação nas atividades do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP), sediado no Laboratório do Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), no início de 2013, está praticamente mesclado com a experiência da Universidade Livre e Colaborativa em Perus.<sup>8</sup>

### **1.1. A paisagem no Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) e a Universidade Livre e Colaborativa Perus (ULC).**

A ULC, como exposto anteriormente, tratou de uma experiência onde alunos da graduação e pós-graduação da FAU-USP junto aos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), além de moradores, educadores e ativistas culturais de Perus, realizaram disciplinas em conjunto.

O Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) contou, em suas reuniões, com a participação de educadores da rede pública de Perus e sujeitos ativistas locais na programação das aulas ministradas nessa localidade. Muitas reuniões de planejamento das disciplinas foram desenvolvidas no prédio da FAU, assim como diversos roteiros de aulas foram potencializados com sugestões dos parceiros de Perus. Foi comum a transferência de aula para algum ponto importante do bairro, mediante convites realizados pelos pares a protagonistas locais para apresentarem seus depoimentos de vivência no bairro. As manhãs de sábado significavam expectativa de encontro com os sujeitos e com o conhecimento, alimentadas também por lanches colaborativos que não economizavam em demonstrar outros dotes dos participantes. Domingo era dia de visitar o grupo que se criou em rede social e estender a sensação da alegria do encontro e aprendizado que o sábado havia proporcionado. Era comum a troca de símbolos que sintetizassem a abordagem da paisagem que estávamos construindo: como exemplo, a fotografia de um olho estava lá a preencher de significado o autor

---

<sup>8</sup> A Universidade Livre e Colaborativa (ULC) teve início em 2011 com parcerias estabelecidas principalmente envolvendo o prof. Euler Sandeville Jr. e os grupos Coruja e Quilombaque, grupos de educadores locais e ativistas culturais de Perus. Depreende-se que de 2011 ao início de 2013 as atividades configuraram-se oportunidade de consolidação de vínculos entre o NEP e sujeitos locais e maturação de atividades de maior alcance, ocorridas nos anos de 2013 e 2014, com uma média de 30 alunos por disciplina.

(LENCLUD, 1995, p.15)<sup>9</sup>, tratando do papel do olhar e da consciência que opera na paisagem.

A cada semana, a cada semestre, fazia mais sentido a montagem da Espiral com os corpos em afeto, proposta pelo professor Euler Sandeville Jr. na segunda aula em 16/03/2013. Os primeiros encontros da Universidade Livre e Colaborativa (ULC) em Perus no primeiro semestre de 2013 se apresentam com um misto de curiosidade pelos conhecimentos que adviriam dela e também com a sensação de que estávamos lá com a incumbência de um fazer diferente. Se no primeiro semestre foi lançada mão da composição de grupos de trabalho heterogêneos, cada grupo constituído de pesquisadores do NEP, alunos de diferentes áreas, moradores, educadores, a sequência não mais se desenvolveu assim. Já se conheciam os diferentes atributos e inspirações dos participantes, que compunham uma equipe com um objetivo em comum: o de aprender e agir no lugar em pares e solidariamente. Um núcleo comum de alunos se manteve nos quatro semestres do período – de 2013 a 2015 – que se considera como mais emblemático da experiência da Universidade em Perus.

O exercício de alteridade se experimentava de antemão, já desde a transferência do Metrô ao trem da CPTM na Estação Luz, seja com o som do deslize do vagão pelos trilhos, com o balanço do trem, ou com as imagens e os parceiros de assento no trajeto. Inúmeras travessias também foram compartilhadas com outros alunos encontrados na plataforma da estação. A prontidão para a experiência na paisagem se inicia mesmo antes de se chegar a Perus.

As aulas acolhidas inicialmente no Centro Educacional Unificado (CEU) Perus apontavam para o conhecimento e inclusão simultaneamente. Inclusão de pares em território segregado da cidade, porém com sujeitos ativos. O equipamento público de educação CEU fora projetado como um espaço de programa educacional, cultural, esportivo e recreativo, construindo outros referenciais urbanos em regiões periféricas de São Paulo. A escolha perfeita, em semelhança, para o início da experiência da Universidade Livre e Colaborativa, contando com o privilégio do Sr. Márcio Antonio Melhado Bezerra, Gestor do CEU (2013 - 2016), encontrar-se entre os parceiros locais. Outro ponto focal da experiência da ULC é a Comunidade Cultural Quilombaue<sup>10</sup>, criada em 2005 por jovens artistas de Perus e região, voltada ao enfrentamento da miséria e da violência que atingem esse grupo etário. Um lugar

---

<sup>9</sup> LENCLUD, Gérard. L'ethnologie et le paysage: Questions sans réponses. In **Paysage au pluriel**: Pour une approche ethnologique des paysages [en ligne]. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995. Disponível em: <<http://books.openedition.org/editionsmsmh/654>>. Acesso em 16.10.2014.

<sup>10</sup> Página do Quilombaue na rede social Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/quilombaue/>>. Acesso em 26.01.2017.

do encontro da resistência e da invenção cultural, que com seu histórico contribuiu em auxílio na imersão dos alunos, no conhecimento e na ação local. José Soró, representante dessa comunidade e integrando o grupo local de parceiros que idealizaram a iniciativa da Universidade Livre em Perus<sup>11</sup>, ocupa uma das importantes referências aos alunos e pesquisadores, assim como junto à juventude local e regional. (FIG.2)

No conjunto dos cursos ministrados no escopo da ULC em Perus, em quatro especialmente, de 2013 a 2014, se explorou uma gama de localidades e temas<sup>12</sup>, assim como uma diversidade de estratégias – desde aulas itinerantes, derivas<sup>13</sup>, entrevistas em grupo com trabalhadores da Fábrica de Cimento Portland Perus, seus familiares, herdeiros de operadores da Maria-Fumaça, roteiros ao Parque Anhanguera, Aldeias Guaranis Tekoá Pyaú e Tekoá Ytú localizadas no distrito do Jaraguá, aproximação com a experiência cidadã da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Marili Dias na extremidade do distrito de Anhanguera, e tantas outras. A cada momento, e a cada semestre, a apropriação se ampliava, juntamente aos afetos e vínculos aos sujeitos e às suas vivências, provocando um sentimento de que Perus e seus distritos vizinhos tornaram-se um lar<sup>14</sup>, incluindo, para alguns alunos, a instalação de moradia por desejo de maior aproximação cotidiana.<sup>15</sup>

<sup>11</sup> Integrando o grupo local de parceiros envolvidos na idealização e realização da Universidade Livre, juntamente com o Prof. Euler Sandeville Jr. (FAU-USP) e o pesquisador Gabriel Fernandes (NEP/FAU-USP), destaca-se a profa. Regina Bortoto, Mário Bortoto (subprefeito de Perus em 2001-2002), a profa. Maria Helena Bertolini Bezerra, além dos já citados Marcio A. M. Bezerra e José Soró. Outros parceiros são apontados em correspondência a conteúdos, assim como os acima citados são indicados em diversos momentos pelo grande aporte à pesquisa.

<sup>12</sup> De 2013 a 2014, quatro foram as disciplinas que integraram a experiência da Universidade Livre: I) Gestão da Paisagem e do Ambiente (AUP-0669) e Potencialidade e Gestão da Paisagem (ICA-5754) no 1º semestre de 2013; II) Gestão da Paisagem (ICA-5754) no 2º semestre de 2013; III) Representações da Natureza e da Cidade no Brasil (AUP 5871-2/2) no 1º semestre de 2014; e IV) Potencialidades e Gestão da Paisagem (PCA 5009-1/1) no 2º semestre de 2014.

<sup>13</sup> Segundo tradução de Amélia Luisa Damiani de Guy Debord (Internationale Situationniste, s/d., pp. 51-55), “a deriva se define como um comportamento ‘lúdico-constructivo’, ligada a uma percepção-concepção do espaço urbano enquanto labirinto: espaço a ‘decifrar’, se apresenta como uma técnica da passagem ativa através de variados ambientes, correspondendo a um dos diversos procedimentos situacionistas.” Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Fani/flg0560/2010/Teoria\\_da\\_Deriva.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Fani/flg0560/2010/Teoria_da_Deriva.pdf). Acesso em 10.07.2017.

<sup>14</sup> “Lar é onde as raízes são mais profundas e mais fortes, onde se conhece e é conhecido por outros, o onde se pertence. A ausência do lar pode nos levar À saudade”. RELPH, Edward. “Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar”. In **Qual o espaço do lugar?** Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer e Livia de Oliveira (Orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 24.

<sup>15</sup> Andreas Guimarães, pesquisador do NEP, e Isabel Soares, atriz, estabeleceram residência em Perus a partir da experiência da ULC, motivados por “viver o cotidiano em Perus, estabelecendo vínculos em profundidade com as pessoas, lugares e ação, como uma experiência” (segundo depoimento de ambos colhido em 02/02/2017). Ver também GUIMARÃES (2015), “Pó - o lugar, no corpo, está na pele”, Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado na FAU-USP, que incluiu a realização das performances “Pó, ações para lente de uma luneta” e “Pó - o Homem C.”, ambas elaboradas e praticadas pela dupla em atividades integrantes de eventos realizados pelo Movimento pela Fábrica de Cimento, outros junto ao Quilombaque, além de incluída em Trilha da Memória do Trabalhador realizada pela Universidade Livre e ativistas culturais locais na Jornada do Patrimônio em dez/2015 (DPH/SMC/PMSP).



**Figura 2:** Universidade Livre e Colaborativa Perus.

1. Aula de abertura em 09/03/2013; 2. Prática da Espiral da Sensibilidade em 16/03/2013; 3. Aula itinerante no Quilombaço, Perus.

Fonte: Universidade Livre e Colaborativa Perus.

O produto dessa fusão resultou na participação em outras atividades, como curso a professores da rede municipal, aulas abertas em praça pública e ocupação das dependências da Fábrica de Cimento, hoje deterioradas e em alto grau de abandono.

Demais atividades buscaram inserção nos processos em curso relacionados ao Plano Diretor de São Paulo, incluindo alteração de cronograma das aulas para que os alunos pudessem participar das oficinas regionais levando proposições, sugestões e análises discutidas coletivamente na ULC.

Desde o momento inicial dessa experiência percebe-se que a área da fábrica de cimento, mesmo contando com dispositivos municipais e estaduais de proteção, é alvo de interesses econômicos e imobiliários, sem que os moradores tenham informações de modo transparente providas do governo municipal e especialmente junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), justificando a realização de aulas com profissionais de ambas as esferas de proteção a fim de maiores esclarecimentos e posicionamentos dos alunos.

Em contrapartida, um diálogo possível se desenvolvia com a Secretaria Municipal da Cultura e a de Direitos Humanos, resultando em atividades desenvolvidas em parcerias, como a participação em duas versões consecutivas da Jornada do Patrimônio, em 2015 e 2016 – iniciativa do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) –, além de Seminário sobre o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá - Perus, programado e realizado conjuntamente com o DPH/PMSP em outubro de 2015.

Mesmo sem aprofundar a não recepção do setor municipal do Desenvolvimento Urbano de São Paulo à bandeira do Movimento pela Fábrica de Cimento Perus para fins culturais e educativos, aos alunos eram mostrados os desafios pelos quais atravessavam esses sujeitos, e esse território, fortalecendo o compromisso de contribuir ao entendimento e à

efetivação da inclusão dessa paisagem, bem como de seus anseios de transformação nas suas experiências de alunos, premissa das pesquisas do NEP em associação à Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento, segundo Sandeville Jr. (2011, p. 7).

A contextualização da experiência apresentada acima vem em auxílio à identidade sobre a abordagem de Paisagem a que este estudo se assenta, no humanismo, no compartilhamento da cultura e na construção do conhecimento com pares locais. E para efeito de consolidar suas bases na espiral da sensibilidade, de acordo com Sandeville Jr. (2011, p. 30): “Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento é assim um projeto poético e acadêmico, não disciplinar, elaborado a partir de 2002 (...) com alguma inspiração libertário-pacifista, de valores humanistas e solidários.”

Para o autor, trata-se de um ideário que se desenvolve a partir de seis grandes chaves: i. a paisagem; ii. a cidade; iii. a memória, a imaginação e a história; iv. a arte; v. a alegria, a satisfação, o amor, a amizade, o sonho, a confiança mútua; e vi. a pesquisa, onde a Paisagem é compreendida como

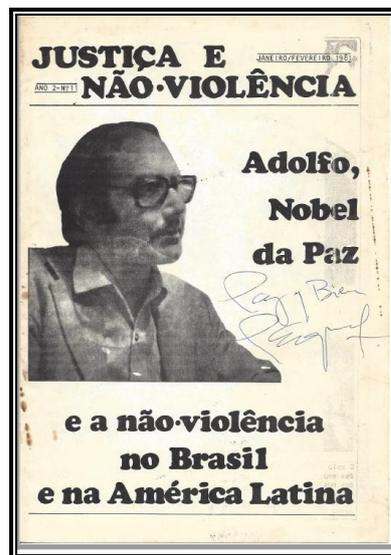
[...] experiência partilhada social, cultural e existencialmente, e portanto como uma condição de ser no mundo, articulando esferas da subjetividade, do simbólico, da sociabilidade do cotidiano, e dos tempos nos quais a paisagem se forma como herança e patrimônio coletivo que nos transcende, mas que é também um futuro que vamos definindo com nossas ações, sendo todos coautores de seu destino. (SANDEVILLE JR., 2011, p. 30)

É de se destacar a importância de encontro entre os valores pautados pelo grupo de educadores e ativistas de Perus e a Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento, identidade que possibilitou o desenvolvimento da experiência da Universidade Livre e, em consequência, deste estudo que nela se insere.

O grupo em aproximação inicial possui um percurso de prática de formação cotidiana e militância pautados nos princípios da “Não-Violência Ativa” e da “Firmeza Permanente”, que corresponde a um conjunto de ideias-forças incorporadas na luta sindical – a partir dos trabalhadores da Fábrica de Cimento – de acordo com a prática de grupo de cristãos engajados na luta por justiça, paz e direitos humanos, e que reportam-se à Gandhi.

Dentre os diversos materiais disponibilizados pelo grupo ao conjunto dos alunos, dois são exemplares na demonstração que trata de um encontro de valores de condução crítica diante das injustiças e desigualdades, também afim na opção de reunir recursos e nas estratégias de enfrentamento. O primeiro trata-se de uma publicação de 1981 a respeito da vinda ao Brasil de Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz em 1980, chamando a

atenção para “a novidade da não-violência ativa, como maneira original de assumir o conflito”.<sup>16</sup> A publicação aborda o enfoque psicológico, teológico e político da concepção da não-violência ativa (FIG.3). Neste documento há um mapa do Brasil onde são localizadas as representações regionais de atuações concretas desse grupo e seu ideário. Neste ponto, depreende-se que em nível nacional as ideias da Justiça e Não-Violência são aplicadas em diferentes frentes, como em Recife com a população em situação de rua, ou no Vale do São Francisco com o conflito represas *versus* alimentação para os moradores ribeirinhos e outros. Perus aparece identificado no campo industrial pela ação da Frente Nacional do Trabalho (FNT) que, segundo o mesmo registro, foi fundada a partir dos trabalhadores Queixadas da Indústria de Cimento Perus, também em associação com a Pastoral Operária (CADERNO JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA, 1981, p.13).



**Figura 3:** Publicação sobre ideias da “Justiça e Não-Violência”.  
Fonte: Acervo pessoal de Regina Bortoto.

O segundo exemplo é de um período gregário:

<sup>16</sup> Adolfo Pérez Esquivel, argentino, Prêmio Nobel da Paz de 1980. Arquiteto de formação, trabalhou muitos anos como professor. Disse certo momento que é alguém que vai aprendendo enquanto caminha. Participou de grupos comunitários com o compromisso de viver a não-violência ativa trabalhando com oficinas de marcenaria. Junto com Jean Goss e sua esposa Hildegaard vão ao Brasil a fim de propagação de seus ideais na América Latina. Em 1962 reconheceram na luta dos Queixadas em Perus todas as características da luta não violenta. Passando os grupos formados por Mário Carvalho de Jesus (advogado dos trabalhadores da Fábrica de Cimento), a Frente Nacional do Trabalho (FNT) e mais tarde o Secretariado Nacional Justiça e Não Violência a fazer parte dos encontros da agremiação a nível continental. Adolfo também criou o Serviço Paz y Justicia para a América Latina com sede em Buenos Aires. Preso em 1977, se aproximou da força do espírito, permitindo sobreviver às torturas. Para Adolfo Esquivel a não-violência ativa precisava ser mais agressiva e era chegada a hora de simplesmente falar de liberdade, mas fazer a libertação: “É um trabalho cotidiano que acabará por derrubar as estruturas injustas que existem nos países do nosso continente.” (1981, p. 8), conforme síntese da biografia (contida na página 8). In: Caderno “Justiça e Não-Violência”. Ano 2, nº 11, Jan/fev 1981 (p. 1-16). Acervo pessoal de Regina Bortoto.

Já existe entre os moradores de Perus uma razoável movimentação para que tanto a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, tombada pelo CONDEPHAAT, como a Fábrica de Cimento Portland Perus e todo o interessantíssimo conjunto arquitetônico em torno deste último sejam convertidos em um grande centro de lazer e cultura aberto a todo o povo de São Paulo. Essa luta insere-se no contexto maior de defesa do verde e das características muito particulares de nosso bairro contra a ação predatória da especulação imobiliária.<sup>17</sup>

É assim, lado a lado, que ambos, representados pelos integrantes do NEP e os moradores, encontram potência de compromisso como coautores de seu destino – Paisagem/Perus, como nos princípios libertários e pacifistas da Espiral da Sensibilidade/Não-Violência Ativa, preenchendo então a experiência do estudo em grande significado e motivação.

## 1.2 Paisagens.

Diferentes campos de interesses se mesclam e se interpenetram nas conceituações e práticas com a Paisagem, como na geografia, história, ecologia, arquitetura, psicologia, estética e outros mais. Do ponto de vista científico, na geografia desenvolveu um vasto e longo debate sobre a paisagem tratada como categoria conceitual, assim como, na arquitetura, foi tratada longamente como campo de intervenções.

Brito e Ferreira (2011, p.1-5) apresentam o caráter das múltiplas abordagens geográficas considerando as diferentes correntes e a dependência do contexto histórico e cultural. Os autores iniciam pela geografia tradicional (1870-1950) que se ocupava em debates em torno de paisagem, região natural e região paisagem, além de paisagem cultural, gênero de vida, Vidal de La Blache, e diferença entre áreas. Com a geografia teórica-quantitativa (1950), ainda segundo os mesmos autores, a geografia adota um raciocínio hipotético-dedutivo, modelos matemáticos e quantitativos, e se aproxima das ciências da natureza. A partir desse momento ganha relevo na geografia o conceito de espaço, enquanto o de paisagem diminui em importância. Com a geografia crítica (1970), baseada no materialismo dialético, o espaço passa a ser considerado o lócus da reprodução das relações sociais da produção. Com esse paradigma, a sociedade e o espaço são enfocados

---

<sup>17</sup> Extraído de carta de 23 de agosto de 1989, assinada por Elcio Siqueira, na ocasião Secretário do CENTRO CULTURAL AJUÁ - PERUS: EM DEFESA DA CULTURA POPULAR, com sede na Rua Antônio Maia, 651, Perus (SP), dirigida à diretora do CONDEPHAAT, Sra. Teresa Katinski.

simultaneamente e conceitos como o de paisagem passam a integrar esse arcabouço, ao lado de região, espaço, lugar e território. Simultaneamente à geografia crítica de matriz estruturalista, há o surgimento na década de 1970 e 80 da geografia humanista e cultural, fundadas na fenomenologia, no existencialismo, na recuperação de matriz historicista, na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo, alçando em importância o aspecto singular e da compreensão do mundo real – sendo, neste momento, o conceito de paisagem revalorizado ao lado do conceito de região.

Brito e Ferreira (2011) apontam ainda que, na atualidade, estão sendo utilizados entendimentos diversos do conceito de paisagem pela geografia cultural, ora servindo-se de lugar, ora de região, ou mesmo de território. Seguem apresentando com destaque a proposta metodológica de Bertrand (2007), desenvolvida a partir de um sistema analítico: Geossistema-Território-Paisagem, constituído de seus respectivos tempos. Para este autor, o tempo da paisagem é aquele do cultural, do patrimônio, do identitário; o do território é o tempo do recurso; e o do geossistema, o da natureza antropizada. Concluem Brito e Ferreira (2011, p.9) que os desafios à Geografia Cultural reside no equacionamento entre uma grande gama cultural e subjetiva e uma quase nulidade no tratamento dos aspectos naturais.

Dois aspectos são suscitados a partir das conclusões dos autores: o primeiro, relacionado à proposta analítica associando conceitos aplicados de acordo com o tempo, sendo a paisagem vinculada ao tempo cultural e do pertencimento, e o território, o do recurso. Tal aspecto gera incertezas quanto ao potencial de diálogo desse aporte analítico à pesquisa, visto a opção metodológica iniciar por uma experiência, pelo diálogo, envolvendo o identitário, o patrimônio, e atingir um recurso, o mineral, em uma paisagem, mesmo com o recurso transformado por diferentes técnicas e produzido diferentes materiais de acordo com demandas urbanas distintas. Compreende-se que um recurso só chega a ser reconhecido como um recurso justamente pelo conhecimento de que, se é um recurso para algo, pode ser transformado quando é apto a usos específicos em função do desenvolvimento da sociedade, das técnicas, da história, dos valores etc. Com isso, em nossa visão e aplicação neste estudo, o tempo do recurso e de seu uso integram a paisagem, ao lado de pertencimentos identificados. Assim, se por um lado essa elaboração de Bertrand (2007) não vem em apoio à pesquisa em função de escolhas realizadas, o segundo aspecto supõe-se convergente, a saber, o de que uma gama subjetiva dos estudos humanistas prescinde de integração aos aspectos naturais, o que estamos a experimentar neste estudo.

No entanto, a Teoria Geral dos Sistemas, na qual se baseia Bertrand, pode viabilizar estudos importantes para essa região, visto os grandes inputs que o uso da mineração acarreta

na paisagem e no geossistema até os dias atuais, servindo de um instrumental importante à planificação local e regional.

Um grupo de ideias que busque a interação com a natureza cultural da paisagem em primeiro plano parece ser o caminho mais adequado a essa pesquisa, ainda que também sobre a matriz da cultura existam várias construções (como veremos mais adiante).

### **1.3 Paisagem como processo cultural.**

Inicia-se por Meneses (1995, p.89), visto corresponder a um autor conhecido ao longo do desenvolvimento da experiência, de acordo com sua contextualização sobre a cultura, pois “[...] situaria a cultura no universo do sentido [...], a problemática da cultura, o domínio cultural, tudo isso diz respeito à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de sentidos, de significações”. O autor, nessa construção, apresenta seu ponto de partida do tratamento sobre usos e funções culturais em conferência proferida em evento internacional sobre Turismo e Território. Constitui assim uma importante contribuição nesse primeiro momento para situar a experiência na paisagem imersa em ambiente de significações e valores diversos, alguns armazenados em memórias e mobilizados pela experiência, e outros fluxos de sentido.

Meneses nos alerta sobre o fato dos sentidos carregarem representações que podem se expressar tanto sob dimensões materiais como não materiais. Representações essas que agem como norteadoras da vida prática, ou, inversamente, a vida prática orientando as representações, numa dinâmica de construção do legível e de reelaboração simbólica das estruturas materiais de organização da sociedade, levando a elaborações que podem agir em reforço ou propondo transformações da realidade. O autor, mesmo imbuído em contribuir ao tema do turismo, nos orienta com suas concepções amplas e profundas sobre cultura, possibilitando refletir sobre as narrativas históricas de sujeitos integrantes das dinâmicas de organização da sociedade e da paisagem. Em outra reflexão, coloca o turismo e a paisagem como férteis ao enriquecimento humano no sentido da inclusão social:

O Turismo e a paisagem têm enorme e inegável potencial de fecundação mútua e enriquecimento da vida humana. Não é, porém, um potencial que se atualize automaticamente. São as hierarquias de interesses humanos e as estruturas dentro das quais eles se expressam e operam que definem as condições segundo as quais esse potencial poderá realizar-se ou, ao contrário, dar lugar a mais um instrumento

de exclusão social e embotamento da consciência crítica. (MENESES, 2002, p. 61)

São trazidos aspectos-propostas da abordagem da cultura que o autor desenvolve e que são convergentes à experiência, como o da “Cultura como escolha, sentido e valor”; a “Cultura e conflito”; e o “Valor Cultural e fetichismo”.

Quanto à “Cultura como escolha, sentido e valor”, diferenciado do comportamento biológico, o comportamento cultural envolve escolhas a partir de significações atribuídas e de um conjunto de juízos escalonados, indicando, segundo Meneses (1995, p. 90-91), um não automatismo, mas sim uma mediação simbólica, que é a cultura propriamente dita. E conclui: “Portanto, a natureza das necessidades, nas sociedades humanas, não é dada integralmente pela natureza, mas instituída segundo contextos específicos e como decorrência de escolhas e seleções.” (MENESES, 1995, p.92)

Quanto ao segundo aspecto-proposta: “Cultura e conflito”, o autor observa a imbricação entre a cultura e o seu desenvolvimento histórico, envolvendo valores e sentidos que necessitam ser apresentados, e explicitados. Não nascendo com os indivíduos por obra da natureza, resultam de ação social. Também as escolhas realizadas por grupos, para serem ampliadas e se configurarem em padrão, necessitam de identificação e de aceite. Assim, não ocorrendo uma concordância, apresenta-se o conflito, ganhando, desse modo, uma dimensão de poder e de política combinada à cultura; daí, segundo o autor, o exercício de harmonização do conflito em si ser uma escolha, uma forma cultural de agir.

Tem-se, desse modo, tanto a partir da primeira como da segunda proposta de chaves participantes do processo cultural, um importante fundamento ao estudo. A realização da experiência na paisagem possibilita a aproximação das razões de diferentes leituras escolhidas para a história de Perus, ora um grupo reforçando a narrativa da ferrovia, ora outro a dos trabalhadores da fábrica. Chaves a fim de se compreender que, na paisagem, se explicitam conflitos de narrativas, de escolhas de sentidos, de representações. E, por consequência, ações distintas em acompanhamento, como verificamos ocorrer em Perus.

Na última proposta de “Valor cultural e fetichismo”, Meneses (1995, p.93) demarca que “o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais.” As duas ideias centrais quanto a esse ponto apresentado são: a primeira, de que os bens culturais não possuem identidade por si, mas em função dos grupos sociais lhe atribuírem sentido. A segunda, relativa à instabilidade e mudança dos sentidos atribuídos ao longo do tempo em função da história e das contingências. Como uma necessidade, o autor

observa o quão importante é reconhecer os circuitos de produção e consumo do sentido e do valor, não sendo suficientes a produção de levantamentos considerados como culturais, como fazem comumente muitos inventários, nos alertando sobre a necessária análise conjuntural sobre o volume de dados obtidos, e não apenas a realização descritiva de informações (MENESES, 1995, p.93-94).

Concluindo o terceiro aspecto-proposta, Meneses (1995, p.94) aponta que “[...] o eixo de compreensão terá que estar não nas coisas, mas nas relações da sociedade com as coisas e, mais ainda, dos homens entre si, na sociedade.”

Prosseguindo, mas agora objetivado na paisagem, apresentamos seu balanço crítico desenvolvido a partir dos trabalhos expostos em um colóquio internacional realizado em São Paulo sobre o tema “Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar”. Sobre este, pontua que, de modo geral, transitam abordagens empíricas e de realização artística sob o risco da desistorização do conceito de paisagem (MENESES, 2002, p.29).

Buscando desenvolver o destaque que realiza quanto às limitações de não se considerar a construção histórica do conceito de paisagem, inicialmente o autor busca apresentar tal conceito consolidado tanto na geografia como na história. Na geografia, Meneses se utiliza de Milton Santos e da distinção feita por este entre Paisagem e Espaço: “[...] a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima.” (SANTOS,1996 apud MENESES, 2002, p.30). Na história, referindo-se a Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997)<sup>18</sup>, aponta que este campo do conhecimento se encontra buscando precisamente a superação da polaridade entre a natureza e a cultura, enfatizando as transformações pelo homem e incluindo inúmeros fatores analisados como um sistema – sistema este composto por fatores físicos, jurídicos, tecnológicos, demográficos e sociológicos. Reconhece Meneses que ambos se encontram consolidados, mas ainda assim afirma que é necessário ir além, ou seja, ao tratamento da paisagem como processo cultural.

Para substantivar sua posição se propõe construir um quadro de abordagens e extrair tratamentos afins. O autor inicia por Augustin Berque e sua afirmação de que a paisagem não é universal, que existem civilizações paisagísticas. Apresenta os quatro critérios empíricos desenvolvidos por Berque quando trata de reunir referencial de apropriação da “civilização paisagística”, quais sejam: i. diferentes palavras para expressar paisagem; ii. representações

---

<sup>18</sup> SILVA, F. C. T. da. “História das paisagens”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp.203-216.

literárias (orais e escritas) que a descrevam ou celebrem seus atributos; iii. representação pictórica da paisagem; e iv. existência de jardins de fruição (BERQUE, 1994 apud MENESES, 2002, p.31).

Prosseguindo e concordando com a ideia de que a paisagem é universal, se ocupa sobre o modo como essa paisagem é apropriada. E nesse campo, continua com outros autores que contribuem ao levantamento dos aspectos relativos às condições da paisagem, tais como: Berleant e a legibilidade e imaginabilidade da paisagem (BERLEANT, 1992 apud MENESES, 2002, p.31); Cauquelin no atendimento quanto à expectativa formal (CAUQUELIN, 1990 apud MENESES, 2002, p.31) e Cosgrove quanto à paisagem e ao modo de ver (COSGROVE, 1995 apud MENESES, 2002, p.31).

A partir do reconhecimento de que a paisagem possui sua dimensão de objeto e que é apropriada de diferentes modos, como exposto com os diversos autores tratados por Meneses, aponta que ainda assim não é o suficiente, visto que a sua representação ocorre intrínseca ao objeto. Indica o caminho de superação da percepção e representação por si, observando a necessidade de conhecimento das determinações culturais, sociais e históricas da percepção, com a qual se constrói subjetividade. E nesse sentido afirma:

[...] há que descartar enfoques polares, realistas ou idealistas. Os primeiros insistem na materialidade e objetividade morfológica, no seu caráter de dado, configurável ou alterado e marcado por ação humana. Os segundos fazem da paisagem uma mera projeção do observador. Ora, é considerando a paisagem uma estrutura de interação que se tem sua verdadeira natureza cultural. (MENESES, 2002, p.32)

Assim, o autor aponta outro desafio, quanto ao tratamento da paisagem por vezes encontrar abordagens realistas ou idealistas, sendo, para ele, outro engano separá-las. Construindo a ideia da fusão entre uma e outra abordagem, identifica Lenclud o qual apresenta que a paisagem é “um dado tal qual é percebido, um fragmento do mundo sensível tal qual está dotado de personalidade por uma consciência” (LENCLUD, 1995 apud MENESES 2002, p.32). Com este autor Meneses tem a oportunidade de tratar que a ideia de percepto/percepção vem a ser mais um processo de organização e reorganização do que fisiológico, pois resulta de processos que envolvem modelos, valores, interesses etc. (MENESES, 2002, p.33). Apóia-se em Christopher Tilley, também sob a matriz fenomenológica, tratando que a percepção do mundo e as escolhas do percebido são operadas não só por aspectos perceptivos e cognitivos, mas pelas experiências vividas ao longo da história sob suas especificidades. (TILLEY, 1994 apud MENESES, 2002, p.33).

Prosseguindo ainda com a ideia de fusão entre os enfoques realistas e idealistas, o autor passa a desenvolver ponderações sobre as marcas da história, e aqui com muita contribuição ao estudo. Ele coloca que a paisagem oferece traços fósseis, sendo possível compreender alterações de fisionomia ao longo do tempo. Exemplifica essas marcas com os diques na Holanda, indicadores de terras ganhas ao mar, elemento importante da formação territorial daquele país. O que seriam os canais de Saturnino de Brito em Santos que não esses traços fósseis? Também marcas materiais da necessidade de drenagem da planície litorânea e saneamento diante das doenças que se espalharam na troca do século XIX para o XX. Ou mesmo o túnel do Botujuru em Francisco Morato, uma herança material sobre a tecnologia inglesa utilizada para efeito de superar uma menor serra que a Serra do Mar, mas que igualmente atendeu às necessidades econômicas com tecnologias disponíveis à época. Para o autor, a paisagem “é produto e simultaneamente vetor das formas pelas quais a sociedade se produz e reproduz historicamente” (MENESES, 2002, p.38).

Após suas reflexões sobre os diversos constitutivos da abordagem da paisagem, e a construção sobre o processo cultural desenvolver-se sob a reunião de aspectos idealistas e realistas, o autor passa a tratar sobre os usos da paisagem ao longo da história. Destaca o campo da identidade no qual essa tem sido mais mobilizada. Exemplifica a utilização com fins na construção de identidades nacionais, alertando que, nesse uso, o fez mobilizando o conflito, sendo comum uma produção de guerra de paisagens. Em concordância ao que aponta em seu segundo aspecto-proposta “Cultura e conflito”, exposto em sua outra publicação de 1995.

Concluindo o aporte de Meneses (2002), passamos para a paisagem como patrimônio cultural. Segundo o autor, durante muito tempo a paisagem nesse âmbito foi tratada como monumento, e, neste sentido, a problematiza com a seguinte afirmação: “O monumento é sempre algo que seu entorno não é” (MENESES, 2002, p.50). Continuando, desenvolve que com a monumentalização os elementos da paisagem se tornam fetiches, dotados de valores próprios, independentes de vários contextos, do sociocultural e também do ambiente. Informa que apenas em 1960 essa categoria de monumento passa a ser superada pela de bem cultural, também ganhando força a categoria de patrimônio ambiental urbano, sendo um avanço a ampliação espacial, segundo o autor. Marca os efeitos mais completos dessa ampliação espacial apenas em 1992, com a introdução da categoria paisagem cultural, a partir da qual se propõe compreender a obra combinada da natureza e do homem, resultado do Encontro Técnico do Comitê do Patrimônio Mundial na França em 1992. O autor, embora reconhecendo o importante papel de abertura de perspectivas com essa nova incorporação,

chega a observar que paisagem cultural aparece como um pleonasma, visto que paisagem sempre é cultural.

Finalizando o aspecto conceitual e aplicativo, o autor elenca propositivamente três pontos de aprofundamento quanto à paisagem: i. há que ser preservada no âmbito da gestão ambiental, considerando a paisagem como um organismo vivo, mesmo incluindo inorgânicos; ii. quanto ao que se deva proteger: propõe a preferência dos aspectos funcionais aos formais, devendo os aspectos funcionais serem identificados a partir da memória implícita, segundo Cauquelin (1990); e, iii. alerta quanto aos efeitos da proteção muitas vezes estarem a serviço de reforçar a segregação socioespacial, propondo a dimensão do cotidiano da paisagem e compatíveis com a gestão territorial.

Sob o pano de fundo das três, ainda sugere o autor especial atenção ao aspecto político, levantando a fragilidade de qualquer dispositivo, salvo este estando sob controle social.

#### **1.4 Paisagem e a Educação.**

Apresenta-se a seguir três campos de práticas e ideias-forças de cada uma delas, além de frentes possíveis para que o estudo prossiga na construção de conhecimentos de forma colaborativa e transformadora.

##### **1.4.1 Comunidades de Aprendizagem.**

Avalia-se oportuno apresentar o modo como José Pacheco constrói a publicação “Aprender em Comunidade”, de 2014, dada a intersecção deste com o enfoque do diálogo dado à Paisagem no estudo. Com o foco em reposicionar as ideias sobre Comunidades de Aprendizagem, o autor realiza estratégia instigante apresentando um conjunto de autores, elementos e informações compondo um rico panorama de peças a serem interligadas pelos leitores.

Utiliza-se basicamente de três recursos: i. garimpa importantes protagonistas de construções intelectuais nacionais, contemplando o que o autor reconhece como ideais da

Escola Nova<sup>19</sup>. Justifica a estratégia por verificar ser recorrente em solo brasileiro a utilização de fundamentações e formulações estrangeiras nas práticas envolvendo esse campo amplo; ii. dirige cartas coloquiais aos protagonistas já falecidos, provocando educadores – os vivos – que não mais escutam; e iii. desenvolve diálogos em suas cartas de modo a referenciar suas ideias sobre Comunidades de Aprendizagem lado a lado às contribuições dos autores, suas vivências e temáticas particulares em período remoto, atualizando-os sobre os percursos da educação brasileira.

Sob o pano de fundo das cartas, a pergunta-chave na qual se insere seu importante acervo de reflexão sobre a Educação é: “O que se aprende dentro de um edifício escolar que não possa ser apreendido fora dos seus muros?” (PACHECO, 2014, p.11).

Realiza um convite aos seus leitores para elaborações livres e multidisciplinares, apresentando de início sua concepção dinâmica envolvendo Comunidades de Aprendizagens, a partir da seguinte construção:

Em 1905, o físico Einstein criou uma fórmula:  $E = mc^2$ . Ensaiei a sua adaptação, dado que a Pedagogia vem adotando conceitos da Física. E assim ficou: a energia (E) de alguns é resultante de uma mudança (m) operada por contágio (c) combinado com um determinado contexto (c). A mudança acontece pelo exemplo dos educadores (...) Acontece quando esse contágio se associa ao contexto, no qual a educação pode e deve acontecer, isto é, a comunidade (PACHECO, 2014, p.11)

Com a intenção de aproximação das contribuições convergentes ao percurso trilhado na pesquisa, especialmente os relativos ao afeto e ao potencial de aprendizagem com e na paisagem, selecionamos dois desses diálogos mencionados.

O professor Milton Santos é um dos que José Pacheco insere em seu rico mosaico. Bem geografizado no início da carta, a ideia de que a “comunicação é troca de emoção”<sup>20</sup> possui importante afinidade ao estímulo da presente pesquisa realizada junto aos moradores de Perus, com os quais se construiu importante vínculo. Não à toa se busca nas prateleiras, em vão, o livro do mesmo professor que foi muitas vezes utilizado como um manual orientador de estudos socioespaciais realizados: refiro-me ao Espaço do Cidadão de 1987.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Escola Nova é um conjunto plural de discursos e práticas do Movimento Educacional nos anos de 1920 e 1930, pautado na defesa de um sistema único de ensino e da escola pública, leiga e gratuita. A partir da Escola Nova se postulava uma formação integral em contraposição à limitação de objetivos instrucionais da escola, segundo Marta Maria Chagas de Carvalho em “A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo”. Revista **Educação em Questão**, Natal, v 21, n.7, p. 90-97, set/dez, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8382/6040>>. Acesso em 03.01.2017.

<sup>20</sup> Milton Santos em entrevista concedida ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em 30 de março de 1997. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/miltonsantos-1>>. Acesso em: 5.06.2014.

<sup>21</sup> SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987, p. 126.

Outra pensadora e praticante trazida por Pacheco é Nise da Silveira, sendo o desafio da ruptura com a “guetização” o ponto de convergência entre as práticas terapêuticas e da educação, e com a qual o estudo realiza experiência, devido à zona noroeste da metrópole paulista constituir porção periférica de São Paulo, onde a segregação se apresenta sob múltiplos direitos não cumpridos. Também com aquela que foi uma das precursoras da desinstitucionalização na saúde mental, Pacheco identifica a fertilização para a indicação de que as Comunidades de Aprendizagem não dependem de um edifício escolar, e sim muito mais das comunidades que as servem.

#### **1.4.2 Educação Patrimonial.**

São diversas as portas de entrada para a abordagem da Educação Patrimonial. Porém, considerando aporte fornecido por Meneses (2002) quanto ao tema Paisagem como Patrimônio (exposto acima), optamos por observar com maior atenção o que o autor coloca em relação ao fato de o controle social viabilizar aquilo que denominamos aqui de diretrizes de abordagem da paisagem, e – também apontadas pelo mesmo autor – a da gestão ambiental, preferência aos aspectos funcionais identificados pela memória, e da gestão territorial combinada para efeito de inclusão socioespacial.

Com essa direção trataremos a Educação Patrimonial pelo controle social advindo do conhecimento e do diálogo. Prioriza-se, assim, a reunião de saberes e memórias existentes que potencializam a sociedade a refletir seu passado e a participar da gestão territorial com o viés da inclusão no presente.

Um importante exemplar de processo de patrimonialização operado no centro histórico da cidade de Iguape-SP, a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pode vir em auxílio quanto ao método participativo de construção em pares. O processo envolve uma gama de escolhas metodológicas buscando a construção de novos parâmetros de atuação do órgão.

Nascimento e Scifoni (2015) apontam três dimensões de novidades quanto ao realizado no centro histórico de Iguape: i. primeira proteção de um centro urbano pela superintendência de São Paulo; ii. proteção de um território com populações de caiçaras, quilombolas e ribeirinhos como potencialidades de políticas de inclusão, associadas a desenvolvimento econômico com preservação; iii. associação com práticas de educação

patrimonial, envolvendo diálogos permanentes com a população local e a Prefeitura Municipal.

As mesmas autoras apresentam o tema das Paisagens Culturais como uma inovação para a atuação dos órgãos públicos de preservação na medida em que superam o conflito entre patrimônio cultural e natural e entre o patrimônio material e o imaterial, reconhecendo o potencial da diversidade de significados pulsar e se articular dinamicamente. Destacam ainda a importância da participação das populações moradoras na composição desses significados e apresentam esta opção como um método a ser replicado em políticas públicas de patrimônio.

Segundo diretrizes do IPHAN, Paisagem Cultural é considerada como categoria integradora apta a responder à complexidade da sociedade contemporânea atual e à necessidade de novos instrumentos de preservação patrimonial (RIBEIRO, 2007, p.7). Conceituada como uma porção do território com características peculiares, a Paisagem Cultural é o resultado da ação de grupos sociais com a natureza, sendo reconhecido que podem se apresentar diante de marcas físicas, assim como também por valores atribuídos pela sociedade – considerando as marcas físicas, assim como os valores atribuídos, vinculados a diferentes momentos históricos. O conteúdo simbólico e afetivo que grupos sociais estabelecem com o seu lugar compõe igualmente a paisagem.

Caminhando para a exemplaridade do tombamento em Iguape, apenas com o foco na Educação Patrimonial, Nascimento e Scifoni (2015) apontam que houve uma inversão do modo tradicional de atuação dos órgãos do patrimônio, quando comumente são iniciados pela pesquisa, identificação e proteção legal, e em momento posterior iniciam-se as etapas educativas, como um apêndice. Por sua vez, na opção adotada

[...] a Educação Patrimonial deve ser um componente essencial ao processo de identificação e, portanto, deve se dar *pari passu* e integrada aos estudos de tombamento ou elaboração de quaisquer inventários patrimoniais. (NASCIMENTO E SCIFONI, 2015, p.35)

Outro aspecto a que esse exemplo se opôs diz respeito à visão conscientizadora que, segundo as autoras, reproduz a visão mecânica de educação como transmissão do conhecimento, uns possuindo saber e outros não, onde não se incluem os sujeitos do processo, escolhendo as autoras a prática da valorização do olhar e da memória dos moradores do local.

Concluindo o estudo de caso de inovação na educação patrimonial, as autoras destacam a realização das oficinas de escuta e a abertura da Casa do Patrimônio. Nas oficinas realizaram um “Mapa do Patrimônio”, por via da cartografia social, reunindo professores, técnicos da prefeitura, agentes culturais e alunos da cidade. Quanto ao local de encontro entre

o órgão de proteção, sociedade e poder público, sendo esta a finalidade da Casa do Patrimônio, informam que foi implantado mesmo antes do tombamento federal e viabilizado por parceiras de antemão, demonstrando assim o lastro do processo participativo que envolveu tal tombamento.

Incluído ao tema da educação patrimonial se destaca a participação da educadora Sra. Regina Bortoto, parceira da ULC, na Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), da mesma forma que a companhia junto à condutora da Rede, a professora Simone Scifoni, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, em diversos momentos. Pudemos contar com a professora em aulas na ULC de Perus e na participação do Patrimônio em Debate “Da Fábrica à construção do Território da Cultura e Paisagem Jaraguá Perus”<sup>22</sup>, realizado em outubro de 2015 no Centro Cultural São Paulo, e em outros momentos. (FIG.4) Esta rede se apresenta como um importante fórum de compartilhamento de ações e projetos nesse campo de atuação, realizando estudos e práticas em várias localidades do Estado de São Paulo. A professora também possui vínculos com a região na medida em que atuou como pesquisadora no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) na ocasião de tramitação de processos de tombamento que incidem na região.



**Figura 4:** Patrimônio em Debate - DPH em 24/10/2015.

1. Cartaz de divulgação do evento (Fonte: DPH);
2. Oficina Cartografia Afetiva no Patrimônio em Debate (Fonte: Fotografia de Nelson de Souza, aluno da ULC e fotógrafo).

<sup>22</sup> Nominado por “Seminário” pelos componentes da experiência da ULC e pelo Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus. Tratou de encontro organizado a partir de diversas reuniões promovidas pela Profa. Nádía Somekh, na ocasião presidente do CONPRESP e Diretora do DPH/SMC/PMSP, com o grupo. Constituiu-se de mesas redondas e oficinas: Cartografia Temática e Cartografia Afetiva, que resultaram em um relatório de recomendações ao prosseguimento dos estudos relativos ao território e sua regulamentação, com participação de técnicos da Subprefeitura de Jaraguá / Pirituba e ampliação do número de parceiros.

Com expressão regional, destaca-se o Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural (IFPPC), o qual possui por meta a preservação e revitalização da Estrada de Ferro Perus Pirapora. No ano de 2001 o instituto estabelece um comodato por cinquenta anos junto aos proprietários da Estrada de Ferro Perus Pirapora, o grupo Abdalla, com o objetivo de promover usos turísticos e culturais. A entidade atua a partir de trabalho voluntário e de ativistas na preservação, contando, por vezes, com parcerias junto a empresários dos bairros de Perus e Pirituba, do município de Caieiras, além da Natura e Votorantim Cimentos. Tem esse grupo procedimentos junto aos detentores de terras e empresas, distinto do grupo que nos aproximamos realizando a experiência da ULC, embora com momentos de encontro em alguns eventos realizados em Perus.

Desde 2010, a partir de iniciativa de alguns de seus integrantes, o IFPPC realiza passeios turísticos com agendamentos prévios e promove eventos em trecho da Estrada de Ferro Perus Pirapora, configurando um “Eco-Museu, em meio à natureza e junto de São Paulo”, como aponta o sítio eletrônico da instituição.<sup>23</sup> Em dezembro de 2013 a ULC realiza uma de suas aulas itinerantes nesta localidade, sendo recepcionada por representantes do instituto. Reconheceu-se com a vivência o importante potencial de atividades educativas e de entretenimento cultural compondo o complexo cimenteiro.

Atividades articuladas já ocorreram entre os dois grupos de ativistas e educadores que se ocupam da preservação e dos usos culturais da Fábrica de Cimento e da Estrada de Ferro Perus Pirapora. Na atualidade, operam ações em separado, embora tratando ambos das vinculações entre a fábrica e a estrada de ferro.

A Estrada de Ferro Perus Pirapora é integralmente tombada desde 1987 pelo CONDEPHAAT. O trajeto do passeio, de pouco mais de 3 km, parte de Perus e em determinado ponto é atravessado por uma estrada da Mineradora Pedrix. Segue tendo à sua direita o rio Juquery, passando alguns trechos a uma distância de cerca de 15 metros do rio, dado seu caráter meandrante, até atingir um pátio arborizado situado no interior do Parque Municipal Anhanguera. Neste local se conjuga um conjunto de recursos naturais e de interesse histórico, com incidência de legislação de proteção correspondente. (FIG.5)

No pátio de chegada do passeio, no distrito de Anhanguera, se encontra uma coleção de Marias-Fumaça tanto do acervo da própria EFPP como outras conduzidas ao local. Dentre as quais três Marias-Fumaça da antiga Tramway da Cantareira, desativada em 1961 e

---

<sup>23</sup> Endereço eletrônico do Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://efperuspirapora.blogspot.com.br/>>. Acesso em 14.02.2017.

adquiridas mediante compra pela EFPP<sup>24</sup>. Verifica-se em processo relativo ao tombamento da ferrovia que se trata de remanescente única na modalidade de bitola estreita ainda em funcionamento, justificando o aproveitamento das máquinas advindas de linhas extintas e que possuíam essa característica. No geral, algumas máquinas na atualidade se encontram em estágio de alta degradação e outras em melhor estado por esforço de um grupo de ativistas e algumas parcerias estabelecidas, com o aspecto tecnológico tratado com muita evidência. A atual Maria-Fumaça que vem operando o passeio é uma das que foram levadas para esse local, da coleção da família de Santos Dumont, como mostra uma recente matéria levado ao ar pelo “Antena Paulista” em novembro de 2016.<sup>25</sup>



**Figura 5:** Locomotiva da EFPP utilizada no transporte dos alunos da ULC no ponto de chegada no Parque Municipal Anhanguera, SP.

Foto: Ana Cristina V. Vellardi (dezembro/2013).

Buscamos apresentar um panorama de potencialidades existentes quanto à temática da educação patrimonial em curso na área de estudo, devendo ser apontada também a importante articulação de diversos coletivos culturais do bairro de Perus que, nos últimos quatro anos, vêm operando ações de modo muito articulado – alguns com mais de uma década de práticas, como o Grupo Pandora de Teatro<sup>26</sup> e a Comunidade Quilombaque, dentre outros.

<sup>24</sup> Segundo informação obtida junto ao ex-presidente do Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural (IFPPC), Sr. Paulo Rodrigues dos Santos em 17/03/2017.

<sup>25</sup> A edição do Antena Paulista de 27/11/2016 encontra-se disponível em: <[https://globoplay.globo.com/v/5477713/?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=share-ba](https://globoplay.globo.com/v/5477713/?utm_source=facebook&utm_medium=share-ba)>. Acesso em: 14.02.2017.

<sup>26</sup> VITORINO, L. & DUARTE, T. (2016) tratam da trajetória de dez anos do grupo constituído por jovens

### 1.4.3 Educação Ambiental.

Experiência recente no Departamento de Educação Ambiental - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura da Paz (UMAPAZ), setor vinculado à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SMVMA) da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), permitiu a aproximação com o que Carvalho (2001, p. 43) chama a atenção: as diversas matrizes teóricas e práticas da Educação Ambiental (EA). Aponta esta autora duas grandes chaves de orientação: a educação ambiental popular e a educação ambiental comportamental, as quais, por vezes, se apresentam conjugadas em aparência. São desenvolvidas em políticas públicas de educação, mas também em um amplo grupo de práticas de desenvolvimento social.

Ao apontar que a EA lança mão de diversos recursos já aplicados pela educação, como Estudos do Meio, aulas livres etc., a autora apresenta a necessidade de buscar a particularidade da aplicação destes em EA, indicando que devem ser realizados:

[...] dentro de um novo horizonte epistemológico em que o ambiental é pensado como sistema complexo de relações e interações da base natural e social e, sobretudo, definido pelos modos de sua apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelecem. (CARVALHO, 2001, p.45).

Para a autora, a EA comportamental toma para si a meta da mudança de comportamento diante do meio ambiente, inserida em uma visão específica de educação, com entendimentos correspondentes de como ocorre a produção do conhecimento e como se dá a formação do sujeito. Esta via considera por base a psicologia comportamental ou mesmo uma psicologia da consciência, supondo sujeitos que transitam exclusivamente pela esfera da razão, sendo que por essa mesma esfera ocorre a aprendizagem. Já a EA Popular, pautada na educação popular, compreende o ato político que envolve a educação, como formação de cidadania e como ação crítica na sociedade. A partir dessa concepção ganha força a dimensão individual e subjetiva, assim como o sujeito social.

Concluindo o aporte da autora em afinidade ao apontado como a EA Popular:

Mais do que resolver os conflitos ou preservar a natureza através de intervenções pontuais, esta EA entende que a transformação das relações dos grupos humanos com o meio ambiente está inserida dentro do contexto da transformação da sociedade. (CARVALHO, 2001, p.47)

---

moradores de Perus. Com especial destaque indicamos a obra “Relicário de Concreto” que trata sobre a luta dos Queixadas desenvolvendo estratégias de muita interação e sensibilização ao universo do trabalhador da Fábrica de Cimento Portland Perus.

Buscando ilustrar com maior detalhe o exposto acima quanto ao vivenciado na UMAPAZ, e por tratar-se de contexto relacionado aos sujeitos de Perus, desenvolve-se um breve relato com a intenção de contribuir ao tema metodológico na sua chave mais aplicada.

Uma concepção com que o grupo se identificou e que se afina com o expresso por Carvalho (2001) foi utilizada como parâmetro para redefinições<sup>27</sup> pactuadas entre os educadores ambientais que se encontravam distribuídos em diversos setores da Secretaria do Verde da Prefeitura Municipal de São Paulo, cada qual desenvolvendo ações importantes, porém isoladas, e nem sempre refletindo coletivamente as demandas de uma cidade complexa e desigual como São Paulo, com uma gama de particularidades urbanas e ambientais. Vale ressaltar que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo conta com as deficiências estruturais de uma pasta que possui baixo orçamento.

Resumidamente, as redefinições foram possíveis a partir da reunião dos diferentes agentes públicos e mapeamento das suas práticas cotidianas como educadores ambientais desenvolvidas em várias oficinas com recursos equivalentes aos de Planejamento Participativo Organizacional (BROSE, 2010, p.89). Seguiu-se um balanço, realizado também coletivamente, sobre a META 86 que trata de Educação Ambiental no município de São Paulo – meta prevista no Plano de Metas da gestão do prefeito Fernando Haddad para o período de 2013-2016, na qual se previa a implantação de Polos de Educação Ambiental em cada uma das 32 subprefeituras da cidade.

Com a realização da avaliação da meta, identificou-se que seria necessário pactuar a compreensão da concepção de EA entre os educadores, além de integradamente refletir as particularidades regionais e segregação socioespacial presente na cidade.

Quanto ao primeiro desafio, pactuou-se coletivamente a definição de Polos de Educação Ambiental, a exemplo da que segue:

Polos de Educação Ambiental são pontos de encontro públicos, realizadores e disseminadores de práticas de educação ambiental articuladas às técnicas integradoras e dialógicas, estrategicamente orientado por uma rede composta por representantes dos setores públicos e uma diversidade de segmentos da sociedade civil; tem por objetivo a construção de conhecimento, reflexão e ação colaborativa no território das subprefeituras sob a concepção do uso da terra como um bem ambiental coletivo, do direito à cidade e da inserção na metrópole. São pautados por vivências de formação e experiências solidárias, transparência na informação, reconhecimento de saberes, história e cultura, troca de conhecimentos, com fim último na

---

<sup>27</sup> Durante curto período, entre janeiro e julho de 2015, ocupei a função de Diretora da UMAPAZ, tendo pedido exoneração quando a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de São Paulo, foi transferida para o Partido Progressista (PP).

transformação de territórios com justiça ambiental e social com fortalecimento da cidadania ativa. (SMVMA, 1º semestre de 2015)

Como contributivo ao segundo desafio, optou-se em estabelecer redes entre os educadores e coletivos ambientais e culturais que já se encontravam articulados e desenvolvendo muitas vezes iniciativas em seus bairros, sem conhecer as potencialidades de integração e direitos diante deste setor público. Assim iniciou-se a Jornada de Polos de Educação Ambiental que, em uma primeira e única versão<sup>28</sup>, mobilizou um conjunto de sujeitos de São Mateus e Perus. (FIG.6)



**Figura 6:** Polos de Educação Ambiental - 2015.

1. Comunicação síntese sobre Polos de Educação Ambiental - maio/2015 (Fonte: Setor Comunicação Visual da UMAPAZ/SMVMA/PMSP);
2. 1ª Jornada Polos de Educação Ambiental Perus e São Mateus - 28/05/2015 – UMAPAZ (Fonte: Assessoria de Comunicação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente - SMVMA/PMSP).

Deve-se destacar igualmente no âmbito da Educação Ambiental as ações do Programa de Educação e Conservação Ambiental “Chão Verde Terra Firme”. O programa se desenvolveu no período de 2006 a 2009 atingindo professores da região do vale do Juquery e

<sup>28</sup> Em junho de 2015 a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo passa a ser gerida pelo Partido Progressista - PP. Nova diretora da UMAPAZ é indicada por esse grupo político e assume a direção a partir de agosto de 2015, havendo com isso prejuízo na condução de integração dos setores, assim como do diálogo e aproximação sistemática com sujeitos e coletivos atuantes nas subprefeituras periféricas. É possível de se acessar a divulgação da Jornada dos Polos de Educação Ambiental, assim como seu teor, além de informações sobre os Polos de Educação Ambiental. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/umapaz/noticias/?p=194434](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/noticias/?p=194434)> e <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/umapaz/noticias/?p=195481](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/noticias/?p=195481)>. Acessos em 08.02.2017.

Serra da Cantareira, apresentando-se, assim, com referência aos territórios incluídos na paisagem do estudo. Realizadas por um conjunto de sujeitos, tem na dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes, em 2010, importante registro.

Anjos (2010) desenvolve reflexão a respeito da contribuição da Arte-Educação à Educação Ambiental a partir de análise de atividade de formação de professores de escolas estaduais dos municípios de Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Cajamar e Mairiporã. Embora se atenha ao grupo de atividades realizadas em 2006, aponta que o Programa de Conservação e Educação Ambiental é desenvolvido desde 1997/1998, financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) da Secretaria do Estado dos Recursos Hídricos. Também a autora desenvolve importante contextualização histórica sobre o ensino de Artes.

Quatro são os pontos que se deseja iluminar, segundo observação preliminar em Anjos (2010) para efeito de contribuição ao estudo:

- i. a pesquisadora com vivência em elaboração de materiais multimídias para educação integrou-se a educadores ambientais de organizações da sociedade civil da região, como o Sr. Bonfílio Alves Ferreira e Reinaldo Ortega, mobilizando materiais produzidos anteriormente pelo Conselho Comunitário de Saúde Dr. Franco da Rocha e do Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana (IPEH)<sup>29</sup>;
- ii. desenvolvem uma gama de materiais, como um CD-ROM do Programa O Chão Verde e Terra Firme: Educação Ambiental Vivenciada, e outra publicação, “O Rio pelos Trilhos - Introdução à história de Perus e Cajamar”, com natureza paradidática, além de outras atividades de formação. A publicação educativa está incluída nos documentos que esse estudo considerou, obtendo uma importante contribuição sobre aspectos regionais;
- iii. As atividades sob o enfoque de Arte-Educação e Educação Ambiental foram desenvolvidas em área de abrangência da sub-bacia do Juquery/Cantareira, pertencente ao sistema Alto Tietê, sub-bacia onde situam-se todos os municípios e distritos alvo da narrativa histórica e geográfica;
- iv. A publicação “O Rio pelos trilhos - Introdução à história de Perus e Cajamar”, de Anjos (et al.), de 2008, como demonstra seu título, realiza uma das poucas narrativas articuladoras dos

---

<sup>29</sup> O Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana (IPEH) foi fundado em 1996 na cidade de São Paulo sob iniciativa do ecologista Emilio Miguel Abelá. Atuando nos campos da defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, promoção da educação ambiental, da arte e da cultura, conforme indicado em seu site. Onde informam também que a partir de 2005 estabeleceram-se na região da bacia do Juquery no intuito de desenvolverem pesquisas aplicadas ao lado de integrarem a Assembleia Permanente de Entidade em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA) e Movimento Cultural, Comunitário e Ecológico da Região Norte/Noroeste Metropolitana.

diferentes patrimônios, de interesse histórico e ambiental, e com relevo à interação entre aspectos diversos da paisagem.

Compreende-se, desse modo, que o percurso desenvolvido por este estudo sinaliza possibilidades de complementaridade de pesquisas e integração de sujeitos envolvidos cumulativamente atuando na região. No conjunto, os contributivos expostos acima desenham o cenário colaborativo e coletivo em que o estudo se desenvolve, buscam apontar as escolhas de abordagens teóricas e, ao final, sinalizam campos e parceiros ao prosseguimento aplicativo do estudo.

### **1.5 Etapas do estudo.**

As etapas do estudo são subdivididas em três frentes:

- i. Participação no levantamento, reunião e análise de memórias e registros confluindo a uma proposta de representação de paisagem de Perus inserido em região, ainda no âmbito da cidade de São Paulo, realizada com pares da Universidade Livre Colaborativa (ULC);
- ii. Realização dos estudos descritivos e analíticos de maior amplitude espacial e de temáticas específicas, problematizados pela primeira etapa;
- iii. Apresentação de proposta de representação de Perus inserido em uma paisagem que se amplia do limite municipal de São Paulo, como contribuição a conteúdos para práticas educativas na região.

A primeira frente se desenvolve durante os anos de 2013 e 2015. Para a realização desta, um conjunto de entrevistas estratégicas foram realizadas como atividades desta pesquisa. Assim como na disciplina do primeiro semestre de 2013, também na primeira de 2014 ocorreu naturalmente o agrupamento de alunos que buscavam as representações dos moradores. Adiciona-se nesta frente as estratégias expostas anteriormente, desenvolvidas junto à ULC, envolvendo a realização de disciplinas em pares, derivas, aulas itinerantes etc.

A objetivação do estudo, despertada pelas entrevistas, delineou-se na conclusão da disciplina do primeiro semestre de 2014, qual seja, o da identificação do elemento mineral na paisagem onde a Fábrica de Cimento e a Estrada de Ferro Perus Pirapora se inserem, e uma verificação de possível entrelace regional de diversos usos desse mesmo elemento na história do bairro e região.

A identificação de alguns sujeitos a serem visitados partiu de sugestões de pares da ULC, a fim de se obter maior volume de informações históricas, além de disponibilizarem publicações locais sobre as cidades vizinhas recuperadas de seus acervos pessoais. Também foi possível dialogar com outros moradores que participavam de atividades públicas promovidas pela ULC e em outros eventos organizados pelos coletivos culturais que atuam na região. As inúmeras atividades organizadas por esses grupos permitiram vivência e diversificação de fonte de informações, com acesso a depoimentos, livros, fotografias, entre outras.

No segundo semestre de 2014 já contávamos com a criação do TICP/JP no Plano Diretor. Optamos por aprofundar a sua proposição, visando a delimitação e regulamentação nessa disciplina, compreendendo como um primeiro passo a sua implementação. Ao se reunir os conhecimentos produzidos cumulativamente pelo conjunto dos integrantes da ULC, foi gerada uma primeira versão gráfica da figura do TICP/JP, com a localização de lugares de interesse da história, do afeto etc., compondo diferentes trajetos a serem considerados em experiências na paisagem.

O ano de 2015 foi dedicado à difusão desse produto preliminar com pares externos e institucionais, na direção de estabelecer parcerias e prosseguir no aprofundamento dos estudos.

As parcerias com o DPH se inserem nesse momento, contando com uma programação específica da região noroeste iluminando uma mobilização de grupos organizados da sociedade civil pela proteção de patrimônios e com endereço nesta porção: o Patrimônio em Debate ou o Seminário (como exposto anteriormente). Na programação deste mesmo evento teve lugar o que se denominou de cartografia afetiva, realizada no âmbito da ULC, que, ao trazer os lugares de memória dos moradores, preencheu de maior significado os estudos técnicos e temáticos do TICP/JP.

Desse modo, essa frente de atividades pode ser considerada de grande imersão na paisagem nos distritos de Perus, Anhanguera e Jaraguá, com importante colaboração e vínculo junto aos parceiros locais da ULC.

As outras duas frentes, realizadas principalmente de 2015 a 2016, são expressas nos capítulos 3 e 4, e que correspondem às pesquisas objetivadas pela experiência. Foram realizadas junto aos órgãos vinculados à Secretaria do Meio Ambiente do Estado, como o Instituto Geológico, ou mesmo junto à Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.

Também foram realizados levantamentos no Centro de Arqueologia de São Paulo vinculado ao DPH, com o qual, a partir de seus pesquisadores, se estabeleceu importantes

vínculos com a experiência da ULC. No CONDEPHAAT foram obtidos processos de tombamentos instituídos na região.



## **CAPÍTULO 2 - A Experiência na paisagem.**

São apresentados os percursos iniciais da experiência na paisagem oportunizados pela participação das atividades da Universidade Livre e Colaborativa. Participação que permitiu a realização de um conjunto de vivências, obtenção de informações e o estabelecimento de vínculos com os sujeitos locais, com as suas memórias e as lembranças de seus espaços de vivências.

Trazemos duas das estratégias utilizadas. Uma compoendo narrativas a partir de entrevistas e outra reunindo ordenadamente conteúdos das leituras de elaborações locais sobre os bairros, além de interpretação e algumas indicações analíticas sobre a segunda. Justifica-se a necessidade das duas, visto que as entrevistas realizadas envolveram sujeitos que se encontram na faixa etária dos 70 aos (quase) 90 anos. A utilização de lembranças jamais atingiria a data de início dos estudos, estabelecida em 1867 em função da implantação da Estação Perus da São Paulo Railway e a importante identificação de associação entre esta intervenção e o histórico do bairro do Perus e região. Portanto, são consideradas para esse outro período de não vivencia a utilização de publicações de moradores, disponibilizadas ora pelos entrevistados ora por parceiros locais da ULC.

Também recorreu-se às publicações locais como meio de busca de esclarecimentos das informações obtidas em entrevistas, além de alcançar, por extensão, os municípios vizinhos a Perus.

O caso do Sr. Nelson de Camargo corresponde a uma exceção à faixa etária indicada, como se verá, ainda assim compoendo o grupo de narrativas por seu grande envolvimento relacionado à história do bairro, acrescido da reunião de descrições e histórias ao lado de acervo de fotografias antigas que foram disponibilizadas generosamente ao estudo.

Ambas as estratégias correspondem à primeira das frentes de etapa dos estudos, indicando os meios e a direção das trilhas percorridas pela pesquisa, e são aqui trazidas inicialmente, e antes de exercícios de inserção histórica e geográfica, com o intuito de possibilitar a imersão do leitor, semelhante àquela vivenciada pela pesquisa.

### **2.1 Perus: o marco zero da experiência na paisagem.**

Apresentamos quatro narrativas desenvolvidas a partir de entrevistas. Foram selecionadas por se configurarem emblemáticas à imersão na paisagem, e também escolhidas

pelo vínculo estendido junto aos sujeitos ao longo da experiência. Tratam de conteúdos contributivos ao estudo de modo reunido, envolvendo moradores de Perus, nosso marco inicial da vivência.

São componentes do grupo das narrativas: i. Um trabalhador sindicalizado e “Queixada”, Sr. Santo de Camargo, 88 anos (falecido em 2015), e sua esposa Sra. Aurora Lopes de Camargo, 84 anos, que trabalhou no Cine Perus; ii. Sr. Mário Gaspar, 78 anos, um trabalhador da Indústria Matarazzo, porém operador de som e cantor no “Caramanchão”, um espaço de lazer dentro da Fábrica de Cimento, construído por seu avô, Manoel Gaspar, e demais trabalhadores; iii. Sr. Nelson A. B. de Camargo, hoje com 69 anos, outro não trabalhador da Fábrica, mas filho de funcionário da Fábrica e neto de funcionário da Estrada de Ferro Perus Pirapora, possuidor de grande vivência na militância ferroviária local/regional, além dos registros fotográficos do bairro; iv. Sra. Ada Giovanni, única moradora da Vila Operária Triângulo, hoje com 79 anos, filha e irmã de trabalhadores da Fábrica, que, por sua vez, trabalhou em uma fábrica de cerâmica na zona sul de São Paulo.

Com tais escolhas se pretendeu, respectivamente, trazer conteúdos de um trabalhador Queixada da Fábrica de Cimento, de um morador afeito a temas de lazer e convivência dos trabalhadores do bairro, de outro que poderia contribuir para história do bairro e a temática da Estrada de Ferro Perus Pirapora e, enfim, da Sra. Ada, mulher, fornecedora da dimensão de seu cotidiano e vínculo com o centro de São Paulo.

### **2.1.1 Narrativa 1 - Memórias e vivências do Sr. Santo Camargo e Sra. Aurora Lopes de Camargo.<sup>30</sup>**

O Sr. Santo Camargo (conhecido como Sr. Santinho) foi entrevistado em função de ter sido identificado como um Queixada pela Sra. Elisabete Cristina Maragno de Camargo, funcionária da Subprefeitura de Perus, em encontro com alguns alunos da Universidade Livre e Colaborativa<sup>31</sup> (FIG.7). Queixada é a denominação dada aos trabalhadores da Fábrica de Cimento Portland que “lutam” de modo unido, semelhante ao comportamento do porco do

<sup>30</sup> Os diálogos com Sr. Santo de Camargo e família ocorreram inicialmente através de duas entrevistas realizadas nas datas de 11/04/2014 e 09/05/2014, sendo a primeira realizada com a aluna Tamara Fresia. Seguiram-se contatos por via de telefonemas, e-mail, redes sociais ou encontro no bairro.

<sup>31</sup> Sra Elisabete C. M. Camargo é nora do Sr. Santo Camargo. O contato resulta de uma iniciativa integradora entre os grupos da ULC com a Escola de Governo de São Paulo em 15/03/2014. Incluído ao roteiro de visitas, houve um diálogo na Subprefeitura de Perus a fim de se obter conhecimento sobre os programas públicos desenvolvidos pela gestão municipal em território correspondente. A Sra. Elisabete, orgulhosamente, passa seu cartão profissional se disponibilizando a um agendamento entre a pesquisadora e sua família.

mato com esse mesmo nome. Ou seja, são trabalhadores que se aglutinaram e construíram práticas particulares de organização diante do enfrentamento do que denominaram “mau patrão”<sup>32</sup>.



**Figura 7:** Universidade Livre e Colaborativa e Escola de Governo de SP na Subprefeitura de Perus, em 15/03/2014.

Fonte: Fotografia de Ana C. V. Vellardi

O Sr. Santo de Camargo e a Sra. Aurora formavam um casal próximo de completar 65 anos de casados. Residentes da Vila Fanton, um dos primeiros bairros de Perus. Para atingir a casa deles sobe-se uma colina a partir de uma avenida que é a estrada que vinha da Freguesia do Ó, na atualidade a Av. Fiorelli Peccicacco. Um pequeno portão de fácil transposição para uma ampla casa, com demonstrativos que, com o tempo, foram sendo construídos espaços de convivência e de acolhimento da família que aumentava, possuindo ainda um quintal amplo, hoje com muitas plantas e flores.

Esta foi a primeira entrevista, e sem que tivesse havido algum combinado prévio junto à parceira da ULC, optamos por nos aproximarmos – é óbvio – nos apresentando e, em seguida, buscando acessar aspectos da vivência cotidiana, do que gostavam de fazer quando não trabalhavam, quando estavam entre amigos e familiares, suas predileções de lazer etc., buscando a construção de uma informalidade e abertura de canal de confiança, com a identificação de preferências e de prazeres.

Com a mão trêmula de um senhor de 88 anos, e de tosse repetida – segundo ele (e a Sra. Aurora), originada do seu trabalho na Fábrica de Cimento –, o Sr. Santo de Camargo cuidou de buscar seus livros que restaram de uma mudança feita às pressas por uma das filhas.

<sup>32</sup> ANDRÉ, J. A. M. & GOULD, L. (2013) dedicam um capítulo da publicação “Queixadas, por trás dos 7 anos de greve” (p. 57-61) ao “nascimento do Mau Patrão, nesta que é uma publicação originada de uma moradora do bairro, contando com parceria. Com o exercício do jornalismo pratica sua militância local, mobilizando a temática da inclusão de mulheres periféricas e diversos enfrentamentos contra a desigualdade socioespacial da metrópole paulistana.

Passaram alguns anos em Praia Grande após a aposentadoria do Sr. Santinho. Este nos trouxe livros e publicações sobre a Fábrica de Cimento e a luta dos Queixadas e, como uma relíquia, nos apresentou os que restaram, sendo expostos confortavelmente no sofá sobre almofadas com todas as capas bem apresentadas e visíveis. Foram fotografados como se registra a cantoria do apagar de velas de um aniversário, gerando um clima de encontro, de um encontro com a história vivida. (FIG.8)



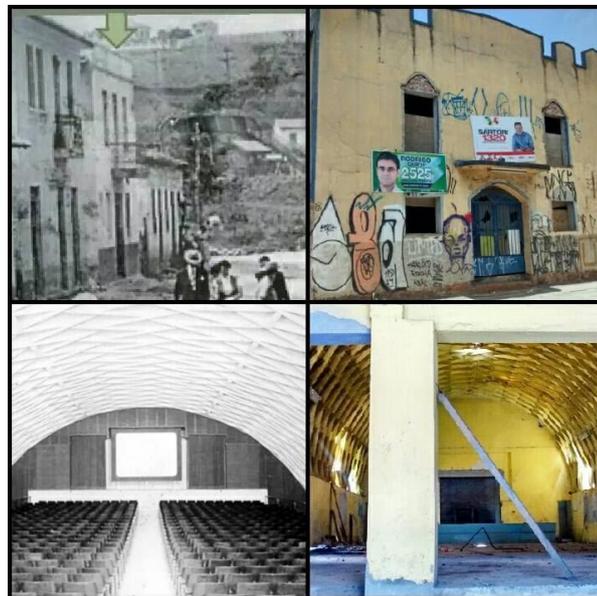
**Figura 8:** Acervo de livros do Sr. Santo de Camargo.  
Fonte: Fotografia Ana C. V. Vellardi (11/04/2014).

Os diálogos sobre lembranças de diversão, de fazeres, de passeios, de futebol, de bailes etc. foram abrindo trajetos, carregado de nomes de vizinhos, de quem conhecia todos os ocupantes do bairro, atingindo interrupções para que a memória viesse a favor.

Com o diálogo menciona-se o primeiro cinema de Perus, o Cine Perus, lugar onde a Sra. Aurora vendia balas e refrigerantes no início e entre seções, no período das greves da fábrica, como meio de ampliar recursos para o sustento da família que aumentava, e local onde o Sr. Santinho realizava algumas projeções operacionalizadas a óleo diesel, cujas seções estavam sempre lotadas de moradores quando eram apresentados filmes nacionais. O registro fotográfico do local de projeção foi obtido junto a um outro entrevistado, e mostrado posteriormente ao Sr. Santinho e Sra Aurora. (FIG.9)

Festas? Aconteciam no Caramanchão que era dentro da fábrica, tinha pescaria, um salão, um campo de bocha, todo domingo a gente ia lá. Os trens que chegavam de São Paulo traziam as pessoas para cá. Vinham somente para as festas, ficavam até umas 7/8 horas da noite, tinha o porte de um clube, buscavam lazer aqui. Aos domingos vinham pessoas da Lapa, de Pirituba, vinham por causa do baile

famoso. Tinham alguns músicos, tocavam samba. Quando um grupo vinha de fora descia muita gente dos trens, nessa época eu já nem ia lá. Porque nós tínhamos uma bomboniere no cinema. O cinema era quinta, sexta, sábado e domingo, só de noite. O movimento era grande no Caramanchão. O cinema era simples, mas enchia. Também fui operador do cinema. Depois teve o Mabra, outro cinema, mas que fechou. Era filme de rolo. O cinema ficava cheio quando passava filme nacional, Mazzaropi, Oscarito, no intervalo se vendia bebidas como guaraná, cerveja. Todos frequentavam o cinema. Do cinema não tenho nada, nenhuma fotografia. ‘Conflitos de amor’ era um filme que estava passando na cidade, pedi para um amigo ficar no meu lugar em Perus, mas na terça seguinte o mesmo filme chegou aqui. O cinema era da família dos Bottoni, fechou em 1970.



**Figura 9:** Cine Perus inaugurado em 1948.<sup>33</sup>

Fonte: Fotografias antigas de acervo particular do Sr. Nelson de Camargo, e as atuais de Aline Fidalgo e Ana C. V. Vellardi (11/04/2014).

Sr. Santo Camargo nasceu em 1926 no município de Jundiaí/SP, e quando menino se mudou com a família para Água Fria (na ocasião, Água Fria, era um distrito de Santana de Parnaíba que foi renomeado mais tarde como Cajamar):

<sup>33</sup> Situado à Rua Crispim do Amaral nº 12, no Centro de Perus. Sua construção teve início em 1945 e foi inaugurado em 1948. Possível implantação em associação à campanha de educação de adultos e distribuição de projetores, sugerido na 1ª página do semanário, constando: “Cine Perus de propriedade do Sr. José Rodolfo Neubauer adquiriu motor a óleo cru, a fim de melhor servir ao numeroso público que habitualmente assistem às suas sessões. O Cinema, embora apresentando quatro exibições semanais, vinha sendo muito prejudicado no seu funcionamento pela falta de energia elétrica na localidade, lacuna preenchida [...]” “Notícias do Interior” do Jornal Cine-Repórter de 5 de novembro de 1949, p. 7, ANO XVI - Numero 720. São Paulo 5 de novembro de 1949. (Biblioteca Municipal na Sessão de Revistas e Jornais). Possível construção por Tekno S.A., a mesma que construiu o estádio do Ibirapuera e que utilizava estruturas em madeira em arco. A empresa, de 1932, implantou-se em 1939 no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1945.

[...] tinha um enfermeiro na fábrica que falou para o meu pai que ia para Perus. Sabe, aqui em Perus moravam os grandes, lá no alto! Lá em Cajamar ele trabalhava em uma fábrica de Cal, não de cimento, depois que ele entrou no cimento [...] ele nunca trabalhou aqui (em Perus), só em Cajamar.

Conta que seu pai trabalhou em uma fábrica de cal no bairro do Gato Preto (localidade de Água Fria, hoje bairro de Cajamar), indicando que o proprietário desta fábrica era o Sr. Silvio<sup>34</sup>, um empresário local. Logo nesse ponto da entrevista com o Sr. Santinho percebe-se que há um lastro de outra atividade minerária na mesma região, além do cimento. Com isso, as entrevistas passaram a observar com maior atenção qualquer pista nessa direção e a buscar mais informações junto aos outros entrevistados e em publicações da localidade.

Anjos et al. (2008, p.98) e Aoun (2010, p.45) informam que em 1910, no bairro de Gato Preto, havia minas de extração de calcário e que este minério era transportado por vagonetas até fornos existentes para a produção de cal, num total de 10 fornos, e que pertenciam à Cia Beneducci.

Sr. Santinho nos informa também sobre a existência de pedreiras e empreendimentos concorrentes em Gato Preto: “Ele (seu pai) foi mandado embora de uma Companhia, mas as pedreiras eram próximas uma das outras, uma trabalhava com cal e essa com cimento. A concorrente que absorve ele”.

Também consta em registros locais, sobre o mesmo ano de 1910, que Filoteo Beneducci e empresários fundam empresa de produção de cal em Gato Preto, Cajamar, e obtêm licença para construção da Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP), conectando a Estação Perus da São Paulo Railway aos fornos de cal em Gato Preto, conforme Aoun (2010 p.45).

Compreende-se com isso que ocorreu um arranjo entre empresários locais e a fábrica de cal, que foi se estruturando com uma maior capacidade de escoamento de seus produtos com a implantação da estrada de ferro. Esta empresa de extração e transformação em maiores volumes ocorreu, segundo Aoun (2010 p.45), a partir de sociedade estabelecida entre o Sr. Silvio de Campos, o canadense Clemente Neid Hart, Mário W. Tibiriçá e Beneducci. Este fato permitiu associar a identificação do Sr. Santinho quando se refere ao Sr. Silvio, como também identificar o envolvimento de italianos e canadenses no empreendimento da produção de cal em Cajamar. Evidente que Sr. Santinho estava tratando de momento posterior, pois se remete

---

<sup>34</sup> Sr. Silvio de Campos foi filho de Bernardino de Campos e irmão de Carlos de Campos, ocupando os dois últimos a presidência do Estado de São Paulo. O primeiro por duas vezes em 1892-1896 e 1902-1904; já o segundo em 1924-1927. Segundo Chaves (2012, p. 47), Carlos de Campos também foi advogado da Light.

à fábrica de cimento que foi inaugurada em 1926. Porém, associando as informações foi possível compreender que a produção de cal antecede à de cimento, e que esta também possuía uma estrutura e frente de trabalho em Gato Preto.

As trajetórias de ambos trabalhadores, do Sr. Santinho e de seu pai, permitem passo a passo se aproximar sobre as atividades econômicas na região de Perus, já que seu pai chegou próximo dos anos de 1930 em Água Fria e apenas trabalhou em Gato Preto, enquanto o Sr. Santinho se apresenta com trabalho e vivência em Água Fria e Perus.

Verificando-se outro momento, é possível seguir construindo entendimento e novas indagações:

A fábrica de cimento nunca é bonita, mas produzia o suficiente. Era bom, mas depois com o tempo o pessoal foi se preparando, aí chegou um advogado para ajudar no sindicato, aí que começou a ferver. Era o Sr. Mário de Carvalho, com a vinda dele tudo modificou, ele veio para cá em 1954, ficou 18 anos trabalhando. Já tinha sindicato antes. Eu não me esqueço de quando se criou o sindicato, o meu pai trabalhava na Cia em Cajamar, que era a mesma do cimento, e quando meu pai entrou no sindicato dispensaram ele, e nós... o meu pai com 5 filhos e sem serviço, foi difícil...

Sr. Santinho nos remete à atividade sindical dos trabalhadores envolvidos nas atividades produtivas, tratando especialmente dos trabalhadores da Fábrica de Cimento. Os registros referentes à atividade sindical em Perus e região se apresentam em volume significativo. Trazendo contributivos ao período considerado por este estudo, Chaves (2012) realiza caracterização dos trabalhadores da Fábrica, entre 1925-1945, e informa que a constituição do Sindicato dos Extratores de Pedras e Conexos de Água Fria, a que se refere o Sr. Santinho, ocorreu em março de 1933, com sede na Av. João Pessoa, nº 1, localidade pertencente a Santana de Parnayba. Cita ainda uma carta escrita por Realino Costa Pinto, um líder dessa agremiação, referindo-se ao número de quatrocentos e noventa associados no sindicato, computados em duas empresas de cal e uma de cimento (CHAVES, 2012, p. 188), reforçando a ideia de que outras atividades minerárias eram desenvolvidas na localidade antes e simultâneas à Fábrica de Cimento, de maior monta.

Sr. Santinho, com sua coleção de lembranças relacionadas à Fábrica e à luta dos trabalhadores (inclusive as que trouxeram dificuldades familiares), não deixa de expressar orgulho de ter atravessado todas essas experiências, ficando muito evidente sua indignação quando os nomes fugiam de sua lembrança. Inconformado, batia suas mãos cerradas sobre a mesa seguidamente, como a puxar a sua vivência aguerrida – tamanha era a sua vontade de

compartilhar. Especialmente, trata de um evento ocorrido em uma das greves, por volta de 1958, paralisação anterior à mais longa dos sete anos, com início em 1962.

O Abdalla quando foi meia-noite parou a fábrica. Por volta de umas seis e meia da manhã passávamos os trabalhadores por debaixo da linha do trem, no túnel. (FIG.10, abaixo) Ao nosso encontro vinha andando o Abdalla com o delegado que chefiava o RH e perguntou o que fazíamos lá, respondemos que estávamos aguardando o Dr. Mário (advogado do sindicato). Quando o Abdalla diz: Mas o Dr. Mário já está junto com Jesus. Ficamos congelados!



**Figura 10:** Túnel sob a linha férrea da Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP).  
Fonte: Fotografia Ana C. V. Vellardi em 16/08/2014.

Conta com uma riqueza de detalhes que o Dr. Mário Carvalho de Jesus, se dirigindo a Perus, vinha pela via Anhanguera junto com um acompanhante, e que o Abdalla e seu irmão os cercaram impedindo o prosseguimento da rota rumo aos trabalhadores da fábrica. Relata que chegaram a esfregar um revólver no rosto do Dr. Mário, o que resultou em retorno do advogado do sindicato a São Paulo, a fim de buscar apoio político para entrada na Fábrica. Informa Sr. Santinho que o Dr. Mário retorna com André Franco Montoro pela estrada velha, a Estrada Velha de Campinas e atual Av. Raimundo Pereira de Magalhães; porém, o Abdalla apenas permite o ingresso de Franco Montoro, que era deputado estadual à época. Resultando, segundo o Sr. Santinho, em pressão de Montoro junto ao Abdalla para que assinasse algumas reivindicações dos trabalhadores, como a responsabilidade exclusiva do sindicato em dispensar trabalhadores e um abono de 5% em auxílio moradia, e outros que nem existiam à época. Destaca que obviamente não foram cumpridos muitos compromissos, confluindo à greve mais longa que se iniciou em 1962. Apontou as seguintes motivações da maior

paralisação: não cumprimento do acordo de participação dos lucros, represália à demissão de oitenta (80) trabalhadores, incluindo Gino Resaque, secretário do sindicato em Cajamar, uma importante referência política ao grupo dos Queixadas, segundo o Sr. Santinho. Nos apresenta muitas informações sobre a importância que a atividade sindical significou para ele e muitas famílias.

Lembro uma vez que quando era presidente do sindicato, fui a uns tantos ministérios, entregar as correspondências e guardava cópia. Em 1973 fecharam o sindicato, os documentos tinham a intenção de reabrir o sindicato, nós não tínhamos como nos reunir, nos reunimos na rua. [...] O advogado foi muito importante, se não fosse ele não se tinha ganho essa greve (Sra. Aurora). O sindicato trabalhava aqui sem discussão e nada, sem fazer barulho e foi entrando na graça do pessoal. (FIG.11)



**Figura 11:** Sra. Aurora Lopes de Camargo, Sr. Fernando Luiz de Camargo e Sr. Santo Camargo.  
Fonte: Fotografia Ana C. V. Vellardi 11/04/2014.

A ideia de que atividades minerárias anteriores pudessem constituir um “embrião” da implantação da Fábrica de Cimento foram sistematizadas em uma linha do tempo<sup>35</sup> e apresentada em Seminário aberto que a ULC realizou em 10/07/2014, para efeito de compartilhamento, junto a um maior número de moradores, dos resultados dos estudos até aquele momento. Foram recepcionadas com expressão de identidade por parte dos participantes moradores locais.

<sup>35</sup> Ver à frente o item 2.2.1 “Organização cronológica das atividades de mineração sob registros locais”.

### 2.1.2 Narrativa 2 - Memórias e vivências do Sr. Mário Gaspar e Sra. Nice.<sup>36</sup>

O Sr. Mário Gaspar e a Sra. Nice foram indicados pela parceira Regina Bortoto da ULC, educadora de Perus, em função de ser neto do Sr. Manoel Gaspar, arrendatário do restaurante e do espaço de lazer chamado “Caramanchão”, ambos situados nas dependências da Fábrica de Cimento em Perus, além de ter ele próprio se ocupado de operar o som nesse espaço de lazer e cantar na sede social do clube Portland.

O Caramanchão, como indicado pelo Sr. Santinho, correspondia a um local equivalente a um clube que era frequentado tanto por moradores do bairro como por moradores da região. Estávamos agora na casa da família envolvida com a construção do Caramanchão e da organização de suas atividades. (FIG.12)

O meu avô cuidava dos pensionistas, ele tinha essa experiência, meu avô em 1946 foi cercando aquela água, deixou uma saidinha, foi formando uma bela represa, começou a criar carpas, quando o peixe crescia ele colocava na lagoa grande, tinha taboa que o peixe gostava de comer, fez um coreto e depois o Caramanchão. Vinha gente de Franco da Rocha, de Caieiras, de Pirituba.



**Figura 12:** Caramanchão, espaço de lazer nas dependências da Fábrica de Cimento.  
Fonte: Acervos pessoais de Nelson Camargo e Mário Gaspar, fotografias s/d.

O casal Sr. Mario e Sra. Nice nos receberam com muita alegria. Isso possibilitou que todo o transcorrer fosse marcado por muita descontração, com direito a audição de músicas cantadas por Sr. Mário que incluíram expressão de muito sentimento.

<sup>36</sup> A entrevista com o Sr. Mário Gaspar e sua esposa Sra. Nice foi realizada no dia 11/04/2014, dois dias antes de se mudarem para Bragança Paulista e irem viver com a única filha e neta. A apresentação do casal ocorreu em função de conhecimento da parceira local Profa. Regina Bortoto, com os quais possuem laços de amizade por vizinhança e também pelos serviços de cabeleireira do bairro da Sra. Nice. Como a primeira entrevista realizada com o Sr. Santo Camargo, esta também foi realizada com a parceira Tamara Fresia da ULC.

Assim se passaram dez anos. Sem eu ver teu rosto. Sem olhar teus olhos. Sem beijar teus lábios assim. Foi tão grande a pena que sentiu a minha alma. Ao recordar que tu foste meu primeiro amor (“Dez Anos”, Emilinha Borba).

Havia um grupo musical de Perus, conta o Sr. Mário, que se chamava “Botina e o seu regional”. “Botina” era o José Botinando, o baterista, que com o seu calçado fazia a percussão. A banda, segundo o morador, era composta por “Paulo Pedreiro, Oswaldo Franciscão, o Cetali que tocava bongô, o Zé da Broca tocava sax, o Dr. João Barbosa e o Milani que tocavam sax”.

Sr. Mário Gaspar nasceu em Perus no ano de 1936. Casou-se com a Sra. Nice por volta de 1968, passando o casal a morar na Vila Hungaresa em terreno que adquiriu em 1964, e cuja residência, segundo ele, até hoje não foi concluída. Sua esposa é originária da Parada de Taipas, bairro do entorno da Estação de trem da São Paulo Railway com essa mesma denominação, alterada em 1940 para Estação Jaraguá. Sr. Mário tratou que sua esposa era da capital quando se casaram, indicando que se identificava como um morador do interior à época.

Vila Hungaresa, junto à Vila Operária e à Vila Fanton, são as vilas antigas do bairro. Como se verá, com exceção da Sra. Ada, que vive ainda como única moradora na Vila Triângulo, nas dependências da fábrica, os demais entrevistados residem nestes bairros. A Vila Triângulo foi construída logo nos primeiros anos de funcionamento da fábrica sob gestão canadense, em 1929.

Sr. Mário é filho do Sr. Manoel Gaspar Filho e neto do Sr. Manoel Gaspar, originários de Leria, Portugal, tendo os dois trabalhado na Fábrica de Cimento Portland Perus desde quando era de propriedade dos canadenses. Ele não trabalhou na fábrica, fez carreira na Indústria Matarazzo alçando funções mais adaptadas, segundo ele, a seu perfil franzino, e com isso foi transferido de serviços de metalurgia para atividades de escritório.

Outro aspecto de perfil de trabalhador foi compartilhado pelo Sr. Mário Gaspar, que tratou da habilidade em jogar futebol, pois conta que “nos anos de 1950 quem jogava futebol pegava emprego”. De posse de seu álbum de fotografias antigas, nos mostrou inúmeras disputas entre os times locais, alertando: “Se colocar essas fotos no site muita gente vai chorar.” (FIG.13)



**Figura 13:** Clube Esportivo Portland fundado em 11/07/1932.  
Fonte: acervo Sr. Mário Gaspar.

Percebemos que, mesmo com a alegria que nos recebeu, ao contar sobre as suas memórias e recordações de seus familiares e amigos, e estando em dias finais nessa residência, também experimentamos momentos de muita emoção, e alguma pausa. Mas, prosseguindo com o tema do futebol, se recompôs e voltou a se entusiasmar como uma criança que recebe a bola em seus pés. Nos contou que havia campeonatos entre as indústrias e que o time da Portland sempre competia, sendo azul e vermelho as cores do seu uniforme. Indicou existirem mais outros seis times de futebol no bairro.

Sr. Mário Gaspar é muito conhecido no bairro de Perus pelo apelido “Pacau”, devido a um acidente que subtraiu um pedaço de seu dedo quando extraía água de uma fonte localizada em terras dos Botonni, nomenclatura de família que também tem sua participação na história do bairro e mencionada por Sr. Santinho quando trata dos proprietários do Cine Perus.

Além de cantar, Sr. Mário foi operador de som e selecionava as músicas que embalsamaram os bailes do Caramanchão – também denominado de “Carramanchão do Português”, com o “R” (Carramanchão) amplificado por conta da origem de seu avô, Sr. Manoel Gaspar. O espaço do Caramanchão contava com um lago que foi implantado por seu avô, com a ajuda de trabalhadores que utilizaram pedras descartadas pela não utilização no processamento do cimento.

Sr. Manoel Gaspar sempre trabalhou nas Indústrias Matarazzo, chegando a se aposentar nessa mesma empresa. Posteriormente, trabalhou no “Maia”. Maia era uma venda de alimentos, que por ocasião de outro depoimento de trabalhador da fábrica, o Sr. Cláudio

italiano, fora indicado como o lugar onde os moradores do bairro podiam adquirir seus provimentos e anotar suas compras em cadernetas para posterior pagamento ao final do mês, quando recebiam seus salários.

Com a exposição de seu álbum de fotografias, ele buscou um livro sobre o bairro e nos apresentou, indicando que se desejassemos conhecer mais ainda o bairro, que buscássemos ler o livro com que ele contribuiu na elaboração, assim como outros moradores antigos que também ajudaram. Trata-se do livro do Sr. Elias Aoun, “Lembranças de Perus - O Bairro dos Minérios”, incorporado como um importante disparo a este estudo.

Concluimos o diálogo com o Sr. Mário com ele nos contando sobre os sons do bairro, e agradecemos a eles uma tarde de muitas descobertas e compartilhamento de sentimentos, desejando ao casal muitas alegrias junto à filha e neta, em lugar de novas e boas vivências.

Meu tio era maquinista na fábrica de cimento e ele apitava de um jeito na fábrica que no bairro de Perus se ouvia, ele produzia um toque e a minha mãe falava: olha só, o Zezinho está chegando... ele tinha uma estratégia de apito como nenhum outro maquinista.

### **2.1.3 Narrativa 3 - Memórias do Sr. Nelson A. Bueno de Camargo.<sup>37</sup>**

Sr. Nelson A. Bueno de Camargo foi mais um morador indicado pela parceira local da ULC, a Sra Regina Bortoto, nominando-o de “Jacaré”, como é conhecido por muitos no bairro. Também é muito conhecido por diversos estudantes que buscam estudar o bairro de Perus devido à reunião de grande acervo de fotografias antigas, bem como pronta disponibilidade em contribuir.

O primeiro encontro foi adiado em função de uma cirurgia que realizou no mês de abril de 2014, o que possibilitou que fosse acompanhado até o seu pronto restabelecimento e, com isso, aberto canais de diálogo iniciados pelo cuidado e solidariedade, tão necessários na experiência na paisagem.

Proprietário de uma gráfica, a Clanel Gráfica e Editora, o Sr. Nelson me recebeu em sua sala de trabalho, situada na parte da frente de sua residência na Vila Hungaresa.

Conta que seu avô trabalhou na construção da Estrada de Ferro Perus Pirapora como maquinista e que o pai trabalhou com os britadores na Fábrica, mas ele, Sr. Nelson, não teria

---

<sup>37</sup> A primeira entrevista com Sr. Nelson Camargo se realizou em 09/05/2014 e a segunda em 10/07/2014. Muitas trocas de telefonemas, e-mail, encontros no bairro em atividades realizadas pela ULC, permitiram manter os vínculos que seguem até o momento.

trabalhado na fábrica, embora se lembre de levar marmita. As marmitas eram feitas pelas famílias, pois os trabalhadores não tinham tempo de se deslocar do trabalho para a casa na hora do almoço. Ele era um dos meninos que levavam os almoços e ganhavam um “dinheirinho” para fazer isso.

Com a entrevista junto ao Sr. Nelson, reafirmaram-se os cruzamentos de vivências. Assim como ocorreu entre o Sr. Santinho e o Sr. Mário Gaspar com relação ao Caramanchão, também Sr. Nelson pode adicionar registro do Caramanchão aos materiais que eram reunidos, mostrando assim os lugares comuns de memórias dos moradores.

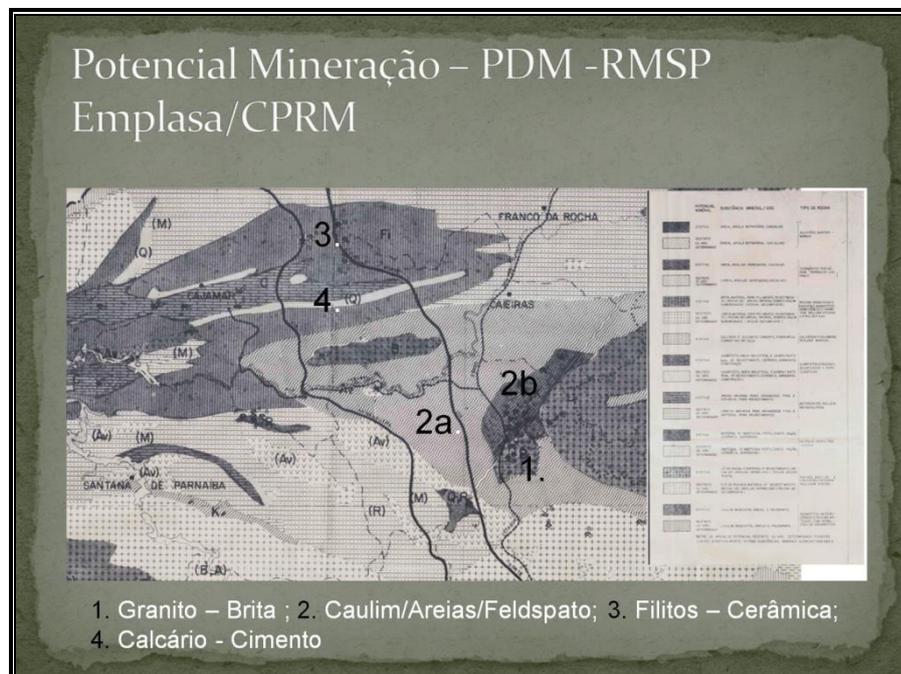
No momento em que o Sr. Nelson trata da entrega das marmitas e aponta o túnel como o caminho de passagem para a fábrica, não pude deixar de lembrar do ocorrido com o Sr. Santinho quando encontrou o “mau patrão” nesse mesmo ponto, com a expressão da ameaça dirigida aos trabalhadores. De fato, são muitas as convergências de vivências em determinados lugares, por vezes carregadas de experiências particulares. Assim como esta relacionada ao túnel, o Sr. Nelson também tratou sobre o futebol:

A vila foi crescendo, Coruja e Florestal eram times da Vila Hungaresa, havia 8 times de futebol, Hércules no Jardim do Russo [...] O fim de semana era isso: ou era caramanchão, o cinema, a pescaria, e, é claro, o futebol. Existiam muitos times, a maioria ligada à Fábrica, os times eram a dissidência do principal que era o Portland, treinava onde é o CEU hoje [...] O Time Portland chegou a disputar na 1ª divisão, perdendo do time da Freguesia do Ó, que se chamava 5 de setembro, se não me engano.

Sr. Nelson aponta os usos atuais dos lugares de determinadas experiências do passado, e fez isso novamente ao indicar que o time Florestal treinava em campo onde hoje está situado o Conjunto Habitacional da CDHU, no topo do morro da Vila Caiuba. Indicou igualmente o local de treinos e jogos do time principal, o Portland, no atual local onde se encontra o CEU Perus. Demonstra com isso uma vivência atenta às mudanças da paisagem, sendo de muito valor quando a posterior realização de caminhadas pelo bairro e os estudos históricos.

Nas duas vezes que estive em sua residência, situada em meia encosta, foi possível experimentar olhar para Perus cada vez de um modo, agregando os sentidos expressos e realizando outros de acordo com as minhas referências e indagações. É de se destacar que muitos lugares de memória foram tratados junto ao Sr. Nelson, pois para cada fotografia havia uma história correspondente.

Opto, no entanto, em selecionar dois conteúdos que nos aproximam do foco do estudo, um relacionado aos atributos minerais da região e outro referente à identidade de nomenclatura do bairro. Quanto ao aspecto mineral, Sr. Nelson refere-se à publicação do Sr. Elias Aoun que aborda o mesmo aspecto, e que oportunamente já havia sido explorado em todos os seus detalhes devido ao empréstimo anterior do Sr. Mário Gaspar. Aponta também a existência de uma publicação da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA) que identifica a jazida presente na região. Impulsionada por essa informação, dias após, obtive o Plano Diretor de Mineração elaborado no ano de 1979 por essa instituição. (FIG.14)



**Figura 14:** Potencialidades Minerais da região de estudo.

Fonte: Slide elaborado a partir de EMPLASA (1979) utilizado em aula em 30/08/2014 na ULC.

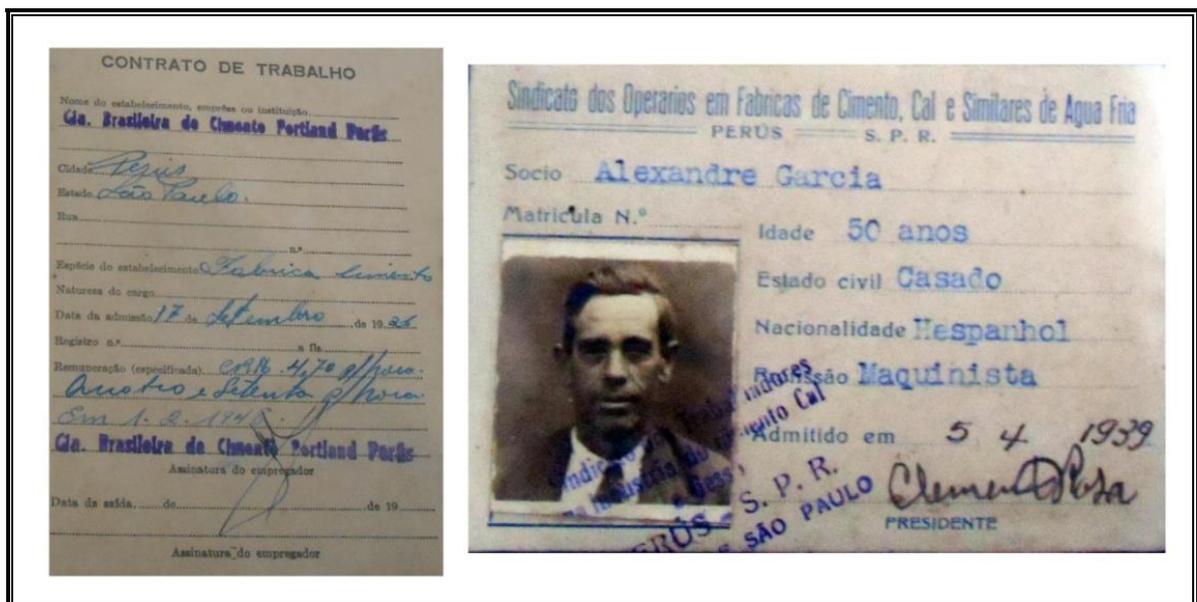
Assim como eram obtidas as informações dos moradores, na experiência da ULC mostrava-se a necessidade de compartilhar os conhecimentos reunidos. Os conteúdos obtidos se transformavam em material visual para ser exposto em aula sobre o andamento dos estudos dos alunos e pesquisadores do NEP na Universidade. A apresentação evidenciava os atributos minerais indicados por Aoun em seu livro substantivados pelo material encontrado na publicação da EMPLASA, demonstrando a colaboração que partia do conhecimento local e contribuía à pesquisa.

Ao final do primeiro encontro, Sr. Nelson anuncia que existem muitas lendas relacionadas à origem do nome do bairro:

Há a estória de Dona Maria criar peru, a ave, a de que Peru tem origem tupi-guarani, o de colocar-se apertado no rio, muitas versões... Existe também a de que o bairro seria o Peru do Brasil, pois enquanto havia o Peru onde os espanhóis exploravam ouro, o nosso seria o Peru dos portugueses a explorar ouro no Jaraguá. Até mesmo uma quarta tratando que a Dona Maria não exatamente criava peru, mas que se ocupava em divertir os tropeiros e funcionários da ferrovia, dado a característica de ponto de paragem da região.

A apresentação das diversas atribuições de origem do nome da localidade foi uma oportunidade de se tratar sobre as diversas representações sobre a história do bairro, onde, por vezes, uma versão é eleita e outras encobertas, segundo ficou concluído em nosso diálogo neste dia.

O segundo encontro permitiu uma maior aproximação relacionada a sua militância ferroviária, principalmente junto à Estrada de Ferro Perus Pirapora, ficando muito em evidência a origem de sua predileção sobre o tema ferroviário. Sr. Nelson é neto de ferroviário, seu avô chegou da Espanha em 1906 e contribuiu na construção da Estrada de Ferro Perus Pirapora inaugurada em 1914. Posteriormente seu avô foi contratado pela Fábrica de Cimento como maquinista, conforme registro na carteira de 17 de setembro de 1926, quando a fábrica estava em seu primeiro ano de funcionamento sob a gestão canadense. Após uns anos ingressa no Sindicato dos Operários em Fábricas de Cimento, Cal e Similares de Água Fria, em 1939, identificando, desse modo, que o sindicato já havia alterado sua denominação. (FIG.15)



**Figura 15:** Carteira de trabalho e de sindicalização do Sr. Alexandre Garcia, avô do Sr. Nelson.  
Fonte: Acervo pessoal de Nelson Camargo.

Sr. Nelson tem sido um importante colaborador dos estudos diante dos acessos a novos documentos que atribuem à Estrada de Ferro Perus Pirapora a composição inicial de um empreendimento industrial desde a década de 1910, quando constituiu-se a Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP) envolvendo a exploração, a transformação e o transporte da cal. Esta difere da narrativa atual e corrente, de que a EFPP se ocupava do transporte do calcário à Fábrica de Cimento.

#### **2.1.4 Narrativa 4 - Memórias e vivências da Sra. Ada Giovani.<sup>38</sup>**

O encontro com a Sra. Ada Giovani resulta do conhecimento de um ex-morador da Vila Triângulo, Sr. Fábio José Valdomiro da Silva, hoje com residência fora do bairro, que participou de um evento cultural organizado pelo Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus e parceiros, chamado “I Caramanchão Cultural”. Este evento ocorreu em 31 de maio de 2014 reunindo Queixadas, seus familiares, moradores do bairro, liderança política (como a deputada Luiza Erundina) e muitos parceiros que incorporaram a reivindicação que se estende há 30 anos sobre a transformação da Fábrica de Cimento em Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador<sup>39</sup> (FIG. 16). Verifica-se que a vinculação da deputada ao bairro se estende há muitos anos. Segundo um dos documentos acessados no acervo do Sr. Santinho<sup>40</sup>, foi possível observar que em 1984 houve uma passeata realizada pelo Movimento Unificado de Favelas (MUF), onde se reuniram moradores de cortiços, conjuntos “Pró-Morar” e Operários da Fábrica de Cimento organizados em torno da “desapropriação da Fábrica, formação de Cooperativa para a produção e venda de cimento barato para a construção de casas populares”. Sabe-se que Luiza Erundina exercia importante liderança junto ao MUF. E foi na gestão de Luiza Erundina, quando prefeita de São Paulo (de 1989 a 1992), que a área da fábrica é declarada como bem de utilidade pública pelo município de São Paulo, a partir do Decreto nº 31.805 de 27 junho de 1992. Com alegria vim a saber que o Sr. Santinho, com 88 anos, havia comparecido ao “I Caramanchão Cultural”, levado por seu

<sup>38</sup> A primeira entrevista com a Sra Ada Giovani foi realizada em 16/08/2014 com a participação de diversos alunos da ULC, como Eunice Souza, Diane Dourado, Miriam Santos, Isabel Soares e Andreas Guimarães. Seguiram-se outros sábados de encontros sucessivos e na atualidade seguem contatos telefônicos.

<sup>39</sup> O Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus mantém um blog destinado à divulgação de suas atividades e veiculação de sua principal bandeira quanto ao uso público das dependências da fábrica. Disponível em: <<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/>>. Acesso em 14.02.2017.

<sup>40</sup> A Máfia do Cimento – Desapropriação e Autogestão na Perus - Organização Mário Carvalho de Jesus e equipe dos Queixadas - Carta aberta a Montoro – Edições Loyola. p. 50 s/d (acervo do Sr. Santo de Camargo).

filho Fernando, e que havia me procurado, mas, infelizmente, o encontro não ocorreu devido ao grande número de pessoas presentes neste evento.



**Figura 16:** I Caramanchão Cultural organizado pelo Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus.

Fonte: Fotografia de Ana C. V. Vellardi em 31/05/2014.

Sr. Fábio José, tendo participado do evento, montou um volumoso álbum de fotografias e compartilhou em rede social, no grupo “Amigos de Perus”, suas memórias de antigo morador da vila operária. Uma de suas fotos se remetia à Sra. Ada como uma senhora que ainda residia nas dependências da vila, com idade avançada e sozinha. Não tardou o desejo de visitar a Sra. Ada. Compromisso firmado entre a pesquisadora e o Sr. Fábio, via rede social, e contando com o fato de estarmos todos os sábados em aula em Perus. Pudemos em grupo de alunas e alunos visitar a Sra. Ada por alguns sábados e depois seguir por contatos telefônicos que permanecem principalmente em datas festivas e em seu aniversário, tão próximo ao meu. (FIG.17)



**Figura 17:** Alunas e alunos da ULC em entrevista com a Sra. Ada Giovanni, e Vila Triângulo.  
Fonte: Universidade Livre e Colaborativa.

A Sra. Ada, nascida em Campinas em 27 de julho de 1938, possui hoje 79 anos e é a última moradora da Vila Operária Triângulo. Filha do Sr. Silvio Giovanni nascido em Campinas em 1902, e que era filho de italianos (Sr. Adolfo Giovanni e Sra. Catarina Priori). O casal italiano veio para o Brasil e foi para o interior trabalhar com pecuária, em Campinas, onde hoje é o bairro Barão Geraldo. Depois vieram para Perus trabalhar na Ferrovia e passaram a residir em casas na Vila Perus. Seu avô trabalhava na Ferrovia transportando os trabalhadores que moravam em Gato Preto (Cajamar), utilizando-se da estrada de Ferro Perus Pirapora.

O pai da Sra. Ada, Sr. Silvio Giovanni, veio trabalhar na Fábrica por indicação de seus irmãos que já trabalhavam na cimenteira. Além do pai, também os irmãos mais velhos, Sr. Antonio Giovanni e Sr. Alcides Giovanni, trabalharam na fábrica de cimento. O pai trabalhou nos moinhos, o irmão Antônio trabalhava de soldador e era mecânico também, o outro irmão, o Alcides, era caldeireiro, e trabalhou por 18 anos.

A fábrica funcionava aí, tinha bastante funcionário, mais de mil funcionários, vinham pessoas de fora, de Franco da Rocha, de Francisco Morato, até de Jundiaí, meu pai tinha uns irmãos que trabalhavam na Fábrica e moravam em Perus, meus tios arrumaram emprego para o meu pai, e aí meu pai veio para cá, e se estabeleceu aqui.

Sra. Ada nos conta que veio morar na Vila Triângulo com três meses de idade, pois nasceu na Vila Perus, no centro, onde havia poucas casas e muito mato (refere-se ao ano de 1938). A Vila Perus, localizada no centro, corresponde aos arredores da Estação Perus da São Paulo Railway, e consta ser esse o bairro mais antigo. Os demais bairros, como Vila Hungaresa e Fanton, foram implantados posteriormente. Acostumada a ser perguntada sobre a Fábrica de Cimento, inicia a falar sobre ela através de suas lembranças mais pessoais.

[...] não sei muita coisa da Fábrica, pois desde os 14 anos eu fui trabalhar na indústria, em 1952 [...] eu trabalhava na Lapa, eu e a minha irmã, a gente saía cedo e voltava à noite. E ultimamente eu trabalhei em Santo Amaro, na Telefunken. Trabalhei quatro anos neste último lugar. Saía de casa às 4h30 para pegar o trem, e daí descia na Lapa, e o ônibus vinha pegar os funcionários e levar para Santo Amaro.

Quando perguntada sobre como ocorria o deslocamento no escuro, na ida e na volta do trabalho, nos contou que, como a fábrica quase não oferecia trabalho às mulheres do bairro, muitas eram levadas a trabalhar no centro de São Paulo. Sobre o deslocamento noturno propriamente, nos contou que “quando a gente ia trabalhar não dava medo [...] todos íamos juntos. As famílias possuíam muitos filhos e muitos trabalhavam fora. Aqui era tudo uma família.”

O diálogo com a Sra. Ada nos transportou a um bairro tranquilo e solidário, onde as famílias se conheciam e compartilham lazer, convivência e também seus desafios na busca de trabalho em local distante. Ao mesmo tempo, parte da família morava ao lado do trabalho e dentro das dependências da fábrica.

Sua última experiência profissional em outra extremidade da metrópole, em Santo Amaro, nos apresenta outra dinâmica de lugar, bem diferente, mas que à Sra. Ada cabia lidar: a de trajetos com amigos regados de boas conversas, de um grande intervalo de trens entre Perus e o centro e o ritmo acelerado das ruas de São Paulo. Vivência que veio a deixar profundas marcas físicas na Sra. Ada.

Nesse último trabalho, chegamos na Lapa umas 19hs, havia um trânsito enorme lá em Santo Amaro. Vinha correndo pela rua do Mercado (da Lapa), estava fechado o sinal, mas mesmo assim um ônibus avançou e me atropelou. Fiquei seis meses internada, fiz cinco operações nas pernas, fiz enxerto nas duas pernas, de lá para cá não trabalhei mais.

Sra. Ada nos deu uma lição de resistência, tanto física quanto psicológica. Nos oferecia sua beleza, vaidade e autocuidado, além de um conjunto de boas memórias também.

Eu era mocinha. Eu lembro que tinha o carnaval, e tinha o clube Portland. As moças faziam fantasias da cor do clube, era saia vermelha e blusa azul, se enfeitavam com as fitas, também tinha a torcida organizada.

As memórias dos entrevistados se entrecruzam, e avançam as possibilidades de interação junto aos moradores. Com a realização de cinco ou seis entrevistas era possível ampliar a intensidade dos diálogos, chegando em alguns momentos a uma sensação de que

aquele era o nosso lugar. O vermelho e o azul dos uniformes de futebol, das fantasias, o trajeto no escuro, a espera do trem e outros passam a ser vivenciados na imaginação.

Tinha o Caramanchão de dia, a matinê, até umas sete da noite, já na sede aqui do clube ficavam até de manhã os bailes, até umas cinco horas. [...] agora derrubou tudo. Lá o Caramanchão era do Português, ele que fez o Caramanchão, lá era o restaurante, do Sr. Gaspar e da Dona Augusta, e no domingo ele fazia os bailes, e vinha gente de todo lado, vinha gente até da Lapa.

Ao mesmo tempo a Sra. Ada nos apresentava como foi o período da greve mais longa dos Queixadas para a sua família:

Na época da greve só eu que trabalhava, meu pai ia trabalhar no sindicato, costurar bola, o sindicato arrumava uns bicos, ele voltava com a mão toda machucada de tanto costurar bola, foi assim sete anos. Ele não foi trabalhar em outro lugar, mas o meu irmão foi trabalhar na Melhoramentos, e o outro, Alcides, também foi para a Melhoramentos.

Nos despedimos da Sra. Ada com o sol se pondo no final de tarde de um sábado e refletindo mais uma de suas lições de vida: “Acostumei [...] de noite aqui é tudo escuro, eu tenho lâmpada fora, meu irmão deixou antes de falecer, só que a lua clareia. Quando a lua está claro fica.” (FIG. 18)



**Figura 18:** Sra. Ada Giovani e fotografia de seus pais.  
Fonte: Universidade Livre e Colaborativa, 16/08/2014.

## 2.2 Expandindo a paisagem e a experiência.

Com a realização das entrevistas e a vivência proporcionada pelas disciplinas realizadas pela ULC com as aulas itinerantes, derivas etc., abre-se um campo muito diverso de coleta de informações, além de importantes vínculos com as pessoas e seus lugares. Destaca-se que as primeiras entrevistas foram realizadas sob o grande tema das memórias do bairro dos entrevistados, aplicadas de modo não dirigido e com os pares da ULC, e conforme se objetivou esta pesquisa foram desenvolvidas outras com perguntas suscitadas pelas indagações da própria pesquisa e a partir de encontros individuais com os moradores.

Correspondente à segunda etapa da experiência, apresentamos breve síntese das entrevistas e seus significados mais importantes, que nortearam a continuidade dos estudos.

Com as entrevistas junto ao Sr. Santinho e a indicação de outras unidades fabris em Cajamar, buscou-se junto a outros entrevistados maiores esclarecimentos sobre essa informação. A entrevista sequencial com o Sr. Mário Gaspar, além de ter permitido uma imersão sensível na música, no lazer e no futebol praticados no bairro, também proporcionou a apresentação do livro do Sr. Elias Aoun, “Lembranças de Perus - O Bairro dos Minérios” (2010), que permitiu montar uma longa linha do tempo sobre as informações de empreendimentos dessa natureza no bairro. Este se mostrou um exercício de grande atenção, visto se apresentarem distribuídos em diferentes segmentos do livro, e com uma riqueza de detalhes. Por vezes um empreendimento era apresentado em um item, e depois em outro encontrava-se a biografia do protagonista referenciado, sempre com muitas adições importantes de quem possui a vivência territorial a seu favor e está atento à história. A leitura foi igualmente uma grande exercício de imersão no bairro de Perus por via dos registros do Sr. Elias Aoun.

Seguida a essa leitura, entrevistou-se o Sr. Nelson de Camargo, nome presente em muitas das fotos disponibilizadas e um importante parceiro na obtenção de informações e reflexão sobre as transformações que ocorreram na paisagem do bairro. Muitas trocas de mapas, fotos, documentos e conversas persistem até os dias atuais.

Do mesmo modo, conforme crescia o meu interesse pela vizinhança exposto aos pares da ULC, a educadora Regina Bortoto, parceira local, buscou em seus livros localizar um que, segundo ela, era como uma publicação equivalente a do Sr. Aoun, porém tratando de Caieiras.

Atravessa-se, nesse momento, uma etapa de grande leitura e de compartilhamento das descobertas com os pares da universidade nos encontros semanais.

Optamos em nominar mais precisamente autores e publicações das primeiras leituras de livros de acervos pessoais com os quais a pesquisa ganhou em dimensão de interesse e envolvimento, a saber: i. “Lembranças de Perus - o Bairro dos Minérios”, de 2010, do Sr. Elias Aoun, obtido na entrevista junto ao Sr. Mário Gaspar Junior; ii. “Caieiras - Fatos e Personalidades da ‘Cidade dos Pinheirais’”, de 1995, de Marcílio Dias Moraes, alcançado junto à parceira da ULC e educadora Sra. Regina Bortoto; e iii. “O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar”, de 2008, de Ana Cristina Chagas dos Anjos et al., localizado quando da entrevista com o Sr. Nelson Bueno de Camargo. Encontrava-se com esses a oportunidade de uma complementaridade em alcançar outros municípios além de Perus.

Mobilizada diante da pesquisa, outras fontes foram alcançadas com a intenção de preenchimento de lacunas e por compartilhamento de interesse e colaboração dos parceiros locais. A pesquisa nesse momento também se utilizou de publicações produzidas por sujeitos que participam diretamente ou que, em algum período de suas vidas, estiveram próximos às lutas pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus para fins culturais e educativos, como militantes, educadores e pesquisadores.

São exemplos desse grupo as publicações: i. “Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)”, de 2001, de Elcio Siqueira, obtida pela parceira da ULC Sra. Regina Bortoto; ii. “Formas de Resistência na Periferia de São Paulo: o bairro de Perus e a Força da Memória nos Movimentos Sociais”, elaborado em 2011 por Pedro A. B. Bezerra, aluno da ULC e filho de educadores do bairro de Perus; iii. “QUEIXADAS - Por trás dos 7 anos de greve”, de 2013, de Jéssica Moreira e Larissa Gould (sendo a primeira moradora, jornalista comunitária e filha de Queixada); iv. “Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: Reutilizando o Passado Recente”, Trabalho Final de Graduação - TFG de Diane Dourado para a conclusão do curso de Arquitetura, de 2013, sendo essa moradora, filha de militantes da área da moradia e aluna da ULC; v. “Da periferia ao Centro da (o) Capital: Perfil dos Trabalhadores do Primeiro Complexo Cimenteiro do Brasil São Paulo (1925-1945)”, de 2005, de Marcelo Antonio Chaves, historiador e ex-professor de escola da região; e vi. “Perus dos Operários na Construção de São Paulo (1925-1945)”, também de Marcelo A. Chaves, de 2012, sendo a publicação obtida diretamente com o autor, em evento realizado em dezembro de 2014 no Coletivo Cultural Quilombaço<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Entidade essa que é ponto de convergência de expressões artísticas e culturais e de militância por uso coletivo e democrático de espaços públicos, sendo um dos pontos de encontro da ULC (como exposto anteriormente).

Diante da identificação nesse conjunto de fontes e de outras associadas e verificando o desafio de alcançar pistas de outros territórios, considerando as várias mudanças de configurações administrativas pelas quais esses atravessaram, iniciou-se basicamente um “garimpo”, mas agora por via digital.

Foram localizados o Sr. Ralph Mennucci Giesbrecht de Santana de Parnaíba, estudioso ferroviário e neto de Sud Mennucci, e mesmo informações sobre o Sr. John Ulic Burke que viveu por muitos anos em Cajamar, estabelecendo-se em função do gerenciamento de pedreiras no início da implantação da Fábrica de Cimento sob gestão híbrida de capital estrangeiro e nacional, em 1926. Contam essas duas fontes de um grande volume de textos disponíveis em blogs. Atinge-se, assim, a reunião de informações que se assemelham à característica de fonte originada em vivência e memórias de moradores, muito embora não tenham sido alvo de realização de entrevistas.

Sr. Ralph Mennucci possui 65 anos e é ele mesmo quem escreve no blog as memórias de Santana de Parnaíba, ao mesmo tempo em que nos informa sobre intervenções ferroviárias tão presentes na história dessa região.<sup>42</sup> Já o Sr. Burke nasceu em 1891 nos Estados Unidos e é falecido, porém seus familiares entusiastas mantêm o blog com frequentes atualizações e ajustes.<sup>43</sup>

Outro recurso utilizado foram as buscas nos sites das respectivas prefeituras, onde, em geral, as histórias são as mesmas e algumas semelhantes ao que se encontra no site oficial do IBGE. Pode-se inferir, neste sentido, que os moradores e também muito provavelmente os professores e educadores que atuam na região se subsidiam dessas mesmas fontes.

Também se verifica um esforço por parte desses últimos “historiadores moradores”, podendo ser identificados por memorialistas<sup>44</sup>, em individualizar empreendimentos e seus proprietários como modo de fortalecer seus municípios de vivência, e quase não se encontrando histórias conectadas do ponto de vista espacial, salvo Cajamar e o Distrito de Perus, que se apresentam articulados em função de que um mesmo empreendimento industrial ter interligado as duas localidades: a Fábrica de Cimento e a Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP).

---

<sup>42</sup> GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Blog. Disponível em: <<http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11.08.2015.

<sup>43</sup> FAMÍLIA BURKE. Blog. Disponível em: <<http://familiarburkenobrasil.blogspot.com.br/search?updated-max=2008-11-03T09:25:00-08:00&max-results=7>>. Acesso em 15.08.2015.

<sup>44</sup> DOMINGUES (2008) define memorialistas como sendo “escritores que apresentam textos de cunho quase autobiográfico, nos quais o autor utiliza a sua experiência de vida e o senso comum para a construção de narrativas. Eles florescem sua redação, marcada pela eloquência com que citam os grandes feitos das suas cidades e dos grandes nomes que passaram por lá, de forma a evidenciar o destino da região de ser ‘digna de ter sua história eternizada’”.

Para essas duas localidades é de se dar relevo, como construção de história integrada e pautada no tema das águas, a publicação de Anjos et al. (2008), incluída no grupo de leituras disparadoras citada anteriormente, sendo uma rica exceção quanto ao aspecto articulado entre municípios e com inclusão de aspectos físicos integrados.

Com um outro enfoque mais individual podemos citar a publicação de “Caieiras, a ‘Cidade dos Pinheirais’”, ou mesmo a identificação de Franco da Rocha como a “Cidade do Hospital”. Nestas são apenas encontrados denominadores comuns do aspecto da mineração se observadas as entrelinhas dessas histórias. Utilizando desses dois exemplos, verificou-se que para além da denominação Caieiras, obviamente referenciada nos fornos da cal, havia o esforço em destacar o empreendimento industrial relativo à Cia Melhoramentos e sua produção de papel, quando é presente a informação que o mesmo empreendedor do papel também se ocupou em atividades extrativas minerais e de fornecimento de insumos à construção civil em diversas localidades das províncias de São Paulo e de Parnayba, o Cel. Antonio Proust Rodovalho. Não se pode deixar de reconhecer a monta da atividade de produção de papel deste município de Caieiras; no entanto, considerando o ano de publicação da obra do morador, 1995, não deve ser descartado que se buscou uma associação aos pinheirais também em contraste às atividades tão poluentes e difundidas da fábrica de cimento na vizinha Perus, desativada em 1987. Do mesmo modo, quanto À “Cidade do Hospital”, atual Franco da Rocha, o mesmo imigrante italiano Sr. Filoteo Beneducci, posteriormente a partir de familiares, se associa a ingleses e a empresários locais em empreendimento de mineração em Cajamar, tendo se ocupado antes, porém, da extração de cal em terras que foram vendidas para a implantação da Colônia Agrícola de Juquery e o Hospital Psiquiátrico do Juquery. Depreende-se que se tratam de localidades que apresentam em sua história um denominador comum da atividade minerária e também uma gama de particularidades, como é de se reconhecer.

As informações referentes aos distritos de Jaraguá e Anhanguera, pertencentes ao município de São Paulo, se apresentaram com informações de uso mineral, porém, remetendo a outro período histórico: o da exploração de ouro nos séculos XVI e XVII. Esta remissão se mostra de grande importância devido à atividade minerária na região e às atividades no período observado no estudo se originarem e serem influenciadas, muito provavelmente, pela atividade de exploração do ouro pretérita; da mesma forma, este se configurou originalmente local de matas abrigando grupos indígenas, sendo possível identificar dentre uma gama de características culturais a produção cerâmica, contando ambas ocorrências históricas com sítios materiais e dispositivos legais de proteção correspondentes e outros ainda em estudos.

O enfoque mineral e alvo dos levantamentos, estudos e análises corresponde aos distritos de Perus, Anhanguera e Jaraguá, situados no município de São Paulo, e Santana de Parnaíba, Cajamar, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato, os quais, em período considerado pela pesquisa, apresentam-se sob variadas configurações administrativas.

Realizou-se uma organização cronológica de grande volume das informações obtidas. Tal cronologia considerou o período da pesquisa de 1867 a 1950, em temas como: i. mineração e fábricas; ii. infraestrutura com a identificação de informações sobre caminhos, estradas, ferrovia, energia elétrica, abastecimento de água etc.; iii. moradia e lugares de memória; iv. configuração administrativa de territórios; e v. mobilizações para preservação ao lado de dispositivos de proteção oficiais.

Com o exposto, optamos em compartilhar sistematicamente as informações obtidas junto às publicações, de Aoun (2010), de Moraes (1995)<sup>45</sup> e os registros de Giesbrecht<sup>46</sup>, agindo como condutores – lembrando que correspondem a autores que tratam respectivamente de Perus, Caieiras e Santana de Parnaíba. É importante destacar que em grande parte do período de estudo o município de Cajamar pertencia à Santana de Parnaíba, por muito tempo constituindo o distrito de Água Fria.

Desta organização cronológica foram selecionadas apenas as informações relativas a atividades de mineração, empreendimentos econômicos e intervenções públicas da região, configurando-se como uma linha do tempo.

### **2.2.1 Organização cronológica das atividades de mineração sob registros locais.**

#### **1857: Caieiras na região de Pires, Santana de Parnaíba.**

O registro inicia-se com a identificação de Caieiras em Pires, uma região da então Santana de Parnaíba em 1857, indicada pela fonte de informação selecionada para essa localidade, Giesbrecht<sup>47</sup>. Também essa informação consta em Siqueira (2001, p.125) e em mapa com o trajeto da EFPP, com um ramal férreo extensivo atingindo essa localidade.<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> MORAES, M. D. de. **Caieiras**: Fatos e Personalidade da ‘Cidade dos Pinheirais’. Caieiras: Editora Parma Ltda., 1995. 180 p.

<sup>46</sup> Em seu blog: <http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br>.

<sup>47</sup> Blog de Ralph Mennucci Giesbrecht, morador de Santana de Parnaíba e escritor da biografia de seu avô Sud Mennucci, utiliza-se de documentos da Câmara Municipal, entre outros. Ver: GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Blog. Disponível em: <<http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11.08.2015. Todas as referências a Giesbrecht (à frente) remetem a este blog.

<sup>48</sup> Mapa com a indicação do bairro do Pires em blog da Estrada de Ferro Perus Pirapora. Disponível em: <<http://efperuspirapora.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em: 15.08.2015.

### **1867-1897: 1ª fase de Implantação da São Paulo Railway (SPR).**

#### **1867: Implantação Estação Perus da São Paulo Railway.**

---

Segue de acordo com a informação do comerciante e morador de Perus, Sr. Elias Aoun, em sua publicação “Perus: um bairro dos minérios” (de 2010) sobre a implantação da Estação Perus por parte da “Inglesa”, como é denominada a SPR. Segundo o autor, a estação foi estabelecida nesse ponto motivada pelo encontro dos caminhos que ligavam o interior e São Paulo, com o que fazia a conexão entre Freguesia do Ó e Perus. Corresponde o último caminho à Avenida Fiorelli Peccicacco, com continuação na Avenida Sílvio de Campos na atualidade (AOUN, 2010, p.29 e 39). Rua com o nome Sílvio de Campos, o proprietário da fábrica de cal em Cajamar, e que foi anunciado pelo Sr. Santinho em sua primeira entrevista.

#### **1867: Implantação do túnel Botujuru, Juqueri.**

---

Sr. Moraes, em “Caieiras: Fatos e Personalidade da ‘Cidade dos Pinheirais’” (de 1995), também indica sobre a mesma data, quando teria sido realizada grande movimentação de rochas, implantação de túnel e formação de uma cachoeira (MORAES, 1995, p.167). A implantação do túnel da serra do Botujuru na atual Francisco Morato.

#### **1870-1880: A. Proost Rodovalho descobre minerais para a produção de cal, Juqueri.**

---

Quanto ao período de 1870 a 1880, Moraes (1995, p.10) informa sobre Antônio Proost Rodovalho ter descoberto minerais ricos em carbonato de cálcio para a produção de cal, em terras recém-adquiridas ao longo do rio Juqueri na localidade de Bom Sucesso, atual Caieiras.

#### **1872: Calçamento de ruas da capital com materiais da região norte.**

---

Sobre o ano de 1872, Aoun (2010, p.35) informa que os materiais de calçamento de ruas com paralelepípedo provinham das regiões norte e sul da capital, sob a gestão do Sr. Teodoro Xavier de Matos quando presidente da Câmara de São Paulo. Informa Rodrigues (2008, p.146) que a substituição de paralelepípedo para a pavimentação com asfalto ocorreu em 1910.

#### **1877: Construção de fornos para produção de cal, manilhas, ladrilhos, guias e sarjetas por Rodovalho em Juqueri, transportados por embarcações e animais para Estação Perus.**

---

Também informa o autor de “Caieiras” que, em 1877, Rodovalho construiu fornos para a produção de cal, manilhas e ladrilhos, guias e sarjetas que eram transportados em lombo de mula até a estação de Perus (MORAES, 1995). Jeronymo (2011, p.11), em auxílio, nos

informa que nessa época o empreendimento era denominado Fazenda Industrial Caieyras, e posteriormente passa a ser denominada Melhoramentos de São Paulo.

---

**1877: Início da produção papel por Rodovalho e fundação Cia Cantareira de Esgotos.**

---

Moraes (1995) observa que é nesse período que um morador de nome Sr. Emilio Ascanha descobre uma pasta vegetal com características de papel, motivando Rodovalho a se associar a uma empresa alemã e iniciar a sua produção de papel. E nesse mesmo ano ocorreu a fundação da Cia Cantareira de Esgotos pelo mesmo empreendedor (MORAES, 1995, p.11).

---

**1880: Compra da Pedreira Olhos de Água por Rodovalho, Juqueri.**

---

No ano de 1880 se observa a compra da Fazenda Monjolinho de Charles Jones por parte de Rodovalho, incluindo terras onde havia uma pedreira em funcionamento denominada “Pedreira Olhos de Água”, segundo Moraes (1995, p.13). Hoje correspondentes às terras de Caieiras, mas à época incluídas em Juqueri. Inclusive, no mesmo ano em que as terras de Juqueri passam a não mais pertencer à Capital, pela Lei Nº 34 de 24 de março de 1880, segundo Knecht (1950, p.12).

---

**1881: Fundação de Fábrica de Pólvora do Sr. Edwiges Dias de Oliveira, Perus.**

---

Chega o ano da fundação de Fábrica de Pólvora do capitão da guarda nacional Sr. Edwiges Dias de Oliveira em Perus, 1881, instalada nas proximidades da estação férrea de Perus. À margem direita do ribeirão Perus se instala uma das residências do Sr. Edwiges. Denominada de Fazendinha, tombada<sup>49</sup> e observada a partir do caminho à Fábrica. Consta em Anjos et al. (2008, p.54) que a fábrica “abastecia de munição o sistema de defesa do Porto de Santos durante a revolta da Armada em 1893 e 1894”. Interessante destacar neste ponto que não há registros, pelo menos observados por esse estudo, de que a fábrica de pólvora tenha tido sua razão de existir nessa localidade em função da atividade de mineração local, apenas fazendo menção ao aspecto nacional e enaltecendo o feito do proprietário. Siqueira (2001, p.24) informa que a Fazendinha foi desativada quando iniciou o funcionamento da fábrica de cimento na década de 1920, e depois vendida à mesma servindo de residência aos funcionários graduados da cimenteira.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> A RESOLUÇÃO Nº 10/CONPRESP/2005 tomba o Casarão existente na área conhecida como Fazendinha por fazer parte da história da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus e considerando a proximidade pretérita da existência da fábrica de pólvora, para a qual sugere pesquisas arqueológicas.

<sup>50</sup> Localiza-se um blog da família Burke onde é apresentado um volume de informações de detalhe sobre um funcionário que viveu nessa residência, o Sr. John Ulic Burke, residindo também em Cajamar e se estabelecendo em função do gerenciamento de pedreiras no início da implantação da Fábrica de Cimento sob gestão híbrida de capital estrangeiro e nacional, em 1926. Disponível em: <<http://familiaburkenobrasil.blogspot.com.br/search?updated-max=2008-11-03T09:25:00-08:00&max-results=7>>. Acesso em 15.08.2015.

**1883: Registro em cartório da compra de terreno da Fazendinha por Sr. Edwiges Dias, Perus.**

---

Ainda que a Fábrica de Pólvora tenha sido fundada em 1881, segundo Aoun (2010) é em 1883 que há o registro em cartório da compra do terreno denominado Fazendinha, vendido pelo Sr. Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província de São Paulo de 1879-1881, ao Sr. Edwiges Dias. Há referência da Fazendinha associada ao sítio Joá, conforme Siqueira (2001, p.24), e observamos que integra o grande bairro Ajuá compreendendo terras de Juqueri e Perus no final do século XIX. Ao informar sobre essa compra, Aoun (2010, p.21-22) indica que Perus poderia se chamar Fazendinha, provavelmente associado a uma das primeiras edificações do bairro, em grande propriedade, e de uma autoridade governamental, ou também por natureza agrícola ou rural anterior – como um marco do início do bairro. Pondera-se, por outro lado, que anteriormente à venda, ter sido de propriedade de um presidente da província não deve significar, obrigatoriamente, que tenha tido uso agrícola sob tal posse, podendo ter sido utilizada como um local de descanso e lazer, além de reserva de terras. Da mesma forma, não foi a única residência do comprador Sr. Edwiges, visto constar outra no Bairro de Campos Elíseos, conforme informa Siqueira (2001, p.24). Restaria identificar como o presidente da província adquiriu as terras, que depois foram compradas pelo Sr. Edwiges, e refletir sobre o modo de apropriação de terras que ocorreu nessa localidade, assim como em outros nesse período histórico.

**1883: Implantação da Estação Caieiras em proximidade aos fornos de Rodovalho, Juqueri.**

---

No ano de 1883 se implanta a Estação Caieiras, permitindo a substituição do uso de animais no transporte da produção de cal do Rodovalho. A estação se localiza próximo aos fornos que se situavam no Bairro de Monjolinho. Também a estação férrea era nominada como Estação “Caieiras de Perus” (MORAES, 1995, p.11), correspondendo à ideia de grande bairro e também se referindo ao ponto de escoamento na estação férrea Perus, anteriormente à implantação da Estação Caieiras.

**1886: Produção de sete mil tijolos, telhas, manilhas para a capital por Rodovalho, Juqueri.**

---

Informa Giesbrecht que em diversos pontos das terras de Rodovalho existiam atividades industriais, como em Bom Sucesso, Olhos D’água e Monjolinho. E referindo-se a 1886, aponta uma produção de sete mil tijolos e cinco mil telhas, além de manilhas para o consumo da capital. Ainda conforme o mesmo autor, em 1887 as localidades foram interligadas por

uma ferrovia particular da própria empresa, denominada ferrovia da Melhoramentos, permitindo assim a conexão entre o conjunto das extrações e o processo industrial no interior do empreendimento.

---

**1888: Implantação da Estação Juquery, atual Franco da Rocha.**

---

De acordo com o IBGE,

A estação do Juquery foi fundada em 1º de fevereiro de 1888. E nesse mesmo ano, chegou na cidade o italiano Filoteo Beneducci que tinha a intenção de descobrir ouro em grande escala no lugar, conhecido na época como Pedreira, atualmente a Quarta Colônia. Como no local não existia a quantidade esperada pelo imigrante, resolveu se dedicar à extração de pedras enviadas para a cidade de São Paulo pela Estrada de Ferro recém-inaugurada. Essa extração é tida como a primeira atividade industrial de Franco da Rocha.<sup>51</sup>

---

**1890: Fundação da Cia Melhoramentos.**

---

Já em 1890, Moraes (1995, p.29) informa sobre a fundação da Cia Melhoramentos de São Paulo e a implantação de vila para 180 famílias em Caieiras. Segundo o autor, foi o único Estado que acolheu a propositura de implantação de Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, a qual possuía o objetivo de formar sociedade industrial em cada unidade da federação. Chega a fornecer dados de produção de papel em 1891 em volume equivalente a cento e noventa e quatro (194) mil quilos, chegando em 1949 a produzir doze (12) mil, queda esta atribuída às crises que recaíram sobre a República.

**1897-1907: Período de duplicação da São Paulo Railway.**

**1898: Duplicação da Estação Perus com substituição da edificação primitiva.**

**1898: Aumento do número de alunos em Val e Medeiros por atividades extrativas de minérios, Santana de Parnaíba.**

---

Informa Giesbrecht que em 1898 houve aumento do número de alunos nos bairros de Medeiros e Val, atual Cajamar, devido à extração de minérios.

**1898: Implantação da Colônia Agrícola do Juquery em terras com pedreira pré-existente de F. Beneducci, Juqueri.**

---

Em 1898 inicia-se o processo de implantação da Colônia Agrícola do Juquery - Hospital Psiquiátrico do Juquery, com o projeto do arquiteto Ramos de Azevedo. Foi implantada

---

<sup>51</sup> IBGE. Cidades. Franco da Rocha (histórico). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=351640&search=%7Cfranco-da-rocha>>. Acesso em: 15.08.2015.

inicialmente em terras da Quarta Colônia, local que fora anteriormente uma pedreira explorada por Filoteo Beneducci. As fazendas Criciúma e Velha foram incorporadas ao patrimônio do Hospital. Na Quarta Colônia instalou-se a usina elétrica do hospital, que durante anos forneceu energia também para a Estação Juquery e todo o povoado.

---

**1899: 1ª Usina Hidrelétrica Edgard de Souza para abastecer de energia a cidade de São Paulo, Santana de Parnaíba.**

---

No ano de 1899, segundo Giesbrecht, há criação da empresa São Paulo Tramway, Light and Power Company, e implantação em 1901 da 1ª Usina Hidrelétrica, situada em Santana de Parnaíba, para abastecer de energia a cidade de São Paulo.

---

**1905: Aquisição de pedreira no Sítio Botuquara por Aquiles Fanton, Perus.**

---

Informa Sr. Aoun (2010, p.36) que no ano de 1905 o Sr. Aquiles Fanton adquire uma pedreira no Sítio Botuquara que funcionava há muito tempo. Conta que a exploração se utilizava de uma vagoneta, constituída de carros com rodas de ferro que se movimentavam sobre trilhos e puxados por animais. Posteriormente seu proprietário passa a ser Batista D’el Antônio e depois seu filho Pedro. (AOUN, op.cit., p.17)

---

**1907: Rodovalho vende empreendimento de fabricação de cal no Vau.**

---

No ano de 1907, Giesbrecht informa que Rodovalho vende um empreendimento de produção de cal situado no Vau, localidade de Cajamar, onde produzia duas toneladas diárias de cal em um empreendimento que possuía fornos, armazéns, olaria, vinte casas de trabalhadores e escritórios.

---

**1908: Implantação da Tramway em empreendimento Rodovalho, conectando empreendimento à Estação Caieiras da SPR.**

---

Em 1908 Giesbrecht informa que se inaugura uma linha férrea “exclusiva” ligando a fábrica da Melhoramentos à São Paulo, permitindo o escoamento da produção da cal, tijolos, telhas e papel para a capital, substituindo a utilização de balsas. As balsas atravessavam o rio Juqueri-Guaçu e situavam-se no limite entre Parnaíba, atual Cajamar, e Juqueri, atual Caieiras. Verifica-se em planta sobre ocorrências minerais ser este um ramal da Tramway de interligação entre as ocorrências minerais citadas e a Estação Caieiras da SPR (KNECHT, 1950, p.81). Em 1910, Aoun (2010, p.36) aponta a existência de uma pedreira de Joaquim Camargo.

---

**1910: Fundação da CIEFPP em Gato Preto, Santana de Parnaíba, e obtenção de licença para construção e operação linha férrea Perus-Pirapora.**

---

No ano de 1910, conforme Aoun (2010, p. 45), “Silvio de Campos, Clemente Neidhart e Mário W. Tibiriçá uniram-se ao (Filoteo) Beneducci e fundam uma empresa de maior capacidade de produção de cal em Gato Preto”. Obteve-se licença expedida por Fernando Prestes de Albuquerque para construção da Ferrovia Perus-Pirapora passando por Gato Preto, localidade de Cajamar.

---

**1910-1914: Escoamento de produção de cal de Gato Preto, Santana de Parnaíba, até Estação Perus, com locomotivas próprias da CIEFPP.**

---

Entre 1910 e 1914, Anjos et al. (2008, p. 98) informa haver escoamento de produção de cal da Cia Beneducci pela Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus-Pirapora (CIEFPP), produção essa advinda de 10 fornos de Gato Preto e utilizando-se de locomotivas próprias.

---

**1914: Inauguração da CIEFPP com construção de linha férrea com extensão de 16 quilômetros, atingindo o entroncamento, Santana de Parnaíba-Cajamar.**

---

No ano de 1914, em cinco de agosto, segundo Aoun (2010, p.45), é inaugurada a CIEFPP com uma extensão de dezesseis (16) quilômetros, partindo de Perus e atingindo a localidade denominada de entroncamento, em Cajamar.

---

**1914: Descoberta de mina de caulim em terras do Sr. Domingos Di Sandro, Perus.**

---

Em 1914 é descoberta uma mina de caulim na fazenda do Sr. Domingos Di Sandro. A família segue na atividade de mineração, em 1939 os filhos criam “Irmãos Di Sandro”, e mais tarde, em 1956, a “Mineração Areão LTDA.”. Consta que a mesma família possui uma pedreira de extração de feldspato, além da Usina em Santa Inês em Caieiras. (AOUN, 2010, p.38, 207 e 15).

---

**1917: Implantação da fazenda Florestal da Cia de Melhoramentos.**

---

Em 1917 implanta-se a Fazenda Florestal da Companhia de Melhoramentos de São Paulo em terras dos municípios de Caieiras, Franco da Rocha e Cajamar (ANJOS et al., 2008, p.25). No mesmo período é extraída argila no Sítio Santa Fé localizado em Perus, porém em área incorporada à Cia de Melhoramentos (Id., ibid., p.32). Atualmente corresponde ao distrito de Anhanguera.

---

**1921: Inauguração da Estrada velha de Campinas.**

---

No ano de 1921 se inaugura a Estrada Velha de Campinas, também anteriormente denominada Estrada da Boiada ou Estrada da Coudelária.

De 1920 a 1930, segundo Siqueira (2001, p.34), são implantadas as vilas operárias dentro da Fábrica de Cimento, como a Vila Triângulo, Vila Fábrica e Vila Portland (ou Vila Nova). E

fora dos limites da fábrica, compondo o início do bairro, as vilas Operária, Inácio e Hungaresa.

---

**1924: CIEFPP é dividida, um grupo explora e transforma o calcário e outro o transporta, Santana de Parnaíba.**

---

Para o ano de 1924, informa Aoun (2010, p.45) que a CIEFPP é dividida em dois grupos, um que explorava o calcário e outro que operava a EFPP. Igualmente sobre este ano é informado que as cargas minerais se dividiam entre os dois lados da ferrovia: do lado direito, recebia-se as pedras das pedreiras locais, e do outro lado, as cargas como a cal virgem das Indústrias Matarazzo, com atividade no bairro Vau/Cajamar. A cal fabricada em Gato Preto era trazido pela EFPP e transferido à SPR neste mesmo lado esquerdo. (AOUN, 2010, p.82)

---

**1924: Exploração de pedreira da Fazenda Santa Cruz, Perus.**

---

Também para essa data, ano de 1924, Aoun (2010) trata da pedreira da Fazenda Santa Cruz situada no morro do Ajuá, que, com auxílio de teleférico, transportava seus minerais para posteriormente atingirem a Estação Perus da SPR. Consta que primeiramente foi de propriedade do Cel. Luiz Alves de Almeida, posteriormente comprada por Julio de Oliveira, alterando seu nome para Fazenda Santo Antonio. O Sr. Julio inicia a exploração de Caulim. Posteriormente é incorporada aos empreendimentos de Peccicacco, em função de casamento deste com a filha de Julio de Oliveira (AOUN, 2010, p.36, 42 e 206).

---

**1924: Constituição da Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A. Perus e Santana de Parnaíba, Cajamar.**

---

Sobre a Fábrica de Cimento, Siqueira (2001, p.26-27) trata que em 1924 formou-se a Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A., constituída por associação entre brasileiros e os associados do Dr. M. M. Smith, cuja diretoria era composta por Silvio de Campos (presidência), Arthur Moreira Jambeiro Costa (vice-presidente) e Dr. Smith (diretor gerente). Informa o mesmo autor que o Dr. Smith possuía longa experiência na produção de cimento em vários países, e que seus associados eram o grupo Drysdale y Pease, com sede em Toronto (Canadá), que detinham 70% das ações, tornando a CBCPP em Brazilian Portland Cement Company, uma subsidiária da Lone Cement Company, um dos maiores grupos de cimento nos Estados Unidos. Siqueira (2001) baseia-se em DPH (1992, p.6) e Melero (1996, p.25) a fim de apresentar as informações sobre os vínculos do Dr. Smith aos seus associados.

---

**1925: Conclusão do tronco de alta tensão ligando Caieiras e Perus.**

---

Em 1925 há a conclusão do tronco de alta tensão ligando Caieiras e Perus, advindo da usina elétrica de Santana de Parnaíba, na época Brazilian Traction (1912-1930), segundo informa

Siqueira (2001, p.29). Fruto do Decreto<sup>52</sup> do então presidente do Estado de São Paulo, Sr. Carlos de Campos, autorizando o projeto a ser executado pela The São Paulo Tramway Ligth and Power Company, Limited. O Sr. Carlos de Campos era irmão de Silvio de Campos, e ambos filhos de Bernardino de Campos.

---

**1926: Inaugurada a Cia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) em 24 de abril.**

---

Segundo Aoun (2010, p.25),

O Sr. Silvio de Campos que já explorava as pedreiras para a produção de cal e o Dr. M. Jambeiro, que era o proprietário das terras onde se situavam as pedreiras, ocuparam a diretoria desta Cia. As duas empresas, a EFPP e a de exploração de calcário associaram-se a uma empresa Canadense [...] Com a pressão imobiliária, surgiram os primeiros loteamentos, visto que o “acampamento” da fábrica não atendia a demanda.

---

**1926: Noventa e seis por cento (96%) da produção do cimento dirige-se à Light and Power Co.**

---

Neste mesmo ano de 1926, nos registros da família Burke se identifica a informação originada do responsável pela gerência das pedreiras da cimenteira, Sr. John Ulic Burke, que a partir de abril e maio desse mesmo ano, noventa e seis por cento (96%) da produção do cimento era dirigida à Light and Power Co.

---

**1931: Produção de cimento da CBCPP atinge cerca de 60% do consumo nacional.**

---

Para o ano de 1931 tem-se a informação que se alcança o maior percentual da produção de cimento Portland Perus no consumo nacional, equivalente a quase 60% do consumo (SIQUEIRA, 2001, p.66).

Informa Aoun (2010, p.86) que em 1932 se implanta um empreendimento de beneficiamento de ossos para adubos e derivados do Sr. João Gava, com funcionamento até os dias atuais ao lado do Parque Anhanguera.

---

**1933: Fundação do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo**

---

É de 1933 a fundação do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, cujo primeiro presidente foi o Sr. Realino da Rocha Pinto (AOUN, 2010, p.118). Chaves (2012, p.183) complementa ao apontar que a nomeação do Sindicato na sua fundação correspondia a Sindicato dos Extratores de Pedras e Conexos de Água Fria, criado em 26 de março de 1933.

---

<sup>52</sup> Decreto disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3793-23.01.1925.html> >. Acesso em: 07.01.2015.

---

**1938-1945: Ampliação da demanda de produção de cimento por projetos Prestes Maia.**

---

De 1938 a 1945 informa Melero (1996, p.39) que os projetos de Prestes Maia ampliam a demanda do cimento de Perus à urbanização de São Paulo.

**1940: Implantação de empreendimento mineral “Irmãos Peccicacco”, Perus.**

---

Relativo ao ano de 1940 consta a implantação do empreendimento “Irmãos Peccicacco” e depois F. Peccicacco Extração de Caulim e produção de porcelana pelos “Irmãos Peccicacco”, segundo Aoun (2010, p.39 e 85).

**1945: União encampa a SPR, passando a denominar-se Estrada de Ferro Santos Jundiaí.**

---

Em 1945 a SPR é encampada pela União em 15 de junho e passa a ser denominada Estrada de Ferro Santos Jundiaí, segundo a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - Regional São Paulo.

**1948: Conclusão da pavimentação da Rodovia Anhanguera.**

---

Em 1948 é concluída a pavimentação da Via Anhanguera, embora tenha sido inaugurada em 1940.

**1951: Compra da CBCPP por J. J. Abdalla.**

---

Em 1951 realiza-se a compra da CBCPP por J. J. Abdalla. Consta ter comprado por 200 milhões de cruzeiros, e que anteriormente pertencia a Canadian Foreign Investments Co. Abdalla constituiu império econômico: fábricas de tecidos, hidrelétrica, laboratório, vilas operárias, bancos, fazendas, usinas de açúcar e empresas de mineração, segundo Aoun (2010, p.192).

**1954: Implantação de energia elétrica em Perus.**

---

A implantação de energia elétrica em Perus ocorre em 1954, sendo apresentada foto onde lado a lado estão J. J. Abdalla e representante da Ligth, embora a iluminação pública venha a ocorrer em 1970 com Reynaldo de Barros (AOUN, 2010, p.89 e 91).

No ano de 1954 é informado que F. Peccicacco identifica urânio em suas explorações (AOUN, 2010, p.40)

No ano de 1956 há a criação da Mineração Areão Ltda., de filhos de Domingos Antônio Di Sandro (AOUN, 2010, p.39), como exposto acima.

No ano de 1957: Inauguração da “União dos Trabalhadores de Perus” (AOUN, 2010, p.118).

No mesmo ano o início funcionamento da Cimento Santa Rita – Itapevi. (AOUN, 2010, p.195). Complementarmente, é informado que, até esse ano, não havia outra indústria cimenteira na região metropolitana de São Paulo por (SIQUEIRA, 2001, p.37).

### **1950: Construção do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo e greve de 35 dias dos trabalhadores Queixadas.**

---

A construção da edificação do Sindicato pelos próprios moradores ocorre em 1950 (AOUN, 2010, p.111), mesmo ano em que se deflagra a greve que durou 35 dias, quando os trabalhadores pleiteiam não só reajustes salariais, mas rebaixamento do preço do cimento no mercado.

### **1950: Realização do plebiscito para emancipação Perus. Vence o “Não”.**

---

Também em 1950 Aoun (2010, p.107) informa sobre a realização de plebiscito para emancipação de Perus, vencendo o “Não”.

Concluindo essa descrição dos registros, adicionamos informações sobre Francisco Morato. Optou-se, no caso desse município, em identificar o empreendimento da SP Railway (SPR), que corresponde à ferrovia e não uma atividade minerária, pois as informações obtidas indicam que para a implantação da estação férrea de Betlém, atual Francisco Morato, implantada na mesma ocasião da Estação Perus, em 1867, a “Inglesa”, como é denominada a SPR, chegou a construir olarias e cerâmicas para a produção de tijolos e telhas utilizadas pela própria SPR nesse período, além de plantação de grande área de eucaliptos para o uso da lenha.

## **2.2.2 Interpretações da organização cronológica.**

Três exercícios são passíveis de serem realizados mediante a reunião temática e cronológica. O primeiro diz respeito a um agrupamento de empreendedores minerais, incluindo o distrito de Perus e os municípios de Caieiras e Cajamar.

Identifica-se um grupo pequeno de empreendedores no qual se incluem dois de maior monta, correspondentes à produção do cimento pela Portland Perus e pela Melhoramentos.

O agrupamento buscou perseguir a linha hereditária e de associações, possibilitando inferir que na localidade de Perus, por exemplo, as famílias Fanton, Peccicacco e Di Sandro concentram atividades minerárias, ainda que passando de pais para filhos. Verifica-se também que, no caso de Perus, a família Fanton foi precursora na atividade mineral, quando a partir de 1905 explorava granito e feldspato. Entretanto, são os municípios atuais de Franco da Rocha, Caieiras e Cajamar que aparecem com atividades minerárias anteriores a 1910, contando, para

o escoamento de seus produtos, com as estações intermediárias de Perus num primeiro momento e, após, com as de Caieiras e Juqueri, nessa ordem, implantadas no período de 1867 a 1888. Também por estradas, caminhos, rios e córregos e por auxílio de animais eram viabilizadas as conexões entre a atividade mineral e as estações férreas, de onde partiam os materiais rumo à cidade de São Paulo ou ao interior.

Segundo levantamento, já a partir de 1910 a Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP) escoava a produção de Cal da Cia Beneducci situada em Gato Preto/Cajamar. Compreende-se que as extrações e produções de cal em Cajamar tenham “conquistado” a implantação da Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP) a partir de empreendimento de extração de cal da Cia Beneducci, a qual contava com o Sr. Silvio de Campos entre seus associados. Sr. Silvio de Campos era filho de Bernardino de Campos e irmão de Carlos de Campos, ambos ocupando uma diversidade de cargos públicos entre câmaras e presidência do Estado de São Paulo entre os anos de 1888 e 1930. Observa-se que estiveram imbuídos no interesse das demandas de industrialização e urbanização do Estado em associações empresariais com brasileiros e estrangeiros.

Uma trama de associações entre proprietário de terras, empreendimentos industriais, implantação de infraestrutura, poderes constituídos em cargos públicos etc. também se desenha com expressão nessa localidade, nesse caso podendo-se repetir, articuladamente, a implantação de estruturas férreas orientadas pela disponibilidade dos recursos minerais e nesse momento por empreendimentos instalados. Este modelo que parece recorrer na região, tendo cada momento interesses, agentes e atores específicos envolvidos, sendo de interesse da narrativa explorar e aprofundar tal modelo.

Compreende-se que é necessário maior aprofundamento sobre a associação entre a EFPP e as Caieiras da Cia Beneducci e sócios, além da relação desta sociedade com a Fábrica de Cimento Portland Perus a partir de 1926.

Apresenta-se a seguir o **primeiro exercício** do agrupamento dos empreendimentos e empreendedores em Perus, Cajamar e Caieiras:

- a) Cia Melhoramentos (Madeira, Argila, Cal e Papel) – Cel. Antônio Proost Rodovalho;
- b) Fábrica de Pólvora: Capitão da Guarda Nacional Sr. Edwiges Dias de Oliveira;
- c) Exploração Granito e Feldspato (Sítio Botuquara): Aquiles Fanton/Pedro Del Antonio;
- d) Pedreira: Joaquim Camargo;

e) Produção de cal e cimento: Silvio de Campos, Clemente Neidhart e Mário W. Tibiriçá e Cia Beneducci, Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP), Grupo Drysdale y Pease/Canadain Foreign Investments Company, CBCPP, EFPP, ICPP, Chohfi - J. J. Abdala, confisco, leilão;

f) Fábrica de cerveja e macarrão: Ernesto Bottoni;

g) Extração de Mina de Caulim : Domingos Antônio Di Sandro, Irmãos Di Sandro, Mineração Areão Ltda., Pedreira (extração de feldspato) e Usina Santa Inês (Caieiras);

h) Pedreira Fazenda Santa Cruz: Cel. Luiz Alves de Almeida; Caulim na Fazenda Santo Antonio: Julio de Oliveira; Irmãos Peccicacco (Porcelana), F. Peccicacco (Caulim e Urânio);

i) Beneficiamento de ossos para adubos e derivados: João Gava.

Um **segundo exercício** corresponde a correspondências estabelecidas envolvendo, sobretudo, o tronco da São Paulo Railway, com as datas da implantação das estações intermediárias nessa região e a ordenação cronológica realizada a partir de publicações locais. São identificados:

i. Existência de atividade de mineração envolvendo os distritos de Perus, Anhanguera e os municípios de Santana de Parnaíba, Cajamar, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato;

ii. Associação temporal entre as explorações minerais e a implantação de estações férreas na sua primeira fase de implantação da SPR (1867-1897), como é o caso da estação de Juqueri com o empreendimento do Filoteo Beneducci na atual Franco da Rocha, assim como a estação de Caieiras com os empreendimentos de Rodovalho, que constam em Caieiras (ex-Juqueri) como em Cajamar (ex-Santana de Parnaíba), em terras da Cia Melhoramentos;

iii. Proximidade temporal entre a SPR duplicada, após 1898, e a implantação da Tramway-Caieiras em terras da Melhoramentos; além da constituição da CIEFPP (1910) e a concessão pública para implantação de ramal férreo com uso industrial para escoamento da cal de Cajamar (1914);

iv. Proximidade temporal entre o fim da concessão da SPR sob capital inglês, a compra da Fábrica de Cimento por capital nacional e a conclusão da pavimentação da Rodovia Anhanguera.

Já com o conjunto da organização cronológica sob os diferentes temas, através da identificação de congruências foi possível fazer um terceiro exercício, esse de periodização quanto aos recursos regionais e atividades extrativas e industriais:

1º período – até 1876: Ouro, Água, Madeira, Caminhos, Rios, Argila, Brita e Cal;

2º período – 1867-1898: Ferrovia, Brita, Madeira, Cal, Caulim, Papel, Energia Elétrica;

3º período – 1898-1951: Ferrovia, Cal, Caulim, Feldspato, Brita, Final da Concessão SPR, Cimento, Via Anhanguera;

4º período – a partir de 1951: Energia Elétrica, Caulim, Porcelana, Cimento.

Concluimos essa etapa apontando as inúmeras possibilidades de construção de entendimentos sobre as mudanças da paisagem elaboradas a partir de conhecimento local e com pares, assim como indicando um conjunto de procedimentos compondo um possível ponto de partida para aprofundamentos de estudos sobre paisagem.

Partimos agora para estudos voltados a compreender essa paisagem ao longo de longo período, inserida em dinâmicas históricas e geográficas mais amplas.



### **CAPÍTULO 3 - Inserção geográfica, histórica e dinâmizações na paisagem.**

O capítulo reúne informações e análises buscando avançar em significado o expresso em narrativas e em documentos locais sobre a região, com o foco em sua inserção histórica e geográfica e promovendo diálogos entre as fontes utilizadas. Também objetiva o compartilhamento dos conteúdos e reflexões suscitadas. Um exercício atravessando várias escalas espaciais e temporais incluídas no período do estudo, com um avanço e recuo não orientado cronologicamente, e sim por temáticas, e com origem e destino na mesma região, a porção noroeste da metrópole paulista, especialmente Perus.

#### **3.1 Inserção administrativa e o bairro Ajuá.**

Ahi se entronca no grupo de Jaraguá, e depois toma um tal desenvolvimento para o quadrante de norte-oeste, que converte em território quasi integralmente montuoso e cortado de profundos valles a parte meridional do Município de Jundiahy. Esta serra por sua proximidade à Capital abastece de muitos meios provimento. [...] Na mesma direção da serra precedente e deslocando-se do mesmo núcleo dilata-se a serra de Juquiry, bacia fluvial do rio do mesmo nome, que, como aquela, tem igual derramamento de morros.<sup>53</sup>

Para a localização da área de estudo é necessária a seguinte ponderação: a pesquisa atravessa os séculos XIX e XX quando houve grande alteração de regimes políticos e diversas mudanças nas divisões político-administrativas brasileiras, visto que, de 1867 a 1958, atravessa-se o Império, a República Velha e a Era Vargas.

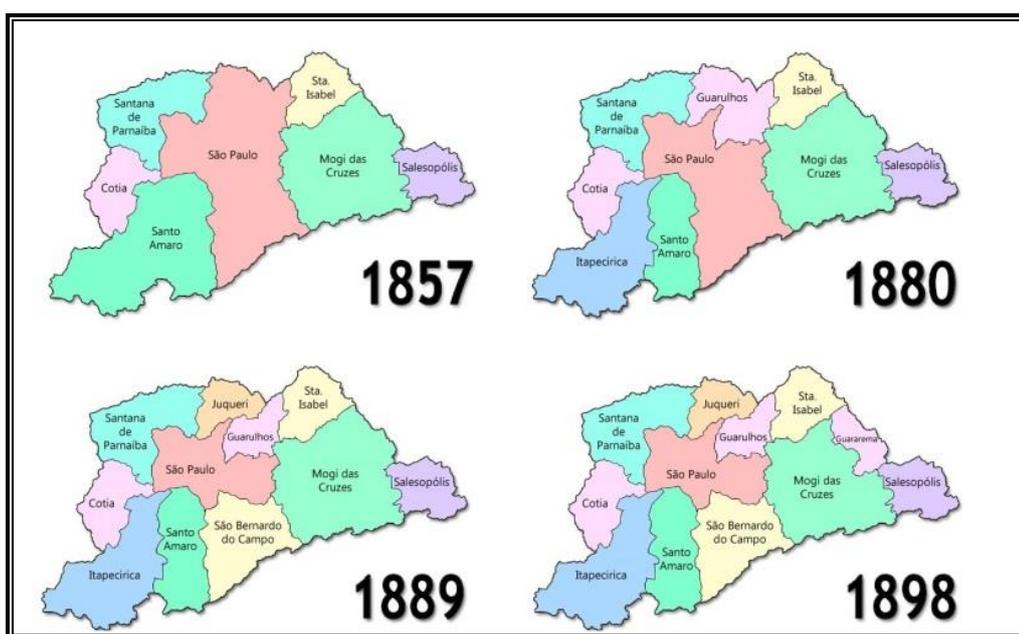
As povoações no século XIX, de acordo com as suas funções político-administrativas e religiosas, tinham a designação oficial de “cidade”, “vila” e “freguesia”, do maior ao menor grau de importância. Uma vila era mais importante que uma freguesia. Ainda havia a designação de “capela curada” de importância inferior ao da freguesia, segundo Langenbuch (1971, p.42). Também outras denominações sem caráter oficial eram presentes, como aldeia, arraial, povoação, capela e bairro, sendo que as duas últimas não possuem necessariamente núcleo central (segundo o mesmo autor).

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA (1862, p.23). Consta ser o primeiro livro didático sobre Geografia publicado em São Paulo, no ano de 1862.

Quanto ao período de 1867, encontramos plantas da Província de São Paulo com a localização da cidade de São Paulo, da Vila de Paranahyba e da Freguesia do Juquery. Em 1960, são outras as divisões administrativas nessa porção. Na atualidade, de modo correspondente, observamos os distritos de Jaraguá, Perus e Anhanguera integrantes do município de São Paulo, além dos municípios de Cajamar, Caieiras, Santana de Parnaíba, Franco da Rocha e Francisco Morato.

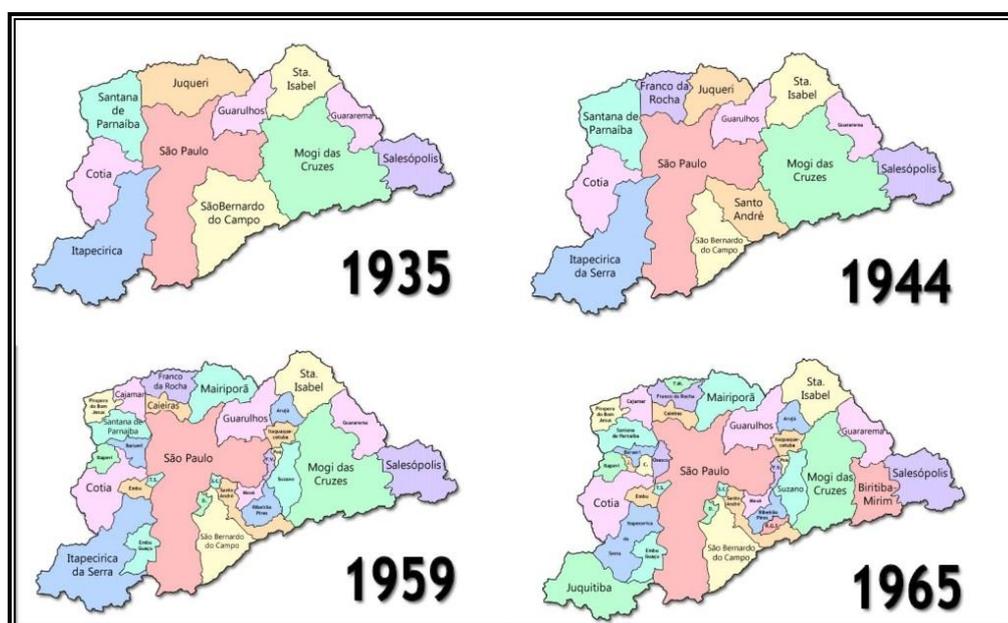
No Mapa 2 (abaixo) são demonstradas as diversas configurações que ocorreram envolvendo a região de estudo no século XIX. Observamos no mapa de 1857 a região do estudo incluída em São Paulo e Santana de Parnaíba. Em 1880, ainda semelhante, apenas com a nova vizinhança de Guarulhos. No mapa de 1889 prosseguimos situados em São Paulo e Santana de Parnaíba, com a vizinha Guarulhos se desmembrando em Juqueri e Guarulhos. No mapa de 1898 a região de estudo prossegue sob a mesma divisão político-administrativa, sendo incluído apenas na intenção de informar a configuração ao final do século XIX.



**Mapa 2:** Alterações administrativas envolvendo a área de estudo na 2ª metade do século XIX.  
Fonte: Modificado de TVT (2017).

O Mapa 3 (abaixo) correspondente às divisões administrativas do século XX. O mapa de 1935 apresenta o limite norte do município de São Paulo estabelecido por terras de Juqueri, com Santana de Parnaíba à noroeste e Guarulhos a nordeste. No segundo, de 1944, essas mesmas terras de Juqueri situadas ao norte da capital de São Paulo se apresentam desmembradas em Juqueri e Franco da Rocha. Já o terceiro, de 1959, demonstra grandes alterações: as terras ao norte da capital pertencentes a Juqueri mostradas em 1935, depois

desmembradas em Juqueri e Franco da Rocha em 1944, no ano de 1959, correspondem a três municípios: Caieiras, desmembrada de Franco da Rocha, além do mesmo Franco da Rocha e Mairiporã. Mairiporã teve sua alteração de nome em 1948, em substituição a Juqueri. É oportuno destacar que o município de Mairiporã não possui as mesmas dimensões territoriais que possuía Juqueri em 1935. No mapa de 1959 verificamos o município de Cajamar desmembrado de Santana de Parnaíba. E no mapa de 1965 há novo desmembramento, agora de Franco da Rocha com a emancipação do município de Francisco Morato.



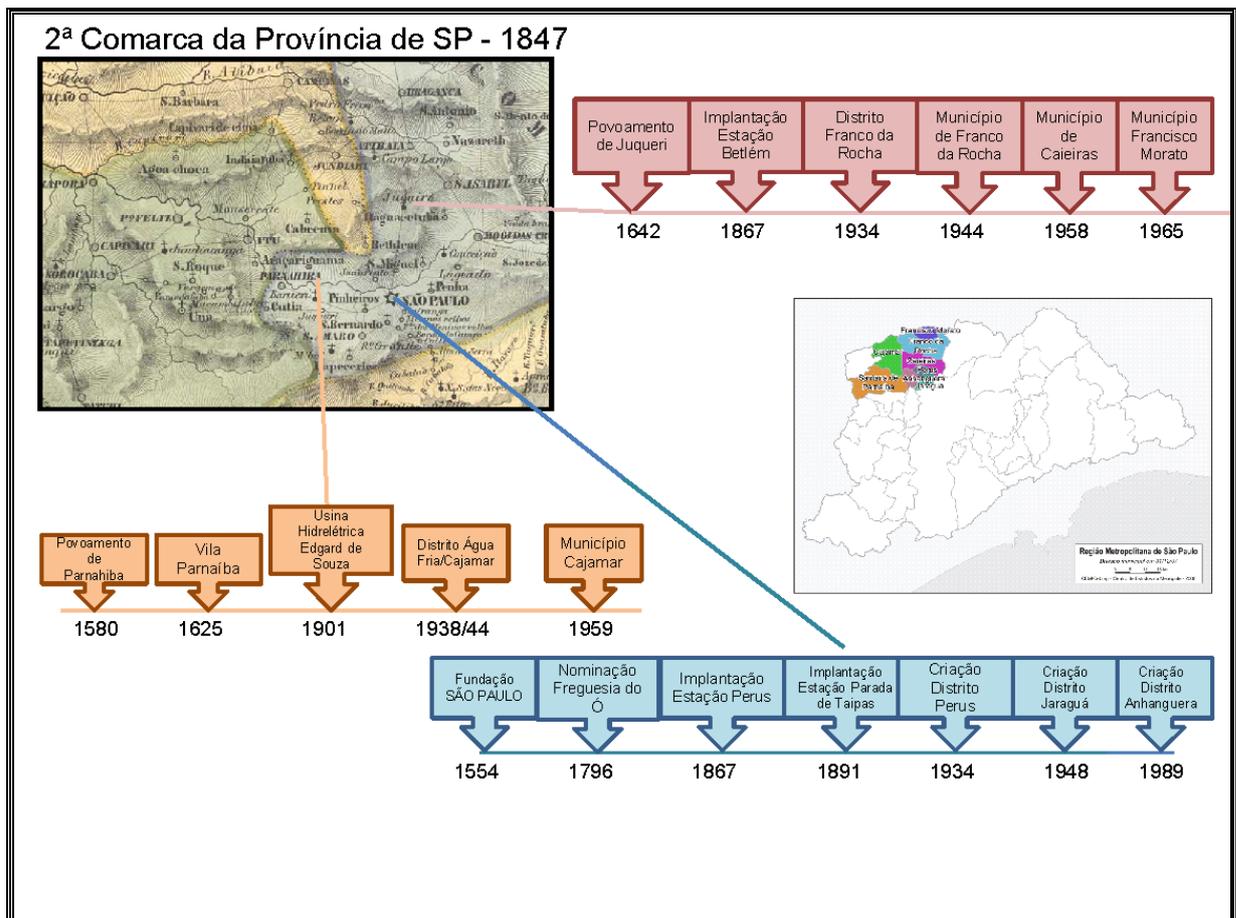
**Mapa 3:** Alterações administrativas envolvendo a área de estudo na 1ª metade do século XX.  
Fonte: Modificado de TVT (2017).

Após a observação do quanto foram alterados os limites municipais ao longo de largo período, optamos em agregar informações de maior detalhe, principalmente indicando a porção noroeste da capital sob os três distritos, Perus, Jaraguá e Anhanguera, assim como aproximação das datas das mudanças administrativas da região lado a lado à implantação de estações férreas da São Paulo Railway, agregando, desta forma, novos elementos à análise.

Reunindo informações por localidades que compunham a 2ª comarca da Província de São Paulo: São Paulo, Parnahiba e Juquiri, segundo Carta Topographica de 1847<sup>54</sup>, verifica-se que a implantação das estações intermediárias da São Paulo Railway (SPR), como de Perus e de Betlém/Francisco Morato, ocorreram na primeira fase da SPR, em 1867, mobilizando a macroárea de São Paulo. Observa-se também que as maiores mudanças político-

<sup>54</sup> Cartas das Províncias do Brasil do acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B4k122-e71-NRXRLTi0wNE9GV2c/view>>. Acesso em: 13.01.2017.

administrativas internas aos municípios se desenvolveram na *Era Vargas*, a partir dos anos de 1930, com a criação dos distritos de Água Fria, Perus e Franco da Rocha. O distrito de Água Fria posteriormente alterou sua denominação para Cajamar, por já existir outro com esse mesmo nome. Cada um dos três distritos se encontra em separado nas três localidades: Água Fria/Cajamar em Santana de Parnaíba, Perus em São Paulo e Franco da Rocha em Juqueri (à época). E por fim, observa-se que são criados dois municípios entre os anos de 1958 e 59: Caieiras e Cajamar. Inclui-se que nestes anos houve um plebiscito no distrito de Perus a respeito de sua emancipação, vencendo a “não” desvinculação ao município de São Paulo. Consta também, posteriormente, a emancipação de Francisco Morato em 1965, e somente em 1989 a criação do distrito de Anhanguera, divisão político-administrativa esta que se mantém até os dias atuais. (FIG.19)



**Figura 19:** Configurações administrativas da porção noroeste de São Paulo até a atualidade.  
Org. Ana C. V. Vellardi.

Verificando que a região de estudo situa-se inserida em território de muitas mudanças administrativas, seguimos buscando aproximação em mapas antigos considerando





Pode se observar por georreferenciamento que a localização indicada por Cardin (Mapa 4) corresponde na atualidade ao bairro de Laranjeiras em Caieiras, ex-Juqueri, sendo possível identificar que dessa localidade parte uma estrada denominada “Ajoá”, que se origina de uma bifurcação da Estrada Velha de Campinas (atual Raimundo Pereira de Magalhães) e transpondo esporões da Serra da Cantareira atinge a Estrada Santa Inês na atual Mairiporã. Existe a possibilidade desta estrada configurar um dos antigos caminhos de deslocamentos de materiais, como a cal para a Cia Cantareira de Água e Esgotos, sem deixar de considerar a correspondência a caminhos indígenas na sua origem. “Ajuá” na língua guarani significa “fruto com espinho”, e Juqueri, “caruru-de-espinho”. Caruru é a denominação dada às plantas da família amarantáceas que possuem uma enormidade de variações e expressão em diferentes biomas, inclusive no Cerrado. Com isso, depreende-se que a parceira da ULC vem a nos alertar sobre a vivência Guarani anterior aos tropeiros na região, a qual muitas vezes não se encontra considerada em muitas histórias de ocupação territorial, também como um indicativo de alguma particularidade sobre volumes vegetais que deve ser aprofundado. Igualmente, estando a fazenda próxima à Estrada Velha de Campinas, parece concebível que tenham utilizado essa via para abastecer de alimentos a capital.

Quanto ao bairro, pode-se supor que a Fazenda Ajuá esteve inserida em porções de terras desses dezessete proprietários, denominadas, reunidas, por bairro Ajuá, o qual se estendia em terras do Juqueri e da capital – lembrando que até 1880 a Freguesia do Juqueri respondia à capital. Aproxima-se desse modo com o que aponta Siqueira (2001, p. 24), quanto à existência de um Sítio Joá da família Dias em Perus, isto é, um sítio Joá situado no bairro Ajuá. Importante destacar que onde se encontra essa sede do Sítio Joá e Fazendinha consta corresponder à residência do proprietário de um empreendimento fabril implantado em Perus em 1881, conforme nos informa Aoun (2010, p. 18-19), terras onde se implantou posteriormente a Fábrica de Cimento Portland em 1926. A Fazendinha é um bem tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) por fazer parte da história da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus (de 1926), sendo considerado em proximidade à pretérita fábrica de pólvora. Para a fábrica de pólvora, a Resolução do CONPRESP de nº 10 de 2005 do órgão de proteção sugere pesquisas arqueológicas.

Após essa exposição, é possível interpretar a motivação da composição Ajuá-Perus do Centro Cultural que agrupou moradores da região. Uma dupla carregada de significações de diferentes paisagens dessa localidade, indígena, rural, de um fabril de “desbravamento” por

conta da fábrica de pólvora em meio montanhoso e afamado por minérios, e a um fabril para a construção civil com o cimento.

Encontra no momento final da elaboração desse documento uma referência à Ajuá feita em Knecht (1950, p.84), quando tratando sobre aspectos do granito encontrado na Serra do Ajuá, que identifica como sendo local para ramificações na Serra da Cantareira, concordando com os caminhos identificados acima – e, por que não, uma outra característica podendo ser atribuída a Perus como a de local de partida à integração da região?

De um outro encontro de informações em diversas fontes, e esta tratando de 1924, Aoun (2010, p. 36, 42 e 206) refere-se a uma pedreira na Fazenda Santa Cruz com outro nome de posse dos grandes proprietários do bairro Ajuá registrados em Freguesia do Ó, o Cel. Luiz Alves de Almeida, indicando local onde implantou-se um teleférico para transporte de minerais, e que após um ponto eram dirigidos à Estação de Perus da São Paulo Railway (SPR), informação que se refere à encosta do maciço da Serra do Ajuá com vertente para a capital.

Também na planta de Cardim (Mapa 4) se identifica que o local de implantação da Estrada de Ferro Perus Pirapora correspondia às terras da fazenda do Barão de Iguape, Antônio da Silva Prado. O Barão do Iguape preside a Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo em 1857, entidade bancária na qual em 1878 consta o Sr. Antonio Proost Rodovalho como tesoureiro, conforme Reis Filho (2010, p. 53). Também Antonio da Silva Prado, o neto, foi prefeito da cidade de São Paulo durante a República Velha, de 1899 até 1911.

São frequentes as interseções de agentes e políticos observadas em diferentes fontes nos mesmos lugares, por vezes se sobrepondo, demonstrando de um lado que as terras do bairro Ajuá e região se originaram de grandes posses e envolvendo vários presidentes da Província de São Paulo, e de outro mostrando possuidores de terras em participações bancárias.

### **3.2 *Hinterland*<sup>57</sup>, Cinturão Caipira, Subúrbio e aspectos populacionais.**

A reunião de informações relativas a inserção territorial e aspectos populacionais é norteadas pelas seguintes questões:

---

<sup>57</sup> “São Paulo e Rio, como centros urbanos da economia cafeeira, dispunham de zonas tributárias mais vastas, constituídas não apenas pelas regiões onde se praticava as atividades produtivas do Setor de Mercado Externo, mas também daquelas que, estando inseridas no Setor de Subsistência, forneciam-lhes excedentes de produção.” (SINGER, 1977. p. 362).

- A região, com o ponto de partida em Perus, com suas características geográficas e de usos em largo período, apresenta particularidades locais entrelaçadas aos interesses nacionais e ao pólo centro-sul no período estudado?

- A região possui em sua origem traços de “entroncamento” localizando-se no eixo da economia voltada ao mercado externo, sobretudo do café, e a um eixo de interesse no desenvolvimento urbano e industrial da cidade de São Paulo com o fornecimento de materiais de construção civil e subprodutos industrializados?

- A região é representada nos dados populacionais no final do século XIX?

- A região apresenta agentes atuando em seus territórios, semelhante aos agenciamentos realizados na metrópole de São Paulo?

Singer (1977) fornece um rico aporte para compreender a inserção da área de estudos na economia e no desenvolvimento urbano da região São Paulo, a partir da publicação “Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana”. Sua análise se ocupando de cinco cidades brasileiras – São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife –, percorrendo as características gerais do Brasil à época colonial até atingir a década de 1960.

Aponta o autor que na economia colonial a especialização do trabalho material se dá em atividades voltadas ao mercado externo, especialização experimentada pelo açúcar no nordeste, a mineração do ouro em Minas e o plantio de café em São Paulo, com as demais atividades integradas ao setor de subsistência. Este setor, por seu lado, muitas vezes atendendo ao mercado externo e se especializando conforme as demandas específicas de cada ramo econômico junto ao mercado mundial, incluía-se na produção do que não poderia ser importado, seja por dispêndio oneroso de deslocamento, seja pela sobrevida de produtos envolvendo largos tempos de transporte por navios. Alguns produtos do setor de subsistência indicados pelo autor são os relacionados à construção civil, como extração de areia, fabricação de telhas e outros de baixo valor, promovendo, grosso modo, a constituição de um mercado interno em suporte ao mercado externo. (SINGER, 1977, p.360).

Ainda segundo o mesmo autor, cabia às cidades, à essa época, a função de entreposto das mercadorias destinadas à exportação e importação, com as atividades comerciais praticamente restringindo qualquer possibilidade de função industrial.

O que se via era um Brasil de vasto território com núcleos de atividades econômicas vinculadas diretamente ao mercado externo, resultando em grande fragmentação: a Amazônia exportando borracha, o Nordeste açúcar, o Centro-sul café, todos com elos estabelecidos diretamente ao mercado europeu. Porém, o Centro-sul se apresentava como o de maior significância quanto às demandas externas, com setores tributários e de subsistência no sul de

Minas, sul do Brasil e nas planícies do sul rio-grandense – setores tributários no sentido de orbitarem a esse núcleo atendendo ao mercado externo e à subsistência com produção agrícola e, ao mesmo tempo, fornecendo excedentes de produção ao mercado interno.

O início do processo de industrialização se valeu em grande parte das conexões internas à essas áreas tributárias, aproveitando-se de caminhos e fluxos pré-existentes, compondo, assim, os atributos necessários à industrialização, segundo o autor. Havia a proximidade das fontes de matéria-prima e dos setores de decisão governamental, e principalmente, de contiguidade ao mercado (SINGER, 1977, p.362).

Norteados pelos atributos necessários à industrialização apontados por Singer, buscamos agora identificar a região a partir de informações populacionais e conexões desta região ao mercado interno e externo, considerando o período da segunda metade do século XIX ao início do século XX.

A pesquisa alcança o período de implantação das estações intermediárias de trem de Perus e Betlém (atual Francisco Morato). Ambas datam de 1867, quando se implanta a São Paulo Railway (SPR) em sua primeira fase, mais tarde denominada Santos-Jundiaí. Com isso, é possível supor que, à época, a região de Perus e entorno vivencia as dinâmicas do mercado externo, bem como de subsistência ou tributário do Centro-sul. Mesmo guardando a pouca importância atribuída às estações, sendo identificadas como de 3ª classe, conforme Cyrino (2004), além do reduzido grupo populacional, presume-se, então, que na segunda metade do século XIX havia pequenos grupos de moradores dispersos em diferentes pontos em Santana de Parnaíba, a norte e a noroeste da capital. As duas estações datam da primeira fase da implantação da SP Railway<sup>58</sup>, ferrovia de interligação da produção agrícola do interior de São Paulo ao porto de Santos, configurando uma região inserida no processo nacional que parte da fragmentação voltada ao mercado externo e avança a uma concentração de núcleos compostos, grosso modo, por suas áreas de influência.

Na segunda metade do século XIX e antes da implantação da Ferrovia SPR – a Inglesa, segundo Referências Culturais nas Subprefeituras<sup>59</sup> –, os primeiros núcleos urbanos cresceram a partir de fazendas, patrimônios religiosos ou parada de tropas, e ao longo de caminhos antigos que tinham o centro de São Paulo como ponto convergente.

---

<sup>58</sup> Dada a importância da implantação ferroviária com a história e geografia local, são apresentadas informações e análise de detalhes em um item particularizado sobre a S.P. Railway (à frente), compondo um dos dinamizadores da história da paisagem regional.

<sup>59</sup> Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria da Cultura. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico/index.php?p=14393](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/index.php?p=14393)>. Acesso em 07.08.2014.

Análise de mapas antigos realizado por Kako (2013), buscando identificar (como diz no título da obra) o “Papel dos Trilhos na Estruturação Territorial da Cidade de São Paulo de 1867 a 1930”, apresenta figuras que atingem o limite do povoamento da Freguesia do Ó, com Perus a noroeste; no limite extremo do município da capital São Paulo, Freguesia do Ó dista de Perus cerca de 20 km.

Considerando as publicações a respeito das povoações da Província de São Paulo, com destaque para aquela de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques de 1870, a população de Nossa Senhora do Ó consta estimada em 2.500 habitantes, a do povoamento Juquery em 4 mil, a de Parnaíba também em 4 mil e Jundiaí em 10 mil. Esta última perde apenas para São Paulo, à época com população estimada em 25 mil habitantes. Para esse mesmo período, Godoy (1875) apresenta dados próximos, provavelmente utilizando a mesma base de dados<sup>60</sup> (Tabela 1).

**Tabela 1:** Dados populacionais de povoações em observação no estudo: 1870 e 1875.

Dados populacionais			
Comarcas	Povoações	1870	1875
Capital	São Paulo	25.000	25.293
Capital	N. Sra do Ó	2.500	2.700
Capital	Juquery	4.000	4.100
Capital	Paranayba	4.000	4.115
Campinas	Betlém de Jundiahy (Itatiba)	7.300	7.212
Campinas	Jundiahy	10.000	10.595

Fonte: Marques (1870) e Godoy (1875).

Reunimos os dados populacionais apenas no sentido de identificar a distribuição de pessoas nessa porção, com o foco em ordem de grandeza. Presume-se com isso que um pequeno número de moradores de Perus se encontravam computados em Nossa Senhora do Ó ou na Freguesia de Juqueri, à época de 1870-1875.

<sup>60</sup> BASSANEZI E BACELLAR (2002) alertam sobre a prática de recenseamento dos habitantes ter sido relativamente abandonada no período imperial, entre 1839 a 1872. In: “Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX”. Revista Brasileira de Estudos de População, vol.19, n.1, jan/jun. 2002 (p. 113).

Plantas da Província de São Paulo datadas de 1847, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional, demonstram que a Freguesia do Juquiri<sup>61</sup>, assim como a da Freguesia do Ó, integravam as freguesias da porção norte da Cidade de São Paulo. Knecht (1950, p. 12) informa que a partir da Lei nº 34 de 24 de março de 1880 há desmembramento de alguns distritos, passando a Freguesia do Juqueri a não mais se integrar a São Paulo. Langenbuch (1971, p. 75) nos dá uma pista quanto a esse aspecto populacional dessa porção: “Não se tem elementos para avaliar a evolução demográfica verificada no cinturão das chácaras, uma vez que o mesmo está quase totalmente incluso nas freguesias componentes da cidade de São Paulo”. O cinturão achava-se visivelmente ligado pela cidade e para a cidade, de acordo com Langenbuch (1971), supondo que Perus, contando talvez com cerca de algumas centenas de pessoas, fosse computado incluído em Freguesia do Ó ou em Freguesia do Juqueri. Com isso, encontramos duas dificuldades, Perus situado entre duas Freguesias e em período que se buscava retomar os recenseamentos.

Com um contributivo sobre Freguesia de Juqueri e Vila de Parnaíba, segundo Langenbuch (1971, p. 45), “[T]udo leva a crer que a população rural das várias paróquias superou largamente a das sedes (freguesias ou vilas); Azevedo Marques aponta que Juqueri e Parnaíba se dedicam quase que exclusivamente à lavoura”, confirmando a dificuldade de computo da população dessa porção. Entretanto, para interesse do estudo, é possível supor que somados os grupos populacionais de Parnaíba, Juquery e parte da Freguesia do Ó, encontremos agrupamento de pessoas envolvidas com atividade extrativa mineral demandada pela urbanização, objeto central deste estudo. E desse modo, pode-se observar a região atendendo aos atributos de industrialização apontados por Singer (1977, p.362), quais sejam, a proximidade às matérias-primas, ao centro de decisões governamentais e, sobretudo, conectada ao mercado consumidor da capital; e já não mais por caminhos, mas a partir de 1867 com a presença do tronco férreo da São Paulo Railway.

Após tentativa de aproximação de dados populacionais, passamos a buscar compreender aspectos históricos das relações funcionais dos arredores da capital.

Langenbuch (1971), referindo-se a 1883, trata da utilização de vias terrestres e de comunicação entre a produção e o consumo da capital, informando sobre o “caminho de carro”, ou de boi, através do qual se ligava Santo Amaro à capital, e por onde se transportavam madeiras para a construção, lenha, pedra de cantaria e brita e outros produtos. Citando Nuto Sant’Anna, o autor identificou que advinham de outras localidades carros

---

<sup>61</sup> Observa-se que a localidade de Juqueri recebeu diferentes grafias ao longo do século XIX e XX, encontrando-se ora “Juquiri”, ora “Juquiry” ou “Juquery”.

semelhantes com suas mercadorias, como de Nossa Senhora do Ó e de Santana. (LANGENBUCH, 1971, p.28).

Recentemente se obteve informação concordante quanto aos materiais de construção se dirigirem da Freguesia do Ó para abastecimento de construções em região mais central da capital – não central à época, mas no trajeto ao centro da cidade de São Paulo. Como uma enclave, no meio a uma área densamente ocupada por comércio, se observou uma chácara construída no final do século XIX com um poço artesiano do tipo cacimba, situada na Av. Imirim nº 1004, a antiga Estrada do Imirim, ligação entre Santana e Freguesia do Ó, e com a terceira geração de moradores podendo ser entrevistada. Em curto diálogo, o herdeiro idoso tratou que os tijolos utilizados na construção da casa de 1898 foram trazidos de Freguesia do Ó transportados por charrete, ainda segundo informação de seu pai já falecido. (FIG. 21)



**Figura 21:** Chácara Estrada do Imirim - atual Av. Imirim, com cacimba (21/04/2015).

Fonte: Fotografia Ana C. V. Vellardi em 21/04/2015; imagem do *google maps* em 15/01/2017.

O depoimento apenas permite demonstrar que da porção noroeste advinham também materiais de construção fazendo uso de caminhos, sendo provável que de Brasilândia, terras que por sua contiguidade à Serra da Cantareira apresentam, igualmente na sua história, a exploração de pedreiras e outros materiais argilosos, como a pedreira da “Veja” apontada em histórico do bairro veiculado pela Prefeitura de São Paulo.<sup>62</sup>

<sup>62</sup> In: Prefeitura Municipal de São Paulo. Programa Patrimônio e Referências Culturais nas Subprefeituras. Subprefeitura Freguesia/Brasilândia. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Freguesia\\_web\\_1392056779.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Freguesia_web_1392056779.pdf)>. Acesso em 15.01.2015.

Cabe esclarecer que, no âmbito deste estudo, a Freguesia do Ó não se inclui à paisagem como experiência, apenas sendo considerada como aspecto de inserção e vizinhança.

Langenbuch (1971) nos alerta sobre outro aspecto conectado aos usos de caminhos e atendimentos de demandas da cidade. Atribui a preferência de alojamentos de viajantes se localizarem nos arredores da cidade, situados ao longo dos caminhos e estradas, em função da possibilidade de abrigarem seu pessoal e seus animais em chácaras, sítios, etc. Ao se referir aos pousos na estrada de Goiás, entre São Paulo e Jundiá, aponta locais citados por D'Alincort e que se referem à região, como Vila Jaraguá ou Taipas, Vila Jordanésia, Perus, Jaguari Açu (Juqueri), Gato Preto, Monjolinho, Olhos d'Água, Cristais e Califórnia. Todas estas localidades estão situadas na região de estudo, na sua maioria com atividade extrativa mineral e fornos de cal, conforme levantamentos efetuados sobre a região. O autor atribui “provavelmente que a extrema dispersão de pousos seja a causa de a maior parte dos mesmos não ter funcionado como embrião de formas aglomeradas de povoamento.” (LANGENBUCH, 1971, p.38 e 40).

Parece ser interessante essa informação sobre os pousos coincidirem aos locais de extração de minerais, alguns, inclusive, com registros de antigas cavas de ouro, como também de extração de calcário e sua transformação em cal (como demonstraremos a seguir). Seriam os pousos também estabelecidos em função do atributo mineral nessa porção do estudo?

No item sobre as ocorrências minerais da região, nos debruçamos sobre esse aspecto das extrações e transformação mineral constarem ao longo de caminhos e possivelmente orientarem trajetos férreos. Trata-se de uma particularidade desse ramo extrativo e industrial presente na história dessa região. Mesmo com algumas associações possíveis quanto a configuração dos pousos, depreende-se que o crescimento populacional dessa região foi ocorrendo timidamente e pulverizado na transposição dos dois séculos.

A região de Perus não consta entre as que mais receberam aporte populacional a partir das imigrações – não que isso não tenha ocorrido, como mostra a identificação de empreendedores locais italianos. Porém, imigrações podem ter ocorrido a partir da região de Jundiá e arredores, com o atrativo de novos empregos, e em novas modalidades, como mostrou o depoimento da Sra. Ada, cuja família chegou em Perus a partir de Campinas e se ocupava da pecuária. Há identificação de que, nas duas décadas iniciais do século XX, Narciso Cagnacci (possuidor de uma padaria) e Ernesto Bottonni se encarregaram no estabelecimento de moradias de aluguel nas proximidades da estação de ferro Perus, segundo informa Aoun (2010. p.31 e 223).

Os dados levantados em entrevistas e por ocasião da vivência na experiência da Universidade Livre e Colaborativa não são suficientes para se concluir a respeito das imigrações, e também o estudo não possui esse objetivo diretamente. No entanto, pode-se trazer em contribuição Chaves (2012) que realizou estudos a partir de fichas de trabalhadores da Portland Perus admitidos desde 1925 até o ano de 1947. Mesmo não tratando do final do século XIX e das primeiras duas décadas de século XX, é possível identificar em seus dados que alguns estrangeiros que passaram a trabalhar na fábrica em 1926 não vieram diretamente do exterior, tendo chegado antes, possivelmente vindo de localidades da região, como Campinas, Jundiaí, entre outras, o que serve apenas como uma amostra significativa do que poderíamos certificar através dessa informação. Um campo aberto para aprofundamento da pesquisa poderá levantar um estudo equivalente a “origem e destino” dos primeiros moradores a partir de seus herdeiros, de modo sistemático, como fez Chaves (2012) com os trabalhadores da Fábrica de Cimento.

Sobre outro enfoque, pode-se buscar inserir a área de estudo, além do aspecto populacional, dos caminhos, dos pousos, considerando o aperfeiçoamento tecnológico em ultrapassar barreiras físicas para a expansão urbana. Singer, ao tratar do importante papel geográfico na configuração dessas áreas de influência, particulariza a cidade de São Paulo como exemplar em favoritismo, indicando que se situava em uma encruzilhada natural beneficiada pela proximidade ao rio Tietê e seus afluentes. Observa também a diminuição da importância da característica fisiográfica, conforme avança o processo de industrialização do começo do século XX.

As vias de comunicação abertas pelo homem superaram barreiras naturais, aproximaram as cidades entre si e ligaram as novas regiões, alterando o sistema de zonas tributárias condicionado pelas condições originalmente encontradas. (SINGER, 1977, p.363)

Novamente é possível fazer o exercício de diálogo do estudo com a premissa da configuração geográfica colocada por Singer (1977) e iluminando período anterior ao começo do século XX. Perus e entorno situam-se na bacia do Rio Juqueri, afluente do rio Tietê, sendo a região protagonista de alterações da paisagem e superação de barreiras naturais. Regionalmente sob um “zoom”, e cerca de 40 anos antes, pode-se identificar que mesmo no padrão de produção ao mercado externo, quando da implantação desse que foi o tronco ferroviário exportador do café, em 1867, a transposição de obstáculo fisiográfico havia se manifestado com expressão local. Para além da travessia da muralha da Serra do Mar, também o maciço do Botujuru foi alvo de interposição da engenharia inglesa, a fim de

possibilitar que a São Paulo Railway ( SPR) atingisse Jundiaí, o portão do interior e cidade ferroviária estratégica<sup>63</sup> (FIG.22). Posteriormente serão apresentadas descrições do engenheiro inglês Daniel Makinson Fox da The San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd., apontando as dificuldades encontradas no trecho cidade de São Paulo-Jundiaí que remetem à semelhança morfológica encontrada na transposição da Serra do Mar, mesmo que de amplitudes topográficas infinitamente menores, compondo descrições que permitem percorrer os altos e baixos que marcam a região. Com um prosseguimento dos estudos talvez se alcance herdeiros de trabalhadores na região envolvidos nessa empreitada, tendo apenas o estudo encontrado referências aos embates envolvendo o engenheiro Henry J. Beeck e os trabalhadores, possivelmente levados à exaustão no carregamento de pedras na transposição do maciço.



**Figura 22:** Construção do túnel do Botujuru 1865.

Fonte: Vistas da Estrada de Ferro de São Paulo em 1865, Militão de Azevedo.

Retornando ao início do século XX, Singer (1977, p.364) identifica que em 1907 o polo São Paulo-Rio de Janeiro representava cerca de 50% da indústria do país, ao lado dos 52,7% da receita de exportação advinda do café, correspondendo a um pólo do mercado nacional, porém tendo contributivos industrializados remetidos de outras regiões como Rio Grande do Sul e Pernambuco. O autor aponta o período anterior à 1ª Guerra Mundial (1914-

---

<sup>63</sup> Jundiaí se destaca como uma cidade estratégica no setor ferroviário com a instalação da Ferrovia Santos-Jundiaí (em 1867), Cia. Paulista de Estradas de Ferro (em 1872), Cia. Ituana (em 1873), Cia. Itatibense (em 1890) e Cia. Bragantina (em 1891). Disponível em: <<https://www.jundiai.sp.gov.br/a-cidade/historia/>>. Acesso em 05.01.2017.

1918) como representante de um estágio avançado de substituição de importações devido à existência de um mercado local mais significativo entre Rio e São Paulo, e esquematicamente atribui tal fato a alguns fatores:

- i. A área geográfica abrangida pelo mercado local, determinada pela topografia e pelo sistema de transporte; ii. O número de pessoas que participavam da economia de mercado nessa área; e iii. A repartição da renda na economia de mercado da área. (SINGER, 1977, p.366).

Das cinco cidades polos que o autor utiliza em sua análise, destacam-se São Paulo e Rio Grande do Sul atendendo aos três fatores supracitados, e apontando outros desdobrados, como o aumento populacional e o alto poder aquisitivo, gerando com isso um aquecimento do mercado de produtos industriais e a oportunidade do desenvolvimento de produção complementar nessas áreas.

Com o aspecto de produção complementar, retornamos à região de estudo, e novamente ao quarto final do século XIX. Registros locais como de Moraes (1995), Siqueira (2001), Anjos (2008), Aoun (2010) e Jerônimo (2015), e mesmo externos como de Campos (2004) e Brito (2008), possibilitam identificar que de 1877 a 1898 atividades extrativas e industriais, envolvendo minerais e madeira – como extrações de rocha e de lenha, produção de cal, de tijolos, telhas e manilhas, papel e pólvora – mobilizam Franco da Rocha, Cajamar, Perus e Caieiras sob configurações administrativas distintas à época, correspondendo na ocasião à Capital, Santana de Parnaíba e Juqueri. Muito embora, é válido frisar, a maioria de registros externos identifiquem apenas Caieiras integrando a aurora industrial no final do século XIX, como em Campos (2004, p. 68), correspondente à ação de Rodovalho e seu empreendimento da “Fazenda Industrial Caieiras”. Também na área de estudo se verifica que entre 1905 e 1914 prosseguem atividades envolvendo minerais, incluindo uma fábrica de macarrão e cerveja, operadas por associações empresariais onde predominam sobrenomes italianos, como os de Fanton, Beneducci, Di Sandro e Botonni. Existiram, ainda, os empreendimentos do Cel. Proost Rodovalho (1838-1913) por via de sua Fazenda Industrial, posteriormente denominada Cia Melhoramentos. Destaca-se também ser desse período, especialmente em 1914, a constituição da Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP), imbuída na transformação do calcário que ocorria em fornos situados na região de Gato Preto, atual município de Cajamar, e assim levados à São Paulo. Isso se deu, inicialmente, por bitola estreita da Estrada de Ferro Perus Pirapora, e posteriormente pela “Inglesa” SP Railway, segundo informa Aoun (2010, p. 85), muito embora a fundação da empresa de produção de cal por Filoteo Beneducci e associados em Gato Preto/Cajamar seja

de 1910, segundo o mesmo autor (AOUN, 2010, p. 223). Considera-se que o escoamento anterior a 1914 dos seus produtos tenha ocorrido por via do Rio Juqueri e Ribeirão Perus a partir de embarcações fluviais, e transportados por animais em trajetos de caminhos pré-existentes, atingindo assim a estação Perus da SPR.

Estas informações despertaram o interesse em compreender com maior detalhe o processo de implantação dessa Cia Industrial que antecedeu à fábrica de cimento envolvendo Cajamar e Perus. Também Filoteo Beneducci, como vimos, consta como responsável pela primeira atividade industrial de Franco da Rocha em 1888, mesmo ano em que se inaugura a antiga Estação de Juquery, outra de 3ª classe da SP Railway e hoje denominada Franco da Rocha, exemplificando a associação do binômio local/regional mineração-ferrovia sobre o qual estamos atentos.

Após algumas particularidades regionais que iluminam a região inserida na fase inicial do desenvolvimento industrial, bem como emblemática de atividades tributárias ao desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo no final do século XIX e início do XX, a partir de outra conclusão a região é passível de reflexão:

O mercado urbano torna-se cada vez mais importante para a indústria, acabando por superar o mercado representado pelo campo, já que na medida em que a industrialização prossegue, a população urbana cresce às custas da população rural. (SINGER, 1977, p.369)

Sob a ótica do período em pauta, algumas indagações se colocam: essa região pode ser considerada como integrante do mercado urbano ou do mercado do campo? Ou ainda, pelo fato de ter a indústria entre as suas atividades, mesmo que de pequena monta, e àquelas tributárias do urbano, poderia ser considerada como do campo? E, incluindo-se na sua economia a produção de materiais de construção, compondo a denominada indústria de base – transformação de minerais não metálicos, de papel e papelão etc. – poderia ser considerada como do campo e fornecedora de matérias-primas à indústria e à urbanização crescente do polo São Paulo? Poderia essa região, enfim, integrar-se aos processos polarizados do início da industrialização paulista e corresponder à *hinterland*, a qual Singer menciona?<sup>64</sup> Perguntas que compartilham reflexões quanto às inúmeras identidades possíveis dessa região no período histórico tratado.

Entretanto, dialogando com mais proximidade às paisagens remetidas pelas narrativas e leituras locais, é possível encontrar convergência no apontado por Martins (2001, p.76): “A noção de subúrbio sublinha o que é propriamente a urbe, a cidade, aquilo que ele

---

<sup>64</sup> SINGER, 1977. p. 362. Ver Nota 59.

não é espacialmente, mas de algum modo é economicamente.” Pondera-se que, se há convergência à função econômica do subúrbio apontada por Martins, também há encontro com a *hinterland* apontada por Singer, podendo as duas serem consideradas análises que partem de escalas diferentes de abordagem. Singer (1977) preocupa-se com a análise das cinco cidades e com isso com o desenvolvimento urbano no Brasil, enquanto Martins caracteriza os subúrbios na cidade de São Paulo com o foco na Vila de São Bernardo, sua região de origem.

Caminhando para Perus, a noroeste de São Paulo, localidade situada ao longo do mesmo tronco ferroviário que atravessa São Bernardo da Borda do Campo, de Martins, encontramos em publicação local de Aoun (2010) depoimento de morador de 1940: “Vim para essa localidade em 1914 e aqui não passava de dez casas, lenha, pedra e cal é o que existia... Perus tem perto de 80 anos”.<sup>65</sup>. Pode-se inferir a partir desse depoimento que havia um diminuto núcleo em 1860 na localidade de Perus, no entorno da estação férrea. Martins (2001, p.77), quando trata de subúrbio, identificando-o com áreas agrícolas tributárias da cidade de São Paulo, do final do século XIX até início do XX, e mais uma vez tratando de São Bernardo, observa que a principal economia na região do ABC<sup>66</sup> era de produção de uva, vinho, lenha e carvão para a cidade, quando se disseminava um esboço industrial com olarias para a fabricação de tijolos que serviram para as grandes construções da cidade de São Paulo. Indústrias essas que Magda Santos, em sua obra “Águas Revoltas”, aponta terem sido atraídas à região do fundo do vale do rio Tamanduateí devido ao transporte ferroviário ali implantado, a SPR, além do fator disponibilidade das águas (SANTOS, 2002, p.26), podendo representar mais uma vez a recorrente compreensão da ferrovia “atraindo” a indústria.

Relato semelhante sobre as alterações quanto aos usos na área agrícola tributária à cidade de São Paulo, no cinturão verde, é encontrado em Moraes (1995) que trata de Caieiras, a noroeste, apontando que entre 1870 e 1880 Antônio Proost Rodovalho – mais uma vez – descobre minerais ricos em carbonato de cálcio, excelentes para a produção da cal. A descoberta foi realizada em fazenda que adquiriu ao longo do Rio Juqueri-Guaçu, e onde plantava uva e praticava a pecuária; o local onde armazenava os minérios ficou sendo denominado Bom Sucesso (MORAES, 1995, p.180). As olarias mencionadas por Martins são muito bem exploradas por Moroz-Caccia Gouveia (2010), na sua associação com os materiais

---

<sup>65</sup> Entrevista do Sr. Leonardo Correa para Jornal Vida Nova de Caieiras em 31/01/1940 in AOUN (2010, p.18-19).

<sup>66</sup> “ABC”, região tradicionalmente industrial, integrante da Região Metropolitana de São Paulo, na qual a letra ‘A’ refere-se a Santo André, ‘B’ a São Bernardo do Campo e ‘C’ a São Caetano do Sul. Por vezes, adiciona-se um ‘D’, referindo-se a Diadema, ou ainda usa-se a sigla “ABCDMRR”, sendo as três últimas correspondentes a Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

argilosos da bacia do rio Tamanduateí, além da conexão geomorfológica e seus usos, suscitando assim enorme confluência ao presente estudo. Por exemplo, despertando questões: se essa região estava sendo denominada a “Cidade do Barro”, não poderia ser a porção noroeste a “Cidade da Pedra”? E estariam elas interconectadas ao desenvolvimento urbano e industrial da cidade de São Paulo na virada do século XIX/XX?

Outro autor trazido na abordagem sobre inserção é Langenbuch (1971), especialmente pelo fato de sua obra tratar da estruturação da Grande São Paulo. Tal autor contribui em vários aspectos, seja na sua análise sobre o urbano metropolitano, assim como na descrição dos períodos históricos estudados. São apontados primeiramente os períodos apresentados pelo autor e em seguida os conteúdos relacionados aos processos de urbanização, destacando que um e outro se relacionam promovendo entendimento da dinâmica urbana metropolitana à qual o pesquisador se refere. Langenbuch apresenta rico detalhamento sobre os arredores paulistanos em meados do século XIX, definindo um período de evolução pré-metropolitana dos arredores da capital de 1875 a 1915. Identifica o período de início da metropolização abarcando o período de tempo que vai de 1915 a 1940, e trata a metropolização recente a partir de 1940 (sua obra é da década de 1970, vale lembrar).

Assim como o período inicial de estudo apresenta transposição das marcas do centro sul agroexportador, Singer (1977) apresenta componentes quanto ao período industrial equivalente ao final do estudo, em 1958, no período de metropolização que trata Langenbuch em 1971.

Apresentando dados populacionais dos censos de 1900 a 1960, Singer (1977) demonstra que no primeiro levantamento as cinco cidades indicam um certo equilíbrio populacional, o que não se verifica no segundo, demonstrando uma grande disparidade entre elas. São Paulo, com uma taxa geométrica anual na ordem de 7.0% mostra, segundo o autor, o reflexo do grande processo industrial por qual passou a cidade nesse período de sessenta anos.

Oportuno dar relevo quanto ao alerta dado pelo autor sobre o risco da relação direta entre o aumento populacional e a industrialização. Afirma que o aumento demográfico não se aplica ao aumento de emprego industrial na cidade de São Paulo na década de 1950-1960, quando a Cidade de São Paulo apresentou crescimento na ordem de 74%, enquanto que os trabalhadores ocupados na indústria apresentaram um aporte de 55%, indicando que a cidade tenha se tornado menos industrial nesse período. (SINGER, 1977, p. 368).

Apresenta-se a seguir dados censitários relativos ao período de 1940, com informação de população ocupada nos setores da indústria extrativa, de transformação e agricultura da capital de São Paulo e de Santana de Parnaíba. Não são apresentados os dados

de Franco da Rocha pela transição administrativa pela qual passou essa porção, visto que em 1938 essa localidade pertencia a Juqueri e em 1944 se desmembra em Juqueri e Franco da Rocha (ver Tabela 2, abaixo).

Observa-se a grande diferença de proporcionalidade entre o rural e urbano no Estado de São Paulo e na capital. A cidade de São Paulo se apresenta completamente urbana e suburbana, enquanto no estado essa relação consta equilibrada, podendo se inferir uma forte polarização da capital diante do Estado. Tal concentração urbana não é verificada na vizinha Santana de Parnaíba: apenas o distrito de Pirapora se apresenta com equilíbrios entre o urbano e rural, sendo os demais distritos Água Fria/Cajamar, Parnaíba e Barueri predominantemente rurais. No âmbito da distribuição da população nos ramos de atividades econômicas se verifica igualmente a polarização da capital diante dos números estaduais. A capital representava praticamente 50% da população ativa do Estado de São Paulo ocupada na indústria de transformação, informação indicadora de que outras localidades do Estado se encontravam industrializadas. Também é possível se extrair dos dados que, embora apenas o distrito de Pirapora apresentasse relativo equilíbrio entre população urbana e rural, em Santana de Parnaíba a população ocupada com a indústria de transformação superava aquela ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura, ainda que com pequena diferença. Isso pode significar duas possibilidades: a primeira, que as indústrias de transformação podem estar concentradas em Pirapora; e a segunda, que a indústria de transformação está no rural também, e neste rural podendo se incluir a atividade de transformação relativa aos minerais não metálicos, ou ocorrer cumulativamente as duas possibilidades. Não é possível se avançar em maiores análises pelos dados informados em Knecht (1950, p. 20 -21 e 53-54).

**Tabela 2:** Resultados censitários 1940 - Estado de São Paulo, Capital (cidade) e Santana de Parnaíba.

População	Estado de São Paulo	Cidade de São Paulo	Santana de Parnaíba		
Total	7.180.316	1.326.261	11.968		
Urbana e Suburbana	3.168.111	1.258.482	Distrito	Urb.	Total
			Parnaíba	906	3.386
			Água Fria	959	3.396
			Barueri	732	2.864
			Pirapora	1.241	2.322

Rural	4.012.205	67.779	Distrito	Rural	Total
			Parnaíba	2.480	3.386
			Água Fria	2.437	3.396
			Barueri	2.132	2.864
			Pirapora	1.081	2.322
Indústria Extrativista	22.758	2.254	179		
Indústria Transformadora	428.478	228.365	1.684		
Agricultura, Pecuária, Silvicultura	1.529.055	14.809	1.466		

Fonte: Knecht (1950, p.20-21 e 53-54).

A indicação dada por Singer (1977, p.368) quanto à não proporcionalidade do número de ocupação de trabalhadores no ramo industrial e o crescimento populacional da cidade de São Paulo possui uma gama de variáveis que devem vir em sua justificativa, desde a provável transferência de trabalhadores para o ramo de serviços, como também a segregação socioespacial de trabalhadores, expulsando-os das terras mais valorizadas da capital. São prováveis os deslocamentos de mão de obra industrial para outras cidades com o início da transferência de indústrias para outras localidades.

Verifica-se que os dados relativos ao Censo de 1940, e que por isso referentes a dados da década de 1930-1940, estabelecem um relativo diálogo com o apresentado por Singer (1977) para o ano de 1960, indicando possivelmente uma fase inicial da descentralização industrial pelo Estado de São Paulo.

Regionalmente, não em busca de justificativas, mas apenas como identificação, temos no ano de 1957 o início de funcionamento da Cimento Santa Rita-Itapevi, uma multinacional fazendo frente à Portland Perus, além das primeiras greves da Fábrica de Cimento, incluindo a edificação do Sindicato pelos próprios trabalhadores em Perus, podendo supor uma movimentação importante de sindicatos de trabalhadores da indústria em associação à entrada de empresas multinacionais na região Centro-sul. Do ponto de vista político-administrativo, um conjunto de municípios da região foram emancipados, como Caieiras e Cajamar, já com o processo de metropolização de São Paulo em grau avançado.

As informações acima indicam que a região de estudo deve ser compreendida inserida nas dinâmicas socioespaciais dos processos de metropolização particulares às décadas de 1930 a 1960. Mesmo não sendo diretamente nosso escopo, mas um equivalente a um pano de fundo e exercício de inserção, o entendimento sobre a metrópole merece atenção mais aprofundada e não alcançada nesse estudo.

Entretanto, retornando à Langenbuch (1971) e sua definição quanto às características da metrópole, para ele esta é um tipo especial de cidade, distinta das menores por fatos qualitativos e quantitativos. O autor destaca os seguintes fatores como organismo complexo e peculiar:

- i. Expansão própria, podendo ocorrer de diversas formas, por aglutinação, por desdobramento, por absorção;
  - ii. Estrutura funcional interna;
  - iii. Dicotomia cidade político-administrativo e cidade no sentido geográfico; Limites externos da metrópole;
  - iv. Estruturação de arredores não urbanizados do tipo pela metrópole para a metrópole.
- (LANGENBUCH, 1971, p.2)

O autor prossegue apresentando sua explicação sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo baseado em uma ocupação sucessiva em anéis. Langenbuch (1971), após detalhada reunião de informes populacionais da Província e Cidade de São Paulo, além das Freguesias, relativos ao período 1836 e 1874, destaca como mais notável o crescimento de algumas porções em detrimento de outras, configurando esquematicamente anéis concêntricos. Iniciam-se os anéis pela unidade da Sé, sendo esta contornada por unidades que apresentaram crescimento populacional superior, e alternadas por outro conjunto de aglomerações com menor crescimento, onde se situa a Freguesia do Ó, e ainda sendo sucedidas por outras cidades com crescimento superior como Jundiaí, Mogi das Cruzes e outras, compondo, assim, uma alternância de faixas concêntricas com dinâmicas particulares e com diferentes taxas de crescimento demográfico. O autor salienta que, participando desse processo, seguia-se o cinturão caipira externo ao cinturão das chácaras, e que somente em período posterior sofreria reorganização pela cidade de São Paulo, para o seu benefício.

Três ideias do autor são especialmente de interesse ao estudo na medida em que transcorrem sobre uma análise da dinâmica funcional da porção dos arredores da metrópole paulista e da cidade de São Paulo.

A primeira ideia é de natureza da inserção geográfica: a porção de interesse situa-se nos denominados “cinturão de chácaras” e no “cinturão caipira”, sendo o primeiro destacado

como visivelmente ligado pela cidade e para a cidade, requerendo muito espaço e, por isso, repulsivo à cidade. Já o segundo, se caracteriza por atividades agrícolas extrativas como lenha, madeira, pedras de cantaria e produtos cerâmicos e artesanais, como, por exemplo, objetos de barro. Para o autor, este último cinturão não é inteiramente organizado em função de São Paulo, destacando, entretanto, que eram realizadas atividades de abastecimento da capital, além da importante função religiosa e recreativa.

A segunda ideia:

A porção dos arredores que mais será abrangida pela expansão suburbana da metrópole é precisamente o cinturão caipira, uma vez que o cinturão das chácaras, mais restrito que o limite da atual cidade de São Paulo, será afetado pela expansão mais propriamente urbana da capital. (LANGENBUCH, 1971, p.76)

E a terceira ideia: “[...] a maioria das metrópoles extravasou de seus limites político-administrativos, os quais repousam quase sempre em herança pré-metropolitana, e tem apesar disto revelado um caráter bastante estático” (LANGENBUCH, 1971, p.2).

Uma questão se coloca diante das três ideias: em que medida a narrativa histórica sobre as transformações da paisagem em foco neste estudo dialogam com os cinturões mencionados e suas funcionalidades? O estudo, em um primeiro momento, e quando da exposição de suas análises preliminares em 2014, apresenta uma periodização aos seus pares da Universidade Livre e Colaborativa com respeito aos usos e atividades na região, como a seguir:

- 1867: Minerais e a Implantação da Estrada de Ferro S.P. Railway;
- 1867-1910: Pinheirais e Minérios;
- 1910-1951: Pinheirais, Minérios e Cimento;
- 1951-1958: Cimento.

O estudo verificou que o exercício, com a intencionalidade de refletir a região anteriormente à implantação da Fábrica da Cimento, buscava iluminar que ocorreram na região outras atividades, e que essas poderiam convergir à mesma razão da implantação da fábrica. Foi possível a partir de diálogo identificar que havia um denominador comum a essa região, pois existiam características físicas que motivaram a localização da fábrica nessa porção, incluindo assim elementos de análise sobre esta fábrica e sobre a identidade local e regional.

Cabe apontar que o título anterior da pesquisa exemplifica esse trânsito, “Pedra – uma construção histórica da paisagem na porção noroeste da metrópole de SP”. Essa preocupação mostrou-se superada, e foram comuns as contribuições dos moradores e educadores em compartilhar suas vivências junto à atividade de mineração, mesmo que em tempo recente, ou mesmo ao indicarem publicações locais da região que contribuíram a essa construção. Um apontamento feito por Mario Bortoto, importante protagonista local e parceiro da ULC, expresso em 30/09/2014, pode ilustrar essa afirmação: “Me identifiquei muito com esse estudo, pois convivi toda a minha infância com trabalhadores e suas famílias dessas mineradoras, que em geral eram muito exploradas por seus donos”. Também proporcionou, dias após, visita a campo com a finalidade de demonstrar vestígios dessa atividade no passado da região.

Outra realização pode demonstrar ainda que exercícios de uma amplitude espacial maior foram pactuados, como a construção do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá - Perus (TICP/JP), trazida novamente aqui apenas com o intuito de demonstrar que, em pares, foi possível uma vivência, compreensão e sistematização de um território mais amplo e complexo, mesmo que primeiramente na dimensão do município de São Paulo.

Desse modo, a resposta quanto ao diálogo entre a região de estudo e os cinturões e funcionalidades apontadas por Langenbuch (1971) nos parece positiva, já que convergente à inserção no desenvolvimento urbano de São Paulo com traços do cinturão caipira e o de chácaras. Ao estudo não coube desenvolver limites entre um ou outro cinturão tratado por Langenbuch, apenas os identificando em semelhança diante das funcionalidades da região de estudo e em proximidade à abordagem da paisagem que se constrói. Tampouco buscou-se explorar alguma transição entre um cinturão e outro em período largo. Concluímos esse item reconhecendo que a experiência na paisagem, ao trilhar um denominador comum mineral, está atrelada à funcionalidade dessa porção diante da metrópole, lançando mão de vários exercícios, ora de uma periodização, ora de uma análise mais ampla a partir do bairro de Perus, como ocorreu com as duas experiências relatadas acima.

### **3. 2. 1 Os estrangeiros e agentes locais.**

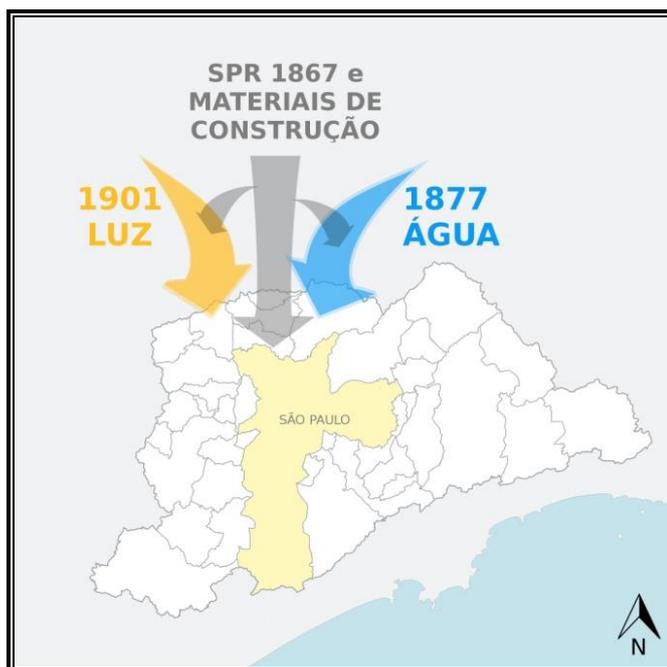
Ao longo do estudo foi surgindo a necessidade de abordagem do estrangeiro sob a ótica das composições destes junto aos empresários e políticos locais na implantação de

empreendimentos, e anteriores ao cimento de 1926. É possível começar a desvendar uma trama que se projeta na área de estudo com a identificação dos mesmos agentes em fontes de informações diferentes.

Exemplificando, Reis Filho (2010, p. 52) apresenta a constituição da Cia Cantareira de Águas e Esgotos, em 1877, como um marco importante para o início da valorização de terras na cidade de São Paulo, na medida que o abastecimento de água ao lado de vias de bonde por tração animal contribuem na elevação do preço de terras e atraem investimentos com a instalação de novos loteamentos. O autor identifica a constituição de um agrupamento de empresários imbuídos na implantação do abastecimento de água, e dentre eles se observa o Coronel Rodovalho, em associação a Daniel M. Fox – Rodovalho (1838-1913), o mesmo dos fornos de cal, materiais de construção, papel, e com empreendimentos na área de estudo; Fox (1830-1918), o engenheiro que se ocupou da implantação da São Paulo Railway (1867) conforme identificado minuciosamente por Ciryno (2004) etapa por etapa da implantação desse grande tronco ferroviário, e também envolvido na transposição de diversos obstáculos físicos que esse significou.

Estas associações nos levam a identificar que, dessa porção norte e noroeste da província de São Paulo, foram importantes as intervenções em infraestruturas ao desenvolvimento urbano da capital, com as águas mais ao norte e minerais a noroeste. É oportuno pontuar que, mais a noroeste, identifica-se o recurso da energia com a implantação da primeira usina hidrelétrica em 1901, empreendimento da São Paulo Tramway, Light and Power Company no território que possuía a Vila de Parnayba em seu núcleo, compondo assim um conjunto de intervenções em infraestruturas sob nomes e empresas conhecidas e com atuação por toda a província de São Paulo.

Percebe-se que a implantação de infraestrutura, como o abastecimento de água e energia, ocorreu após a implantação da SP Railway em 1867, e conforme nosso entendimento, as estações intermediárias, nessa porção, localizaram-se estrategicamente na proximidade dos locais de extração e transformação mineral, de onde pode se compreender que também os materiais de construção civil dessa porção podem ter subsidiado a implantação dessas outras estruturas. Lembremos da informação de Burke quanto ao fornecimento de cimento à Light, apontado como realizado em 1926: é possível de se prever que materiais anteriores ao cimento, como a cal e outros produzidos por Rodovalho, tenham igualmente participado das edificações dessas grandes estruturas, principalmente considerando os laços existentes entre Rodovalho, ingleses e poderes constituídos. A construção desse entendimento pode ser representado visualmente. (FIG. 23)



**Figura 23:** Infraestruturas na nascente metrópole de São Paulo (1867-1901).  
Org. Ana C. V. Vellardi.

O mesmo Cel. Rodovalho, de acordo com outra fonte<sup>67</sup>, consta em sociedade familiar em firmas atacadistas de sal, café e açúcar em São Paulo, Campinas e Santos, podendo contribuir com a ideia da influência por trajetos ferroviários e localização de estações associadas a empreendimentos particulares na área de estudo, compondo assim um exemplar de associação e entrelaçamento entre a fase “mercado externo” com a de fortalecimento do mercado interno no Centro-sul, com “dinâmicas empreendedoras” próprias à prática histórica no Brasil, qual seja, a de interesses privados participando na implantação de infraestruturas, da construção de bairros, cidades, com valorização de terras e em benefício de grupos econômicos.

Contribuindo nessa direção, Brito (2000, p.34) e Reis Filho (2010, p.52) incluem o mesmo agente no seletivo número de empreendedores urbanos atuantes no início do século XX na cidade de São Paulo. Desta forma, o Cel. Proost Rodovalho acumula, de 1850 a 1913 (data de seu falecimento), participações em instituições comerciais, bancárias, agrícolas, industriais e urbanas, tendo presidido a Associação Comercial de São Paulo, instalada em 1894, renomeada da anterior Associação Comercial e Agrícola de São Paulo.

<sup>67</sup> J. M. Fantinatti trata da vida profissional e empresarial do Cel. Antonio Proost Rodovalho. Disponível em <<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2009/10/personagem-antonio-proost-rodvalho.html>>. Acesso em 06.01.2017.

Tem-se, então, uma grande chave de entendimento quanto às dinâmicas econômicas sob uma escala maior, a da economia voltada ao mercado externo e fortalecimento do interno, e associações que se desenvolvem em determinados endereços e possibilitam identificar agentes, inferir fluxos com os quais são realizadas ações e alterações da paisagem, com contribuição na configuração do polo do Centro-sul, especialmente na nascente metrópole.

A realização de reflexões nessa direção da identificação de interesses empresariais e de acumulação financeira, projetadas na região de estudo, podem vir em contribuição à análise sobre representações que colocam o empreendedor na frente como expoente da história, sem que se identifique seus procedimentos e intenções em proveito econômico do seu grupo social e político.

### **3.3. Implantação da São Paulo Railway e identidade regional.**

Anteriormente apresentamos uma gama diversa sobre aspectos que se combinam no território da região de estudo, e de difícil individualização em plantas antigas, em dados populacionais e mesmo uma invisibilidade na província de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, porém, evidenciando sua participação em atividades imbricadas a uma estruturação inicial da metrópole, além de indícios de participação desde as primeiras décadas do século XX como fornecedora de materiais de construção à capital.

Tais atividades, em longo período, contribuíram em configurações territoriais desenhadas por importante influência de interesses de proprietários de terras, estrangeiros, agentes públicos e empreendedores inseridos em arranjos mais amplos, porém, com expressão local.

Buscaremos novamente acessar a região, mas agora a partir do tronco férreo da São Paulo Railway, especialmente no período de sua implantação em 1867.

#### **3.3.1 Estação Perus.**

Do nosso ponto de partida, Perus, se apresenta junto a alguns moradores a ideia de que o aniversário do bairro de Perus deve ser comemorado na data de implantação da Estação de Perus, estação intermediária da São Paulo Railway inaugurada em dia 16 de fevereiro de 1867, e não na emancipação do distrito de Perus, que ocorreu em 1934.

Não corresponde ao interesse do estudo a marcação de datas precisas que reforcem as primeiras posições, tão comum em histórias de bairros, cidades etc., mas sim o de compreender se há associação entre a implantação da estação férrea e as características minerais que atravessam muitos usos dessa região em tempo largo, possivelmente influenciando a locação da estação nesse ponto. Sob essa ideia, surge a possibilidade em compreender que a implantação da Fábrica de Cimento, anos mais tarde, em 1926, consolida o atributo da identidade mineral dessa porção da metrópole, assim como outras funcionalidades realizadas em associação. Percorremos essa ideia ao longo deste item, buscando refletir não só a relação entre a locação desta estação férrea e ponto estratégico de acordo aos seus atributos minerais do entorno, mas intencionando verificar correspondências a outras estações em vizinhança, sobre o mesmo substrato geológico.

Avaliamos necessário retornar a uma breve identificação de como a região de Perus participava do “cinturão caipira” a que se refere Langenbuch (1971, p.76) quando aborda os anos de 1874, já que é muito próximo da implantação férrea na região. No período que define como pré-metropolitano, o autor caracteriza o cinturão caipira realizando atividades agrícolas extrativas envolvendo lenha, madeira, pedras de cantaria e produtos cerâmicos e artesanal, não sendo ainda organizado em função de São Paulo, destacando, entretanto, que eram realizadas atividades de abastecimento da capital, além da função religiosa e recreativa de grande importância.

Perus, como exposto anteriormente, integrava-se ao grande bairro Ajuá, possivelmente com localização equidistante deste, indicado por Cardim em 1897, e ao antigo bairro do Pires em Santana de Parnaíba, situado no meio das duas localidades – ou seja, entre duas fazendas, a primeira de fornecimento de cereais incluindo terras de Juqueri, e a segunda uma fazenda de produção vinícola, em Santana de Parnaíba (DPH, 2005. p.41). O estudo não alcançou identificações precisas de atividades agrícolas em proximidade a Perus no período da implantação férrea, apenas o depoimento mencionado por Aoun (2010, p.18-19) de funcionário da SPR, anos mais tarde, em 1914, aponta a existência de poucas residências, lenha, pedra e cal. Também há referência à Fazendinha, com edificação construída em 1894, mas, segundo se depreende, esta correspondia a uma residência do coronel da Guarda Nacional à época, e com uso de chácara, sem indicativos de produtividade e inserida em gleba maior. Consta que a constituição de sua residência em Perus ocorreu em função de suas propriedades de terras e vinculadas a um empreendimento fabril de produção de pólvora que, segundo registros, não perdurou por muito tempo (DPH, 2005, p. 43). O que nos leva a crer que a implantação da Estação Perus em 1867 tenha sido um marco da sua identidade inicial de

participante desse cinturão e de suas transformações, colocando a sua implantação em um importante foco de atenção na continuidade da experiência junto a essa paisagem.

São diversas as abordagens quanto aos significados da implantação da SPR. Entre elas, esse estudo possui muita afinidade com as ideias expressas por José de Souza Martins em seu artigo “A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido”, de 2004, quando associa a implantação da SPR à ampliação de visibilidade sobre o moderno, com a máquina a vapor, alterações do espaço e outros, e a expressão mais nítida do que já era fragmentado e marginal em São Paulo desde o século XVIII, quando se imprime “o tempo regulado pelo custo e pelo lucro” (MARTINS, 2004, p.8). Nos parece importante trazer ao estudo, especialmente na visão do autor, o fato da ferrovia não ser uma causa geral de mudanças, e sim estar mais próxima a um componente mediador. É certo que o autor a reconhece como uma mediação incisiva com novas necessidades sociais demandadas, novas regras de conduta, construção de novos horizontes e outros aspectos. Nos alerta também para diferentes combinações espaciais decorrentes de sua implantação, que ele exemplifica com as mudanças ocorridas nas estações da Luz e de Paranapiacaba, onde o medo e a disciplina do trabalho moderno estavam presentes, mesmo que a partir de focos de grupos distintos da sociedade. Explica com o desenho de ocupação da Vila Paranapiacaba, um espaço de vigilância do trabalhador, e a utilização do telefone secreto pelo diretor inglês que se viu incomunicável na revolta de 1924 na Estação da Luz, permitindo que delegasse a outrem suas ordens para a estação de Santos, já que recluso. Duas faces da moeda do medo, o trabalhador vigiado e com medo na vila de trabalhadores e o dirigente igualmente com medo dos revoltosos: a exposição da sociedade fragmentada que a São Paulo Railway revelou com maior contundência, segundo Martins (2004, p.8).

Ainda que não se desenvolva essa leitura diretamente, avaliamos não poder deixar de considerar essa compreensão, principalmente observando Perus e região tão distantes fisicamente dessa engrenagem, mas integradas. Refletir sobre de que maneira a região se insere nessa lógica é um exercício não explorado, mas que achamos oportuno compartilhar. Parece ser um bom começo considerar, possivelmente, a construção do palacete chamado de Fazendinha, anos mais tarde, a 1867, com visão privilegiada do vale do Ribeirão Perus, e sendo o proprietário um coronel da guarda nacional.

Passamos a outro autor para refletir as mudanças decorrentes da implantação desse grande tronco nas dinâmicas incidentes na região. Langenbuch (1970, p. 97) aponta profundas transformações no cinturão caipira com a chegada das ferrovias, passando este a se organizar mais em função da cidade. Com os registros locais pode-se observar uma gama de razões para

explicar a locação da Estação Perus neste ponto. Somos alertados por autor local quanto à confluência de caminhos de tropeiros presentes nas proximidades da Estação Perus, caminhos que tanto se dirigiam a Santana de Parnaíba, como no sentido do interior, a norte (AOUN, 2010, p. 39). Tais caminhos são identificados, respectivamente, como a Estrada que vinha da Freguesia do Ó, atual Fiorello Peccicacco, e a Estrada Velha Santos-Jundiaí, representada por um trecho da atual Rua Mogeiro. Aliada a essa justificativa, é predominante nos registros locais e em outros a atribuição sobre a função de sua localização como entreposto para abastecimento de água das locomotivas férreas, já que se encontrava em meio ao trajeto até Jundiaí, conforme apontado por Aoun (2010, p.39), Siqueira (2001, p. 23) e Chaves (2012, p. 23). É importante a disponibilidade hídrica local da bacia do rio Juqueri e conhecida a sua navegabilidade ainda no século XIX.

O estudo mobilizado pelas identificações de atividades minerais, mesmo antes da implantação da Fábrica de Cimento, localiza informação que deve vir em complementação às indicadas anteriormente sobre a motivação da locação da Estação Perus, em um recorte do relatório de engenheiro fiscal da SPR:

Duas novas estações estavam concluídas neste ano (1867). Estação do Brás [...] e Estação de Perus (km 101,300), construída, provavelmente, para recebimento de pedras para lastro do leito da ferrovia e, depois, para fornecimento de pedras para a Cidade de São Paulo.<sup>68</sup>

Esta informação nos remete a uma possibilidade de interpretação: uma estação definida com a finalidade de viabilizar o prosseguimento do tronco e de fornecimento de insumos à urbanização de São Paulo.

Parece importante nos atermos ao fato de corresponder a entroncamento de caminhos, principalmente sendo esse estratégico. Um dos caminhos do entroncamento se refere à Estrada velha Santos-Jundiaí, que atinge a região por uma extensão vinda do morro do Jaraguá – morro este com todas as associações à exploração de ouro conhecidas durante os séculos anteriores, de onde não é de se descartar a possibilidade de que muitas das serras e colinas locais tenham sido alvo de exploradores ao longo dos tempos, e com isso seus atributos minerais conhecidos, mesmo antes da implantação da SPR em 1867. Isso contribui à ideia da denominação de uma “Estação férrea mineral”, de uma região de interesses minerais ao desenvolvimento urbano e industrial, tendo seu contributivo na implantação de infraestrutura a serviço do projeto de escoamento agrícola, mas também ao desenvolvimento urbano.

---

<sup>68</sup> Transcrição de relatório do engenheiro fiscal Bento José Sobragy, de acordo com Passarelli (2005, p. 19).

Associações estas que nos fizeram trilhar conteúdos relacionados à implantação desse grande tronco férreo que foi a SPR, assim como buscar compreender em dimensão maior as correspondências e particularidades diante do ocorrido em outras localidades ao longo do leito férreo, com o início do processo industrial e urbano na Província de São Paulo, considerando o período correspondente ao estudo.

### **3.3.2 A implantação da São Paulo Railway.**

A implantação da São Paulo Railway se desenvolveu a partir de duas fases: a primeira correspondendo ao período de 1860 a 1870, e a segunda, fase denominada de duplicação, de 1896 até 1907. Entre uma e outra, de 1870 a 1890, foram implantadas outras estações.

Considerando as que participam da região de estudo, temos a Estação Betlém/Francisco Morato e a de Perus, ambas correspondentes à primeira fase, sendo as de Juquery/Franco da Rocha, Parada de Taipas/Jaraguá e Cayeiras implantadas entre os anos de 1870 a 1890, antes da duplicação.

Todas estas ainda na primeira fase, porém as de Betlém e Perus sendo implantadas lado a lado a do Valongo em Santos, Cubatão, Raiz da Serra, Alto da Serra, Rio Grande, São Bernardo, Brás, Luz, Água Branca e Jundiaí, construídas entre 1860 e 1867, conforme Cyrino (2004, p. 111).

Neste sentido, trazemos o estudo de Cyrino apresentado na publicação “Café, Ferro e Argila - A história da implantação e consolidação da The San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd. através de sua arquitetura”, de 2004. O autor se ocupa em contribuir ao estudo da história da arquitetura, estabelecendo relações entre as técnicas construtivas e os materiais disponíveis à época, indicando as exigências arquitetônicas apresentadas pela complexidade do sistema ferroviário implantado no Brasil.

Em seu estudo, inicia pelo modelo ferroviário britânico, o qual fora seguido na implantação de ferrovias no Brasil, especialmente a linha que ligou Santos à Jundiaí.

No início do processo de implantação dos sistemas ferroviários na Grã-Bretanha o transporte de passageiros não existia, oficialmente, ou quando ocorria constituía-se de uma linha lateral, sem grandes instalações que pudessem abrigar passageiros, pois o principal propósito do transporte ferroviário era a condução de matéria-prima de seus pontos de extração para os centros produtores. (CYRINO, 2004, p.31).

Ao apresentar a história da implantação férrea na Grã-Bretanha, Cyrino aponta o transporte mineral como o motivador inicial deste modal, conduzindo a matéria-prima dos seus pontos de extração para os centros produtores, sendo quase inexistente o transporte de passageiros, ou ocorrendo eventualmente por uma linha lateral, sem que fossem exigidas grandes instalações. O autor distingue os objetivos da expansão ferroviária nos países industrializados (como Grã-Bretanha, Estados Unidos e países da Europa centro-ocidental) dos demais países, associando os primeiros à condução do processo industrial e os segundos à produção de matérias-primas e alimentos, destinadas justamente aos países industrializados. (CYRINO, 2004, p.33). Reconhecemos diante disso a inserção do Brasil na segunda modalidade, assim como a região participando em afinidade, porém, possivelmente, contribuindo à própria viabilidade desta grande infraestrutura, senão em sua grande extensão, cumprindo uma viabilidade regional.

Informa Cyrino (2004, p.53) que a partir de uma primeira lei geral implantada em 1835, Resolução da Assembleia Geral Legislativa nº 101, de 31 de outubro de 1835, assinada por Diogo Antônio Feijó, foram concedidos privilégios às empresas com interesse na construção de estradas de ferro, isentando taxas de importação de máquinas, direito de desapropriação de lotes e propriedades, permissão de uso de madeiras e minerais encontrados na área, privilégio de quarenta anos na exploração do trecho (1867-1907) e concessão da linha por oitenta anos (1867-1947).

Consta entre as obrigações à concessionária implantar a direção da estrada conforme designação do governo (CYRINO, 2004, p.53). Parece que ao mercado de terras e a outros empreendimentos que a associação junto aos ingleses da SPR se mostrava um bom negócio, e pressupondo os empreendimentos minerais incluídos, além de se supor que aos ingleses também seria interessante prosseguir em atividades minerárias, tendo estes acumulado conhecimento dos atributos existentes no entorno do tronco férreo.

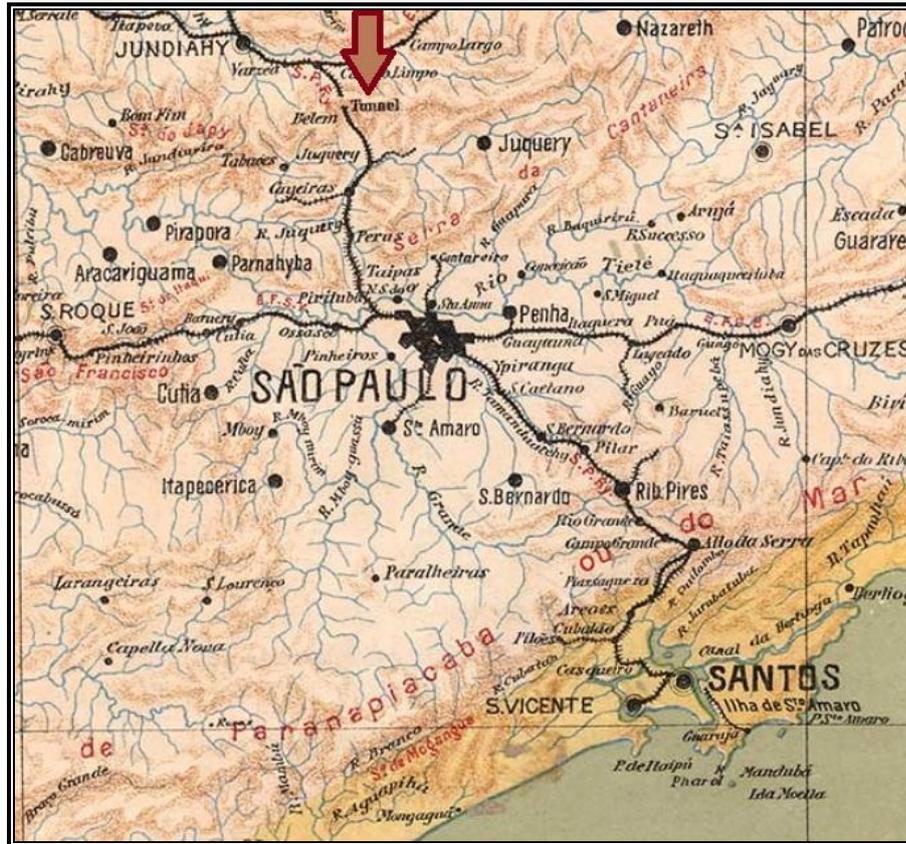
Quando Cyrino (2004 p.81) trata da implantação da linha, identifica que a configuração física do trajeto da estrada de ferro exigia engenheiros com conhecimentos de obras em trechos montanhosos. Daniel Makinson Fox (1830-1918), aluno de James Brunlees, já havia participado da equipe que implantou uma ferrovia de bitola estreita nas montanhas do País de Gales, além de outra que atravessou a cadeia dos Pirineus, envolvendo Espanha e França.

Quando Fox chega ao Brasil em 1856, segundo Cyrino, organiza uma expedição pela Serra do Mar a fim de encontrar saída técnica para o enorme desafio da transposição da

grande muralha. Visto não haver registros cartográficos de trilhas que eram intuitivamente percorridas por nativos e tropeiros, opta em implantar alojamentos rústicos instalados em entroncamentos das trilhas indígenas, de onde partiam as equipes. Depois de meses percorridos, Fox apenas vislumbra uma saída, de Santos, a uma relativa distância da serra, pois avista uma fissura presente do sopé ao alto da serra, sendo interrompida apenas por uma grota, a qual se denominava de “Grotta Funda” (CYRINO, 2004, p.82). Trata-se da observação de uma possível passagem na muralha do maciço pela qual os trens poderiam atravessá-la, o vale do rio Mogi.

No ano de 1857 a equipe liderada por Fox retorna a Londres levando seus estudos, aprovados pelo governo imperial em 1858. Somente em 1860 se consolida a constituição da The San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd., reunindo cerca de 480 acionistas da Europa e dos Estados Unidos da América em torno dessa companhia. Extensa e detalhada linha do tempo é apresentada por Cyrino (2004, p.180-190), onde se observa que em julho de 1866 há a conclusão dos assentamentos dos trilhos até Jundiaí. Cento e doze quilômetros de estrada de ferro eram percorridos desde Santos ao seu destino, com a sua construção subdividida em três seções: i. a de Santos ao sopé da Serra do Mar; ii. a que correspondia aos planos inclinados na serra; e iii. a seção que atravessava São Paulo e atingia a vila de Jundiaí (CYRINO, 2004, p.83).

Mencionando o grande volume de terra mobilizado no trecho da seção “serra” da ferrovia, Cyrino (2004, p.85) trata da utilização de pedras colhidas na região do Alto da Serra, servindo à consolidação das estruturas, chegando a apontar, entretanto, que esses mesmos materiais da região não se mostravam adequados, tanto em volume como por suas características. Aqui o autor trata também da utilização de pedras nas casas de máquinas e de caldeiras, e dos maquinários que se apresentavam assentados sobre fundações de pedras desbastadas (CYRINO, 2004, p.86). Já as estratégias utilizadas quanto ao trecho Alto da Serra, atual Paranapiacaba, e a cidade de São Paulo, com presença de rochas do tipo granito e xisto, demandou a realização de grandes cortes, sendo transpostos pequenos morros e riachos até o rio Tamanduateí. A linha na cidade seguia às margens do rio Tamanduateí, passando pelo bairro do Pari (atual) até atingir a estação do centro da cidade. Trata Cyrino (2004, p.88) que o trecho de São Paulo à vila de Jundiaí apresentava características semelhantes entre o Alto da Serra e São Paulo, do ponto de vista geomorfológico, e também que a linha não possuía um único vale pelo qual ela pudesse prosseguir, sendo necessário transpor vários vales e cumes de morros até à Serra de Botujuru. Ao tratar da Serra do Botujuru, a qual foi transposta por túnel, nos encontramos sobre a região de estudo. (Mapa 5)



**Mapa 5:** Túnel do Botujuru, transposição serrana e prosseguimento da SPR.  
 Fonte: Comissão Geográfica e Geológica - SP (1904)

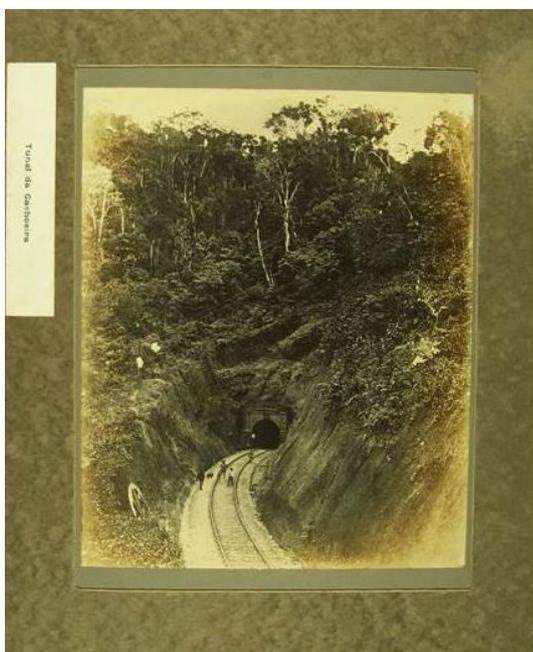
### 3.3.3 A São Paulo Railway (SPR) na região

Cyrino nos apresenta trecho de relatório do engenheiro fiscal C. B. Lane sobre os estudos preliminares do engenheiro James Brunlees destinados ao governo imperial, o qual nos auxilia na aproximação à região de estudo:

Deixando a cidade de São Paulo a mão esquerda da linha segue por muitas milhas por um atterro ao longo do rio Tietê; atravessa este rio na distância de quase 7 milhas d'aquela cidade e sobe gradualmente para as alturas que ficam entre os valles encadeados pelo Tietê por um lado, e o Juquery pelo outro. Para chegar a este como propõe-se fazer um declive de 1 em 40 na extensão de 1/4 milhas pouco mais ou menos e de 1 em 50 por outro tanto na descida. Encontra-se mais adiante um segundo cordão porém mais baixo, que exige cerca de 3/4 de milha de 1 em 75 e , cerca de 1 milha de 1 em 50 afim de levar a linha de volta do Juquery mesmo, a qual ella acompanha por algumas milhas e depois cursando-se para o lado do N.O. sobre para o túnel do cume. Esse túnel de cerca de 25 cadeias (234 braças) passa atravez do cordão que separa os valles do Juquery dos de Jundiáhy, e a linha passa por esse túnel, com aclive de 1 em 53 na extensão de cerca de 1 1/4 milhas e desce com declive de 1 em 60 e 1 em por 2 1/2 milhas

passa mais ou menos para o valle de Jundiahy, o qual ella segue até a cidade d'aquelle nome, fazendo uma extensão total desde Santos de 88 milhas inglesas ou 23 léguas pouco mais ou menos. (CYRINO, 2004. p.153-154).

Sobre esse trecho, o engenheiro fiscal menciona a necessidade de alguns aterros e cortes um tanto consideráveis, e a segunda seção exigindo obras pesadas, referindo-se ao túnel do Botujuru (ou da Cachoeira): “A construção do túnel de 590 metros de extensão foi a forma mais adequada de transpor a serra e continuar a ferrovia.”<sup>69</sup> (FIG. 24).



**Figura 24:** Túnel da Cachoeira ou do Botujuru.

Fonte: Vistas da Estrada de Ferro de São Paulo em 1865, Militão de Azevedo.

A implantação da Estação Intermediária Belém resultou na criação da Vila Belém que serviu de acampamento dos trabalhadores que construíram o túnel que atravessava a Serra do Botujuru, aberto em 1866, sendo à época denominado de túnel da Cachoeira ou do Botujuru. Na região havia disponibilidade de eucaliptos para o fornecimento de lenha como combustível às locomotivas, assim como implantou-se olarias para fornecendo de telhas e tijolos para as estações ferroviárias, segundo informa Vidalí.<sup>70</sup> O túnel localiza-se no quilômetro 117.450 a contar de Santos, e ainda segundo este autor consta que após a construção do túnel a Companhia Fazenda Belém adquiriu as terras do seu entorno do Barão

<sup>69</sup> VIDALI, Agnaldo. “A importância histórica e econômica da Ferrovia Santos Jundiaí (atual linha Rubi CPTM) para a cidade de Francisco Morato”. Disponível em: <www.perfilmorato.com.br>. Acesso em 14.02.2017.

<sup>70</sup> Idem. In: <www.perfilmorato.com.br>. Acesso em 14.02.2017.

de Mauá, terras equivalente ao atual município de Francisco Morato. A construção do túnel, tão ligada à origem desta localidade, pode ser identificada diante do que se apresenta o seu brasão, com os seguintes dizeres em latim: “Ad Augusta Per Angusta” cuja tradução literal é “Aos Bons Resultados Pelos Caminhos Ásperos”. Consta que, quando da emancipação da Vila Belém de Franco da Rocha, em 1965, os moradores desejavam que sua denominação fosse Belém da Serra e não Francisco Morato, reconhecendo seus atributos fisionômicos e os associando à sua história e identidade. Segundo Cyrino (2004 p.89), a perfuração do túnel se dava por meio de escavações nos dois lados da via com auxílio de uma máquina a vapor no transporte e escavação. O trecho da ferrovia que incluía o túnel do Botujuru foi realizado por construtores norte-americanos que possuíam experiência na implantação da Estrada de Ferro D. Pedro II. Dado que o trabalho escravo era proibido pelo decreto que autorizava a concessão, foi necessária correspondência do engenheiro fiscal ao superintendente John James Albertin solicitando a retirada dos escravos que se encontravam trabalhando nesse setor.

Prosseguindo com Cyrino, segundo relato do engenheiro Fox, realizado em 1869-1870, os materiais obtidos na província de São Paulo foram madeira, pedras, tijolos, cal e lastro (constituído de brita e escória), sendo importados apenas peças de ferro, asfalto e carvão para a utilização nas máquinas e engenhos; e ainda informa Fox, no mesmo relatório, que os tijolos utilizados no Túnel do Botujuru foram feitos no próprio local pelos empreiteiros:

Ao atingir a Serra de Botujuru, foi necessária a construção de túnel com um comprimento total aproximado de quinhentos e noventa e cinco metros, sendo os primeiros trezentos e quarenta metros escavados na rocha, com grandes quantidades de quartzo, e os restantes duzentos e cinquenta metros atravessando argila mole. O coroamento do túnel foi realizado com tijolos cozidos e as suas laterais em cantaria lavrada. (CYRINO, 2004, p.88)

Também nos informa Cyrino (2004, p. 93) sobre outra estação da região, onde se observa o quanto estiveram envolvidos em comunhão os interesses dos ingleses e empreendedores urbanos e industriais. Consta que, com a necessidade de transporte de passageiros, exigiu-se da companhia a construção de estações de terceira classe, ocorrendo em 1883 a abertura de duas pequenas estações, uma no quilômetro cinquenta e três (53), na região

de Pilar, atual município de Mauá, e outra no quilômetro cento e seis (106), em terras do Cel. Rodovalho.<sup>71</sup>

A segunda estação referida por Cyrino corresponde à Estação Caieiras, a mesma que Moraes (1995, p.11) identifica como “Caieiras de Perus”, estação implantada próxima aos fornos de cal situados no Monjolinho, então terras do Juqueri, o que possibilitou o escoamento da produção da cal da Cia de Rodovalho, não mais realizado com uso de animais. Lembremos que anos antes, em 1877, há a fundação da Cia Cantareira de Esgotos por esse mesmo empreendedor, em associação ao engenheiro especialista em obras de setores montanhosos da SPR, Daniel M. Fox, período identificado quando o mercado imobiliário passa a se comportar com natureza capitalista na cidade de São Paulo, segundo Reis Filho, e envolvendo os mesmos agentes:

[...] seria preciso atender o público em maior escala. Foi isso exatamente o que decidiu o grupo liderado por Antonio Proost Rodovalho, Benedito Antonio da Silva e pelo engenheiro Daniel M. Fox. Os três tinham comportamento empresarial de caráter mais acentuadamente capitalista e atuavam no mercado imobiliário. (REIS FILHO, 2010, p.52)

Informação relacionada ao contrato de duplicação da SPR demonstra o prosseguimento das sociedades entre políticos, engenheiros e investidores brasileiros e estrangeiros. No ano de 1897 foi assinado o contrato da duplicação desta estrada de ferro com a empresa Barão Rymkiewicz & Cia, cujo proprietário era o engenheiro e barão Bronislaw Rymkiewicz, o gerente, o Dr. Alvaro Rodovalho, e o investidor, Antonio Ponto Mendes (CYRINO, 2004, p. 110).

Relatório elaborado pelo engenheiro James Ford de 1905-1906 aponta que, durante as obras da duplicação da São Paulo Railway, utilizou-se materiais de diversas procedências, sendo os principais de origem local e destinados à alvenaria e à cantaria, além de utilizados nas coberturas, dormentes, lastro e agregados com qualidades diversas (CYRINO, 2004, p.134). Informação semelhante fornecida anteriormente pelo relatório do engenheiro Fox quando trata da 1ª fase da construção da ferrovia.<sup>72</sup>

Cyrino (2004, p.135) aponta a existência de olarias na cidade de São Paulo situadas predominantemente ao longo do leito férreo, porém indica fora desse contexto a localidade da Freguesia do Ó. O Autor ainda desenvolve a associação entre a implantação da ferrovia e o

---

<sup>71</sup> Instaura-se assim, segundo o autor, o período quando a companhia é pressionada pela engenharia fiscal e o governo provincial para que realize ampliações, melhorias e construções de novas edificações, em função da expansão em curso da província (CYRINO, 2004, p.104).

<sup>72</sup> Cf. CYRINO, 2004, p.88.

aumento da implantação de olarias, na medida da possibilidade do transporte de seus produtos por via férrea dirigido aos consumidores da província em expansão. E afirma que à São Paulo Railway coube a introdução da utilização de tijolos e argamassa em grande escala na arquitetura da cidade de São Paulo e seus arredores, substituindo a taipa de pilão comumente utilizada. Tais indicações nos levam a inferir que a fonte preferencial da argamassa correspondesse à produção da região noroeste (informações que serão reunidas em capítulo posterior quando da apresentação das ocorrências minerais e atividades transformadoras do calcário em cal).

Reunimos agora algumas informações sobre as estações intermediárias, situadas na região de estudo, a partir dos estudos de Cyrino (2004). As estações intermediárias caracterizavam-se por linhas simples e construídas em alvenaria de tijolos, com apenas um pavimento – também chamadas de estações de terceira classe. Em geral, as edificações abrigavam a casa do chefe da estação com entrada independente à operação da ferrovia. Também outras construções eram instaladas ao longo da ferrovia, como a torre de guarda, linhas, banheiros masculinos, além de passarela metálica fornecida pela empresa Horsehay & Co. Maker, que comunicava os dois lados da linhas (CYRINO, 2004, p.145).

Optamos em agregar as informações sobre as empresas e equipes envolvidas em cada uma a fim de verificarmos especialmente que, nas estações de Perus e Betlém, as equipes ligadas à 1ª fase da SPR passam a atuar como empresa associando ingleses e brasileiros na fase de duplicação da linha férrea. Observa-se que as cinco estações se apresentam com atributos de terceira classe, apenas a de Perus em sua primeira fase é representada como posto de embarque de madeira, carvão e pedras. (Tabela 3)

**Tabela 3:** Estações intermediárias da São Paulo Railway na 1ª e 2ª fase a noroeste de São Paulo.

Estação	1ª Fase A SPR (1860-1867)	1ª Fase B SPR (1870-1880-1890)	Fase Duplicação (1897-1907)	Observação técnica construtiva	Atributos da estação
Betlém/ Franc. Morato	(1860-1865)  Daniel M. Fox engenheiro James Brunless Cons. Engineers		Substituição da primitiva estação entre 1895-1900  Fox & Mayo Engineers Ltd. engenheiros consultores James Ford	1ª fase A  Alvenaria de pedra para embasamento Argamassa de cal e areia;	1ª fase A  Estação de Terceira Classe;  Fase

Estação	1ª Fase A SPR (1860-1867)	1ª Fase B SPR (1870-1880-1890)	Fase Duplicação (1897-1907)	Observação técnica construtiva	Atributos da estação
	<p>engenheiros consultores</p> <p>Robert Sharpe &amp; Sons empreiteiro de obras</p> <p>Juhn James Aubertin superintendente</p> <p>I.W. da Gama Cochrane engenheiro fiscal</p>	_____	<p>engenheiro chefe residente</p> <p>Adolfo Augusto Pinto engenheiro fiscal</p> <p>Barão Ryemkwisc empreiteiro</p> <p>Willian Spreers superintendente</p> <p>Januário Cândido Oliveira engenheiro fiscal</p>	<p>Fase Duplicação</p> <p>Registros construtivos no acervo RFFSA</p>	<p>Duplicação Estação de Passageiros</p>
Perus	<p>(1867-1868)</p> <p>Daniel M. Fox engenheiro</p> <p>James Brunless Cons. Engineers engenheiros consultores</p> <p>Robert Sharpe &amp; Sons empreiteiro de obras</p> <p>John James Aubertin superintendente</p>	_____	<p>Substituição da primitiva estação em 1898</p> <p>Fox &amp; Mayo Engineers Ltd. engenheiros consultores</p> <p>James Ford engenheiro chefe residente</p> <p>Adolfo Augusto Pinto engenheiro fiscal</p> <p>Barão Rymkiewicz empreiteiro</p>	<p>1ª fase A</p> <p>Alvenaria de pedra para embasamento</p> <p>Fase Duplicação</p> <p>Registros construtivos no acervo RFFSA</p>	<p>1ª fase A</p> <p>Estação (parada) de passageiros; Posto de embarque de madeira, carvão e pedras.</p> <p>Fase Duplicação</p> <p>Estação de Terceira Classe</p>

Estação	1ª Fase A SPR (1860-1867)	1ª Fase B SPR (1870-1880-1890)	Fase Duplicação (1897-1907)	Observação técnica construtiva	Atributos da estação
	Vasco de Medeiros e Ernest Street engenheiros fiscais		Willian Speers superintendente Januário Cândido Oliveira engenheiro fiscal		
Juquery/ Franco da Rocha		1888  John Barker Proj. William Speers superintendente Adolpho Augusto Pinto engenheiro fiscal	Demolida 1895-1900 Fox & Mayo Engineers Ltd. engenheiros consultores James Ford engenheiro chefe residente Adolfo Augusto Pinto engenheiro fiscal Barão Rymkiewicz empreiteiro Willian Speers superintendente Januário Cândido Oliveira engenheiro fiscal	1ª fase B  Pequena edificação construída em madeira.  Fase Duplicação  Registros construtivos no acervo RFFSA	1ª fase B  Parada de Passageiros  Fase Duplicação  Estação de Terceira Classe

Estação	1ª Fase A SPR (1860-1867)	1ª Fase B SPR (1870-1880-1890)	Fase Duplicação (1897-1907)	Observação técnica construtiva	Atributos da estação
Parada de Taipas/ Jaraguá	_____	1891-1892  John Barker proj.  William Speers superintendente  Adolpho Augusto Pinto engenheiro fiscal		1ª fase B  Estuque de gesso nos detalhes decorativos internos; Registros construtivos no acervo RFFSA	1ª fase B  Estação de Terceira Classe (já havia uma parada de linha)
Cayeiras	_____	1883-1885  John Barker proj.  William Speers superintendente  Adolpho Augusto Pinto engenheiro fiscal	Nada consta sobre reforma		Estação de Terceira Classe

Fonte: Cyrino (2004, p.191-246).

### 3.3.4. Particularidades da São Paulo Railway na região.

Langenbuch (1971, p.183) nos auxilia na reflexão sobre as particularidades a respeito das estações férreas na região de estudo:

Diferentemente do parque industrial instalado na direção de São Caetano e Santo André, entre a Lapa e as imediações de Jundiá, a ferrovia não atraiu indústrias pois não apresentavam o trinômio ferrovia – áreas planas extensas – água fluvial.

É fato que na porção noroeste não há equivalente ao parque industrial instalado no eixo ferroviário na planície do Rio Tietê no início do século XX. Entretanto, em Perus, a fábrica de cimento com a sua complexidade é implantada em 1926 e também em um vale (no vale do Ribeirão Perus), e ao lado da estação intermediária da SPR. No entanto, desejamos chamar a atenção que o trinômio aplicado à atração industrial pode não configurar uma regra ao longo da aurora industrial da província de São Paulo. (FIG.25)



**Figura 25:** Estação Perus e entorno: 1898 - 1932 - 2015.  
Fonte: 1 e 2. Nelson Camargo; 3. Paulo Goya (21/11/2015).

Temos a implantação da 1ª fase da SPR nessa porção antes vinculada à estruturação do tronco, assim como vinculada e em associação a empreendimentos já instalados, como a Cia Melhoramentos que conquista sua estação férrea em 1883. Nos parece, assim, ser possível analisar essa região e a sua relação com a SPR a partir de dois momentos: o da 1ª fase que ocorreu a partir de 1867 e a fase da duplicação de 1896 a 1907.

Contribuindo a esse entendimento sobre alguma distinção entre um período e outro, Cyrino (2004, p.235-236) aponta que as estações intermediárias referentes à fase da duplicação da SPR se aplicam diretamente às indústrias da região: no caso da Estação Barra Funda, um vínculo com as necessidades de uma produtora de tecidos fundada por Dr. Francisco de Barros, no caso da estação intermediária Água Branca à Indústria Santa Marina, e outras como Pirituba, construída em 1885 na Freguesia de Pirituba, se justificava pela vilas que se formavam ao longo da ferrovia, assim como a Parada de Taipas, atual Jaraguá.

A associação estabelecida por Cyrino (2004) sobre as obras de duplicação parece nos remeter ao entendimento das razões pelas quais se definiu a locação das estações como a de Perus, Juqueri e Caieiras na 1ª fase. Ou seja, ao mesmo tempo que viabiliza a atividade econômica de natureza agroexportadora, também se ocupava dos aspectos da infraestrutura ao desenvolvimento industrial e urbano, combinado a interesses empresariais e de proprietários de terra de expressão local. Indicativos de que podemos compreender a paisagem em foco sob dois momentos com dinâmicas distintas produtivas relacionadas à implantação de grande

tronco e ao desenvolvimento inicial da metrópole. Um primeiro de natureza mais estruturante, com a locação de estações intermediárias viabilizando o tronco férreo, transportando ainda um volume menor de demandas da cidade como, por exemplo, as produções de manilhas, telhas, cal, papel; onde o binômio sobre a ferrovia atrai a indústria ocorre de outro modo, com o empreendimento e atributos minerais orientando a locação das estações. E num segundo momento, com a duplicação e ampliação de fluxos materiais, a região se comportando integrada à dinâmica instaurada no eixo férreo das porções mais centrais da capital, conectando a região aos processos industriais e urbanos em curso, anteriormente à implantação da fábrica de cimento, porém com visibilidade pequena da região e sua produtividade.

Apresentação de atividades minerais, com destaque à produção de cal na região, são desenvolvidas posteriormente e objetivam contribuir na demonstração da inserção da região nos processos acima descritos.

Sob outro recorte, quanto a dispositivos de proteção, é possível encontrar representações com dimensão integrada dessa porção sob estudo.

As estações férreas da região foram alvo de processo de tombamento junto ao Condephaat, processo instalado em 2007 e concluído em 2011, cuja iniciativa partiu de Ralph Mennucci Giesbrecht, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo e sócio da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), autor presente dentre os escritores sobre localidades e relacionado a Santana de Parnaíba, conforme aqui se reuniu.

No histórico que integra a solicitação de tombamento, as estações são identificadas como de passagem, com a finalidade de abastecer as locomotivas com água e com cargas para o porto em Santos. Destaca-se o importante papel da ferrovia no escoamento de produtos industriais durante o surto de desenvolvimento do Estado e da capital, havendo menção à Cia Melhoramentos em Caieiras e à produção de cal nas imediações da Estação de Perus, além de apontamento sobre a importância do Complexo Hospitalar do Juquery.

Com a justificativa da solicitação de tombamento, percebe-se a compreensão de integração das localidades aqui estudadas, bem como o vínculo estabelecido entre a Estação Perus e as atividades relacionadas ao escoamento da produção de cal.

Do mesmo modo, o parecer técnico em resposta ao tombamento da Estação Perus sinaliza compreensão regional:

O acesso à ferrovia foi o principal motor de desenvolvimento do bairro e do Vale do Rio Juquery, onde hoje se localizam os municípios vizinhos de Caieiras, Franco da Rocha (antiga Juquery), Francisco Morato e Cajamar. A inauguração da estação inicia um processo de

urbanização da região que levaria à implantação de importantes empreendimentos, como a Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP), em 1910-1914, e a Companhia Brasileira de Cimento Portland, em 1926, ambos relacionados entre si, além da antiga Fábrica de Pólvora de Hedwiges, fechada após a instalação da cimenteira.<sup>73</sup>

O parecer reconhece o tronco férreo como propulsor das atividades econômicas, o que nos parece corresponder, mas adicionado às particularidades regionais – segundo o que se desenvolve nesse estudo.

---

<sup>73</sup> Parecer Técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), p. 47. Processo 60307/2010. Resolução Tombamento SC - 88, de 18/10/2011.



## **CAPÍTULO 4. Inserção geológica e geomorfológica e dinâmizações na paisagem.**

Apresentamos aspectos fisionômicos da paisagem e suas potencialidades minerais que possibilitaram os usos extrativos minerais e industriais por longo período na região.

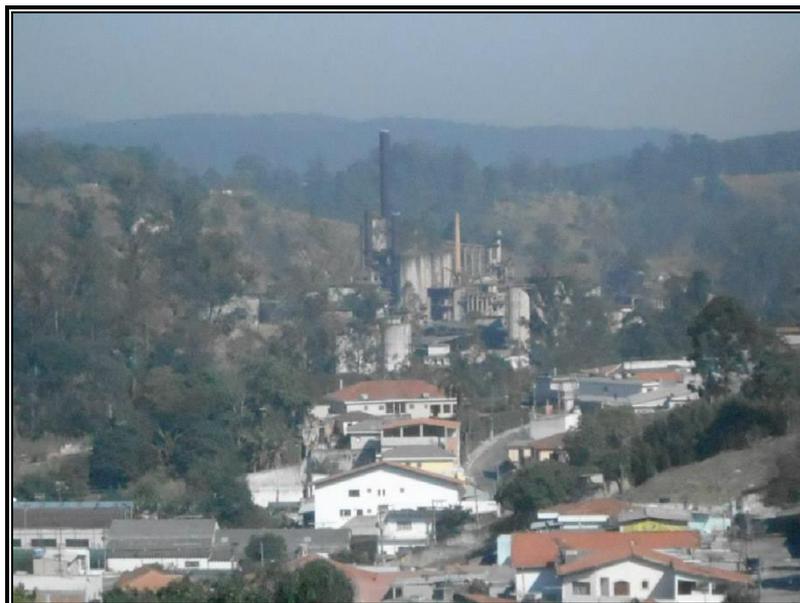
Acerca dos elementos fisionômicos, desenvolvemos uma caracterização geológica e geomorfológica a partir do ponto de partida da experiência na paisagem, em Perus. Sobre os usos, são compartilhadas as atividades produtivas de natureza mineral realizadas na região correspondentes aos distritos de Perus, Anhanguera e Jaraguá, pertencentes ao município de São Paulo, e aos municípios de Cajamar, Santana de Parnaíba, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato.

Ao final, realizamos inferência quanto a uma sucessão de atividades com implantação de infraestruturas férreas e empreendimentos minerais que correspondem à participação particular da região diante do binômio ferrovia-indústria no desenvolvimento urbano e industrial de São Paulo. Tal particularidade foi percebida na experiência junto à paisagem a noroeste da metrópole de São Paulo.

### **4.1. Caracterização geológica e geomorfológica.**

Uma das diversas aulas itinerantes da Universidade Livre e Colaborativa ocorreu na ETEC Gildo Marçal Bezerra Brandão, na Vila Caiuba em Perus. A escola situa-se no topo de um morro alto e permite obter uma vista panorâmica da Fábrica de Cimento e do seu entorno.

A Fábrica Portland situa-se no vale do Ribeirão Perus, cujas nascentes são compostas pelo córrego Ajuá, tendo suas águas confluindo ao Rio Juqueri e este, por sua vez, desaguando no rio Tietê no município de Pirapora do Bom Jesus. A fábrica, à margem esquerda do ribeirão, encontra-se rodeada por colinas, morros serranos e um conjunto escarpado de maior altitude topográfica. As colinas nas proximidades se apresentam com volumes vegetais em diferentes estágios, uns campos, outros campos sujos, outros ainda com matas regeneradas, indicando importantes alterações de uso que acompanham esse região. Também pode-se verificar edificações amplas de um bairro mais antigo, a vila Hungareza, marcadas por ruas em rampas para o acesso às residências (FIG.26).



**Figura 26:** Fábrica de Cimento a partir da ETEC Gildo Marçal B. Brandão na Vila Caiuba - Perus/SP.  
Fonte: Universidade Livre e Colaborativa em 23/08/2014.

Também no campo imediato da fábrica são evidentes cortes e terraceamento da margem esquerda do Ribeirão Perus, inferindo-se uma alteração de um vale em “V”, como um modelo, para uma feição com um patamar e um corte, ou com um corte e aterro – como é comum se referir –, possivelmente com a intenção de implantar a linha de trem da Estrada de Ferro Perus Pirapora (1914), também utilizada posteriormente como caminho dos trabalhadores entre a Fábrica e a Vila Operária Triângulo, implantada ainda sob gestão canadense (1926-1951) (ver FIG. 27, abaixo). Estes cortes deixaram exposto um material de solo e rocha com diferentes colorações e texturas que surtiram variadas impressões e sensações aos alunos nas derivas realizadas, adicionando indagações sobre quais eram os minerais e as técnicas utilizadas pelos trabalhadores na implantação física do complexo cimenteiro, composto pela Estrada de Ferro Perus Pirapora, Fábrica de Cimento e outros elementos associados. Um convite a se refletir sobre as modificações na paisagem desde um tempo mais remoto<sup>74</sup> até o momento de tanta produção, convivência e organização dos trabalhadores.

<sup>74</sup> Ver vídeo didático sobre os processos erosivos naturais sofridos pelas rochas, assim como a utilização diversificada no tempo histórico. Disponível em: <[https://www.facebook.com/geografiaediscussao/?hc\\_ref=NEWSFEED&fref=nf](https://www.facebook.com/geografiaediscussao/?hc_ref=NEWSFEED&fref=nf)>. Acesso em: 15. 02.2017.



**Figura 27:** Alteração do perfil da vertente esquerda do vale do Ribeirão Perus. Sobre o terraceamento passam os trilhos da EFPP. Trecho entre a Fábrica e a Vila Triângulo. Fonte: Fotografia de Ana Cristina V. Vellardi em 09/08/2014.

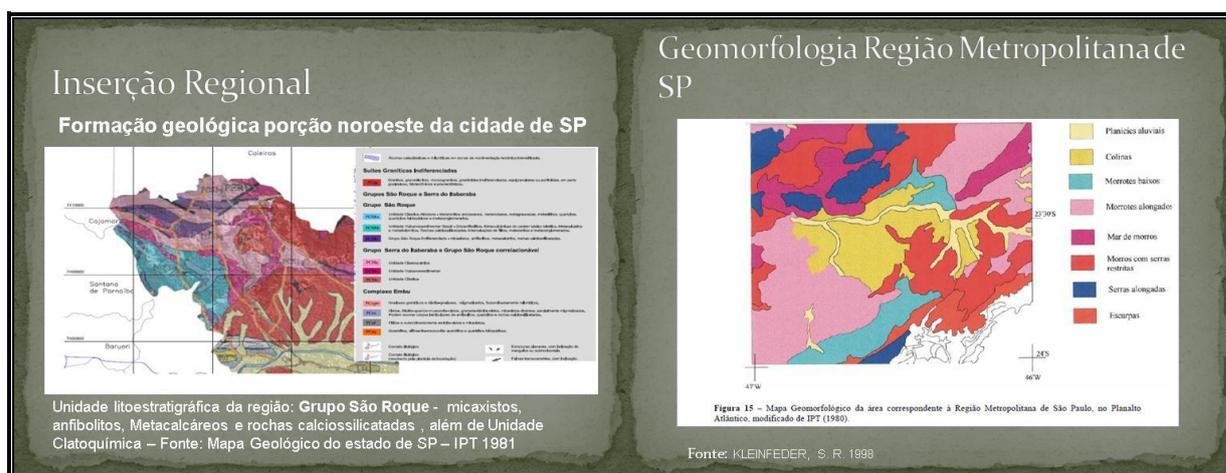
Outra experiência com professores da Diretoria Regional de Ensino (DRE) Pirituba, na qual se inserem professores de escolas dos territórios das subprefeituras de Perus-Anhanguera e Pirituba-Jaraguá, em 25/10/2014, mostrou a importância do conhecimento sobre a razão daquelas feições que, no cotidiano, faziam os professores chegarem muitas vezes cansados em suas escolas. Os professores puderam refletir que essa região também possui particularidades em sua história geológica, relacionadas às conhecidas pela implantação da Fábrica de Cimento e da luta dos trabalhadores Queixadas na história da população da cidade. Essa reflexão se tornou possível na medida em que eles associaram a presença de determinados minerais à sua origem geológica e ao seu uso como matéria-prima para a produção do cimento.

A demonstração de um mapa geomorfológico e a localização de Perus encravado entre dois maciços tão conhecidos pelos participantes, a Serra da Cantareira e o Pico do Jaraguá, permitiu estabelecer associação entre a fisionomia local e uma das interpretações relativas à origem da denominação do bairro de Perus, a de ela seria originada de *Pi-Ru*, que significa “Pôr-se apertado”, segundo origem indígena. De fato, Perus se situa entre os maciços do Pico do Jaraguá e o da Serra da Cantareira; porém, podemos fazer uma maior aproximação e situar Perus “apertado” também entre as vertentes de cada um de seus lados do vale do Ribeirão Perus, dada a sua característica de vale em profundo entalhe. Temos, assim, Perus *apertado* sob duas dimensões, local e regional.

Geomorfologicamente, Perus encontra-se inserido no grupo morfoescultural de “mar de morros”<sup>75</sup>, entre dois grupos de “serras alongadas”<sup>76</sup>, segundo mapeamento modificado do IPT por Rodrigues (1998).

Do ponto de vista geológico, a região se encontra inserida na unidade litoestratigráfica Grupo São Roque<sup>77</sup>, com presença de metacalcários e rochas calciosilicatadas, micaxistos etc., conforme IPT (1981). Desmembrando algum desses complexos nomes é possível identificar o mineral mais conhecido, o calcário.

Como um conjunto, foi possível em grupo dialogar sobre a diferenciação das feições locais e movimentadas comparadas às encontradas na várzea mais plana do rio Tietê, muitas vezes transposta por moradores por via da Linha Rubi da CPTM. Igualmente importante foi reconhecer que as formas locais ainda guardam muito das suas fisionomias, mesmo que sofrendo grande alteração por seguidas intervenções urbanas ao longo da história da região. Da mesma forma se dá a identificação das extrações de minerais com as pedreiras persistentes até os dias atuais. (FIG.28)



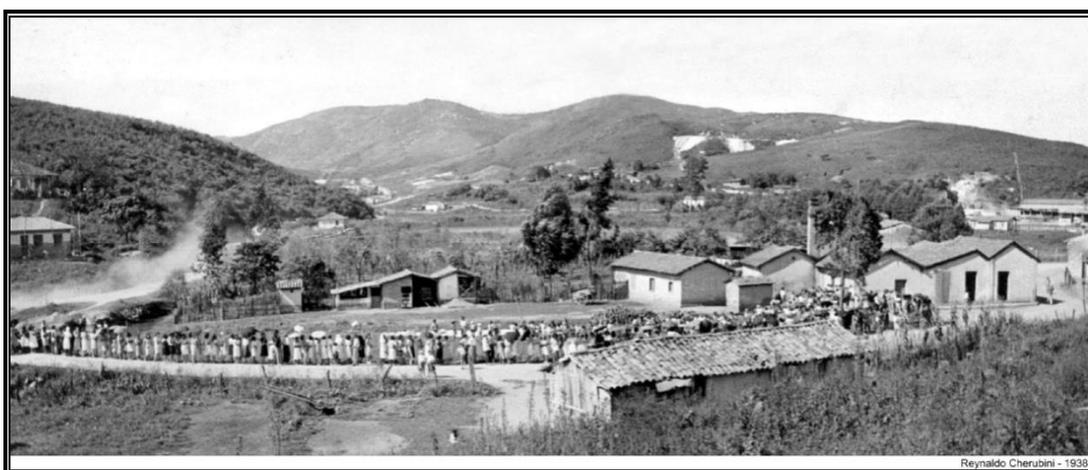
**Figura 28:** Aspectos geológicos e geomorfológicos utilizado em formação de professores.  
Fonte: Rodrigues (1998) e IPT (1981), compondo apresentação de slide exposta em 25/10/2014.

<sup>75</sup> Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1981), “Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo”. Mar de Morros corresponde a um grupo de relevo de morros resultantes de processos de degradação em planaltos dissecados. Caracterizado por apresentarem morros com topos arredondados, vertentes com perfis convexos e retilíneos. Drenagem de alta densidade, padrão dendrítico e retangular, vales abertos a fechados, planícies aluvionares interiores desenvolvidas. Constitui um conjunto de formas em meia laranja.

<sup>76</sup> IPT (1981), “Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo”. Serras Alongadas corresponde a um grupo de relevo de morros resultantes de processos de degradação em planaltos dissecados. Caracterizado por apresentarem morros com topos angulosos, vertentes ravinadas com perfis retilíneos, por vezes abruptas. Drenagem de alta densidade, padrão paralelo pinulado, vales fechados.

<sup>77</sup> Unidade litoestratigráfica corresponde a um conjunto de rochas individualizadas conforme suas características. Segundo IPT (1981), a unidade litoestratigráfica Grupo São Roque é limitada a norte pela falhas de Itu e Jundiuvira e a sul pela falha de Taxaquara. “As rochas carbonáticas ocorrem na forma de calcários dolomíticos e calcíticos, principalmente nas regiões de Votorantim, São Roque e Pirapora - Cajamar, havendo na região de Perus referências a Hornfels calcossilicatados nas auréolas termometamórficas de corpos graníticos”. (IPT, 1981, p.31).

Uma terceira vivência relacionada aos aspectos geomorfológicos e geológicos, de grande significado sobre os rumos da presente pesquisa, se deu a partir da entrevista com o Sr. Nelson de Camargo. Em um primeiro encontro foi disponibilizada uma fotografia de 1938 (de autoria de Reynaldo Cherubini) a partir da qual se verifica uma grande quantidade de moradores em fileira para compra de pão. A cena era frequente, de acordo com o colecionador, em função das famílias temerem falta de alimento no período da 2ª Guerra Mundial. Ao fundo da fila de moradores, podemos constatar a quase inexistência de cobertura vegetal nas colinas e a presença de materiais esbranquiçados expostos sob cortes realizados nos morros; ou ainda, verificada-se a mesma coloração do solo no leito das ruas ainda sem cobertura de pavimentação. Um povoamento pequeno e esparsos em Perus à época de 1938. (FIG.29)



**Figura 29:** Moradores de Perus em fila para compra de pão em 1938 e indícios de atividade extrativa.  
Fonte: acervo Nelson Camargo.

Compondo um conjunto de problematizações relacionados à temática da geomorfologia e da geologia, seja a partir das opções do traçado da SP Railway, sejam as trazidas pelas entrevistas e estudos locais, além dos exemplos expostos acima, são apresentados alguns elementos complementares que vão passo a passo revelando a área de estudo sob vários aspectos, e especialmente no texto de Ab’Saber, “O sítio urbano de São Paulo”.

Ab’Saber (2010, p.181) elenca três exceções no planalto atlântico onde foram possíveis ultrapassar as dificuldades das serras e maciços montanhosos para a implantação de

sítios urbanos. Uma delas são as bacias sedimentares de origem no período terciário<sup>78</sup>, tendo a cidade de São Paulo feito dessa bacia seu sítio urbano. Veremos até que ponto a região enfocada no presente estudo participa desse mesmo sítio e se há especificidades.

Este autor observa que, mesmo sendo uma bacia relativamente restrita, com cerca de 300km<sup>2</sup>, existem feições particulares e diversificadas em diferentes níveis topográficos, apresentando desníveis na ordem de 40-60 metros entre as colinas e fundo de vales (AB'SABER, 2010, p.183).

Acerca do sítio urbano da cidade de São Paulo, o autor apresenta o espigão central, com correspondência na Avenida Paulista, como o divisor das águas entre as bacias do rio Tietê e do rio Pinheiros, constituindo uma plataforma interfluvial com patamares em degraus até atingir as amplas calhas fluviais onde percorrem os rios. Observa ele que muitas vezes as instalações ferroviárias e industriais se instalaram em patamares de transição entre as planícies fluviais e colinas mais suaves (AB'SABER, 2010, p.185).

O mesmo autor nos informa sobre as várzeas terem constituído fronteiras naturais impeditivas na formação de blocos urbanos, configurando os casos dos bairros além-Tietê, além-Pinheiros e além-Tamanduateí.

Como dito, o texto de Ab'Saber foi escrito em 1958, por isso pode ser usado como referência tanto para apresentar as características fisiográficas e geológicas, quanto para inferir aspectos da ocupação até esse período.

Em função do acesso à região de estudo, nos interessam as características das colinas e outeiros de além-Tietê, os quais trata Ab'Saber.

O autor aponta que nos outeiros e altas colinas, de Guarulhos até a Freguesia do Ó, os pequenos núcleos até o século XIX se originaram nos topos das colinas mais próximas à várzea do Tietê, sendo em sua maioria localizados no entorno de igrejas e capelas, e por vezes atrelados às fazendas ou chácaras de moradores mais ricos da cidade. Estes núcleos permaneceram por muito tempo sem conexão entre eles, devido aos caminhos irregulares e o longo tempo dispensado por transporte por animais (AB'SABER, 2010, p.208). Tais caminhos e estradas sinuosas acompanham, grosso modo, os divisores dos afluentes do Rio Tietê – como a Estrada do Imirim que ligou Santana à Freguesia do Ó, apenas para efeito de exemplificação regional quanto à longa distância percorrida.

---

<sup>78</sup> Terciário trata de período incluído na Era Cenozóica. Período que vai de 65 milhões de anos até 2,6 milhões, quando são definidas as atuais configurações dos corpos continentais e ocorrem processos de soerguimento de partes da crosta terrestre, transgressões e regressões marinhas. No final desse período há o aparecimento do homem. O autor escreve o artigo em 1958, e mais recentemente têm sido considerado como um conjunto sedimentar paleógeno, como apontamos sob publicação de Gurgueira (2013).

Apesar de escrito no final da década de 1950, o texto revela um aspecto que se verifica até os dias atuais sobre a mobilidade nos bairros da zona norte de São Paulo, quando diz Ab'Saber: “Há alguns anos era praticamente impossível passar-se de um bairro para outro, sem que necessitasse vir ao centro da cidade, a fim de fazer baldeação.” (2010, p.208). Observa-se que à época era preciso ir ao centro da cidade; na atualidade, esse deslocamento intrabairros é possível a partir de um centro regional, o de Santana, mas nos dois casos é necessário percorrer grandes distâncias. Para o autor, a restrição corresponde às heranças impostas pelo relevo devido às rotas resultarem de ligações regionais que partiam perpendiculares ao Rio Tietê rumo ao interior. Lembremos como exemplo da Av. Raimundo Pereira de Magalhães, a antiga Estrada Velha de Campinas, que parte transversalmente ao Rio Tietê.

Observamos na atualidade uma sobreposição de tipos de vias utilizadas por diferentes modais ao longo da história. Como exemplo, pode-se destacar a mesma Estrada do Imirim zigzagueando os divisores, constituindo um caminho de muares, transpondo a Av. Engenheiro Caetano Álvares, retilínea, e estabelecida em fundo de vale com três pistas de rolamento. Esta mostra uma mescla de diferentes modos de circulação em momentos históricos distintos, sendo que a inauguração da avenida, no fundo do vale, se deu em 1970, período de alto investimento no modelo sobre rodas.

Quanto à geomorfologia desta porção além-Tietê, o geomorfólogo identifica como um região da engrenagem norte da Bacia de São Paulo, onde “[...] alteiam-se os primeiros morros dos baixos esporões da Serra da Cantareira, maciço granítico que barrou a sedimentação terciária para o lado norte da bacia.” (AB’SABER , 1958, p.206).

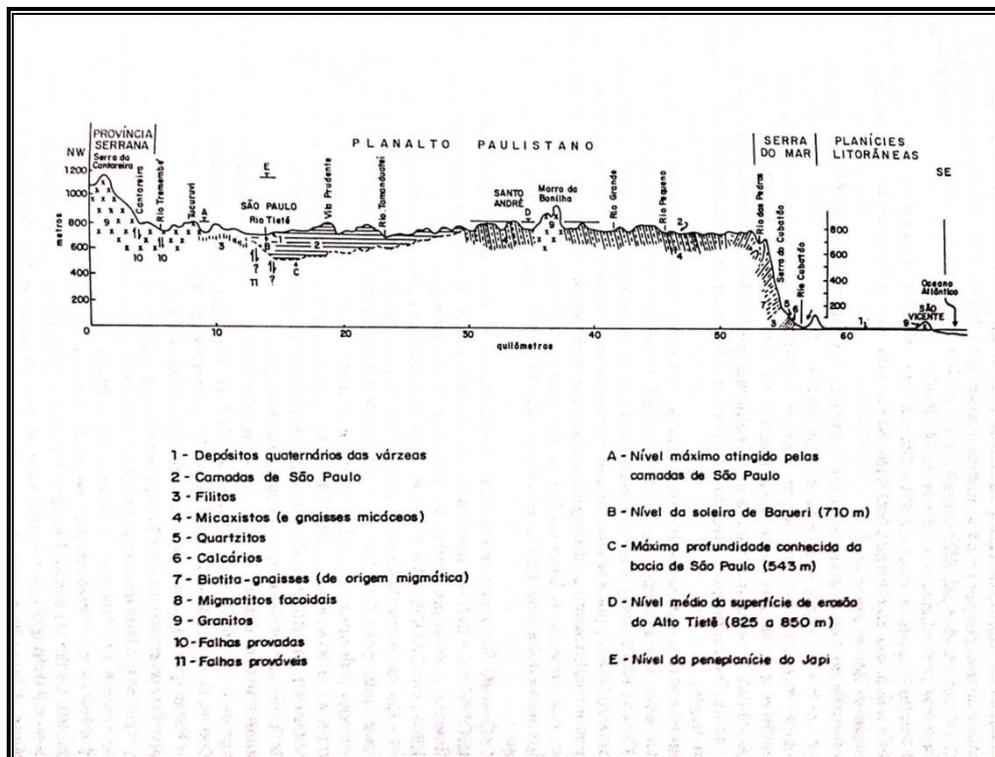
Nesse ponto, cabe uma breve explicação sobre o que vem a ser a Bacia de São Paulo. Trata-se de uma denominação relativa a um pacote sedimentar muito heterogêneo que preencheu boa porção da região metropolitana de São Paulo. O processo de deposição ocorreu em dimensão continental na era Cenozóica, no período Paleógeno, identificações estas que equivalem a unidades de tempo que demarcam ocorrências específicas do desenvolvimento da terra e da vida nela – consistindo o Paleógeno um período amplo, entre 65 milhões e 53 milhões de anos atrás.

Já a porção sob a qual ocorreu a deposição das camadas de São Paulo se originou de um processo tectônico ou erosivo anterior, convergente à formação das Serras do Mar e da Mantiqueira, segundo Gurgueira (2013, p.13).



possível concluir que a região de estudo não se inclui nesse pacote sedimentar, mas em um embasamento cristalino nas suas bordas.

Perfil estrutural estabelecido por estudos de Almeida (1958) permite visualizar a delimitação da superfície de São Paulo de que trata Ab'Saber – a qual, na figura abaixo, é identificada por “Camadas de São Paulo” (FIG.30, abaixo). Também é passível de verificação os desníveis topográficos que se apresentam após a travessia do Rio Tietê na direção norte da capital, chegando a atingir diferença de altitude de cerca de duzentos (200) metros da várzea do Rio Tietê até alguns pontos da zona norte. Destaca-se que a região de estudo encontra-se a noroeste do maciço da Serra da Cantareira.



**Figura 30:** Perfil morfoestrutural do Planalto Paulista.  
Fonte: IPT (1981, p.29).

Pletsch et al. (2013), em contexto mais amplo, aí incluído o da constituição do “assoalho” da Bacia de São Paulo, em tempo geológico anterior, apresenta a região inserida no Cinturão de Dobramento Ribeira estudado por Almeida et al. em 1973, no qual se reúne um grupo de rochas metamórficas com grandes diferenças litológicas, caracterizando-o como um ambiente de formação e domínio metamórfico.

Também Carneiro (1984)<sup>79</sup>, já no âmbito da região de estudo, define o Grupo São Roque como constituído por rochas metamórficas e ígneas associadas, que apresentam diferentes graus de metamorfismo e deformação, reconhecendo uma estratigrafia composta de metarritmitos com intercalações de metarenitos fedspáticos e metapelitos (filitos, xistos) na base e metassiltitos, rochas metabásicas e metacalcários no topo. Novamente, neste caso os moradores podem identificar alguns nomes mais conhecidos, como o feldspato e o calcário, principalmente moradores de Perus e Cajamar.

Destaca-se, em oportunidade, que este último autor – Carneiro (1984) – foi identificado na ocasião da Universidade Livre e Colaborativa em 2013, e incorporados seus estudos, realizados junto a outros pares, relativos às cavas históricas de ouro do Jaraguá, conteúdos utilizados quando da definição do TICP/JP (Cf. CARNEIRO et. al., 2011). Observa-se que se trata de autor que apresenta acúmulo de estudos geológicos na região.

Com um foco mais localizado e associado ao substrato calcário, Romero (2007) apresenta em seu estudo “Riscos e qualidade ambiental urbana no caso de Cajamar (SP)” importante reunião de informações sobre as razões do fenômeno, ocorrido em agosto de 1986, denominado de “dolinas de subsidência e colapso”, isto é, a cratera de Cajamar tão veiculada em noticiários à época. O processo que resultou em afundamento de terrenos pode ocorrer sob causas naturais, mas também por aceleração com determinadas intervenções pelo homem. Consta que dois ingredientes associados foram os responsáveis pelo colapso, a presença das rochas calcárias e uma excessiva exploração de água pelas indústrias locais, sendo possível adicionar outro elemento impulsionador, a saber, o uso de explosivos utilizados na extração de calcário no município (ROMERO, 2007, p.20). Um bloco de material frágil sofre interferência nos seus fluxos líquidos e, ao mesmo tempo, é movimentado; assim, parece ter sido esse o conjunto de efeitos realizados pelos agentes detonadores da ocorrência.

Romero realiza um conjunto de entrevistas com moradores que resultou em um mapeamento de evidências de instabilidade, e conclui sobre a acomodação do solo na ocasião da finalização de sua pesquisa, em 2007. Porém, realiza um alerta quanto às condições geológicas serem consideradas em ações de prevenção pela administração pública, assim como o monitoramento dos procedimentos das indústrias e empresas com a participação de moradores.

---

<sup>79</sup> Celso Dal Ré Carneiro realiza análise estrutural do Grupo São Roque na Faixa entre o Pico do Jaraguá e a Serra dos Cristais/Jundiá, reconstruindo as fases de dobramento do Grupo São Roque e vinculação com fenômenos de metamorfismo e magmatismo. Sua tese de Doutorado foi apresentada ao Instituto de Geociências em 1984. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44131/tde-06082015-152153/>. Acesso em 12.02.2017.

Após a caracterização geral sobre as formas de relevo e sobre a natureza metamórfica dos materiais geológicos incluídos na região de estudo, além de um exemplar de mau uso de uma porção, avançamos em direção a uma descrição de maior detalhe.

Utilizamos mapas compostos disponibilizados pelo Serviço Geológico do Brasil, conhecido por Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM). Correspondem ao Mapa de Geodiversidade<sup>80</sup> com objetivo de atingir público variado, entre eles a comunidade acadêmica e gestores da área de planejamento.

Os autores da publicação em questão apresentam a concepção considerada:

Geodiversidade é a variação natural (diversidade) da geologia (rochas minerais, fósseis, estruturas), geomorfologia (formas e processos) e solos. Essa variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos faz com que essas rochas, minerais, fósseis e solos sejam o substrato para a vida na Terra. Isso inclui suas relações, propriedades, interpretações e sistemas que se inter-relacionam com a paisagem, as pessoas e culturas. (OWEN ET AL., 2005 apud CPRM, 2010, p.11)

São disponibilizados lado a lado as informações geomorfológicas, geológicas e os recursos minerais presentes, permitindo atender desse modo os objetivos do estudo em reunir também informações aos professores das municipalidades.

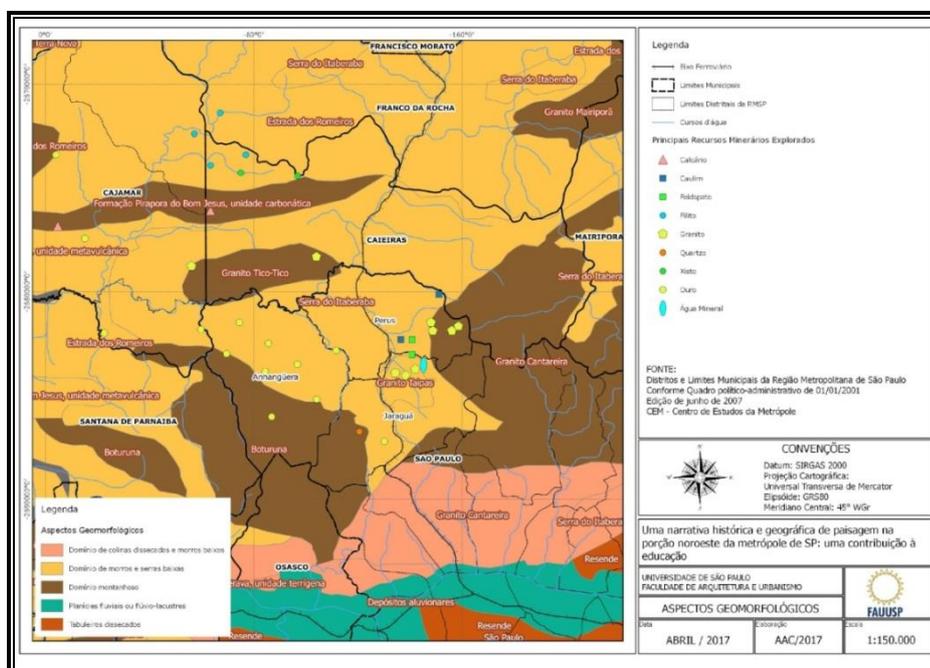
É possível observar a transição de domínios geomorfológicos pelos quais se atravessa na metrópole, desde as várzeas do Rio Tietê, onde encontramos o domínio fluvial, até atingirmos o domínio de morros e montanhoso da porção noroeste. Na transição, identifica-se o domínio correspondente às colinas e o de morros dissecados pela erosão em longo tempo, presente ainda nos bairros da zona norte, como na maioria do território do distrito de Brasilândia e Pirituba, que antecedem a chegada a Perus. Entre dois domínios montanhosos se verifica a passagem da linha férrea da São Paulo Railway que acompanha os fundos de vales e chega à região. Com isso se verifica uma das dimensões do “pôr-se apertado” ainda em escala ampla.

A área de estudo situa-se, assim, incluída em dois domínios: o montanhoso e o de morros e serras baixas, sendo este último o predominante, e visto aqui como um “mar” com proeminências de corpos mais altos, justamente os que definem aquela amplitude topográfica de cerca duzentos metros desde a várzea do rio Tietê (citada anteriormente).

---

<sup>80</sup> Mapas Estaduais, disponibilizados em Sistema de Informações Geográficas - SIG, acompanhados de livro, encontram-se disponíveis em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade/Mapas-de-Geodiversidade-Estaduais-1339.html>>. Acesso em 15.02.2017.

Buscamos reunir também no Mapa dos Aspectos Geomorfológicos as informações sobre as ocorrências minerais como meio de possibilitar uma observação associada; porém, optamos tratar destas nas descrições do Mapa sobre Domínios Litogeológicos (Mapa 7).



**Mapa 7:** Aspectos Geomorfológicos da região de estudo.

Fonte: CEM (2001) e CPRM (2010).

Quanto aos aspectos geológicos, a região de estudo apresenta três domínios litogeológicos.<sup>81</sup> São os seguintes domínios identificados:

- i. Domínios de Sequências Vulcanosedimentares Proterozóicas: quartzitos, metapelitos e micaxistos;
- ii. Domínio de Sequências Sedimentares Proterozóicas dobradas: metarenito, metarimito, rocha petapelítica;
- iii. Domínio dos Complexos Granitóides: monzogranitos, granodioritos e biotitas monzogranito.

No domínio de morros e serras baixas, praticamente predominantes por toda a região de estudo, verificamos, quanto à geologia, que os materiais se apresentam subdivididos em dois domínios geológicos, ambos pertencentes ao Grupo São Roque.

A representação dos dois grupos expressa a diversidade sobre a qual estamos nos debruçando e que resulta encontrar os minerais distribuídos de maneira diversa na região.

<sup>81</sup> Litologia corresponde ao estudo da origem das rochas e suas transformações. De acordo com Guerra (1987, p.266): “Uma importante ciência auxiliar da geomorfologia no estudo das formas do relevo terrestre”.

Observa-se no Mapa de Domínios Litogeológicos a posição da região de estudo a oeste do domínio do Granito da Cantareira, assim como outros indicativos de morros isolados como em Taipas e no Morro do Tico-Tico (esse já situado em terras de Caieiras em maior abrangência).

Importante se destacar que o maciço onde está situado o Pico do Jaraguá se inclui no domínio das Sequências Vulcânicas, nos indicando que esse corpo geológico apresenta afinidades quanto ao processo metamórfico que ocorreu na região de estudo, sendo ele incluído nas mesmas dinâmicas de metamorfismo da região. E ainda que, embora estejamos “apertados” entre dois corpos de grande altitude, estes sofreram ao longo da história geológica processos distintos, que resultaram em determinados materiais se apresentarem disponíveis na região, como, por exemplo, o ouro. Exemplifica-se, assim, também a justificativa geológica na inclusão dos distritos de Anhanguera, Jaraguá e Perus, já considerados desde o estabelecimento do TICP/JP.

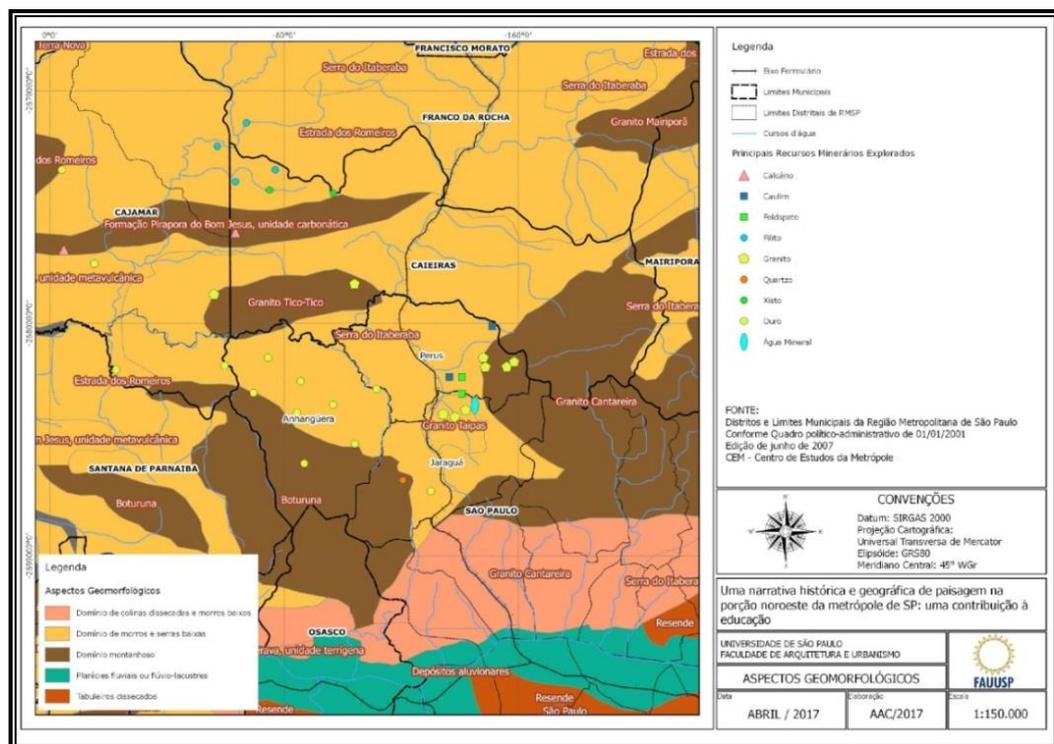
Os dois grupos geológicos presentes na região podem ser identificados, grosso modo, distribuídos um a sul e outro a norte.

O primeiro grupo, relativo à porção sul da área de estudos, correspondendo aos distritos da capital, grande parte de Caieiras e oeste de Cajamar, se apresenta sobre Sequências Vulcânicas, com quartzitos, micaxistos, entre outros. Neste grupo identificamos a presença de minerais como o caulim e o feldspato, além do metálico ouro, com inúmeras indicações no distrito de Anhanguera e no Jaraguá, mas também se apresentando em outro domínio no outro grupo, como veremos.

Importante observar a presença de granitos nos maciços da Cantareira e no Morro do Tico-Tico, assim como o caulim e o feldspato no distrito de Perus, sendo a indicação do mineral caulim situada mais a norte, correspondente às encostas da Serra do Ajuá. Por sinal, Ajuá é denominação familiar aos moradores de Perus, os quais remetem às origens do bairro.

Passando para o segundo grupo mais a norte da região de estudo, encontraremos o domínio de Sequências Sedimentares Proterozóicas dobradas, com a indicação de metarenito, metarritmito e rocha metapelítica. Neste grupo, é frequente a presença de outros minerais como o calcário e o filito, além do novamente metálico ouro. O calcário no Mapa dos Domínios Litogeológicos (Mapa 8, abaixo) é indicado com um triângulo rosa e se distribui no município de Cajamar; porém, temos conhecimento que a jazida de calcário se estende até as terras de Caieiras (demonstraremos esse aspecto com maior detalhe no item subsequente, associado à presença de pedreiras que exploraram tal mineral na região). Ainda no Mapa 8, duas lavras antigas de ouro são indicadas a sul da jazida de calcário: uma em proximidade à

Estrada dos Romeiros, em trecho ramificado chamado de Estrada do Entroncamento, e outra em terras de Cajamar, em localização equivalente à Fazenda dos Pires, que apresenta registros de cultivo vinícola e posterior extração de minerais, desde o século XVII (DPH, 2005, p. 41). As associações entre caminhos e extrações minerais reaparecem, mas agora envolvendo lavras antigas de ouro, além das atividade de fornos de cal, mostrando mais uma vez outra bifurcação da experiência na paisagem – a qual esperamos aprofundar no próximo capítulo, quando verificarmos um conjunto de ocorrências minerais distribuídas na região.



**Mapa 8:** Domínios Litogeológicos na região de estudo.  
Fonte: CEM (2001) e CPRM (2010).

Realizada a reunião de informações sobre os aspectos geomorfológicos e geológicos, podemos concluir que estamos sob região com particularidades de feições e de materiais que a distingue da existente na cidade de São Paulo. E também, que a região de estudos se apresenta com potencialidades minerais de explorações desde longa data.

Foi sinalizada alguma associação entre as diversas explorações minerais no decorrer de longo período em função de localizações próximas a caminhos pré-existentes, conforme observamos anteriormente em Langenbuch (1971). Vejamos agora informações complementares quanto às potencialidades minerais utilizadas a partir de empreendimentos minerais, com especial foco na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

## **4.2. Atividades minerais na paisagem.**

Assim como geologicamente na área de estudo encontramos um grande bloco mineral com diversidades, do ponto de vista dos usos encontramos muitos desses minerais aptos ao desenvolvimento urbano e industrial da Província de São Paulo. Busca-se agora reunir informações relativas às atividades de mineração na região.

Também outros dois pontos nos interessa desenvolver:

- i. Complementar informações quanto ao fato da EFPP se associar à Fábrica de Cimento somente como transportadora de matéria-prima ao cimento;
- ii. Complementar, em contribuição à narrativa comum entre moradores e estudiosos, que a região é marcada por busca de ouro atravessando séculos, desde suas primeiras descobertas, demonstrando uma possível associação entre a implantação da Estação Perus da São Paulo Railway e os ramais que se interconectam à EFPP no início do século XX, envolvendo os atuais distritos de Perus, Anhanguera e o município de Cajamar. Apresentaremos também uma sucessão de atividades, intervenções estruturantes e produções iniciadas pela localização de lavras antigas de ouro, seguida por implantação de pedreiras e produção de cal, e posteriormente implantação da estação intermediária de Perus da SPR, de logística férrea particular, concessão pública e implantação da EFPP, atingindo ampliação de exploração de pedreiras e transformação do calcário em cal, até o transporte do calcário para a produção do cimento. Assim, explicitaremos uma longa trilha percorrida por essa experiência na paisagem.

### **4.2.1 Atividades de mineração e significado na experiência.**

A compreensão sobre as atividades de mineração da região será aqui apresentada a partir dos atributos dos corpos geológicos encontrados. Aspectos de como ocorre a atividade extrativista, sua transformação e deslocamento, até a fonte consumidora, serão desenvolvidos quanto ao calcário, além de tratar do caulim, feldspato e granito em função de serem encontrados na região e apresentarem usos mais comuns às demandas da urbanização.

A justificativa em não se incluir as argilas decorre do fato de não terem sido indicadas como importantes na região de estudo. Knecht (1950, p.34 e 88), por exemplo, aponta ser esta uma exploração realizada apenas em curtos períodos.

Especialmente nos interessa o calcário para produção da cal, já que esse produto se mostrou presente nos levantamentos realizados desde as primeiras entrevistas, e nos parece

remeter, assim, ao aspecto de interligação das localidades observadas no período do estudo, correspondendo a um elemento importante na paisagem vivenciada.

A produção de cal se mostra, assim, como propulsora na identificação de uma região com afinidades associadas: fisionômicas, de origem do ponto de vista geológico e usos através do período de estudo.

O processo produtivo do cimento, que se utiliza do calcário (mesma matéria-prima à produção da cal), tem sido desenvolvido por inúmeros estudos sobre materiais, aspectos da história da arquitetura e outros.

Desejamos apenas iluminar que a produção da cal não corresponde a uma atividade extrativa apenas, embora seja muito comum encontrar esse entendimento, e mesmo no meio acadêmico. É certo que se desenvolveram técnicas mais modernas, transitando-se das artesanais; mas em sua essência, desde tempos remotos, devem ser consideradas atividades de transformação, para além de extrativas. Possivelmente essa concepção tenha resultado em prejuízo na identificação de outros núcleos industriais, para além dos identificados na região mais central da capital no início do século XX.

De maneira básica, “cal” é uma palavra derivada do latim *calcarium*, que significa “o que contém cal”. Calcário, a depender de sua origem, de acordo com o tipo de formação e a época que se formou, é chamado por diversos nomes, como mármore, marga ou calcita. A composição desse é o Carbonato de Cálcio ( $\text{CaCO}_3$ ).<sup>82</sup>

Cal é um aglomerante resultado de um processo de calcinação de rochas calcárias. Esse processo de calcinação resulta no óxido de cal puro, pois na natureza dificilmente o encontraremos sem a presença de outros minerais como o carbonato de cálcio, o de magnésio, entre outros. Para que possua a propriedade de um aglomerante é necessário desencadear um processo de hidratação por via de aquecimento externo e esse resultar o que se chama de cal extinta. Na produção de argamassas se utiliza essa cal extinta, água e areia.

No período do estudo essa produção foi importante na região, que passou posteriormente a produzir também o cimento. O cimento se utiliza do calcário, mas esse extraído por via de explosivos, e posteriormente submetido a processos de britagem, alcançando porções menores do material, também envolvendo transformações. A extração com utilização de vagonetas e a utilização dos fornos na região nos auxiliará na aproximação de como se desenvolvia essa transformação.

---

<sup>82</sup> Informações sobre a Cal ao longo da história estão disponíveis em: <[http://www.lhoist.com/pt\\_br/cal-ao-longo-da-hist%C3%B3ria](http://www.lhoist.com/pt_br/cal-ao-longo-da-hist%C3%B3ria)>. Acesso em: 15.08.2015.

Com isso, a identificação geográfica dos atributos minerais, associados aos aspectos geológicos relacionados, nos parece contribuir ao entendimento dessa paisagem e suas transformações de uso, até agora pouco explorado pelos estudos da região, e sobretudo relativo a tempo remoto e anterior ao cimento e após o ouro.

Desse modo, poderão os dados apresentados aqui constituírem um conhecimento de base da região, de inserção nos aspectos geológicos e minerais, principalmente voltados à educação e subsídios à complementação para uma ação de cidadania no âmbito socioambiental de conservação e proteção.

A disponibilidade de figuras que representem esse entendimento nos parece importante como subsídio aos educadores da região. Muitos campos de conhecimento poderão utilizá-los, principalmente em abordagens integradas envolvendo estudos de interpretação da história da paisagem, seja no ensino fundamental, atravessando o médio e chegando ao universitário.

Pareceu-nos procedente a utilização de fontes de informação relativas à época ou ao período mais próximo possível, pois essas apresentam convergências com as informações obtidas por outras fontes locais. Isso posto, antes de tratarmos da produção e distribuição dos minerais, apresentaremos a origem da fonte de informação utilizada, que se mostrou muito significativa quanto a permitir um impulso à experiência com e na paisagem vivenciada desde o início da participação na Universidade Livre em Perus. Impulso no sentido do encontro com as informações obtidas nessa publicação – sua espacialização, e nominação dos exploradores e produtores – terem proporcionado uma re-imersão na região realizando percursos de identidade aos de conhecimento e vivência dos sujeitos na região. Quando não percursos de vivência, por ocasião do longo tempo abordado, constituíram conhecimentos trazidos por lembranças, memórias e registros de seus antepassados.

#### **4.2.2 A publicação “Ocorrências Minerais do Estado de São Paulo”, de 1950.**

A importante fonte que possibilitou reunir informações sobre atividades minerais na região resultou de uma aproximação entre a experiência da Universidade Livre e Colaborativa em Perus e o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. A aproximação ocorreu a partir de participação em evento denominado “Patrimônio em Debate” que tratou de reunir exposições sobre as Cavas Históricas do Jaraguá, em 23 de abril de 2015, como um grande incentivo ao prosseguimento

de estudos nesta região. Minha participação, motivada pelos estudos em curso, encontrou oportunidade de expor a experiência da ULC, bem como sobre o instrumento do TICP/JP com a sua dimensão de instrumento de pesquisa e educação desenvolvido junto a moradores e educadores da localidade, já se referenciando territorialmente ao que estava sendo tratado e conhecido por muitos presentes – inclusive mencionado o importante protagonismo do Professor Euler Sandeville Jr. nessa construção. A participação desse encontro contribuiu para a realização de um “Patrimônio em Debate” tratando especialmente de aprofundamentos e estratégias de implantação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem dessa porção.

A partir desse momento foi possível se aproximar da equipe de pesquisadores do Centro de Arqueologia de São Paulo localizado no Sítio Morrinhos, na região norte de São Paulo, composta por Paula Nishida Barbosa, Francisco Adrião Neves da Silva e Renato Silva Mangueira, com os quais se estabeleceu importante troca de conhecimento. Em uma oportunidade, o geólogo Francisco apresentou a publicação e, por seu intermédio, se atingiu a geóloga Anabel Peres Soares do Instituto Geológico e se obteve o documento, além de uma importante aula sobre a origem geológica regional. Nesta, foram apresentados os sucessivos processos metamórficos que alteraram um depósito sedimentar de origem marinha e disponibilizaram esse conjunto de minerais, não sob um pacote homogêneo, mas com muitas diversidades internas.

“Ocorrências Mineraias do Estado de São Paulo”, de 1950, de autoria de Theodoro Knecht (com desenhos e cartografia a cargo de Otto Bendix), é do Instituto Geográfico e Geológico (IGG) vinculado à Secretaria de Agricultura, durante o governo Adhemar de Barros, quando o secretário de Agricultura era o Dr. José Edgard Pereira Barreto e o Diretor do Instituto o Eng. Dilermando de Assis. A publicação compõe um equivalente a um atlas temático sob o tema mineral, com um conjunto de informações dos anos de 1940 a 1950, já que publicado no último e se referenciando a dados da década; porém, consta também ali informações relativas a Concessões de Lavras, atingindo o ano de 1934. Em seu Vol. 1 a publicação traz informações sobre os municípios de São Paulo, Santana de Parnaíba, Barueri, Franco da Rocha, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Suzano e Poá.

Theodoro Knecht, o engenheiro responsável pela publicação, trata em seu prefácio que os municípios da “CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO” [sic] são fornecedores de matérias-primas, com especial relevância àquelas voltadas às indústrias cerâmicas, de construção e de vidraria. Destaca os recursos mineraias representados por minas e jazidas de caulim, feldspato, argilas, areia, pedregulhos e pedreiras de granito e gnaisse. Estranhamente,

no prefácio não são referenciadas as jazidas de calcário, possivelmente por terem sido indicadas apenas as presentes incluídas nos limites municipais do território da capital.

As informações minerais sobre os municípios, enriquecidas por explicações geológicas de detalhe quanto à disposição das jazidas, é antecedida pelas seguintes informações: i. dados históricos-judiciários e administrativo, com Cartas Régias, Alvarás, Portarias, Decretos e Leis relativas a alterações administrativas; ii. caracterização hidrográfica e geomorfológica; iii. alguns resultados estatísticos, esses relativos ao ano de 1945; e iv. resultados censitários de 1940 (estes dois últimos copiados de Sinopse Estatística no Município de São Paulo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1948). Após isso, compondo o conteúdo de maior interesse ao estudo, apresenta mapas com as ocorrências com uma detalhada descrição da localização e direção das jazidas, suas potencialidades de usos de acordo com algumas análises químicas apresentadas. Acompanha essa descrição um conjunto de fotos e identificação de empreendedores correspondentes. Ao final de cada município apresenta relação de concessões de lavras nas quais, no conjunto dos três municípios sob atenção, constam datas das concessões de 1934 a 1949.

A razão da publicação seria um outro importante capítulo de análises e estudos complementares, porém não atingidos em função do escopo deste estudo. Foi preliminarmente considerado como uma publicação que demonstra o estágio de conhecimento geológico aliado ao reconhecimento das atividades mineradoras existentes na capital e arredores, com um componente metropolitano importante, considerando-se os municípios tratados. A publicação compõe um volume equivalente a um substancial relatório técnico e de gestão do Instituto Geográfico e Geológico da década de 1950. Destaca-se que, em sua segunda página, há uma fotografia do governador Ademar de Barros estampada e de boa qualidade, e que se preserva até os dias atuais assim.

Importante destacar ainda que, dado a publicação se utilizar de informações elaboradas na década de 1940-1950, a área de estudo na divisão administrativa correspondente era composta por três municípios: São Paulo, Santana de Parnaíba e Franco da Rocha, que assim permaneceram até o ano de 1958.

Apresentamos as informações com essa configuração das três localidades, porém com a identificação da atual divisão administrativa, quando necessário, a fim de melhor localização. Ao final da descrição sobre as ocorrências nas três localidades apresentamos um quadro organizado por unidade administrativa, considerando ser importante às municipalidades, principalmente aos educadores que em suas escolas, muitas vezes, buscam a história de seus arredores, vilas, bairros e cidades.

Com igual intenção, apresentaremos mais à frente o “Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo” (Mapa 9) do IGG, de 1950, composto das três localidades, com as indicações pontuais das ocorrências e uma legenda geral, a fim de que possam ser identificados também outros minerais não descritos em detalhe no texto.

Nos ocuparemos dos minerais calcário, caulim, feldspato e granito que constituem os identificados com maior frequência na região de estudo. Desde já cabe esclarecer que serão identificados conforme a ocorrência em cada uma das localidades sob atenção, ou seja, para a localidade de São Paulo entre os de maior frequência constam representados os minerais caulim, feldspato e granito. Já em Franco da Rocha o calcário, caulim e granito e em Santana de Parnaíba, o calcário e o caulim.

Com a identificação das maiores ocorrências foi possível verificar a concentração de atividades envolvendo o calcário nos municípios de Cajamar e Santana de Parnaíba, e o caulim em quase todas as localidades. O documento do IGG nos informa também sobre as antigas lavras de ouro, que corresponde incluir no documento a fim de compartilhamento e indicação de estudos a serem aprofundados, muitos em curso e algumas lavras já sob proteção, chamando a atenção aquelas de ocorrência em Cajamar (FIG. 31, abaixo). Parte das lavras antigas de ouro serão objeto de proposta conclusiva do estudo, com fins educacionais, reelaborando caminho sugerido quando do TICP/JP no território de São Paulo.

Municípios / Distritos	Minerais não metálicos				Metálicos
	Calcário	Caulim	Feldspato	Granito - Gnaiss	Lavras Antigas de Ouro
Perus, SP		4	3	1	2 <sup>1</sup>
Anhanguera, SP		1		1	9 <sup>2</sup>
Jaraguá, SP					Exploração em 1588
Cajamar	13	4			5 <sup>3</sup>
Santana de Parnaíba	6	1			2 <sup>4</sup>
Caieiras	2	3		2	1 <sup>5</sup>
Franco da Rocha	1				1 <sup>6</sup>

Francisco Morato		1			
------------------	--	---	--	--	--

**Figura 31:** Números de ocorrências minerais identificadas de 1934-1949, porção noroeste da Metrópole de São Paulo.

Org. Ana C. V. Vellardi. Fonte: Knecht (1950, p. 23; 58; 81).

<sup>1</sup> Vieiro aurífero no Ribeirão São Miguel e Aluviões aurífero no Ribeirão das Laranjeiras; <sup>2</sup> Lavras antigas no Ribeirão Santa Fé; Lavra de D. Joaquim, lavra Manguinho; Vieiros de Quartzos aurífero em Quebra Pedras; Lavras antigas no Ribeirão de Samambaia, aluviões auríferos; Lavras Antigas na Estrada de Pirapora; Lavras antigas no córrego das Paineiras; Lavras antigas em Carapicui; Vieiro aurífero no Ribeirão São Miguel e Lavras antigas de ouro no Rio Juqueri – à direita do trajeto EFPP; <sup>3</sup> Rio Jaguari; Ribeirão das Lavras; Fazenda Monte Serrat; Ribeirão dos Cristais e Rio Juqueri; <sup>4</sup> Rio Juaguari; <sup>5</sup> Rio Juqueri – à direita do trajeto EFPP; <sup>6</sup> Ribeirão dos Cristais.

#### **4.2.2.1 Ocorrências Minerais no município de São Paulo sob estudos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico em 1940 -1950.**

O caulim é um dos minerais de maior valor econômico no município, utilizado como matéria-prima para as indústrias cerâmicas. Resulta da hidratação do feldspato. Caulim de boa qualidade torna-se plástico em mistura com água. Possui sua aplicação na fabricação de louças, porcelanas, papel, borracha, refratários, ladrilhos, tinta, vidro, entre outros. O processo de beneficiamento do caulim consiste em decantação, posteriormente transportado para estufas de secagem por ação de corrente ou de ar via filtros – prensa.

Knecht (1950, p.29) destaca que, em Perus, uma mina distante 1,5 km da usina de beneficiamento utilizou-se da topografia a fim de, por corrente de água, transportar os minérios e ao mesmo tempo filtrar impurezas, atingindo os tanques de decantação um material já selecionado.

Informa ainda Knecht (1950, p. 29) que, para o beneficiamento de caulim, o consumo de lenha como combustível das estufas consome cerca de cinquenta por cento do custo do beneficiamento, e sinaliza que em Perus estariam projetando uma usina central buscando diminuir custos à época.

As ocorrências de feldspato mais importantes na capital situam-se em Perus. Predomina o feldspato potássico de cor branca ou branca-cinzenta, utilizado como matéria-prima nas fábricas de louça e porcelana. Seu beneficiamento em Perus é feito apenas a partir de produção de brita com marretas, com separação manual de turmalinas (à época de 1950). Sua separação é por via de gravitação e seu aproveitamento baixo, na ordem de 30% do

material desmontado. Informa também que a exploração é feita a céu aberto e por degraus, feitas à broca e marrão e o desmonte por pólvora e dinamite. O preço de feldspato posto vagão em Perus atinge CR\$300,00. A produção/mês é na ordem de 500 t/mês, segundo Knecht (1950, p. 31). (FIG.32)



**Figura 32:** Ocorrências minerais no município de São Paulo (1940-1950).

Fotografia 1: Mina de caulim em corte na Via Anhanguera perto da ponte do Rio Juqueri.

Fonte: Knecht (1950, p.30).

Fotografia 2: Lavagem de caulim no Km 29 da Via Anhanguera.

Fonte: Knecht (1950, p.36).

Fotografia 3: Pedreira de feldspato de Peccicacco em Perus.

Fonte: Knecht (1950, p.31).

Granito, gnaiss, areia e pedregulho são matéria-prima para brita, peças de cantaria e paralelepípedos. Distribuídas em cinco (5) regiões segundo Knecht (1950, p. 37), uma delas é composta pelas localidades de Anhanguera, Pirituba, Taipas e Perus; as outras quatro na Cantareira, Guaianases, Santo Amaro e a última na Estrada de Itu.

De 1934 a 1949, as Concessões de Lavra em São Paulo se concentraram em caulim, argila e quartzito e feldspato, nessa ordem (KNECHT, 1950, p.41).

Nomes identificados pelos moradores, seja em entrevistas, seja em publicação local, constam na relação de Decretos e Autorização de Pesquisas de Concessão de Lavras no Município da Capital. Expedidas nos anos de 1947-1948-1949, como Fiorello Peccicacco e Rafael Di Sandro para lavra de feldspato, caulim e associados. (KNECHT, 1950, p.40)

Quanto à distribuição de ocorrências minerais no “Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo”, correspondente ao território do distrito de Perus, temos:

Quatro pontos de caulim: i. caulim na Estrada de Morro Grande, M. Biesley, Di Sandro e outros; ii. caulim na Fazenda Santa Cruz de propriedade de Júlio de Oliveira; iii. caulim na pedreira do Del’ Antonio; e iv. caulim em terras do Di Sandro.

Três de feldspato: i. feldspato nas pedreiras de Del' Antonio e Di Sandro; ii. feldspato na pedreira de Peccicacco; e iii. feldspato no Ribeirão São Miguel, em Manguinho, na divisa com o distrito de Anhanguera.

Um ponto indicando pedreiras com exploração de granito e gnaiss na região do Botuquara.

Três de lepidolita: i. lepidolita na pedreira de Di Sandro; ii. lepidolita na pedreira de Peccicacco e iii. lepidolita no Ribeirão São Miguel.

Também indicados dois pontos de pirita e psilomelanita, minério de manganês.

Em área correspondente à Fábrica de Cimento há indicação de aluvião diamantífero. E duas sinalizações relacionadas a ouro, sendo uma de aluviões auríferos no Ribeirão das Lorangeiras e outro vieiro aurífero no Ribeirão São Miguel. Ambas, na atualidade, estão situadas no Jardim de Russo, sendo uma delas (infelizmente) sob o Aterro Bandeirantes, necessitando identificação e estudos de maior detalhe.

Verifica-se após a apresentação das atividades de mineração no Distrito de Perus que muitas informações levantadas em fontes locais permanecem nesse levantamento que acusa atividades de 1940 a 1950. Algumas delas desde 1905, como a exploração de granito na região do Botuquara, assim como as envolvendo a família Di Sandro desde 1914 e informações obtidas sem uma grande diferença de anos envolvendo a família Peccicacco, sendo desta última de 1924 a informação em fonte local, e de 1940-1950 a do levantamento do IGG. Percebe-se que as atividades minerais em Perus, realizadas em seu próprio território, se desenvolvem desde o início do século XX.

Quanto à distribuição de ocorrências minerais no “Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo”, correspondente ao distrito de Anhanguera, temos:

Um ponto indicando pedreiras com exploração de granito e gnaiss em proximidade à via Anhanguera; e outro ponto de caulim também ao longo da mesma via, mas esta já mais adiante, quando em divisa com o distrito de Polvilho pertencente à Cajamar.

De modo predominante há indicações relacionadas à antigas lavras de ouro, em número de oito (8) pontos, algumas correspondentes às proteções sob o instituto de tombamento de 2013: Resolução CONPRES P n° 31.<sup>83</sup>

Quanto à distribuição de ocorrências minerais no “Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo”, correspondente ao distrito de Jaraguá, temos:

---

<sup>83</sup> São quatro as cavas protegidas, com as seguintes denominações: i. Faldas do Morro do Quebra-Pé; ii. Jardim Britânia; iii. Morro Doce; iv. Parque Nova Anhanguera. Protegidas por Resolução CONPRES P n° 31 de 2013.

Uma indicação de quartzito entre Taipas e o morro do Jaraguá. Um ponto de Pirita e um ponto de Ocro. É do conhecimento desse estudo pesquisas levadas pelo DPH através dos pesquisadores do Centro de Arqueologia do Sítio Morrinhos relativas a lavras de ouro situadas em Aldeia Guarani localizadas neste distrito.

#### **4.2.2.2 Ocorrências Minerais no município de Franco da Rocha sob estudos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico em 1940 -1950.**

No município de Franco da Rocha, por esse levantamento a cargo do Instituto Geográfico e Geológico entre 1940-1950, são incluídas terras dos atuais municípios de Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato. Nesse amplo território os minerais apontados são: caulim, granito e calcário.

Como exposto anteriormente sobre caulim presente também em São Paulo, trata-se de um mineral que, em mistura com água, torna-se plástico e possui aplicação na fabricação de louças, porcelanas, papel, borracha, refratários, ladrilhos, tinta, vidro etc.

Granito e gnaisse correspondem ao segundo mineral encontrado, e constituem matéria-prima para brita, peças de cantaria e paralelepípedos.

As jazidas de calcário na macroárea se encontram segundo o levantamento do IGG de 1950 próximo a Bom Sucesso, que na atualidade corresponde ao município de Caieiras, na divisa com a atual Cajamar. São duas as pedreiras a explorarem calcário: a pedreira antiga e a nova, ambos empreendimentos da Cia de Melhoramentos desde 1880 (KNECHT, 1950, p.85). Dedicam-se à exploração do calcário para a fabricação de cal que é utilizado nas construções desta companhia.

Knecht (1950, p.87), informado pelo eng. Eptácio Passos Guimarães, detalha a produção de cal pela Cia, apontando que seus sete (7) fornos são verticais e cilíndricos, construídos em alvenaria, com altura de 12 metros e diâmetro de 2 metros, compostos cada um com três bocas de fogo, três bocas de descarga e três cinzeiros. Caracteriza os fornos como configurados entre a zona de fogo, no topo, seguido por um ligeiro alargamento e encurvamento atingindo a zona de resfriamento, cerca de quatro metros abaixo. Informando ainda que a zona de calcinação regula 3 metros de altura.

Segundo informações sobre o custo da produção indica:

O custo da pedra na boca do forno é de cerca de 25 cruzeiros por metro cúbico e a lenha é de 40-50 cruzeiros para a mesma medida e

nas mesmas condições. O consumo de lenha é de 2,2 m<sup>3</sup> por tonelada de cal, sendo a lenha de procedência das terras da Cia. A empresa tem plantações de eucaliptos. A cal é ensacada em saco de aniagem novo ou usado. (KNECHT, 1950, p.87)

O autor conclui informando que, à época, a empresa estava produzindo cerca de dez (10) toneladas diárias [sic] destinadas ao próprio consumo, para construções, fabricação de papel e outros usos internos. Diz também que a empresa já havia experimentado os fornos com óleo combustível e que não obteve sucesso (KNECHT, 1950, p.87).

Concessão de Lavras informadas sobre a macroárea correspondem aos anos de 1946 para César Galvão de Azevedo, com a finalidade de lavrar caulim, outra de 1947 para lavra de ferro, calcário e caulim ao Hasso Alfred Weiszflog, seguida de duas no ano de 1949 para Antonieta Marques Galvão, a fim de pesquisar argila, e autorização para Brasília Milano Neto para pesquisar caulim (KNECHT, 1950, p.89).

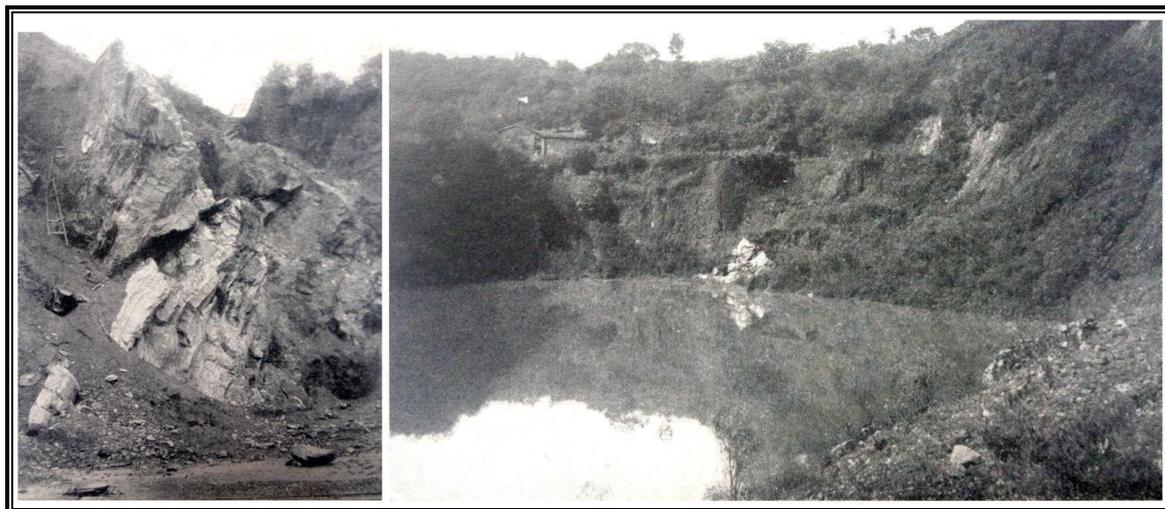
Quanto à distribuição de ocorrências minerais no “Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo”, correspondente ao território de Caieiras, temos:

Três pontos de caulim sem que conste os responsáveis;

Dois pontos indicando pedreiras de granito. Uma no Morro Grande e outra no Morro do Tico-Tico;

Três pontos sobre exploração de calcário: da Pedreira Antiga, da Pedreira Nova e Pedreira Calcário, as três em terras da Melhoramentos de São Paulo, sendo a última no limite entre Caieiras e Franco da Rocha atual (FIG.33, abaixo).

Sobre Franco da Rocha: a Pedreira Calcário citada acima, que encontra-se nos limites entre os dois municípios, em terras da Cia Melhoramentos, consta exploração de mármore em terras do município de Franco da Rocha.



**Figura 33:** Ocorrências minerais no município de Franco da Rocha (1940-1950).

Fotografia 1: Pedreira de Calcário de Bom Sucesso.

Fonte: Knecht (1950, p.66).

Fotografia 2: Pedreira “Calcárea” da Cia. Melhoramentos de São Paulo próximo de Monjolinho.

Fonte: Fonte: Knecht (1950, p.86).

Francisco Morato acusa apenas um ponto no mapeamento do IGG de 1950: trata-se de uma ocorrência de caulim em proximidade à estação Betlém, renomeada como Francisco Morato em 1954. Oportuno destacar que o estudo em sua primeira etapa, quando buscava identificar os empreendedores estratégicos por localidade, reconheceu que no caso de Francisco Morato não se encontrava, por exemplo, uma equivalente à Cia Melhoramentos do Cel. Rodovalho, como em Juqueri/Caieiras, ou mesmo uma Cia como a CIEFPP do Silvio de Campos em Água Fria/Cajamar. Identificou-se uma associação direta na localidade entre a SPR que adquiriu as terras do Barão de Mauá e as loteou por via da Cia. Fazenda Belém. O “empreendedor” de mineração era a SPR. Pelos relatos reunidos, para a implantação da estação férrea de Betlém (posterior Francisco Morato), implantada na mesma ocasião da Estação Perus em 1867, a Inglesa chegou a construir olarias e cerâmicas para a produção de tijolos e telhas utilizadas pela própria SPR nesse período, além de plantação de grande área de eucaliptos para o uso da lenha.

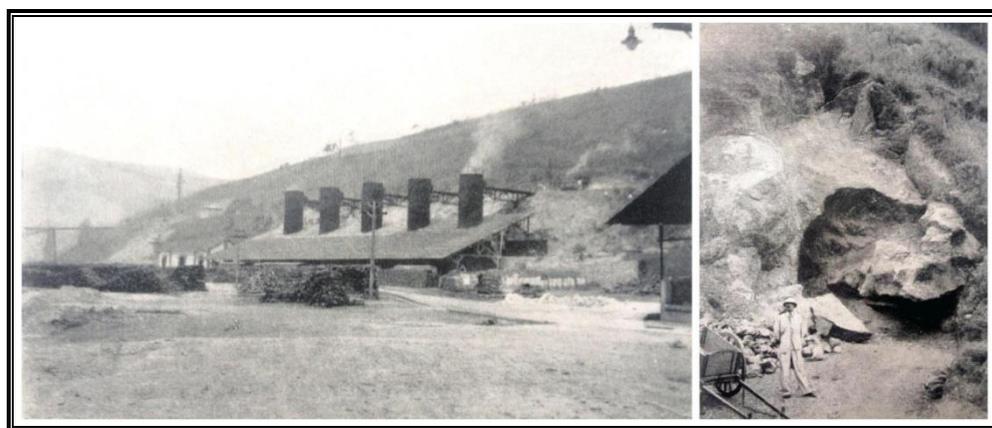
#### **4.2.2.3 Ocorrências Minerais no município de Santana de Parnaíba sob estudos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico em 1940-1950.**

O mineral caulim com utilidades na fabricação de louças, porcelanas, papel, borracha, refratários, ladrilhos, tinta, vidro etc. distribui-se na macrorregião do seguinte modo:

Em Cajamar com um ponto no Morro do Polvilho, dois no bairro de Bonsucesso e um no Morro do Rosário (na divisa com o município de Caieiras).

No município de Santana de Parnaíba dois pontos constam no “Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo” do IGG de 1950. Um no Morro do Voturana e outro no Morro da Vacanga. Destaca-se que esses pontos de ocorrência de extração de caulim se associavam, nesse período, à extrações de outros minérios que não desenvolvemos por não corresponderem aos com maior ocorrência na região do estudo. Observa-se, entretanto, que se relacionam à época a duas grandes extrações reunindo uma variedade de minerais, indicador de intervenção de grande porte e, por isso, de mudanças fisiográficas importantes pelas quais atravessou essa região, o que consideramos informação importante aos educadores da região.

A jazida de calcário, como vimos no mapa geológico, se apresenta muito significativa nessa localidade (FIG.34, abaixo). Nesta macroárea de Santana de Parnaíba é onde encontramos o maior número de ocorrências de calcário, em um total de vinte e quatro (24) pontos (indicados no supracitado Mapa), estando a sua maioria presente em território atual de Cajamar, seguido de Santana de Parnaíba e depois por Pirapora do Bom Jesus.



**Figura 34:** Ocorrências minerais no município de Santana de Parnaíba (1940-1950).

Fotografia 1: Fornos de cal em Gato Preto.

Fonte: Knecht (1950, p.66).

Fotografia 2: Pedreira de Calcário de Flávio Beneducci em Cacupé.

Fonte: Knecht (1950, p.66)

Observa-se que para cada uma dessas localidades se verifica um maior extrator e produtor, de 1940-1950: em Pirapora do Bom Jesus, a Indústria e Comércio de Cal D’Andretta Ltda.; em Santana de Parnaíba, a Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), e em Cajamar, a Cia Brasileira de Cimento Portland Perus. A informação sobre a Cia de Cimento produzir cal nesse período do estudo não corresponde a dados colhidos anteriormente por entrevistas e nem em outros registros. Podemos presumir, então, se tratar de

produções simultâneas: cal e cimento e operadas por grupos que a compuseram na primeira fase quando em associação aos canadenses. Trata-se de uma demonstração sobre as origens da Fábrica de Cimento estarem relacionadas à estrutura fabril já em funcionamento, tal como destaca Chaves (2012, p.46) e Siqueira (2001, p.31). O que nos parece novo é a produção de cal nesse volume importante, quando já se produzia o cimento. Estes últimos autores citados realizam detalhadamente as associações entre brasileiros e canadenses quanto ao novo empreendimento, e atribuem a participação de Silvio de Campos como ponto de ligação entre diferentes interesses na implantação do complexo cimenteiro. Também Chaves (2012, p.37 e 48) trata a indústria de cal como a “pré-história” da produção cimenteira, e mesmo como um “laboratório”. E também nos registros da família Burke, em seu blog, tratam de uma sucessão de nomeações da CIEFPP até atingir a razão social de Brazilian Portland Cement Co. Outras informações complementarão a ideia sobre o “embrião” da fábrica e um sistema fabril em funcionamento em Santana de Parnaíba à época, em 1910, e que se valia da Estação Perus da SPR – apresentadas, em seguida, ao tratarmos das origens da Estrada de Ferro Perus Pirapora.

Retornando aos dados sobre o Calcário na macroárea de Santana de Parnaíba, temos que, somadas as produções indicadas para esse período, relativo ao estudo do IGG, a produção de cal atinge cerca de cento e sessenta e dois (162) mil sacos de trinta quilogramas por mês, sendo trinta (30) mil de Pirapora do Bom Jesus, setenta e sete (77) mil de Santana de Parnaíba e cinquenta e cinco (55) mil de Cajamar. Concluindo sobre essa fonte, a Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) possuía importante inserção produtiva na região nesse período, superando a Cia de Cimento, possivelmente, por esta se encontrar no âmbito da produção do cimento, e, ao mesmo tempo, estar também presente na produção de cal, como vimos surpreendentemente.

Optamos por apresentar as ocorrências estruturadas em um quadro (Tabela 4, abaixo), de modo que seja possível utilizar a numeração correspondente do “Mapa Ocorrências Minerais na porção noroeste de São Paulo” do IGG de 1950 (Mapa 9, abaixo) e, com isso, observar informações sobre responsáveis e produção realizada. Observação a ser feita com algumas ressalvas junto ao referido Mapa: as ocorrências de calcário de nº 1, 2 e 3 do território da macroárea de Santana de Parnaíba não correspondem às descrições do documento que se referem aos bairros de Vau Velho e Vau Novo. Atribuímos este a um equívoco no registro dos números. Assim como as enumeradas por nº 15 e nº 18 no documento não corresponderem à localização na planta, podendo se referir respectivamente aos nº 24 e nº 23.

**Tabela 4:** Pedreiras de Calcário e Produção de Cal identificadas de 1934-1949: Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba e Cajamar.

Município/Nº referência Planta Ocorrências Minerais	Extrator/Proprietário	Local de Extração e Produção	Estrutura	Volume de Produção (sacos de 30kg/mês)
Pirapora do Bom Jesus Nº 1	Pedreira de calcário de D'Andretta e Cia Ltda. Firma S.A.C.I. operadora dos fornos.	Pedreira Pindaré	3 fornos contínuos	20 mil
Santana de Parnaíba Nº 2	Pedreira de calcário de Labieno da Costa Machado.	Vau Novo	3 fornos intermitentes	12 mil
Santana de Parnaíba Nº 3 e 4	Pedreiras de cal da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.	Vau Novo	s/i	60 mil
Santana de Parnaíba Nº 5	Pedreira de calcário em terras de Heitor Freire de Carvalho.	s/i	s/i	s/i
Santana de Parnaíba Nº 6	Pedreira de Calcário de Flávio Beneducci.	Cacupé	1 forno contínuo	5 mil
Cajamar Nº 7 -14	Pedreiras de Calcário da Cia Brasileira de Cimento Portland Perus.	Pires, Água Fria, Gato Preto e Morro do Rosário <sup>84</sup>	s/i	40 - 50 mil
Cajamar Nº 15 ou nº 24	--	Sítio Ipanema	--	Desativada. Antigamente fabricava cal.

<sup>84</sup> Consta que “nos arredores de Gato Preto acham-se atualmente as pedreiras ‘Casa de Pedra’, uma pedreira na encosta do Morro do Rosário e a pedreira da ‘Bocaina’ em exploração. Em Água Fria a Cia Brasileira de Cimento Portland Perus explora as pedreiras nº 1 e 2 enquanto a Cia Estrada de Ferro Perus-Pirapora extrai, numa outra junta, calcário para ser queimado em Gato Preto.” (KNECHT, 1950, p.67).

Município/Nº referência Planta Ocorrências Minerais	Extrator/Proprietário	Local de Extração e Produção	Estrutura	Volume de Produção (sacos de 30kg/mês)
Cajamar Nº 16	Pedreiras dos Mendes.	Sítio do Itaqueri	s/i	5 mil
Cajamar Nº 17	Pedreira de calcário.	Bom Sucesso	s/i	s/i
Pirapora do Bom Jesus Nº 18 ou nº 23	Indústria e Comércio de Cal D'Andretta Ltda.	Pedreira Mian	1 forno contínuo e 2 intermitentes	6.600 do forno contínuo

Org. Ana C. V. Vellardi.

Fonte: Knecht (1950, p.66; 67; 68 e 87).



Ferro Perus Pirapora como apenas responsável pelo transporte da matéria-prima à fábrica de cimento, mostrando, com isso, que tanto as relações entre as empresas como o entendimento sobre a identidade da EFPP necessita de mais informações (a serem trazidas um pouco mais à frente).

Concluindo a apresentação sobre os dados sobre ocorrências e produção de cal, apresentamos as informações sobre produtores adicionando o apontado em outra macroárea de Franco da Rocha, de modo que, somadas a informações dos dois quadro, temos uma ideia geral da produção em toda a região de estudo. Com isso, amplia-se para cento e setenta e dois (172) mil sacos de trinta quilogramas por mês da macroárea de Santana de Parnaíba, segundo o período tratado pelo documento do IGG. E identifica-se dez (10) mil sacos de mesmo tamanho por mês para a macroárea de Franco da Rocha, sendo o último valor correspondente à produção da Cia de Melhoramentos, na atual Caieiras, para o próprio consumo, conforme Knecht (1950, p. 87). (Tabela 5)

**Tabela 5:** Produção de cal identificadas de 1934-1949: Cajamar e Caieiras.

Município	Produtor	Local	Estrutura	Volume de Produção (sacos de 30kg/mês)
Cajamar	Estrada de Ferro Perus Pirapora S.A.	Água Fria	5 fornos de ferro, marca Broomel, e 1 alvenaria, contínuos	2 toneladas dia forno metálico. Igual 333 sacos dia. cerca de 10 mil.
Caieiras	Cia de Melhoramentos	Pedreira Antiga e Pedreira Nova	7 fornos contínuos	10 mil para consumo próprio

Org. Ana C. V. Vellardi.

Fonte: Knecht (1950, p.68 e 87).

Incluindo as duas macroáreas de produção de calcário, no período do estudo do IGG, alcançamos um total de cerca de cinco mil e quinhentas (5.500) toneladas/mês, indicando que a produção corresponde aos atuais municípios de Pirapora do Bom Jesus, Santana de

Parnaíba, Cajamar e Caieiras, integrando as duas macro áreas. Por multiplicação, podemos indicar cerca de sessenta e seis (66) mil toneladas/ano de produção de cal nessa região.

O estudo chega à seguinte identificação: no século XIX, a produção de cal se desenvolvia de modo mais equilibrado entre as duas macroáreas que possuem jazidas de calcário e sob o grande empreendedor Rodovalho; enquanto no século XX, essa produção de desloca em maior volume para Santana de Parnaíba-Cajamar e sob outros atores, não exatamente em grande número, mas diferentes. Podendo também indicar que essa mudança ocorre a partir da duplicação da SP Railway, a partir da qual as estações intermediárias que atendiam a essa região passaram a contar com maior capacidade de fluxo de seus produtos.

#### **4.2.2.4 A experiência na paisagem é impulsionada.**

Dado o entendimento de que principalmente a atividade de transformação do calcário em cal constituiu, em essência, uma “argamassa” que permitiu estabelecer a experiência em uma paisagem ampliada, incluímos um exercício de compatibilidade entre as fontes que tratam do mesmo conteúdo em diferentes datas. E o mais oportuno é desenvolvê-lo, agora, com as denominações das áreas já apresentadas.

Intercalados nos xistos metamórficos da Série São Roque, encontram-se importantes jazidas de calcáreo, cuja exploração se processa em numerosas pedreiras. [...] Na parte leste do município podem-se distinguir duas faixas de calcáreos, ambas situadas no norte do Rio Juqueri, e separadas por quartzitos sericíticos, tal qual no Morro do Rosário. (KNECHT, 1950, p.62)

Percebe-se o objetivo da descrição das jazidas, sua localização e suas potencialidades no documento utilizado. Porém, com o foco na identificação das atividades, foi possível interpretar o conteúdo de outro modo, conforme os objetivos do estudo.

A publicação, ao se referir à porção leste de Santana de Parnaíba, está tratando do atual município de Cajamar. O Morro do Rosário é um maciço que se estende também ao atual município de Caieiras, na sua porção oeste. Situando pedreiras da faixa norte da jazida, ele identifica uma de Flávio Beneducci em Pires, e as da Cia Cimento de Perus em Água Fria, e ainda, localizando a porção mais a noroeste da jazida, identifica as pedreiras de Gato Preto e de Bom Sucesso.

Vê-se um conjunto de nomes de pedreiras e de pessoas anteriormente identificadas pelos autores dos livros e registros dos municípios, além de presentes em entrevistas.

Como um exercício de associação, seguimos na ordem de exposição do técnico sobre as ocorrências minerais, em 1940-1950, apresentando as indicações relativas a outros períodos e em outras fontes:

Sobre as pedreiras de Pires: Registro realizado por Giesbrecht e outros apontam a existência de extração de cal nessa localidade de Pires já em 1857, indicativo de que essa pedreira em 1950 já existia há pelo menos cem anos. Pires, na atualidade, pertence a terras de Cajamar.

Sobre as pedreiras de Água Fria: Local de morada do Sr. Santinho e sua família, em 1926, o primeiro entrevistado; endereço do Sindicato dos Extratores de Pedra e Conexos anunciado por Chaves (2012. p. 183) em 1933 e tantas outras referências.

Sobre as pedreiras de Gato Preto: Local de trabalho envolvendo a produção de cal do pai do Sr. Santinho, cujo chefe era o Sr. Silvio de Campos, antes dele começar a trabalhar na Companhia do Cimento; local em que Anjos et al. (2008, p.98) e Siqueira (2001, p.25) informam haver minas de extração de calcário, e onde o minério era transportado até fornos existentes para a produção de cal que pertenciam à Cia Beneducci em 1910.

Sobre as pedreiras de Bom Sucesso: Local onde Moraes (1995, p.10) informa sobre o fato de Antônio Proost Rodovalho descobrir minerais ricos em carbonato de cálcio para a produção de cal, no período de 1870 a 1880.

Embora em pequeno número, compreendemos que as associações são indicativas de que as informações de Knecht (1950) compõem importante fonte para se compreender a permanência de atividades de mineração na região por longo período.

Outro exemplar de associação é o encontro de uma nota fiscal de venda de cal de 1928, esse emblemático da experiência com pares na Universidade Livre e Colaborativa em Perus. O estudo em curso pôde ser apresentado em exposição pública<sup>85</sup> realizada no CEU Perus em início de julho de 2014, junto a outros estudos realizados pelo grupo de alunos. Nessa oportunidade contamos com a presença do ator Paulo Goya, que se juntou a essa experiência que prosseguiu por mais uma disciplina, no segundo semestre deste ano. Paulo Goya foi um importante parceiro também por um conjunto de atividades realizadas junto a coletivos culturais na cidade de São Paulo, conectando-os com a experiência em curso em Perus.

---

<sup>85</sup> Apresentações públicas, contendo o resultado dos estudos realizados pelos alunos nas quatro disciplinas que se incluíram na experiência, constitui praticamente uma regra. Os parceiros locais, juntamente com o Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP), se empenharam na mobilização de moradores e agentes públicos para que comparecessem. Foi possível contar com a presença de uma média de 40 participantes nas apresentações públicas ao final de cada semestre.

Ao apresentar a ideia sobre pesquisar a produção de cal anterior à fábrica, o ator se referiu a uma nota fiscal de compra de cal utilizada na construção de sua residência em 1928. Trata-se do Casarão do Belvedere, situado à Rua Pedroso, 267, na Bela Vista, São Paulo, imóvel tombado pelo CONPRESP em 2002 e hoje Espaço Cultural Dona Julieta Sohn<sup>86</sup>, com a nota entregue no encontro seguinte. O sobrenome do concessionário e vendedor de cal indicado na nota, Carlos Valério D'Andretta, encontra identidade a extrator e produtor de cal em Pirapora do Bom Jesus entre 1940 e 1950, indicado em Knecht (1950, p. 66 e 68). Isso leva a crer que a família se ocupava com a mineração e a venda de cal desde 1928 e que, embora se nomeasse representante da Cia Melhoramentos na nota fiscal, o emissor poderia comercializar produtos advindos da própria família e de outros empreendedores, como é comum quando se trata de atividade de venda; e que também, nessa época, os produtos da Cia Melhoramentos eram bem recebidos pelo mercado da construção na capital, especialmente para construções desse porte – como o Casarão do Belvedere. Tão logo identifiquei essa semelhança nos registros do IGG, foram encaminhados materiais ao ator e parceiro da experiência da ULC de Perus. (FIG.35)

CAL DE CAYEIRAS		MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES, CIMENTO, PEDRAS PARA ALICERCE, PARALLELEPÍEDOS E TELHAS TIPO MARSELLIA	
<i>Carlos Valério D'Andretta</i>			
<small>UNICO CONCESSIONARIO E VENDEDOR DOS PRODUTOS DA GRANDE FABRICA DE CAL DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO</small>			
<small>PRACA DA SE. 9 - 1.º Andar - Sala 1 - Telef. Central, 4328 - Residencia - Tel. Av., 1510 - S. PAULO</small>			
N.	São Paulo, 21 de Março de 1928		
	<i>Para Sr. Raphael Lourenço</i>		
	<i>17 sacos de cal</i>	<i>6,150</i>	<i>97,50</i>
	<i>6 sacos de cimento</i>	<i>7,400</i>	<i>44,40</i>
			<i>341,90</i>

Esta factura não tem valor no exterior  
emitida em 21 de Março de 1928  
N. 2628 emitida em 21 de Março de 1928  
Carlos Valério D'Andretta  
Filipe Banchella

**Figura 35:** Nota fiscal de concessionário e vendedor de produtos da Fábrica de Cal da Cia Melhoramentos ao proprietário do Casarão do Belvedere, de 1928. Capital/SP.

Fonte: Paulo Goya.

Continuamos agora buscando compreender as associações entre a Cia Brasileira de Cimento e a Estrada de Ferro Perus Pirapora S.A., assim como reunindo maiores informações sobre as diferentes fases de funcionamento desta última.

<sup>86</sup> O Espaço Cultural Dona Julieta Sohn possui um blog contando a história da família e da construção do casarão, além das atividades realizadas por essa organização que possui o ator e herdeiro da família à sua frente. Disponível em: <<http://www.casaraodobelvedere.com.br/index.html>>. Acesso em 14.03.2017.

#### 4.2.3 Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP) – a cal e o cimento.

O tratamento específico da EFPP tem sua justificativa vinculada ao fato de termos verificado o importante entrelaçamento desta com a ampliação da atividade de produção de cal em período inicial da industrialização de São Paulo, uma associação nem sempre explícita nos registros, narrativas locais e também externas. Representações atuais dão conta do seu funcionamento como transportadora de calcário à produção de cimento, remetendo a período específico e não à sua história de mais de um século. Além disso, pudemos compreender o modo como o binômio ferrovia-indústria, sobre o qual nos ocupamos desde o tratamento da implantação das estações intermediárias da SPR, atuou nessa região. Vamos às informações sobre o início de seu funcionamento.

De acordo com Aoun (2010, p.45), em 1910 empresários fundaram uma empresa de produção de cal em Gato Preto/Cajamar, sob a denominação de Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP), e obtiveram licença para construção da Estrada de Ferro Perus Pirapora quando “Silvio de Campos, Clemente Neidhart e Mário W. Tibiriçá uniram-se ao Beneducci e fundaram uma empresa de maior capacidade de produção de cal em Gato Preto.” A estrada foi inaugurada quatro anos após, em 5 de agosto de 1914. Anjos et al. (2008, p.98) informa que em 1910 haviam dez fornos de cal em Gato Preto, com empreendimento operado por via de locomotivas próprias.

Pode-se supor por ambas colocações que já havia um núcleo produtivo e uma logística férrea implantada em Gato Preto, mesmo antes da inauguração da Estrada de Ferro Perus Pirapora em 1914. Provavelmente as locomotivas próprias mencionadas faziam as conexões entre as frentes de lavras e os fornos para calcinação do calcário, para posteriormente conduzirem o produto até a Estação de Perus, e ainda se utilizando de caminhos e embarcações que transitavam nos rios locais, provavelmente de modo integrado.

Com a EFPP, inaugurada em 1914, conta-se com um percurso articulado que parte da Estação de Perus da SPR e após dezesseis quilômetros atinge o entroncamento. Tratava-se de um entroncamento duplo, envolvendo encontro de rios e de caminhos. Verifica-se em planta de Knecht (1950, p.58) que há uma “Estrada do Entroncamento” que atinge a foz do Rio Jaguari no Rio Juqueri e prossegue até um povoado denominado Vau Velho. Também, nos registros locais, constam os ramais partindo desse entroncamento com direção às ocorrências minerais apresentadas no Mapa do IGG de 1950 (Mapa 9). Verifica-se um conjunto de localidades como Várzea dos Souzas, Vau Velho, Morro do Vau, Gato Preto e Água Fria/Cajamar, e Pires integradas por uma rede de ramais que foram conectados ao dos

dezesseis quilômetros da EFPP. Temos com isso um diálogo entre as fontes que tratam do início do século XX, com os mesmos nomes e trajetos apresentados pelo IGG referenciando-se pelo menos a 1940, enquanto anteriormente já são apontadas algumas das mesmas localidades envolvidas nesta estrutura férrea que se implanta por completo, mas plena no sentido industrial, já que não atingia Pirapora como anuncia seu nome em 1910.

Desde 1857 diversas fontes apontam a existência de atividades de mineração nas proximidades do entroncamento e região, desde as da família Pires de Santana de Parnaíba, ou ainda outras localizadas em bairros denominados por Vau Velho, Juqueri-Guaçu e Várzea do Souza (GIESBRECHT<sup>87</sup>; SIQUEIRA, 2001, p.125), sendo os últimos bairros mais próximos ao entroncamento.

Também constam referências no Almanach da Província de São Paulo de 1888<sup>88</sup> sobre as caieiras em Parnaíba, nominando Joaquim André de Oliveira, José Degli e Rodovalho & Cia sem especificação de localidade, mas levando a crer que se situavam nessa região. Portanto, por período largo se desenvolveu essa atividade na região, desde 1857, atravessando 1888 e 1910.

Giesbrecht<sup>89</sup> informa que uma estrutura completa com escritórios, armazéns, olaria, fornos, vinte casas para trabalhadores, pequenos edifícios, trilhos, barcos, animais, ferramentas, incluindo uma padaria, foram vendidos pela Cia de Melhoramentos para sócios de Rodovalho na localidade do Vau em 1907. Essa localidade situa-se nas proximidades dos ramais férreos, aqueles que temos considerado que foram implantados anteriormente à EFPP. Observando informações de Knecht (1950), nota-se que entre 1940 e 1950 dois empreendimentos se ocupavam da produção de cal na região do Vau, a IRFM e a pedreira de Labieno da Costa Machado. Mesmo que com cerca de 30 anos entre a venda da estrutura de produção de cal de Rodovalho a seus sócios e a atividade indicada por Knecht, é possível supor que, pelo volume alcançado pela IRFM no período considerado pela publicação, a estrutura de Rodovalho possa ter sido adquirida pela IRFM.

Consideramos que um conjunto de empreendedores logrou êxito com a concessão da estrada de ferro de bitola estreita, ampliando assim as suas possibilidades de escoamento de seus produtos em maior volume e conquistando um melhor desempenho comercial.

---

<sup>87</sup> GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Blog. Disponível em: <<http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11.08.2015.

<sup>88</sup> SECKLER (1862-1888).

<sup>89</sup> GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Blog. Disponível em: <<http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15.08.2015.

Muitas controvérsias envolvem a implantação desta estrada de ferro, como se pode verificar em longas páginas incluídas em processo de tombamento de iniciativa da Associação de Preservação da Memória Ferroviária (APMF) junto ao CONDEPHAAT<sup>90</sup>, além do exposto com muito detalhamento por Chaves (2012, p.41-49). De modo sucinto, um exemplar de obtenção de concessão pública voltada a um ou vários empreendimentos empresariais:

[...] a Companhia Industrial e de Estrada de Ferro Perus Pirapora já tem o seu objetivo quasi realizado, no ponto de vista industrial, propriamente, e é bem possível que o prolongamento da estrada se vá protelando por largos annos, e mesmo indefinidamente.<sup>91</sup>

Nos parece apropriado trazer o que trata Chaves (2012 p.42), extraído de um conjunto de manifestações realizadas por Santana de Parnaíba pelo fato da ferrovia nunca ter alcançado suas terras e seu povo. Nessa ocasião, de acordo com a divisão administrativa, Pirapora do Bom Jesus se integrava ao grande território de Santana de Parnaíba. O documento trata basicamente do mesmo reconhecimento desse estudo, qual seja, sobre a integração das localidades em tempo remoto e vinculadas à atividade mineral como ponto comum. O autor apresenta uma publicação em homenagem aos trezentos anos da cidade escrito em 1925, intitulada “Polyanthea”. Consta, no texto apresentado, o reconhecimento dos empreendimentos relacionados a cal e cerâmica, colocando lado a lado a Cia de Melhoramentos, os produtores de cal em Pires e Vau; anunciam a implantação, em breve, da fábrica de cimento, e manifestam ressentimento por empreendimento férreo não atingir seu núcleo urbano. A manifestação chega a indicar como um problema a opção da convergência do escoamento dos produtos da região privilegiarem as estações de Perus e Caieiras da São Paulo Railway (SPR). Compreensão afim ao verificado neste estudo, principalmente tratando da 1ª fase de implantação da SPR e a definição das localizações das estações encontrarem-se associadas a empreendimentos minerais e a determinados proprietários de terras e empresários.

Temos uma particularidade nesta região, pois são várias as demonstrações de que os empreendimentos, sob laços institucionais e políticos dos proprietários de terra e empreendedores, definiram a locação das estações, e não que a linha férrea tenha atraído as indústrias, evidentemente – ainda que seja válido afirmar que as tenha potencializado. Nos parece de muita propriedade a razão expressa na manifestação de Pirapora do Bom Jesus;

---

<sup>90</sup> Resolução de Tombamento nº 5 de 19/01/1987 sob Processo 21273/80 – CONDEPHAAT.

<sup>91</sup> CONDEPHAAT (1980, p.277 - documento 5). Extraído de ofício de funcionário da Secretaria de Aviação dirigido ao Engenheiro chefe da 2ª Seção, reunindo subsídios quanto à solicitação de desistência da concessão da linha por parte da Estrada de Ferro Perus Pirapora S. A., documento de 22/06/1936. Processo de Tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora nº 21273/1980 I vol.

porém, é intrigante na medida em que consta ser uma publicação da Cia Melhoramentos, companhia incluída no grupo de agentes que lograram êxito em seus negócios junto aos ingleses e poderes públicos, sob a força política de Rodovalho, como exposto com a “Tramway particular” em terras da Melhoramentos e as próprias Estações de Caieiras e Juqueri da SPR.

Para além dos aspectos sobre a atividade mineral se desenvolver mesmo antes da implantação da EFPP, vimos no quadro de distribuição de volumes produzidos de cal na década de 1940 -1950 que havia certa polarização de extratores e produtores em determinados territórios, podendo se interpretar que, com a implantação desse ramal, ampliaram-se os empreendedores e associações entre esses, devendo ao longo do tempo constituírem grupo menor ou mais organicamente associados.

Não se deve deixar de destacar a contribuição do aumento de fluxo desses produtos, viabilizado já desde a duplicação da Estação Perus em 1898.

Compreendemos que a implantação da CIEFPP encontra-se inserida nesse contexto do ponto de vista de estrutura aos empreendimentos e igualmente em associações que envolvem uma gama de atores.

Temos também outra informação compondo o cenário da trama de implantação desse ramal férreo, e verificado em Planta Geral da Capital de São Paulo de Gomes Cardin, de 1897, a localização da Fazenda do Barão de Iguape, Sr. Antonio da Silva Prado, em terras onde se implantou parte do trajeto da CIEPP, nomeação comercial anterior da Estrada de Ferro Perus Pirapora S.A.<sup>92</sup> O estudo chega apenas, nesse momento, a colocar lado a lado essas informações quanto à propriedade envolver o Barão de Iguape em trecho do trajeto da ferrovia e do Dr. Jambeiro em terras de Gato Preto/Cajamar, conforme informado por Aoun (2010, p.25), possivelmente em vizinhança ou proximidade ou até mesmo em venda de terras dos familiares<sup>93</sup> do Barão de Iguape ao Dr. Jambeiro, já que a primeira fonte de informação é do ano de 1897 e a segunda de 1910. Estudos fundiários de detalhe são necessários ao entendimento de componente importante na dinâmica econômica dessa porção.

Um cenário de atividades produtivas em funcionamento, agentes privados, aristocracia, políticos e proprietários de terras é o que se observa: de um lado, no Gato Preto, a CIEFPP, Silvio de Campos e a operação da estrada de ferro; muito próximo, em Vau, o Cel.

---

<sup>92</sup> Consta em documento da Junta Comercial do Estado de São Paulo incluído ao processo de tombamento da EFPP nº 21273/1980, I vol. - CONDEPHAAT, nas páginas 256 -258, que em 1929 há transcrição de novo estatuto da CIEFPP, passando a ser denominada EFPP S.A.

<sup>93</sup> Antonio da Silva Prado (1840-1929), neto do Barão do Iguape, foi Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e das Relações Exteriores do Brasil entre 1885 e 1888, e também foi Prefeito de São Paulo de 1899 a 1911, durante a República Velha.

Rodvalho, seus sócios e terras do Barão do Iguape. Identificações que por vezes podem dar pistas de que, em determinados períodos históricos, algumas forças políticas desenham o futuro da região em seus correspondentes territoriais.

Lado a lado inclui-se informações sobre a propriedade do sítio Fazendinha de documento de 1930, conforme DPH (2005), uma área contígua à indicada em planta de Cardim de 1897 com referência ao Barão do Iguape, a qual, com o aprofundamento dos estudos, poderá contribuir ao entendimento de sucessões de posse e agentes presentes nesta região:

[...] numa chácara, cujas terras fizeram parte do sitio denominado Fazendinha, sita nas proximidades da Estação de Perus, com sete alqueires mais ou menos, sem cultura [...] pequeno pasto e algumas árvores frutíferas, dividindo pelo lado de cima com cerca de arame da estrada de ferro Inglesa, em cuja cerca existe uma porteira que dá acesso à propriedade; de outro lado (o de baixo) pelo ribeirão dos perus, com terras pertencentes à Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e pelos fundos com terrenos da Companhia Melhoramentos de São Paulo.<sup>94</sup>

Chaves (2012, p.46) realiza identificações políticas importantes associando Silvio de Campos à São Paulo Tramway Light & Power Company, e mesmo o situando no espectro do Partido Republicano Paulista (PRP), permite que todas associações e identidades sejam reconhecidas a fim de estabelecer os cenários nos quais se implantam os empreendimentos de maior vulto, como foi a Fábrica de Cimento ou o seu início a partir da CIEFPP.

Agora vejamos dois aspectos que desejamos iluminar. O primeiro sobre a identidade da Estrada de Ferro Perus Pirapora que na atualidade se apresenta aos moradores, visitantes e pesquisadores como transportadora de matéria-prima para o cimento, possivelmente fazendo referência a um período histórico posterior; em outras palavras, ao equivalente à Fábrica de Cimento sob a gestão do J. J. Abdala, porém, não sendo verificada essa exclusividade por toda a sua história, inclusive com demonstrativos de que tenha transportado sacas de cal por longo período, além do calcário à produção do cimento, e simultaneamente.

Aoun (2010, p.25), mesmo tratando do ano de 1925, nos dá pistas sobre um cenário que se pode reportar a um período anterior ao funcionamento da fábrica de cimento e a operação dessa estrada de ferro. O autor trata que Silvio de Campos já explorava as pedreiras para a produção de cal juntamente ao Dr. M. Jambeiro, que era o proprietário das terras do

---

<sup>94</sup> Transcrição nº 2891 de 20/08/1930 do 2º ofício de Registros de Imóveis relativa à certidão do espólio de Ignácia Dias de Oliveira, esposa de Edwiges Dias de Oliveira, proprietário da gleba. Obtida no Processo nº 1992-0.009.268-3, referente ao tombamento da Fazendinha. Folha de informação nº 41 de 17/11/2005. DPH.

empreendimento. Também informa sobre uma divisão entre atividades envolvendo o funcionamento da usina de Gato Preto e as pedreiras, com um grupo se ocupando da extração e produção de cal e outro com o transporte efetuado pela Estrada de Ferro Perus Pirapora (Aoun, 2010, p.45). Pode-se inferir que da inauguração da Estrada de Ferro Perus Pirapora em 1914 até 1925, ou próximo, a EFPP atua como uma fábrica completa, incluindo-se o transporte, e depois, possivelmente, sob a mesma razão comercial CIEFPP, passa a operar em separado na prática, baseado em informações do registro deste morador e escritor.

Supõe-se, recuperando informação do mesmo escritor de Perus, Sr. Aoun, quando trata de uma fusão inicial em 1910 entre a Cia Beneducci e Silvio de Campos e outros, que seja esta companhia a se ocupar da produção de cal e a CIEFPP do transporte, mas ambas contando com a participação de Silvio de Campos e seu funcionamento articulado.

Documentos constantes em processo de tombamento da EFPP não dão conta dessa particularidade, ao contrário: colocam como uma empresa completa, se ocupando da exploração, transformação e transporte de cal. Também o documento do IGG segue na mesma direção, ao imputar em sua classificação a EFPP como produtora de cal, como exposto em quadro acima (Tabela 5).

Um segundo aspecto, entrelaçado ao primeiro, refere-se à identificação de que a Cia Brasileira de Cimento Portland Perus produzia cal entre 1940 e 1950.

Essas informações nos remetem às origens da fábrica de cimento cuja narrativa presente em publicações locais é a de que a estruturação da empresa de produção de cal seria sua embrionária ou ainda sua “pré-história”. Observando o documento de tombamento da EFPP pelo CONDEPHAAT (1980), verificam-se informações complementares cujo compartilhamento vai ao encontro dos objetivos deste estudo.

Que pese todas as reflexões apontadas por Chaves (2012, p.46) quanto à CIEFPP se constituir como um laboratório à produção do cimento, e com todos os ingredientes dos trânsitos políticos facilitados por seus associados, tão bem caracterizado pelo autor, e com a qual concordamos; ainda assim, resta a identificação que essa é implantada como uma empresa completa, tratando de realizar atividades de extração, produção de cal e transporte. Isso, mesmo que agora compreendida como uma associação envolvendo uma associação empresarial entre a produção e o transporte.

Vemos em documento da Junta Comercial, incluído ao processo de tombamento, que consta a mudança da razão social de CIEFPP para Estrada de Ferro Perus Pirapora em 1929 de um lado, e de outro o registro local de Aoun (2010, p.45) indicando que em 1924 há uma divisão entre um grupo a cargo da exploração e fabricação da cal, e outro grupo do transporte.

Compreendemos que nesse caso, com o conjunto de arranjos desenvolvidos, é plausível entender esta estrada de ferro como um meio de transporte e que esteve sob a rubrica comercial da CIEFPP, e com isso, que a informação local deva prevalecer, configurando o que, de fato, deve ter ocorrido na prática.

A informação de transporte de cal realizado pela Estrada de Ferro Perus Pirapora desde 1921 pode ser verificado em documento reunido no mesmo processo de tombamento, onde são verificados volumes importantes nos anos de 1922 e 1923, atingindo cerca do que se supõe referir a toneladas, já que sem indicação correspondente. (FIG.36)

*Auto. 1979-21* *Boc 6*

ESTRADA DE FERRO PERUS-PIRAPORA, S.A.  
S. PAULO

PRECIO BIENAL 1921-1922  
RUBRICADO EN CONFORMIDAD CON LA LEY

<u>Transportes</u>				
	<u>Cal</u>	<u>Diversos</u>	<u>Café</u>	<u>Cereales</u>
1921=	15.634.456	260.524	-	-
1922=	21.071.276	202.517	-	-
1923=	23.192.410	280.731	-	-
1924=	22.048.180	268.399	-	-
1925=	16.909.665	201.787	-	-
1926=	14.705.372	317.965	-	-
1927=	13.752.666	243.274	-	-
1928=	12.347.053	66.336	-	-
1929=	14.372.290	132.325	-	-
1930=	7.648.289	71.389	-	-
1931=	6.430.253	75.653	-	-
1932=	10.793.434	43.806	-	-
1933=	13.626.213	41.564	-	-
1934=	11.245.040	72.226	-	-
1935=	13.328.680	80.293	-	-

**Figura 36:** Volume de cal transportado pela Estrada de Ferro Perus Pirapora de 1921-1935.  
Fonte: CONDEPHAAT (1980).

Somados o período exposto pelo documento do IGG, que se reporta aos anos de 1940-1950, atingimos a compreensão de que não exatamente tínhamos a produção de cal como totalmente um embrião à fabricação do cimento, mas uma Fábrica de Cimento em sua primeira fase, de 1926 a 1950, ocupada em produzir ambos elementos à construção civil, a cal e o cimento, mesmo que envolvendo processos distintos, o que foi possível a partir das conjunções empresariais existentes, ou seja, uma engenharia de associações entre brasileiros e estrangeiros (no caso canadenses) com a forte presença de Silvio de Campos com todas as suas prerrogativas de trânsito político e empresarial.

A engenharia entre as empresas é evidenciada no depoimento do responsável pela operação das pedreiras em Cajamar nos anos de 1926:

As siglas da EFPP mudaram ao longo dos anos, desde sua inauguração em 1914, devido às diversas transferências de propriedade e interferências governamentais. Essa ferrovia operou sob companhias de diversos nomes, embora tenha sido conhecida, praticamente desde seu início, como Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Foram as seguintes as principais siglas utilizadas na ferrovia ao longo de sua existência: C.I.E.F.P.P. - Cia. Industrial e de Estradas de Ferro Perus-Pirapora - 1910 a 1939; E.F.P.P. - Estrada de Ferro Perus Pirapora - 1939 a 1981; B.P.C.C. - The Brazilian Portland Cement Co. - 1926 a 1951; C.B.C.P.P. - Cia Brasileira de Cimento Portland Perus - 1951 a 1974.<sup>95</sup>

Não se pode excluir a demonstração de que a produção de cal permaneceu durante o período do cimento pela CIEFPP, significando não exatamente a CIEFPP como um embrião, mas uma fábrica dentro da outra ou um embrião duradouro por interesses comerciais, dito isso, principalmente, à fábrica de cimento sob gestão híbrida canadense e brasileira (1926-1951); diferente do que se supõe ter ocorrido posteriormente sob a gestão de J. J. Abdalla, para esse período o documento da junta comercial indica que, com a compra da fábrica pelo Abdalla, consta ter havido demissão coletiva da diretoria da qual participava, não mais Silvio de Campos, mas o Silvio de Campos Filho. Dez anos mais tarde, em 1961, com alteração parcial do estatuto, o objeto da CIEFPP passa a ser:

explorar o transporte da Estrada de Ferro de sua propriedade e de outras que possa vir a adquirir; servir, dentro de seus contratos, como **corpo neutro** de auxílio industrial do transporte para a Cia Brasileira de Cimento para Portland Perus e para a Usina de Cal de Gato Preto, e explorar industrialmente esta última, as terras de sua propriedade e atividade conexas. A Cia poderá, outrossim, explorar o transporte rodoviário mediante utilização de veículos auto-motores próprios ou tomados em arrendamento de terceiros.<sup>96</sup>

A alteração do estatuto pode demonstrar que sob a administração de J.J. Abdalla os procedimentos avançaram para uma maior centralização e a EFPP permaneceu em associação

---

<sup>95</sup> Transcrição de depoimento de Sr. John Ulic Burke, que desempenhou atividade de gerenciamento de pedreiras no início da implantação da Fábrica de Cimento sob gestão híbrida de capital estrangeiro e nacional, em 1926. Disponível em <<http://familiaburkenobrasil.blogspot.com.br/search?updated-max=2008-11-03T09:25:00-08:00&max-results=7>>. Acesso em 15.08.2015.

<sup>96</sup> CONDEPHAAT, 1980, p.256-258. Grifo nosso. Documento Consulta nº 002444 realizada na Junta Comercial do Estado de São Paulo da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, obtido em 10/06/1985 e juntado ao Processo de Tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora. Processo de tombamento nº 21273/1980 I vol. iniciado pela Associação de Preservação da Memória Ferroviária (APMF).

operando o transporte da matéria-prima ao cimento, mas ainda como subsídio à fábrica de cal, já que operando a usina de cal de Gato Preto.

Oportuno trazer a colocação de Aoun (2010, p.45), novamente, quanto à divisão que aconteceu em 1924, a que trata da separação da EFPP entre um grupo a cargo da fabricação e outro ocupado com o transporte da cal, o que leva a crer que documentos relativos a CIEFPP não dão conta de esclarecer por completo tal contexto sem que se alcance documentos e informações sobre esse outro grupo que passou a operar somente o transporte. Igualmente não se pode descartar que a EFPP poderia transportar cal de outros produtores. Assim, resta ao escopo deste estudo apenas registrar essas informações para que sejam aprofundadas e esclarecidas posteriormente junto aos pares e aprofundamento da pesquisa.

Entretanto, percebe-se com essa transcrição da Junta Comercial que, em 1961, se opera uma das tantas movimentações de alternância e consolidação do comando sobre a Fábrica de Cimento, podendo se reconhecer um grande divisor de águas entre os dois momentos desta fábrica, antes e depois do J. J. Abdalla, com especial atenção ao período de 1961, quando se possui conhecimento sobre a importante organização e movimentação dos trabalhadores da Fábrica de Cimento.

Um provável divisor de águas, mas com as mesmas tramas de interesses privados se infiltrando no público sob outros arranjos e atores com maior proeminência junto ao governo à época, J. J. Abdalla foi Deputado Estadual e Federal por São Paulo e Secretário do Trabalho no governo Adhemar de Barros nos anos 1960.

#### **4.2.4 Na busca do ouro o encontro do calcário.**

A publicação do IGG referenciando as descobertas da Viagem Mineralógica na Província de São Paulo, citando José Bonifácio de Andrade e Silva e M. F. Ribeiro de Andrade, pontua localidades em Cajamar envolvendo antigas lavras de ouro, a saber: i. as situadas na fazenda Monte Serrat ao norte do município, na divisa com Jundiaí; ii. outras localizadas no Ribeirão das Lavras; iii. extensas lavras no Ribeirão do Itaim; e iv. ao longo do Rio Jaguari na divisa entre o distrito de Polvilho (pertencente à Cajamar) e Santana de Parnaíba, nas proximidades da Várzea dos Souzas e da Estrada do Entroncamento.

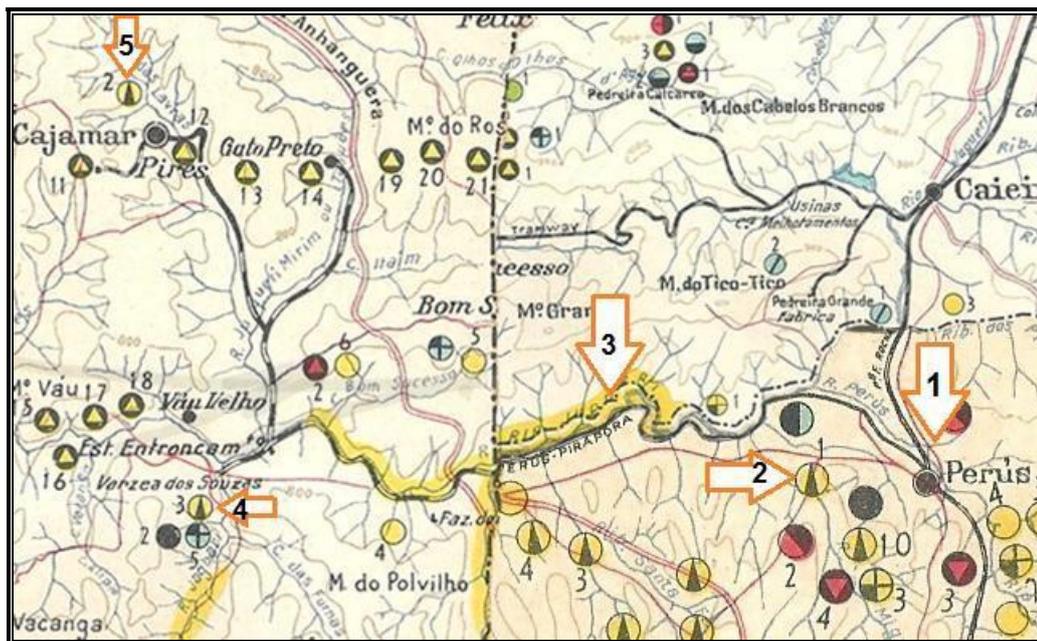
Importante se destacar que tanto a indicação das lavras antigas do Ribeirão das Lavras como as indicações de extrações de ouro ao longo do Jaguari coincidem com os pontos terminais de ramais férreos implantados, àqueles anteriores à EFPP de 1914, e que possuíam

como finalidade auxiliar a operação tanto da extração do calcário à produção de cal nos fornos, como à produção do cimento fornecendo rochas em menores proporções para produzir cimento em Perus após 1926.

Também se verificam nesse mesmo documento cartográfico indicativos de antigas lavras de ouro em mais dois pontos que nos parecem se incluir no raciocínio “busca do ouro, encontro do calcário”, sendo esses: aluviões auríferos no Ribeirão das Laranjeiras situado à margem da antiga Estrada Velha São Paulo-Jundiaí, atual Rua Mogeiro, em grande proximidade à Estação Perus, e extensa faixa de indicação de lavras antigas no leito do Rio Juqueri em proximidade ao trajeto da EFPP, desde as divisas do distrito de Anhanguera com o município de Caieiras, assim como adentrando ao município de Cajamar.

Pode se inferir que se as explorações minerais não mais encontraram ouro, localizaram a jazida do calcário, visto a associação entre a localização das antigas lavras de ouro e empreendimentos tais como a Estação Perus, ramais, extração e produção de cal, EFPP e produção de cimento. Uma sucessão de usos e intervenções permite elaborar um encadeamento histórico, mesmo que atravessando muitos séculos na região: i. marcas de exploração de ouro, provavelmente nos séculos XVI e XVII; ii. exploração do território por tropeiros, ingleses e empreendedores agrícolas e urbanos no século XIX; iii. implantação de grande tronco férreo e estações intermediárias da São Paulo Railway na segunda metade do século XIX; iv. ampliação do escoamento da produção de cal a partir da duplicação da São Paulo Railway no final do século XIX; v. implantação de menor tronco férreo, a EFPP, no início do século XX e implantação da fábrica de cimento em 1926.

Para efeito de visualização das ocorrências minerais e das estruturas, simultaneamente, na Figura 37 (abaixo) as pedreiras de calcário são representadas por um triângulo amarelo inserido em um círculo preto e sob diversas numerações, devido à grande quantidade de extrações desse mineral na região de Cajamar; as indicações sobre lavras antigas de ouro são observadas por um círculo amarelo com um triângulo preto ao centro, além de definidas por faixas amarelas; e, por fim, as estruturas férreas podem ser acompanhadas pelos trajetos em preto.



**Figura 37:** Na procura do ouro se encontrou o calcário.

Org. Ana C. V. Vellardi. 1. Estação Perus da SPR; 2. Aluviões auríferos Rua Mogeiro; 3. Lavras antigas Rio Juqueri - EFPP; 4. Lavras antigas Rio Jaguari; 5. Lavras antigas Ribeirão das Lavras.

Fonte: Knecht (1950, p.23)

Sob duas ideias se conclui o capítulo. Primeiro, compreende-se que a Estrada de Ferro Perus Pirapora corresponde a uma estrutura implantada com finalidade industrial e empresarial de produção de cal em 1914, constituindo-se como uma empresa, e não somente responsável pelo transporte de matéria-prima. Isso contribui com a ideia de que na região há que se refletir sobre a aplicação linear do binômio ferrovia-indústria, cabendo possivelmente uma particularidade envolvendo as transformações minerais orientarem a implantação férrea, ao invés da linha férrea atrair a indústria, contando-se com importante associação entre apropriações de terras e arranjos envolvendo estrangeiros.

Nos parece, assim, que a região com a porta de entrada em Perus constitui importante possibilidade de se compreender a natureza empresarial do grande tronco, SPR, e do pequeno ramal férreo, EFPP, configurando uma região inserida na história do desenvolvimento industrial e urbano da província de São Paulo sob duas particularidades: uma região com a implantação da Estação de Perus da SPR por uma motivação mineral complementar e de fornecimento de insumos à implantação de infraestruturas; e como uma região que, de modo direto e indireto, forneceu materiais à construção civil, à industrialização e à urbanização de São Paulo, desde o final do século XIX e início do XX.

A segunda ideia é de que esse estudo encontra identidade junto às duas narrativas quanto à nomenclatura do bairro de Perus. A primeira exposta quanto a “Pi-ru” de origem

indígena, com significado de “Pôr-se apertado”, considerando os aspectos geomorfológicos encontrados, e a segunda relativa ao Peru brasileiro, fazendo correspondência ao ouro encontrado no Peru colônia espanhola – esta em função da identificação dos usos do solo com exploração mineral em largo tempo desde o ouro. Ainda, compreende-se que a dupla Ajuá-Perus carrega um importante significado sobre as mudanças de paisagem ao longo da história do bairro inserido em região maior, de origem indígena, ainda pouco explorado, aos usos minerais diversificados.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que nortearam a realização dos estudos são agrupadas em quatro eixos temáticos para efeito das considerações finais. O primeiro, metodológico, e que trata das representações sobre a história; o segundo, relativo à paisagem e dinamização produtiva da porção noroeste da metrópole; o terceiro, sobre as associações entre indústria de mineração e ferrovia; e o quarto, sobre a perspectiva de práticas na área de educação.

Do ponto de vista **da metodologia e das representações**, foi possível trilhar um percurso analítico associando a construção de afeto junto aos sujeitos e ao lugar com a participação da Universidade Livre e Colaborativa (ULC), a realização das entrevistas e a obtenção de informações locais e sobre a paisagem, a partir dos quais alguns temas suscitaram aprofundamentos. Foi utilizada uma sequência de estratégias que correspondem às construídas e realizadas em pesquisas no Núcleo de Estudos de Paisagem da FAU-USP, sob orientação do Prof. Euler Sandeville Jr., e desenvolvidas pelo seguinte conceito de paisagem:

[...] experiência partilhada social, cultural e existencialmente, e portanto como uma condição de ser no mundo, articulando esferas da subjetividade, do simbólico, da sociabilidade do cotidiano, e dos tempos nos quais a paisagem se forma como herança e patrimônio coletivo que nos transcende, mas que é também um futuro que vamos definindo com nossas ações, sendo todos coautores de seu destino. (SANDEVILLE JR., 2011, p. 30)

Com a construção de vínculos e o despertar de interesse, significados durante a experiência, a realização do estudo permitiu a vivência da cultura como escolha, sentido e valor, considerada como representação, além da dimensão da cultura incluindo suas expressões de conflito, conforme Meneses (1995, p.90-91).

A experiência iniciou-se pela proximidade a sujeitos com representações afins sobre a história do bairro de Perus, mas também identificou diferentes expressões, e algumas em conflito com a identificada junto aos parceiros da ULC, optando-se, assim, pela reelaboração simbólica do que se vivenciava.

A experiência realizou escolha crítica à história dos bairros pautada nos detentores tanto dos meios de produção, como nos grandes proprietários de terras, em concordância com os pares a ULC que, de modo mais orgânico, assumem a narrativa da história local de Perus com ênfase na organização e nas lutas dos trabalhadores da fábrica de cimento, os Queixadas.

O alerta quanto às representações que reforçam a história de lugares pautada pela reverência a personagens, exclusivamente a empreendedores, pode ser exercitada no âmbito

de análise desenvolvido sobre Rodovalho e a Cia Melhoramentos, ou mesmo sobre o coronel da guarda nacional Sr. Edwiges Dias e sua fábrica de pólvora, bem como ao seu palacete nas proximidades da Estação Perus. Rodovalho é apresentado muitas vezes como o responsável único pela fundação de Caieiras ou mesmo como o primeiro empresário industrial da região, sem identificação sobre os meios utilizados por ele para conquistar a implantação de infraestruturas públicas, como as estações Caieiras e Juqueri, dentre outros exemplos. Também não se encontra apontamentos sobre o modo como reuniu grande volume de terras. Do mesmo modo, em Perus, Edwiges Dias é indicado como o primeiro empreendedor do bairro, tendo sua fabricação de pólvora funcionado do final do século XIX até 1905 (DPH, 2005, p.42). Ele e seus familiares emprestam nomes a logradouro, praças e bairros em Perus e Caieiras, além de se encontrar também registro enaltecendo seu palacete e inferência que o bairro pudesse ter o nome de “Fazendinha”, como é chamado o lugar onde está situada esta grande edificação. Quando é apontado seu caráter empreendedor, não são realizadas menções aos trabalhadores da sua fábrica, mas sim ao fato de que sua produção de pólvora serviu de munição à Revolta da Armada de 1893.

Por outro lado, assumir a crítica à história dos bairros representada pelos empreendedores e proprietários de terras permitiu compreender qual representação se deve desenvolver sem prejuízo na identificação das marcas produtivas dessa região.

O estudo também dialogou com outra representação que se desenvolve no bairro e região, e que novamente atua em prejuízo de compreender o traço produtivo da região vinculado à mineração por longo período histórico. As representações da Estrada de Ferro Perus Pirapora como apenas responsável pelo transporte do calcário à fabricação de cimento ocorre em detrimento da identificação de particularidades produtivas que colocam essa região, produtora de cal, como participante de processos industriais e urbanos no início do século XX.

Não estamos com isso desconstruindo sua função conjugada à operação da fábrica de cimento, que teve o seu correspondente na história, e sim apenas reunindo informações que evidenciam que a EFPP participou de outra atividade produtiva na história anterior ao cimento e após, e simultaneamente, conforme demonstraram os dados levantados.

A EFPP é originária de um empreendimento industrial, sob a razão social CIEFPP, emblemática de associações entre políticos, estrangeiros e proprietários de terras, não tendo cumprido a justificativa da sua concessão voltada ao transporte público entre Perus e Pirapora do Bom Jesus.

Identifica-se que os atributos minerais existentes na região conformam um ponto de convergência entre a Fábrica de Cimento e a EFPP. A Estrada de Ferro Perus Pirapora, na sua origem, foi responsável pela extração, produção e escoamento de cal a partir de 1914, e a Portland Perus produziu cimento a partir de 1926, ambas utilizando a mesma matéria-prima, o calcário, presente em Santana de Parnaíba, Cajamar e Caieiras (segundo denominação atual). Coube a Perus a transformação desse minério através de sua fábrica de cimento e o escoamento dessa produtividade regional por longo período.

Compreende-se que memórias e vivências de sujeitos trabalhadores ao longo da existência da estrada, desde 1910, quando se obteve a concessão para a sua construção, são mais afim a esta narrativa histórica. Particularidades quanto a sua constituição tecnológica dissociada das memórias ou registros dos sujeitos participantes se mostrariam menos importantes do que as escolhas sob o recorte das vivências junto à estrada, incluindo os inúmeros acidentes dos trabalhadores que esta envolveu quando da sua operação voltada ao aumento de produção e do volume de escoamento de produtos. Mesmo esta abordagem não participando diretamente do escopo deste estudo, compreende-se que outras pesquisas poderão ser desenvolvidas a partir da reunião dos aspectos sobre a sua origem que o estudo tratou. Pesquisas relativas aos trabalhadores envolvidos na produção e no transporte da cal, junto ao sindicato e seu acervo, por exemplo, poderão complementar o estudo nessa dimensão. Chaves (2012, p.199), realizando pesquisa sobre os trabalhadores da fábrica de cimento, informa sobre reivindicações dos trabalhadores da Cia Beneducci em 1934, utilizando-se de documentos do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, mostrando caminhos de pesquisas já realizadas sobre os trabalhadores da fábrica, e que poderão ser expandidas aos envolvidos na produção anterior ao cimento. Lembremos também do depoimento do Sr. Santinho sobre a demissão de seu pai quando entrou no Sindicato “Operário dos Extratores de Pedras e Conexos de Água Fria”, denominação anterior da organização dos trabalhadores, demonstrando que temos caminhos combinados para futuras investigações, sobretudo desenvolvendo entrevistas com moradores antigos.

Concluindo o aspecto metodológico, reconhecemos que a construção de entendimentos sobre as mudanças da paisagem, elaboradas a partir de conhecimento local e com pares da localidade, compõe um significativo recurso para explicitações, reflexões e escolhas diante da diversidade de representações na história dos bairros, regiões ou cidades.

Sobre a **paisagem e dinamização produtiva** da porção noroeste da metrópole, o estudo pôde identificar uma única paisagem no período tratado de 1867 a 1950, constituída de usos predominantemente minerais de acordo com seus atributos físicos regionais, mesmo

considerando alterações das técnicas utilizadas para a transformação dos minérios ao longo da história. Outros estudos poderão aprofundar o aspecto técnico e possivelmente construir outras representações, assim como desenvolver avaliações urbanas de longo período.

Nos parece possível indicar que a experiência na paisagem atinge a data da viabilidade do prosseguimento da implantação do grande tronco da São Paulo Railway rumo ao interior de São Paulo, que se realizou mediante a transposição da Serra do Botujuru, situada em terras de Juqueri em 1866 (hoje Francisco Morato). Como visto, a travessia foi possível com a construção de um túnel. Pode-se considerar certa particularidade na inclusão deste município na paisagem sob o estudo devido a relação entre os maciços e rochas residirem no desafio da superação de obstáculo físico, e não correspondendo diretamente uma associação com a produção de insumos minerais – ainda que atendendo a necessária implantação da grande estrutura férrea sob demanda agroexportadora e, posteriormente, industrial e urbana, semelhante a uma das características da estação Perus de possuir minerais no seu entorno que contribuíram à implantação do grande tronco.

A paisagem também atravessa o ano de 1867 quando a Estação Perus foi implantada, ao considerarmos o impulso ao crescimento do bairro que esta significou, mas principalmente por sua implantação se associar aos atributos de fornecedora de pedra ao leito do tronco, conforme Bento José Sobragy (PASSARELLI, 2006, p.19), e transporte de pedras extraídas na região (CIRINO, 2004, p.207), o que suscitou indicar não somente um “povoado estação” – no dizer de Langenbuch (1971) –, mas complementarmente um “povoado estação mineral” na sua origem. É de se destacar que o estudo considerou que a partir do final do século XIX a Estação Perus exerceu a função de escoamento de uma produção mineral da região, mesmo que de pequena monta, atuando como uma porta de conexão ao nascente mercado urbano.

Outras estações da região, implantadas após o referido túnel, a de Betlém e a de Perus, apresentam-se associadas às atividades minerais, como Caieiras e Juqueri. Desse modo, os povoados que se desenvolveram a partir dessas estações também poderiam ser indicados por este estudo como “povoado estação mineral” em suas respectivas histórias. Com o exposto, justifica-se a experiência na paisagem incluir os municípios de Francisco Morato, Franco da Rocha e Caieiras.

Os municípios de Santana de Parnaíba e Cajamar se incluem diretamente na paisagem a partir da observação dos empreendimentos identificados principalmente com a produção da cal. Pudemos reunir informação de que, entre 1940 e 1950, havia cerca de sessenta e seis (66) mil toneladas/ano de produção de cal nessa região, excluindo terras da

atual cidade de Francisco Morato, recordando que a produção de cal nesta porção ocorre desde 1857, com as atividades minerais em Pires e outras apresentadas por período longo.

A experiência junto aos atributos minerais não deixam de observar dinâmicas produtivas internas à paisagem com a identificação de pelo menos duas expressões distintas: uma correspondendo à 1ª fase da SPR na região, de 1867 a 1896, quando Perus, seguido por Caieiras e Juqueri, agia como escoadouro da produção de cal e outros produtos da Cia Melhoramentos situada em Juqueri, além da produção de cal de Santana de Parnaíba à época. A outra, referente à 2ª fase da SPR, de 1896 a 1907, já com a ferrovia duplicada, quando se dá a oportunidade da implantação de novos empreendimentos e se amplia a capacidade de escoamento dos produtos – dentre esses, o da Cia Beneducci –, aumentando a movimentação da porta de saída da Estação Perus ao mercado urbano da cidade de São Paulo. A duplicação provavelmente contribuiu à implantação da CIEFPP em 1910 e ao funcionamento da EFPP em 1914 com operação conjugada. Outras duas expressões talvez poderiam ser ainda elaboradas com maior profundidade, visto não terem sido abordadas diretamente: uma terceira associando o grande volume de cimento em escala nacional em 1930, ainda sob gestão canadense; e a quarta, a produção desse mesmo insumo passar para mãos nacionais e sob gestão mais centralizada com J. J. Abdalla a partir de 1961, como demonstraram os documentos da Junta Comercial.

Considerações que nos fazem tratar especialmente do terceiro eixo que se refere à **indústria de mineração e ferrovia** na particularidade encontrada na região.

Após as entrevistas e a organização cronológica das informações locais, foi possível identificar associações entre a implantação de empreendimentos minerais e a localização das estações intermediárias da SPR na região.

Com a informação de Cyrino (2004, p.53) sobre a SPR possuir permissão de uso dos minerais por quarenta anos (1867-1907), foi possível inferir que, com o conhecimento das características minerais da região pelos ingleses e a associação entre empresários, a ampliação de empreendimentos dessa natureza seria consequência natural, como de fato ocorreu, envolvendo agentes de proeminência política e empresarial, como Rodovalho, Silvio de Campos, Matarazzo e outros, e em associações a estrangeiros ingleses e canadenses.

Do mesmo modo que se observou uma característica complementar quanto ao “povoado estação”, sinalizando que o binômio ferrovia-indústria aplicado às várzeas do Rio Tietê, no centro da capital, pode ser revisitado a partir das particularidades da região.

Identificou-se que o aspecto empresarial esteve presente desde a implantação das estações intermediárias da SPR, com a escolha da localização de algumas estações férreas na

região em sua 1ª fase, de 1867 a 1896, percebendo-se, assim, que os investimentos promissores à estruturação da província já eram considerados simultaneamente à implantação do tronco agroexportador. As estações de Perus, Caieiras e Juqueri com o escoamento de seus insumos urbanos demonstram isso. A ação em 1877 de Rodovalho e Daniel Fox na Cia de Esgotos da Cantareira (REIS FILHO, 2010, p.52) também inclui-se nesse entendimento. Com a duplicação da linha da SPR, realizada entre 1896 e 1907, considera-se que o traço de orientação da linha em função de interesses empresariais urbanos, industriais e minerais foi potencializado.

A partir dessas observações no estudo, compreende-se que, com um núcleo produtivo de cal pouco visível na história, suas particularidades igualmente não são passíveis de serem consideradas. Particularidade que podemos indicar como um binômio aplicado de modo inverso, ou seja, com a indústria mineral atraindo a locação das estações intermediárias do grande tronco da SPR, já a partir de 1867, na região. Sob o mesmo raciocínio, podemos observar a implantação da EFPP também como emblemática da característica de como opera esse binômio na região, mesmo que atuando em menor escala espacial e a partir de 1910.

Com isso poderíamos considerar enquanto binômio o atributo mineral associado às estações de Perus, Caieiras e Juqueri a partir de 1867, e o binômio atributo mineral-EFPP a partir de 1910. A Estrada de Ferro Perus Pirapora obteve concessão pela esfera estadual em 30 de abril de 1910, conforme CONDEPHAAT (1985, p.256).

Quanto às **práticas na área da educação**, o presente estudo está imbuído em indicar procedimentos que, ao tratarem de experiências de vida na paisagem, articulem práticas de educação ambiental com educação patrimonial. Articulação sustentada pela visão de Paulo Freire, na qual os sujeitos são convidados a ler de um modo afetivo, crítico e criativo suas próprias vidas.

A experiência realizada junto à Universidade Livre e Colaborativa em Perus chegou ao final da última disciplina, em dezembro de 2014, apresentando um conjunto de lugares de interesse da história, do afeto, do ambiente, das lutas sociais, reconhecidos coletivamente. Os caminhos e suas potencialidades foram indicados como possibilidades enquanto fruto do conhecimento construído em pares e com a intenção de sensibilização de outros sujeitos que atuam no Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá - Perus (TICP/JP). O TICP/JP corresponde aos territórios dos distritos de Perus, Anhanguera e Jaraguá, todos na porção noroeste, mas ainda no município de São Paulo.

Com a intenção de exemplificar o realizado, apresentamos os caminhos apontados pela ULC em dezembro de 2014.

1. Caminho Histórico-Cultural: Fábrica de Cimento, Cine Perus, Ferrovia Perus Pirapora, Aldeias Guaranis, Pico do Jaraguá, Estações Ferroviárias Jaraguá e Perus;
2. Caminho Ecológico-Turístico: Parque Anhanguera até Zona Especial de Proteção Ambiental Cantareira, e desde o Parque Anhanguera até o Parque Estadual do Jaraguá – circuitos de bicicleta, moto e trilhas;
3. Caminho de Geoconservação: Cavas de Ouro Jaraguá, roteiro geológico do Parque Anhanguera;
4. Caminho do saber do território: ancorado por escolas que realizam em sua prática cotidiana o experimento da construção do conhecimento histórico e ambiental, refletindo e agindo no território.

Imbuídos na sensibilização quanto ao recurso conquistado no Plano Diretor, ou seja, o TICP/JP, em 2014, pudemos em 2015 inserir dois roteiros de visitação na programação da Jornada do Patrimônio, organizada pelo DPH em conjunto com diversos coletivos da cidade de São Paulo.

Um deles, especialmente, realiza convergência ao apresentado neste estudo, o qual denominamos, à época de sua inscrição, como “Trilha da Memória do Trabalhador da Fábrica de Cimento Perus”. Trata-se de um roteiro que já era realizado por coletivos locais desde 2010, no qual foram adicionados outros lugares significados na experiência da ULC. Também na atividade de planejamento da trilha se identificou sujeitos e lugares em adição, como o Sr. José Alves de Souza (conhecido por Zé da Bota), genro de trabalhador da manutenção da EFPP referente à Turma 1. Morador residindo em edificação tombada, construída pelos canadenses na década de 1920, situada em terreno junto à estrada de ferro, na atualidade o Sr. José se ocupa do cultivo de horta às margens do Rio Juqueri. Compreende-se que a prontidão para reelaborações de trilhas, caminhos interpretativos, vão ao encontro da ampliação da participação de sujeitos em experiências junto à paisagem, cada qual contribuindo com as suas referências pessoais e tornando diversificado o aprendizado em grupo. Destaca-se na atualidade um conjunto de estratégias aplicadas pela Comunidade Quilombaque e o Grupo Pandora de Teatro em associação a outros grupos da cidade de São Paulo e região, na direção da vitalização e ocupação dos espaços públicos do TICP/JP.

Diante do apresentado no estudo, tratamos de dois grandes temas apontando alguns lugares que poderão se utilizar dos conteúdos apresentados, porém, com a visão de que correspondem a sugestões que devem ser alvo de programações e reformulações com a participação de moradores ou organizações das localidades, com intencionalidade de uso público e incluyente, tal qual experimentamos com a ULC.

O caminho identificado como “trilha do trabalhador da fábrica de cimento” poderia ser expandido para “o caminho do trabalhador na história da paisagem a noroeste da metrópole”, e nele incluído os trabalhadores envolvidos nas diversas atividades produtivas minerais identificadas na região de estudo.

Baseados na sucessão que pudemos identificar, incluiriam-se memórias dos trabalhadores envolvidos com a Estação Perus da São Paulo Railway, trabalhadores participantes de toda a cadeia de produção do cimento, da cal e de outras atividades de transformação mineral, como aquelas envolvendo caulim, feldspato, granito e outros, atingindo a imersão e imaginação do ambiente de trabalho das antigas lavras de ouro. Neste caminho, as memórias dos trabalhadores envolvidos na operação da EFPP possuem seu lugar tanto na cadeia produtiva da cal como na de cimento.

Um caminho com possibilidades de uma viagem regressiva no tempo sobre os atributos minerais da região, do calcário para o cimento, do calcário para a cal atingindo o mineral ouro. Estudos que incluam a vivência ceramista indígena tornarão a histórica regional completa, presume-se.

Outra possibilidade suscitada pelos estudos corresponde a um caminho da Inglesa na região, onde pode ser realizado percurso pelas estações intermediárias como Perus, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato, e explorados conteúdos de história da implantação de cada uma delas em associação aos seus atributos minerais, às histórias dos bairros, suas inserções na metrópole em formação, as características fundiárias de seu entorno na história e outros aspectos, tendo o túnel do Botujuru proposto como seu início.

A apresentação das sugestões dos caminhos, além de buscar substantivar as possibilidades de práticas de educação, possuem principalmente o objetivo de suscitar apropriações e reelaborações coletivas, contribuindo à participação ativa dos sujeitos em suas paisagens de vivência e ação cidadã.

Conclusivamente, são apontadas temas ou frentes de narrativas necessárias de aprofundamentos por via de construção colaborativa:

- ✓ Trabalhadores das pedreiras e fornos de cal antes e junto à produção de cimento.
- ✓ “Trabalhadores” das lavras antigas de ouro Perus, Anhanguera, Jaraguá, Caieiras e Cajamar.
- ✓ Aspectos fundiários envolvidos nos empreendimentos e configuração geográfica da região.
- ✓ Participação dos insumos minerais na urbanização de São Paulo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. "O sítio urbano de São Paulo". (1ª edição: 1958). São Paulo: Beca-BALL Edições, 2010, pp. 180-217.

ALMEIDA, F. F. M. de. "O planalto paulistano". In: Azevedo, A. de. **A cidade de São Paulo**, v. 5, 1958, pp. 113-167.

ALMEIDA, F. F. M.; AMARAL, G.; CORDANI, U. G.; KAWASHITA, K. "The precambrian evolution of the South American cratonic margin South of Amazon River". In: NAIRN, E. M.; STEHLI, F. G. (eds.) **The ocean basins and margins**. New York, Plenum. v.1, 1973, pp. 411-446.

ANDRÉ, J. A. M & GOULD, L. **Queixadas - Por trás dos 7 anos de greve**. 2013. 116 p. Disponível em: <<https://movimentofabricaperus.files.wordpress.com/2013/12/livro-queixadas.pdf>>. Acesso em: 15.02.2017.

ANGILELI, C. M. **Chão**. Orientação: Euler Sandeville Jr. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU-USP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia**. Distrito de Brasilândia, Zona Norte do Município de São Paulo. Orientação: Euler Sandeville Jr. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 2007.

ANJOS, A. C. C.; RIZZI, M. C. S. L.; CARVALHO, M. R. R.; FERREIRA, B. A.; SIQUEIRA, E.; SILVA, E. H. **O Rio pelos Trilhos**: introdução à história de Perus e Cajamar. 1ª ed. Caieiras: IPEH, 2008. 195 p.

ANJOS, Ana Cristina Chagas dos. **Arte-Educação e Educação Ambiental**. Uma reflexão sobre a colaboração teórica e metodológica da Arte-Educação para a Educação Ambiental. São Paulo: Dissertação de Mestrado, ECA-USP, 2010.

AOUN, E. **Lembranças de Perus - O Bairro dos Minérios**. São Paulo: Editora Clanel Gráfica e Editora Ltda., 2010.

BASSANEZI, M. S. C.B & BACELLAR, C de A.P. "Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX". **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.19, n.1, jan/jun. 2002 (pp. 113-129).

BERLEANT, Arnold. **The aesthetics of environment**. Philadelphia: Temple University, 1992.

BERNARDI, Lucia. **O aporte das áreas verdes à conservação da natureza em Parque Natural Municipal, Montevidéu, Uruguai**. Orientação: Euler Sandeville Jr. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU USP, 2007.

BERQUE, Augustin. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994, p. 11-30.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.

BEZERRA, P. A. B. **Formas de Resistência na Periferia de São Paulo: o bairro de Perus e a Força da Memória nos Movimentos Sociais**. TGI apresentado no Departamento de Geografia da FFLCH-USP. 2011. 60 p.

BRITO, Monica Silveira. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911**. São Paulo, 2000. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 328 p.

BRITO, M. C. & FERREIRA, C. de C. M. “Paisagem e as Diferentes Abordagens Geográficas”. **Revista de Geografia**. PPGeo, v 2, nº 1 2011, p.1-10.

BROSE, M. **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. 328 p.

**CADERNO JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA**. Ano 2, nº 11, Jan/fev 1981 (p. 1-16). Acervo pessoal de Regina Bortoto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Brasilândia: Construindo um Bairro Legal**. Experiência de planejamento comunitário que recebeu o Prêmio Milton Santos em junho/2004. Premiação Disponível em: <<http://www1.camara.sp.gov.br/premios.asp>>. Acesso em 04 jul 2013. E disponível em: <<http://www.cantareira.org/?s=premio+milton+Santos>>. Acesso em: 18 jan 2017.

CAMPOS, C. M. ; GAMA L. H.; SACCHETA, V (org.). **São Paulo, metrópole em trânsito**. São Paulo: Senac, 2004.

CARDIM, Gomes. **Planta geral da capital de São Paulo** - organizada sob a direção de Dr. Gomes Cardim Intendente de Obras. São Paulo, SP: V. Steidel & Cia., 1897. 1 mapa, 85 x 70 cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart71701/cart71701.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart71701/cart71701.jpg)>. Acesso em: 8.04.2017.

CARNEIRO, Celso Dal Ré; SANTOS, Luiz Fernando dos; SILVA, José Reynaldo Bastos da. “Cavas históricas de ouro do Jaraguá: o que resta para se preservar?”. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 41, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <[http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0375-75362011000100010&lng=pt&nrm=iso](http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0375-75362011000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14.08.2015.

CARNEIRO, Celso Dal Ré. **Análise estrutural do Grupo São Roque na faixa entre o Pico do Jaraguá e a Serra dos Cristais, SP**. 1984. Tese de Doutorado em Geologia Geral e de

Aplicação - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. Doi: 10.11606/T.44.1984.tde-06082015-152153. Acesso em: 2017.04.07.

CARVALHO, I. C. de M. “Qual Educação Ambiental? Elemento para um debate sobre educação ambiental e extensão rural”. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001 (pp 43-51).

CARVALHO, M. M. C. de. “A escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo”. **Revista Educação em Questão**, Natal, v 21, n.7, p. 90-97, set/dez 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8382/6040>>. Acesso em 03.01.2017.

CAUQUELIN, A. “Paysage, rhétorique et patrimoine”. In: JEUDI, Henri-Pierre (dir.). **Patrimoines en folie**. Paris: Maison des Sciences de L’Homme, 1990, p. 227-34.

CHAVES, M. A. **Perus dos Operários na Construção de São Paulo (1925-1945)**. Jundiaí: Paço Editorial, 2012. 249 p.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (SP). **Carta geral do Estado de São Paulo e partes dos estados vizinhos. São Paulo, SP**: Lit. Hartmann e Reichenbach, 1904. 1 mapa, col., 66 x 100 cm em f. de 76 x 109 cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart523227/cart523227.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523227/cart523227.jpg)> . Acesso em: 8.04.2017.

CONDEPHAAT. **Processo de Tombamento do Acervo da Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP)**. Número: 21273/80. Resolução de Tombamento nº 5 de 19/01/1987.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento da Estação Perus da São Paulo Railway**. Número: 60307/09. Resolução de Tombamento nº 88 de 18/10/2011.

CONPRESP. **Processo de Tombamento do Casarão - Fazendinha, Perus**. Número: 1992 - 0.009.268-3 . Resolução Nº 10/2005.

COSGROVE, D. E. **Social formation geografics**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CPRM. **Mapa de Geodiversidade Estaduais**. 2010. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade/Mapas-de-Geodiversidade-Estaduais-1339.html>>. Acesso em 15.02.2017.

CPRM/EMPLASA. **Plano Diretor de Mineração para a Região Metropolitana de São Paulo - Diagnósticos e Diretrizes**. Vol. I do Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional da Produção Mineral e Governo do Estado de São Paulo - Secretaria dos Negócios Metropolitanos (SNM). 1979. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/8924>>. Acesso: 27.08.2015.

CYRINO, Fábio. **Café, Ferro e Argila: a história da implantação e consolidação da The San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd. através da análise de sua arquitetura**. São Paulo: Editora Landmark, 2004. 256p.

DEBORD, Guy. **Internationale Situationniste**. Tradução: Amélia Luisa Damiani. S/d., pp. 51-55. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Fani/flg0560/2010/Teoria\\_da\\_Deriva.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Fani/flg0560/2010/Teoria_da_Deriva.pdf). Acesso em 10.07.2017.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. **A escrita da história por memorialistas do interior paulista**: as concepções de história, memória e tempo histórico nas obras de Aluisio de Almeida e Nardy Filho. In: Seminário Nacional de História e Historiografia da UFOP, 2, 2008, Mariana, MG.

DOURADO, D. dos A. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus**: Reutilizando o Passado Recente. TFG apresentado ao Centro Universitário Belas Artes de São Paulo Arquitetura e Urbanismo. 2013. 86 p.

DPH - DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Relatório Técnico Fazendinha**. Folhas de informação nº 41 - 45. São Paulo, 2005.

**ESPIRAL DO CONHECIMENTO**. Disponível em: < <http://www.espiral.fau.usp.br/2-NEP-0.html> >. Acesso em: 18.01.2017.

**ESTRADA DE FERRO PERUS PIRAPORA (EFPP)**. Disponível em: <<http://efperuspirapora.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em: 15.08.2015.

**FAMÍLIA BURKE**. Blog. Disponível em: <<http://famiaburkenobrasil.blogspot.com.br/search?updated-max=2008-11-03T09:25:00-08:00&max-results=7>>. Acesso em 15.08.2015.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Blog do Ralph Giesbrecht**. Blog. Disponível em: <<http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11.08.2015.

GODOY, J. F. de. **A província de S. Paulo**: trabalho estatístico, histórico e noticioso. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1875. 147, [2] p.; 1 mapa, 9 tabs. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&pagfis=20341>>. Acesso em: 15.02.2017.

GORDINHO, Margarida C. **Estrada de Ferro Perus-Pirapora**: uma proposta de revitalização. São Paulo: Marca d'água, 1990.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico, geomorfológico**. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987.

GUIMARÃES, A. **Pó – o lugar, no corpo, está na pele**. Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado na FAU-USP em 2015.

GURGUEIRA, M. D. **Correlação de dados geológicos e geotécnicos na bacia de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Geoquímica e Geotectônica, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. 2013. 80 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=351640&search=%7Cfranco-da-rocha>>. Acesso em: 15.08.2015.

IFPPC - Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural. **Blog Oficial da Estrada de Ferro Perus-Pirapora** Disponível em: <<http://efperuspirapora.blogspot.com.br/>>. Acesso em 14.02.2017.

IKEMATSU, Priscila. **A gestão participativa das áreas de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo: o caso Área de Proteção e Recuperação da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (APRM-G)**. Orientação: Euler Sandeville Jr. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU-USP, 2014.

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Bistrichi, Carlos Alberto; Maria Do Carmo Soares Rodrigues Dos Santos. **Mapa Geológico do Estado de São Paulo**, escala 1: 500.000. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1981.

**INSTITUTO PROCOMUM** (Laboratório da Baixada Santista). Disponível em: <<http://www.procomum.org/>>. Acesso em 18.01.2017.

JERONYMO, V. **Caieiras: Núcleo Fabril e Preservação**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2011. 317 p.

KAKO, Iara Sakitani. **O papel dos trilhos na estruturação territorial da cidade de São Paulo de 1867 a 1930**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12092013-105708/>>. Acesso em: 01.01.2014.

KNECHT, Theodoro; BENDIX, Otto. **Ocorrências Minerais do Estado de São Paulo**. Instituto Geográfico e Geológico. Secretaria da Agricultura, 1950.

LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LENCLUD, G. “L’ethnologie et le paysage: Questions sans réponses”. In: **Paysage au pluriel: Pour une approche ethnologique des paysages** [en ligne]. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1995. Disponível em: <<http://books.openedition.org/editionsmslh/654>>. Acesso em 16.10.2014.

MARQUES, M. E. de A. **Relação das povoações da província de São Paulo**, com sua população. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&pagfis=20341>>. Acesso em: 15.02.2017.

MARTINS, J. de S. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. Depoimentos. **Espaço & Debates** 42 – Periferia revisitada. São Paulo: NERU, 2001.pp. 75-83.

\_\_\_\_\_. “A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido”. **Revista USP**, São Paulo, n.63, pp. 6-15, setembro/novembro 2004.

MATSUNAGA, M. **Cantinhos do Céu**. Orientação: Euler Sandeville Jr. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 2015.

MENESES, U. T. B. de. “Os ‘Usos Culturais’ da Cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais.” **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. Editora Hucitec: São Paulo, 1995 (pp. 89-99)

\_\_\_\_\_. “A paisagem como fato cultural”. **Turismo e Paisagem**. Editora Contexto. São Paulo. 2002, pp. 29-64.

MILITÃO AUGUSTO DE AZEVEDO. **Vistas da Estrada de Ferro de São Paulo em 1865** [Álbum]. Local: São Paulo-SP. Acervo Biblioteca Mário de Andrade. Acervo digital. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=720>>. Acesso em 15.02.2017.

MORAES, M. de. **Caieiras: Fatos e Personalidade da ‘Cidade dos Pinheirais’**. Caieiras: Editora Parma Ltda., 1995. 180 p.

MOROZ-CACCIA GOUVEIA, I. C. **Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas: aplicação da abordagem da geomorfologia Antropogênica na Bacia Hidrográfica do Rio Tamanduateí, na Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da FFLCH. Universidade de São Paulo, 2010, 363 p.

**MOVIMENTO PELA REAPROPRIAÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO PORTLAND PERUS**. Disponível em: <<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/>>. Acesso em 14.02.2017.

NALON, M. A. & VELLARDI, A. C. V. “Armazenamento de água no solo na floresta secundária das encostas da Serra do Mar, região de Cubatão, SP”. **Revista do Instituto Florestal - RIF**. V.4, Nº 3, Mar. 1992. Disponível em: <[http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/RevistaIF/RIF4-3/RIF4-3\\_828-833.pdf](http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/RevistaIF/RIF4-3/RIF4-3_828-833.pdf)>. Acesso em 20.01.2017.

NASCIMENTO, F. B. do & SCIFONI, S. “A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP”. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

\_\_\_\_\_. “O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação”. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**. Campinas-SP, v. 6, n. 1, p.26-38, mar. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635027>>. Acesso em: 24.07.2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.20396/parc.v6i1.8635027>.

NEBESNYJ, Larissa Elize. **Reabilitação da moradia e o morar no centro**: ocupação Mauá. 2012. Orientador: Euler Sandeville. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, M. **Geographia da Província de São Paulo**. Biblioteca Mário de Andrade Acervo digital. Obras raras. 1862. Disponível em: <<http://docvirt.com/DocReader.Net/LIVROSSPMP/3595>>. Acesso em 13.01.2017.

PACHECO, J. **Aprender em Comunidade**. Edições SM: São Paulo, 2014. 133 p.

PASSARELLI, Silvia Helena Facciolla. **Proteção da paisagem ferroviária**: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP). 2005. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-06012006-205757/>>. Acesso em: 2015.08.13.

PLETSCH ET AL. “Potencialidades científica, educacional e lúdica dos registros geológicos presentes no Parque Municipal Anhanguera, São Paulo, Brasil”. **Revista Geográfica de América Central**, nº 51. II Semestre. 2013 (pp. 189-214).

PONÇANO, Waldir Lopes. **Mapa Geomorfológico do estado de São Paulo**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Divisão de Minas e Geologia Aplicada, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atlas Ambiental do Município de São Paulo**. Disponível em: <<http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/?id=7>>. Acesso em 15.02.2017.

\_\_\_\_\_. **Grupo de Trabalho Cavas de Ouro Históricas do Jaraguá**. Relatório Final 2011 (Portaria nº 115/2010/SMMA - PA. 2010-0.348.880-0). Departamento do Patrimônio Histórico- DPH. São Paulo, 60 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Cultura. **Patrimônio Histórico**. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico/index.php?p=14393](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/index.php?p=14393)>. Acesso em 07 ago 2014.

**QUILOMBAQUE** (rede social). Disponível em: <<https://www.facebook.com/quilombaque/>>. Acesso em: 26.01.2017.

RADOLL, Gabriella Roesler. **Potencialidades para criação de sistema de espaço público de conservação e lazer na área de interflúvio dos reservatórios da Guarapiranga e Billings**. Orientação: Euler Sandeville Jr. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU-USP, 2014.

REIS FILHO, N. G.; BRITO, M. S. **Dois séculos de projetos no estado de São Paulo**: grandes obras e urbanização. São Paulo: Edusp, 2010.

RELPH, E. “Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar”. In: **Qual o espaço do lugar?** Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer e Livia de Oliveira (orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2014 (pp. 17-32).

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007.

RICCOMINI, C; SANT’ANNA, L. C; FERRARI, A. L. “Evolução Continental do *Rift* Continental do Sudeste do Brasil”. In: MANTESSO-NETO, V.; BARTORELLI, A.; CARNEIRO, C. D. R.; NEVES, B. B. B. (Orgs.). **Geologia do Continente Sul-Americano: Evolução da Obra de Fernando Flávio Marques de Almeida**. Beca: São Paulo, 2004 (p. 385-405).

RODRIGUES, S. K. **Geologia Urbana da Região Metropolitana de São Paulo-SP**. Tese (Doutorado em Geologia Sedimentar). Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/tese\\_d\\_%20Kleinfelder.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/tese_d_%20Kleinfelder.pdf)>. Acesso em 29.07.2017.

ROMERO, Carolina Marques. **Riscos e qualidade ambiental urbana no caso de Cajamar (SP)**. 2007. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; MANFRÉ, Eliane. “Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano”. **São Paulo: Observatório das Metrôpoles**, 2014. Disponível em <<https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/>>. Acesso em 17.06.2017.

\_\_\_\_\_. **Paisagens partilhadas**. São Paulo: Livre Docência, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, vol. 1, 2011.

SANTOS, M. C. dos. **Águas Revoltas: História das Enchentes em Santo André**. Santo André: SEMASA: PMSA, 2002. 106 p.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECKLER, J. (org.) **Almanach da Província de São Paulo administrativo, comercial e industrial para 1888**. Sexto anno. 1862-1888. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01654700#page/3/mode/1up> >. Acesso em 14.07.2015.

SILVA, F. C. T. da. “História das paisagens”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo, (orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997 (p. 203-216).

SILVEIRA, Catarina Faria Alves. **Paisagem: Lá e Aqui**: estudo das práticas de transformação da paisagem em comunidades rurais da Zona da Mata Mineira. Orientação: Euler Sandeville Jr. Dissertação de Mestrado, PROCAM-Universidade de São Paulo, 2008.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SIQUEIRA, E. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus**: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara, 2001. 230p.

SOARES, Cláudia Cruz. **Heliópolis**: paisagem que educa. Orientação: Euler Sandeville Jr. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 2010.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**. Places, paths and monuments. Oxford: Berg, 1994.

TVT. **Divisão administrativa da Região Metropolitana de São Paulo**: século XIX e XX. Animated Sticker. Dimensão 480X300 px. Size 593 KB. Disponível em: <<https://giphy.com/gifs/26gs812nM4TDjwFdC>>. Acesso em 28.02.2017.

VELLARDI, A. C. V. & SANDEVILLE JR., E. **Paisagem à noroeste da Cidade de São Paulo: Potencialidades para a Educação Ambiental e Patrimonial**. Publicado nos anais do evento VII Fórum Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Patrimônio e Cidades. Belo Horizonte - MG, de 10 a 12 de junho de 2015. ISSN 2176 -2783.

VIDALI, Agnaldo. “A importância histórica e econômica da Ferrovia Santos Jundiaí (atual linha Rubi CPTM) para a cidade de Francisco Morato”. Disponível em: <[www.perfilmorato.com.br](http://www.perfilmorato.com.br)>. Acesso em 14.02.2017.

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. **Carta Topographica da Província de São Paulo**: gravada na Litographia Imperial de V. Larée. Rio de Janeiro: Firmin Ditot Irmãos, Belin le Prieur et Morizot, 1847. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B4k122-e7l-NRXRLTi0wNE9GV2c/view>>. Acesso em: 13.01.2017.

VITORINO, L. & DUARTE, T. (Orgs.). **Efêmero Concreto, Trajetória do Grupo Pandora de Teatro**. São Paulo: All Print Editora, 2016. 159 p.

**ANEXO 1**